

TEM PO

Organizadores:
Tiago Siqueira Reis
Carla Monteiro de Souza
Monalisa Pavonne Oliveira
Américo Alves de Lyra Júnior

COLEÇÃO HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: VOLUME I

PRE SEN TE



Organizadores:
Tiago Siqueira Reis
Carla Monteiro de Souza
Monalisa Pavonne Oliveira
Américo Alves de Lyra Júnior



COLEÇÃO HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: VOLUME I

Escrevem neste número:

André Dionei Fonseca • Eduardo Gomes da Silva Filho
Elias Ferreira Veras • Erinaldo Cavalcanti • Eurípedes Funes
Joana Maria Pedro • Júlio Cláudio da Silva
Idalina Maria Almeida de Freitas • Iraildes Caldas Torres
Kenia Sousa Rios • Marcos Montysuma
Maria Regina Celestino de Almeida • Mauro Cezar Coelho
Patrícia Rodrigues da Silva • Paulo Cruz Terra
Reinaldo Lohn • Sônia Maria de Meneses Silva



EDITORA
UFRR

Roraima

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

REITOR

Jefferson Fernandes do Nascimento

VICE-REITOR

Américo Alves de Lyra Júnior

EDITOR DA UFRR

Diretor da EDUFRR

Cezário Paulino B. de Queiroz

CONSELHO EDITORIAL

Alexander Sibajev

Edlauva Oliveira dos Santos

Cássio Sanguini Sérgio

Guido Nunes Lopes

Gustavo Vargas Cohen

Lorival Novais Néto

Luis Felipe Paes de Almeida

Madalena V. M. do C. Borges

Marisa Barbosa Araújo

Rileuda de Sena Rebouças

Silvana Túlio Fortes

Teresa Cristina E. dos Anjos

Wagner da Silva Dias

Editora da Universidade Federal de Roraima
Campos do Paricarana – Av. Cap. Ene Garcez, 2413,
Aeroporto – CEP: 69.310-000. Boa Vista – RR – Brasil
e-mail: editora@ufrr.br / editoraufrr@gmail.com
Fone: + 55 95 3621 3111

A Editora da UFRR é filiada à:



Copyright © 2019
Editora da Universidade Federal de Roraima

Todos os direitos reservados ao autor, na forma da Lei.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,
constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Projeto Gráfico

George Brendom Pereira dos Santos

Capa

Matheus de Oliveira Vieira

Diagramação

George Brendom Pereira dos Santos

Dados Internacionais de catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

C691 Coleção história do tempo presente : volume 1 / Tiago Siqueira Reis
et al. organizadores. – Boa Vista : Editora da UFRR, 2019.

250 p. : il.

ISBN: 978-85-8288-209-2

1 - História. 2 - Memórias. 3 - Narrativas. 4 - Produção do
conhecimento. I. Título. II - Reis, Tiago Siqueira et al. (organizado-
res). III - Série.

CDU - 981

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária/Documentalista:
Maria de Fátima Andrade Costa - CRB-11/453-AM

A exatidão das informações, conceitos e opiniões
é de exclusiva responsabilidade dos autores

SUMÁRIO

- 6 APRESENTAÇÃO**
- 11 REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: UMA
HISTÓRIA DO VIVIDO**
Reinaldo Lindolfo Lohn
- 27 HISTÓRIA E PENTECOSTALISMO**
André Dionei Fonseca
- 46 MEMÓRIA E ESQUECIMENTO**
Marcos Montysuma
- 63 HISTÓRIA E MÍDIA: AS APROPRIAÇÕES DO PASSADO NUMA
ESCRITA DE FRONTEIRA**
Sônia Meneses
- 78 CAMINHOS E PERSPECTIVAS RECENTES DA HISTÓRIA
SOCIAL DO TRABALHO NO BRASIL (2000-2018)**
Paulo Cruz Terra
- 95 DIÁLOGOS (IM)PERTINENTES: AS CATEGORIAS GÊNERO,
SEXUALIDADE, RAÇA E CLASSE NA HISTORIOGRAFIA
BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA**
Joana Maria Pedro
Idalina Maria Almeida de Freitas
Elias Ferreira Veras
- 112 HISTÓRIA INDÍGENA: TEORIAS, FONTES E MÉTODOS EM
PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR**
Maria Regina Celestino de Almeida
- 131 ENTRE FLECHAS, LANÇAS E BORDUNAS: O PROTAGONISMO
INDÍGENA NA AMAZÔNIA ONTEM E HOJE**
Eduardo Gomes da Silva Filho

150	A HISTÓRIA INDÍGENA NO ENSINO DE HISTÓRIA: PRINCÍPIOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS Mauro Cezar Coelho
170	O TEMPO PASSADO ENSINADO NO PRESENTE: HISTÓRIA, ENSINO, TEMPO E FORMAÇÃO DOCENTE Erinaldo Cavalcanti
189	HISTÓRIA: TEMPO PRESENTE, ENSINO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA Patrícia Rodrigues da Silva
206	HISTÓRIA AMBIENTAL: DESAFIO DO TEMPO PRESENTE Eurípedes Antonio Funes Kenia Sousa Rios
222	NAS NARRATIVAS DE DONA MAROCA: POSSIBILIDADES DE INTERSECÇÃO ENTRE GÊNERO, TRABALHO NA HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE– PARINTINS/AMAZONAS (1960-2009) Júlio Claudio da Silva Iraíldes Caldas Torres
238	AUTORAS E AUTORES
246	ORGANIZADORES E ORGANIZADORAS
248	REVISORAS

APRESENTAÇÃO

Esta é uma coletânea que tem por objetivo apresentar, discutir e apontar caminhos teóricos e metodológicos acerca da História do Tempo Presente. Organizada na Amazônia, mais precisamente na sua porção setentrional, objetiva também lançar luz sobre a produção amazônica compreendida neste campo de pesquisa historiográfica, privilegiando investigadores situados nas universidades públicas da Região Norte, abrangendo o maior número de estados.

Nesta seara, ressaltamos que a criação de cursos de pós-graduação na Região Norte consolidou os estudos acerca do tempo presente na Amazônia. Os mestrados acadêmicos e profissionais e os doutorados implantados, principalmente, a partir dos anos 2000, foram cruciais para a emergência de temáticas e para a possibilidade da exploração de novos acervos, revelando as diversas conexões e arranjos sociais, culturais, políticos e econômicos em âmbito nacional e internacional em curso na região, trazendo à tona a contribuição de diferentes sujeitos em inúmeros espaços.

Deste modo, nossa proposta focaliza a integração de diferentes produções que abordam os estudos da História do Tempo Presente, por meio das contribuições de pesquisadores nacionais, das quais destacamos as produzidas na Região Norte do país, e estrangeiros. Nossa intenção é problematizar antigas e defasadas hierarquias, apresentando a Amazônia como um dos centros de referência nos estudos do tempo presente, afastando-nos da perspectiva de que aqui se produzem trabalhos científicos com limitações regionalistas, ao passo que nos grandes centros, nomeadamente o Sudeste e Sul do país, se produzem coletâneas de caráter universalista, tanto no que se refere à História do Brasil, como às questões teórico-metodológicas. A integração aqui proposta, portanto, vem no sentido de uma des-hierarquização da produção nacional, enfocando a produção historiográfica amazônica enquanto parte ativa dela.

Como historiadores interessados nesse campo, constatamos que a História do Tempo Presente vem ganhando destaque nas produções nacionais e internacionais, não sendo diferente na Região Norte. Observamos a criação de grupos de estudos espalhados pelo país, a promoção de seminários e eventos de portes variados, a publicação de periódicos científicos, a expansão da sua discussão com a oferta de disciplinas específicas sobre o tema, seguindo o caminho aberto pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), que se dedica ao estudo da História do Tempo Presente.

A diversidade de temas, objetos, fontes, teorias e metodologias não são exclusividade dos estudos do tempo presente, mas certamente o diferencia dos demais por sua abundância e pelos desafios colocados aos historiadores. Neste sentido, idealizamos uma coleção em três volumes, cujo primeiro aqui se apresenta, que contribui com trabalhos teórico-metodológicos e pesquisas empíricas preocupadas em apresentar, discutir e apontar novos olhares e perspectivas de análises e temáticas nos mais diversos campos e abordagens da História para aqueles interessados nos estudos do tempo presente.

Abrimos a coleção problematizando a chamada História do Tempo Presente, refletindo sobre os seus desafios, temporalidades e possibilidades, a partir da sua defesa enquanto componente do campo da História, rejeitando a ideia de ruptura no ofício do historiador. É assim que Reinaldo Lohn, em *Reflexões sobre o tempo presente: uma história do vivido*, aborda toda a complexidade que envolve a História do Tempo Presente, evidenciando-a como um espaço em disputa, que oferece inúmeras possibilidades teóricas, metodológicas, de recursos e de fontes, bem como chamando atenção para o lugar da cultura política e suas dimensões sociais e culturais nos estudos do tempo presente.

O capítulo *História e Pentecostalismo*, do historiador André Dionei Fonseca, aborda um dos temas que, sem dúvida, tem despertado grande interesse entre os historiadores e demais pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais. O texto é leitura obrigatória para quem deseja se aventurar na história das religiões evangélicas, contando com uma arguta discussão acerca da produção historiográfica, os desafios e perspectivas futuras, apontando possibilidades de se trabalhar com fontes e acervos, discutindo suas especificidades e caminhos de pesquisas.

O texto intitulado *Memória e esquecimento*, de Marcos Montysuma, nos incita a refletir sobre um dos elementos de maior importância para a escrita da História, a memória, e para aquilo que ele designa de seu “verso da moeda”, o esquecimento. Por meio de uma refinada redação, ao mesmo tempo didática, demonstrando profunda erudição e compromisso social, em seu texto memória e esquecimento são problematizadas como construções em disputa no campo político e social, na qual o presente não pode perder de vista os sentidos contidos no passado através da memória.

Sônia Menezes em *História e Mídia: as apropriações do passado numa escrita de fronteira*, desenvolve uma reflexão acerca das tênues fronteiras entre os meios de comunicação em nosso tempo presente e a produção do conheci-

mento no campo da História. Analisa como o passado e os conteúdos históricos são apropriados pelas produções midiáticas, propondo pensarmos sobre uma produção de fronteira que se estabeleça entre a História e os meios de comunicação, levando em consideração os desafios éticos que tal empreendimento exige.

Assinado por Paulo Terra, o capítulo intitulado *Caminhos e perspectivas recentes da história social do trabalho no Brasil (2000-2018)*, analisa a produção da História Social do Trabalho no país, entre os anos de 2000 e 2018, recorrendo principalmente aos trabalhos publicados na Revista Mundos do Trabalho, publicação do Grupo de Trabalho Mundos do Trabalho (GT-MT) da ANPUH. Terra defende ao longo do capítulo que a multiplicidade de temas, objetos e abordagens, em especial, os estudos sobre gênero, trabalhadores negros, livres ou escravizados e indígenas, bem como a revisão e os novos questionamentos de antigos retratos da história da classe trabalhadora brasileira e a aproximação com a história política, têm revigorado e promovido a renovação e a complexificação dos estudos da história social do trabalho.

Escrito a seis mãos, o artigo *Diálogos (im) pertinentes*, de Joana Maria Pedro, Idalina de Freitas e Elias Veras, é um convite para imergirmos nos estudos de gênero. O texto analisa a produção historiográfica sobre a relação de gênero, sexualidade, raça e classe, discutindo as principais categorias de análise e sua recepção nos recentes trabalhos publicados no Brasil. *Diálogos (im) pertinentes*, qualifica a emergente e necessária discussão acerca das questões de gênero, ao demonstrar a complexificação, abrangência e pluralização dos aspectos teóricos e metodológicos, bem como as conquistas, desafios e perspectivas que perpassam o campo temático.

Em *História Indígena: teoria, fontes e métodos em perspectiva interdisciplinar*, a historiadora Maria Regina Celestino de Almeida discute a produção da História Indígena no Brasil, chamando atenção para as suas mais recentes proposições teórico-metodológicas. O debate é travado a partir das noções de cultura, identidades étnicas e atuações políticas que envolvem a História Indígena no passado e no presente, abordando seus limites, desafios e novas problemáticas. Além disso, a autora nos apresenta uma valiosa discussão de um tema ainda muito caro para os historiadores, a interdisciplinaridade, tratando das possíveis aproximações com a Antropologia, bem como as suas insuficiências e potencialidades.

Incurtionando também pela História Indígena, Eduardo Gomes da Silva Filho, no capítulo *Entre flechas, lanças e bordunas*, debruça-se sobre a

chamada “Nova História Indígena”, no qual analisa o protagonismo e a resistência indígena com destaque para a Região Norte do Brasil. O texto discute uma série de conflitos existentes entre índios e não-índios na Amazônia em diferentes temporalidades, recorrendo a uma vasta e diversificada produção historiográfica, bem como aborda, problematiza e acena para a possibilidade de se trabalhar com o protagonismo e resistência indígena no tempo presente, analisados em seu texto a partir de valiosos e diversificados exemplos oriundos da Amazônia brasileira.

Mauro Cezar Coelho, no artigo *A História indígena no ensino de História*, reflete a respeito do modo como a história indígena vem sendo ensinada e percebida pela disciplina História e pelos historiadores. O debate se desenrola à luz da legislação, da formação e prática docente, dos livros didáticos, dentre outros aspectos, com intuito de analisar e levantar questões sobre os princípios, desafios e perspectivas acerca do estudo e do ensino da questão indígena no Brasil.

Com o tema *O tempo passado ensinado no presente*, o capítulo de autoria de Erinaldo Cavalcanti, reflete sobre a dimensão temporal da História do Tempo Presente, seus significados, limites e desafios para os historiadores, relacionando-os ao ensino de História e à formação docente. Toma como estudo as matrizes curriculares das licenciaturas em História na Região Norte do Brasil, com intuito de discutir quais passados se ensinam, permanecem e são reconhecidos como válidos no presente.

Também nessa temática, Patrícia Rodrigues da Silva, em *História: tempo presente, ensino e formação de professores de História*, apresenta os resultados da experiência empreendida no Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), refletindo sobre a relação entre a formação do professor e o ensino de História no tempo presente. Patrícia Silva busca compreender o papel social do professor de História, discutindo a função do ensino de História na construção de uma consciência história capaz de formar cidadãos críticos de sua própria realidade.

História Ambiental: desafio do tempo presente, assinado por Eurípedes Funes e Kenia Rios, discute a necessidade urgente dos historiadores voltarem seu olhar para o estudo da natureza, repensando a relação entre os seres humanos e o meio ambiente. O leitor terá a sua disposição uma reflexão sobre o papel do historiador frente a História Ambiental, apontando a interdisciplinaridade intrínseca à área, as diferentes composições teóricas, metodológicas, fontes, temporalidades, bem como suas potencialidades no ensino de História. No

capítulo, os autores chamam a atenção para a compreensão da natureza como espaço de ação humana, político, social, criticam a concepção de progresso, comprometidos com as lutas, movimentos sociais e sujeitos marginalizados pela dinâmica destrutiva do capitalismo e que se relacionam diretamente com o meio ambiente.

Fechando o primeiro volume da coleção, Júlio da Silva e Iraíldes Caldas Torres, no capítulo *Nas narrativas de Dona Maroca*, investigam a atividade pesqueira do camarão na comunidade de São Sebastião da Brasília, no município de Parintins/AM, abordando em que medida se estabelece a divisão sexual do trabalho à luz das relações de gênero. O texto contribui para percebermos as possibilidades de ricos e amplos diálogos que os estudos da História do Tempo Presente nos oferecem, manejando diferentes campos e abordagens historiográficas, experimentados a partir da proximidade da história social do trabalho e da história e gênero, tomando como caminho metodológico a história oral.

Feitas as apresentações, gostaríamos de ressaltar, ainda, que desse projeto coletivo em três volumes participam além de nós, organizadores e autores, um grupo de revisoras e de tradutores/as também envolvidos nas lides acadêmicas, que de forma proativa e solidária compartilham conosco a ideia de que a produção do conhecimento, notadamente nas universidades, é e sempre será um projeto feito a muitas mãos.

Os Organizadores

REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: UMA HISTÓRIA DO VIVIDO

Reinaldo Lindolfo Lohn

A constituição de uma História do Tempo Presente apontou para o chamado retorno do político. Afora este postulado, que já é quase um lugar comum, os estudos renovados sobre o político têm dinamizado a produção historiográfica, comportando elementos que dizem respeito não só a demandas sociais, mas também a interrogações metodológicas suscitadas pela tarefa de compreensão da contemporaneidade. Neste texto procura-se apontar panoramicamente algumas possibilidades de abordagem e acentuar que a chamada História do Tempo Presente é fundamentalmente parte de uma trajetória de reflexão historiográfica que a situa no campo da História propriamente dito, não constituindo uma ruptura com o ofício, como muitas vezes parece ser percebida, mas que desafia a historiografia ao debate político e demanda, assim, a análise constante de posições que pareciam definitivas.

De qualquer modo, a História do Tempo Presente demarca temporalidades em construção, as quais correspondem ao vivido e aos vivos. Trata-se não de uma prática do que pode ser chamado de luto social, como se apenas o mundo dos mortos coubesse à historiografia, mas do envolvimento com as lutas pela sobrevivência e seus conflitos em sociedades marcadas pelo capitalismo e pelas desigualdades sociais. Mesmo que não seja uma *outra história*, tributária que é dos movimentos que vêm discutindo em abrangência o ofício de historiadores e historiadoras profissionais há décadas, uma escrita da história voltada ao tempo presente tem como significado básico uma atitude política na qual a historiografia se expõe ao debate público em um momento em que diferentes narrativas buscam reescrever o passado com vistas a utilizá-lo como arma política. Mais do que nunca, uma história comprometida e interpelada pelo presente está diante de questionamentos que envolvem a interação entre narrativa histórica e campo político. Do ponto de vista das abordagens e métodos disponíveis, tal atitude leva ao que Marshall Sahlins (1987, p. 181) aponta como a necessidade de questionar “oposições calcificadas”, incluindo a estrita fronteira antes tomada como intransponível entre um passado apresentado como “radicalmente diferente do presente”. Trata-se de engajar conceitos em métodos no mundo e na ação.

Henry Rousso (2016, p. 188-194) indica que a própria denominação História do Tempo Presente surgiu de ações que podem ser tomadas como propriamente políticas, quando historiadores franceses buscaram legitimidade institucional para investigações que questionavam a História da França da Segunda Guerra Mundial e a descolonização, principalmente a Guerra da Argélia. Como meio adequado para a discussão de temas espinhosos, como o colaboracionismo com o ocupante nazista e as violências perpetradas nas colônias, algumas estratégias acadêmicas, mas que também envolviam uma compreensão do campo político, levaram à construção de um novo âmbito de reflexões historiográficas com a fundação do Instituto de História do Tempo Presente em 1978. Voltando-se para movimento históricos em andamento e ainda em candentes debates, historiadores e historiadoras submeteram-se ao crivo não só de seus pares, mas da política, tomada não apenas como mecanismo de mediação de conflitos, mas como exercício do debate público o mais amplo possível. Rousso afirma que “os historiadores do Tempo Presente, tendo trabalhado sobre questões terrivelmente sensíveis, tiveram de inventar, senão métodos, pelo menos uma maneira de se colocar na paisagem” (2016, p. 186).

A historiografia francesa passou a desenvolver então um trabalho que de algum modo remetia ao que se fazia na Alemanha, no *Institut für Zeitgeschichte* de Munique, desde 1949 (Rousso, 2016, p. 212-213). Cabe acentuar que, menos por uma decisão baseada em profundas e notórias rupturas teóricas, mas principalmente pela busca da institucionalização e, assim, por um acúmulo de aportes políticos, a entrada do tempo presente no âmbito das preocupações de quem escreve história apresentou-se desde cedo na forma de projetos de investigação que se anteciparam a conceitos rígidos e predefinidos. De tal forma, atitudes metodológicas abertas possibilitaram estratégias para trazer a experiência do vivido e do político para a escrita da história. No Brasil, pode-se mencionar a obra de Carlos Fico, que vem chamando a atenção para um tipo de narrativa sobre a aparato repressivo da última ditadura militar no Brasil que favorece uma “memória traumática” do período, tendencialmente reduzida aos episódios da luta armada (Fico, 2017, p. 42-51).

Sabe-se que os laços entre a historiografia e a política não são uma novidade, havendo uma larga e conhecida trajetória de imbricamento entre a história conhecimento e o poder, seja este religioso, militar, imperial, monárquico ou nacionalista. Sabe-se das práticas de intervenções na História de forças políticas interessadas em legitimar posições conquistadas. Dadas tais

condições, uma História política considerada elitista e metodologicamente presa a parâmetros factuais, lineares e deterministas, foi alvo de profundas críticas provenientes de movimentos renovadores da historiografia ao longo do século XX (Julliard, 1976, p. 182). Mas, tanto um conjunto de mudanças sociais ocorridas nas últimas décadas, em vários âmbitos e envolvendo transformações históricas importantes, quanto as pressões sobre o conhecimento historiográfico decorrentes da interdisciplinaridade (Borges, 1992), trouxeram à cena novas e ampliadas reflexões sobre o campo do político, tornando necessárias as pesquisas sobre períodos mais recentes, de modo a pensar as implicações culturais de longo alcance dos fenômenos políticos contemporâneos. Por outro lado, o tempo presente continua a ser incômodo para a historiografia, dado que significa problemáticas que evidenciam percepções de tempo histórico em disputa política, quando os objetos estudados muitas vezes envolvem o investigador e suas opções e posições. Paul Ricoeur (2007, p. 456) é mais objetivo: a História do Tempo Presente é “aquela onde esbarram uma na outra a palavra dos testemunhos ainda viva e a escrita em que já se recolhem os rastros documentários dos acontecimentos considerados”. Além disso, a partir das perspectivas de Reinhart Koselleck (2014, p. 267-276), é possível avançar para abordagens acerca da temporalidade em que diferentes estratos de experiências e expectativas se justapõem nas estruturas de repetição que conformam práticas sociais e vivências.

Apresentada ao tempo presente, a historiografia é levada então a construir testemunhos em perspectiva e interpretativos dos acontecimentos e processos que marcam o vivido. Ao atribuir sentidos e relativizar a profusão de imagens e informações dispersas dos meios de comunicação, as quais tendem a esvaziar a temporalidade, a historiografia volta-se aos fenômenos políticos e ao presente de modo a oferecer densidade à análise social. Isso ocorre na medida em que a percepção de se estar debruçado criticamente e com uma perspectiva histórica sobre o tempo vivido alargou as possibilidades de interpretá-lo, demandando a discussão sobre a temporalidade. Isso ampliou significações que se justapõem e se combinam, alterando a própria representação da História, como totalidade abstrata que reuniria experiências particulares e dispersas (Koselleck, 1992), ordenadas em passado, presente e futuro. É este presente extenso que se afigura como um novo fenômeno cultural, o qual tem sido alvo de inúmeras interpretações que sugerem a inviabilidade e o esgotamento de projetos políticos e sua incapacidade para provocar mudanças históricas nas sociedades capitalistas ocidentais. Verifica-se então que,

paradoxalmente, quando a historiografia volta-se para o político, o início do século XXI seria marcado pela desagregação dessa esfera, na esteira da alegada perda de importância do Estado-Nação, saturado de pluralidades comunitárias que recusariam o contratualismo impessoal do espaço público e almejariam o presente vivido e imeditado, levando de roldão a *Polis*, substituída pelo apego às identificações e vínculos afetivos e estéticos (Maffesoli, 1997, p. 178-180), que operariam à margem do campo político. A uma vida pessoal desmedida corresponderia uma vida pública esvaziada, decorrente do isolamento interpessoal construído pela experiência de um tipo de cultura urbana, capitalista e secular (Sennett, 1989, p. 379), com a corrosão da pluralidade e das diferenças, retraindo os espaços cívicos e os engajamentos ativos e inquietos nos assuntos do mundo, substituídos por uma apreensão instrumental das relações sociais, mediadas por tecnologias que promoveriam a extinção do mundo público comum e a formação de massas que parecem solitárias e alienadas (Arendt, 1987, p. 260-269), bem como tendentes a incapacitar-se para transmitir antigas habilidades de interação social.

Supõe-se haver então o que poderíamos considerar uma tensão entre o campo da política — tomado em suas características normativas — e um conjunto de novas relações sociais flexíveis e desengajadas no chamado capitalismo tardio, com a reestruturação produtiva e as alterações no mundo do trabalho, provocadas pela volatilidade das formas de acumulação de capital, que favorecem um retraimento despolitizado de indivíduos e grupos em busca de segurança. Mas, assim como no caso da categoria *poder*, deve-se considerar que o *político* sofreu deslocamentos importantes, advindos sobretudo de uma mudança de perspectiva analítica, não mais centrada exclusivamente no Estado e seus aparatos de repressão, dominação e legitimação. Compreende-se que o político não se reduz ao Estado, considerado uma construção histórica referida tanto a espaços discursivos quanto a práticas e experiências elaboradas nas interações sociais, ou seja, nas sociabilidades. Desenvolve-se nesse âmbito um conjunto de linguagens que entrecruzam espaços públicos e privados, transversalizando questões inscritas na esfera, por exemplo, da intimidade corporal ou dos relacionamentos familiares e afetivos, que passam a ser alvos de intensos debates políticos. A própria profusão de uma sociabilidade íntima, refratária a intervenções sociais coletivas, surge como um problema da ordem do político, tomado em sua dimensão sócio-cultural e não segundo uma concepção estreita. O campo da política, portanto, adquiriu consistência própria, o que envolve não só o aumento da atribuição das políticas públicas

e dos processos administrativos, mas novas formas de politização de relações de poder efetivadas em âmbitos subjetivos e individuais e não só naqueles mais abrangentes. Constitui, desse modo, uma encruzilhada de metodologias, problemas e abordagens que têm como características marcantes a interdisciplinaridade e a combinação de ritmos, desde os instantâneos aos de efeitos mais duráveis (Rémond, 1996, p. 26-27). Abrem-se contatos com diversos domínios de sociabilidade, na medida em que a política é compreendida aqui como uma modalidade das práticas sociais, podendo remeter historicamente a formas de convivialidade voluntária e civil prefiguradoras da noção moderna de cidadania e anteriores à sua institucionalização pela interferência do poder estatal (Haroche, 1992).

O Tempo Presente não é só uma passagem: é uma possibilidade inacabada entre o passado e o futuro (Pereira, 2009, p. 230). A hermenêutica daí derivada aproxima pesquisador e testemunho: a experiência é então avivada pela própria agência de quem realiza a investigação. Ações e horizontes de expectativa assim arrançados implicam em “lutar contra a tendência a se considerar o passado do ponto de vista do acabado, do imutável, do irretocável” (Ricoeur, 1997, p. 372), o que leva a um presente como processo histórico indeterminado. São noções que remetem às formas políticas dos entre lugares e às chamadas relações pós-coloniais (Bhabha, 2001, p. 308), objetos que não estão situados em locais precisos do tecido social e da cultura dominante ocidental e que podem ser, a um só tempo, uma coisa e outra. Por essa abordagem, as políticas da vida, a gestão da população, as relações disciplinares, entre outros processos, acompanhados da disseminação de normas que engendram a constituição de saberes e poderes (Foucault, 1979), repõem constantemente a dimensão do político, ao passo que neste último ocorre a elaboração de linguagens e de traduções para essas sociabilidades, as quais se expressam na forma de movimentos sociais e culturais que politizam as subjetividades e põem em jogo a importância dos valores culturais como fenômenos de poder. Essas tramas, que evidenciam a articulação problemática entre cultura e política, enquanto esferas interseccionadas, possuem uma historicidade que se inscreve no tempo presente, atuando nas ações estatais, nas políticas públicas, nas questões étnicas, nas relações de gênero e de família, bem como nas culturas urbanas contemporâneas e seus componentes simbólicos e nos novos movimentos sociais e de trabalhadores. Um dos novos problemas abertos às investigações sobre o contemporâneo diz respeito aos espaços públicos contraditórios (Caldeira, 2000, p. 301-302), que se evidenciam seja nas deman-

das pela equalização de direitos universais ou nas afirmações das diferenças, num diálogo com processos históricos que, a um só tempo, promovem a tolerância mas, por vezes, convivem com a segregação e a afirmação de fronteiras culturais rígidas.

As abordagens histórico-antropológicas vêm apresentando contribuições teóricas e metodológicas para a historiografia, em especial ao deter-se na cultura enquanto dimensão constituída por redes sociais e por códigos que circulam e se imbricam no conjunto de experiências sociais, sejam as de gênero, de classe, éticas ou outras. A produção simbólica numa dada sociedade deixou de ser vista como atributo exclusivo das chamadas classes dominantes e fenômenos como as alteridades, a recepção e as culturas populares passaram a ser importantes objetos de pesquisa, na esteira de abordagens como a de Thompson (1998). As diferentes apropriações culturais, as ressignificações, as leituras diversas, tornaram-se ainda temas das chamadas “narrativas densas”, avançando para âmbitos como a vida privada e as práticas intersubjetivas. Esse considerável aporte de instrumentos analíticos proporciona ao historiador a apreciação das interações entre fragmentos sociais recolhidos na pesquisa, compondo narrativas que dialogam com conceitos e representações e associam o econômico, o político e o sociocultural enquanto dimensões da vida social que se entrecruzam numa dada espacialidade e temporalidade. Em outras palavras, os fragmentos e recortes recolhidos na pesquisa são cerzidos a partir das questões postas pelo presente, sendo este visto em sua dimensão histórica.

Esses estudos permitem, portanto, o esforço de compreender o campo político no tempo presente como dimensão cultural, ou seja, integrante das práticas e representações historicamente construídas na sociedade ocidental. Em decorrência, abre-se a oportunidade de ampliar a compreensão de uma abordagem por vezes entendida como desgastada: a cultura política. Tomada como a dimensão da cultura que compreende o conjunto de representações e significados que compõem o processo político, segundo classificações e regras partilhadas, produzindo os sentidos necessários para as negociações e intercâmbios entre os grupos sociais, a categoria cultura política tem sido retomada como parte do esforço de análise da complexidade contemporânea. Tornou-se produtiva a apropriação de um conceito em larga medida formulado na década de 1960, segundo postulados funcionalistas norte-americanos, mas que abre a possibilidade de ampliar seu alcance e, mesmo, suas dimensões epistemológicas, ao transitar para abordagens que buscam as subjetividades

das ações políticas, num diálogo com a Antropologia (Kuschnir; Carneiro, 1999). Em um âmbito interdisciplinar, é possível rejeitar aceção de cultura política como o conjunto de valores cívicos próprios da cultura liberal democrática ocidental, bem como naturalizar a idéia de esfera pública, acentuando, contudo, a relevância das sociabilidades na ação política. Assim, é possível ir além da dicotomia entre público e privado, ao apresentar a historicidade dessas esferas e seu entrelaçamento, evitando sua reificação que, como se sabe, está de certo modo pautada em representações da sociedade burguesa acerca do liberalismo (Habermas, 1984, p. 155-156).

Com isso, a dimensão cultural da política não é reduzida a uma ligação vertical estritamente vinculada à legitimação de instituições e do Estado. O emprego da idéia de cultura política permite incluir na discussão do político as sociabilidades dispersas e os horizontes de expectativa experimentados por grupos sociais diversos. Essas experiências compartilhadas, envolvem a construção de representações que oferecem linguagens e códigos para a compreensão dos fenômenos que envolvem os conflitos sociais, as relações de produção e as sociabilidades. Ao invés de tomar a *priori* idéias como a de cidadania como inerentes às sociedades contemporâneas, a pesquisa histórica supõe o levantar de fragmentos que ensejem verificar a recepção de tais representações e compreender ações políticas num contexto de experiências sociais e valores culturais em conflito e em constante recomposição, circularidade e construção.

Neste enfoque horizontal a atividade política não se restringe à ação do Estado, levando em conta tanto a organização social, como os laços de parentesco, as relações étnicas e religiosas, bem como as representações culturais, compreendendo que não se reduz às práticas coercitivas. Por outro lado, mesmo levando em conta aspectos que autorizam a tomar a cultura política como uma espécie de auto-imagem da sociedade (Clastres, 1979, p. 16-18), pode se considerar que sua abrangência não é homogênea. É possível pensar que há um compósito de culturas políticas envolvendo a tessitura das relações sociais, chamando a atenção para as diferentes formas de apreensão e experimentação da política num universo cultural. Essa pluralidade de leituras do contemporâneo possibilita não necessariamente uma História política, mas uma História do campo político como código cultural, percebendo-o tal como é vivenciado de modos muito diferenciados por atores históricos e trajetórias individuais e coletivas que formam redes de sociabilidades passíveis de serem mapeadas, envolvendo diferentes classes sociais, grupos e minorias,

bem como noções como honra, família, convivialidade, relações pessoais e contratuais. A política no tempo presente surge então como um texto, cuja construção intelectual é disputada, por meio de veículos de comunicação e mobilizações rizomáticas e transversais, elaborando formas de tradução referidas tanto aos horizontes de compreensão quanto ao *habitus*, enquanto discursos e práticas que atuam como referenciais para a interação social, a definição de objetivos e anseios e a fixação de significados. Retém-se então uma compreensão ampla da política no tempo presente como rede de percepções e experiências sociais que indicam sentidos tanto no âmbito de relações capilares e microssociais como para aquelas que envolvem fenômenos históricos abrangentes, formando conjuntos de crenças e símbolos, regras e práticas, os quais são combinados para significar o real e estabelecer normas sociais (Bernstein, 1998, p. 352-355), elaborando visões de mundo que motivam ações em função de leituras partilhadas sobre o passado e aspirações diante do futuro, impregnadas das imagens que os grupos sociais constituem sobre a sociedade e suas divisões. Proporciona também a possibilidade de compreender sob novos focos os próprios limites da política no tempo presente, enquanto esfera de decisões coletivas e arena de lutas em torno das estruturas de significado que dão forma às experiências (Geertz, 1989, p. 206-210) e como jogo ou mercado cujas regras supõem uma desigual distribuição dos instrumentos de percepção e expressão entre os grupos em disputa, em particular o capital simbólico e a representação política (Bourdieu, 1989, p. 169-177), derivando discussões sobre a presença de intelectuais na cena pública e os processos de construção de arenas e círculos de exercício de cidadania e disputas por reconhecimento e distinção.

Trata-se, portanto, de uma história em que o político aparece como um lugar sociocultural que articula relações sociais e suas representações, ao passo em que aponta questões acerca dos sentidos da contemporaneidade, na qual as interações particulares e individuais ganham importância. Estes “nós históricos” entre sociabilidades e política acentuam a complexidade das leituras do tempo presente, ao mesmo tempo em que fornecem recursos para sua compreensão, ou seja, destacando que o presente não é um ponto fixo a partir do qual se julga o passado, mas problematizando-o e operando a tarefa da compreensão do passado na mesma medida da interrogação do presente (Rosanvallon, 1995). Vista desse modo, a História do tempo presente não se refere a um tempo curto e imediato, até porque os fenômenos de cultura política supõem uma perspectiva de duração longa dos processos históricos (Rémond,

1999), podendo envolver a construção de representações acerca das adesões de amplas camadas sociais a formas de poder político, expressas em práticas rituais e alegóricas, imaginários e simbolismos cuja eficácia atravessa largos períodos de tempo (Chartier, 1990, 189-213). Esta tomada da temporalidade para além das fronteiras do Estado-Nação leva necessariamente a uma perspectiva em que as conexões são indispensáveis, renovando as possibilidades de compreender agentes sociais como parte de redes abrangentes e, mesmo, globais, como no caso dos mundos do trabalho. Serge Gruzinski (2003, p. 323) propõe a necessidade de histórias múltiplas e conectadas: “em vez de falar de uma História única e unificada com ‘h’ maiúsculo”, será importante pensar a pluralidade e observar que “estas histórias estão ligadas e que se comunicam entre elas”. Para o autor, cabe ao trabalho historiográfico algo próximo do “eletricista encarregado de restabelecer as conexões internacionais e intercontinentais que as historiografias nacionais e as histórias culturais desligaram ou esconderam”.

A análise de fenômenos tão contemporâneos quanto o uso das mídias modernas na produção de efeitos de verdade, a difusão de relações de força por meio de imagens e discursos e a ideia de uma política espetáculo não podem, portanto, restringir-se à perspectiva meramente nacional. O que remete ainda às reflexões sobre a memória individual e coletiva, com suas relações com as narrativas históricas, mas também no seu papel de transmissora de códigos sociais apreendidos em função de dinâmicas próprias e diversas, mas transversais, como o caso de novos movimentos sociais da juventude, ações diretas e mobilizações em redes virtuais. Para a compreensão do tempo presente, a historiografia apresenta a possibilidade, portanto, de verificar a emergência de fenômenos de longa duração em processos como as novas fronteiras culturais, as políticas identitárias, as reestruturações econômicas, as novas políticas públicas, a chamada mundialização da cultura, as políticas do cotidiano, entre outros temas costumeiramente analisados sem a devida espessura histórica. Os meios de comunicação atuam, conforme Luís Felipe Miguel (2002), como uma “esfera da representação política”. Com tal configuração, são capazes de “formular as preocupações públicas” ao passo em que fornecem os “esquemas narrativos que permitem interpretar os acontecimentos”, além de mostrar-se como “representantes das vozes da sociedade”.

As mídias apresentam-se como elementos de relevo para a escrita de uma história do tempo presente. Em primeiro lugar, como estruturadoras do tempo histórico. Pierre Nora (1988, p. 179-193) chamou a atenção para o

“retorno do fato” como uma problemática necessária para uma historiografia renovada. Para o autor, o tempo histórico ganhou contornos e dinâmica nova a partir da intervenção dos meios de comunicação de massa e a presença constante do acontecimento em nossas experiências. As mídias conduzem uma fabricação permanente de novidades, na forma de acontecimentos, que tende a organizar e classificar nossa vivência da temporalidade. Nora acentua que não se trata mais do acontecimento que fora subsumido pela historiografia que predominou em boa parte do século XX, mas outro tipo de acontecimento, construído nos marcos da sociedade de massas e de seus meios de comunicação. Além disso, também a partir da aceção de Nora, as mídias promovem a imposição imediata do vivido como História e, assim, atuam na elaboração de uma escrita própria da História, que antecede a elaboração historiográfica e lhe estabelece, inclusive, limites e possibilidades. Quantos são os momentos em que coube às próprias mídias afirmar que se vivia uma situação digna de registro histórico? Quantos foram os momentos em que coube às mídias afirmar marcos que diferenciaram tempo passado e tempo presente? Nesse sentido, os meios de comunicação organizam a temporalidade vivida por meio da oferta de uma narrativa que é diariamente compartilhada simultaneamente por diferentes estratos da sociedade, individual ou coletivamente. Cada jornal, cada telejornal ou cada revista propõe uma coleção de eventos dignos de registro e que serão memoráveis e constroem imediatamente um acervo de notícias que conformam acontecimentos.

Essa organização da temporalidade e de sua narrativa opera-se por meio de uma fragmentação sistemática do real, reduzido ao acontecimento, e sua recomposição em temáticas específicas, nas quais política, economia, cotidiano, comportamento, relações internacionais, entre outras, ganham cada qual um espaço próprio e restrito, o que faz com que suas interdependências e relações sejam raramente perceptíveis, o que torna a visão de conjunto de uma realidade complexa constantemente simplificada. Para as situações em que é necessário amarrar esses grandes temas, especialistas ou grandes articulistas são mobilizados para apresentar ao leitor um rearranjo desses fragmentos num todo verossimilhante.

Ainda conforme Nora (1988), a enorme quantidade de fragmentos na forma de notícias gera uma “superinformação perpétua”, o que tem como contraface a “subinformação crônica”. A quantidade e a fragmentação afetam a capacidade de conhecer o que ocorre e ocorreu. É neste par inseparável (superinformação e subinformação) que reside a importância de produtos como

jornais e revistas semanais nas sociedades contemporâneas, apresentando-se como capazes de dar conta da superinformação do dia a dia, ao organizar e classificar os acontecimentos e, pretensamente, minorar a subinformação crônica de seus leitores. A imprensa então se dispõe a assumir a tarefa de conduzir um agenciamento ordenador dos acontecimentos por meio da elaboração constante de discursos narrativos que produzem efeitos de real e são geradores de significado. Um de seus fatores distintivos está na condição “preditiva” de que são capazes, ao operarem as narrativas contemporâneas. Segundo Roland Barthes (1972, p. 37), o discurso narrativo prediz: “se você agir de tal maneira, se você escolher tal alternativa, eis o que vai obter”. Há então um conjunto de prescrições implícito em instruções e normas que servem como guias para a atribuição de sentido às experiências sociais de coletividades e indivíduos.

As narrativas jornalísticas são, assim, participantes da ordenação da temporalidade contemporânea. A comunicação de massas e a instantaneidade possibilitaram à imprensa a participação na trama narrativa do tempo presente. A comunicação de massas e a instantaneidade possibilitaram à imprensa a participação na trama narrativa do tempo presente. Segundo Jacques Le Goff (1994, p. 142-143), a inteligibilidade da construção de eventos e fatos alçados ao estatuto de “acontecimentos históricos” sofre a intervenção dos veículos de comunicação, de modo que a própria memória social passa a ser composta pelo “discurso da informação” e a sucessão de acontecimentos agrega-se a uma história vivida, imediatamente memorizada e escrita.

Outra interface necessária do campo político no tempo presente ocorre com relação às sociabilidades. Investigar tais relações que ocorrem no mais das vezes no âmbito cotidiano implica, conforme Jacques Revel (2010, p. 437-439), os chamados jogos de escalas, com vistas a “variar a focalização do objeto” com vistas não apenas a evitar generalizações excessivas, mas também por compreender que cada escala de observação altera o objeto ao “modificar sua forma e sua trama”. No âmbito das sociabilidades, a observação das relações que se dão no âmbito da esfera do privado, dos espaços de intimidade e do tempo imediato, é combinada com a busca por identificar redes de interações que promovem intercâmbios sob determinadas condições históricas e padrões culturais em nível mais amplo. Ao pensar as sociabilidades em termos de um alargamento do campo político, pode-se tentar identificar pontes mais ou menos sólidas entre tais círculos de relações e as questões que povoam os debates públicos (Bauman, 2000, p. 11-15). Sob tais condições, mesmo em se tratando de um tempo presente povoado pela privatização das sociabilidades, a

expansão da tecnologia, da inteligência artificial e o individualismo nas sociedades contemporâneas, a historiografia em contato com o tempo presente traz importantes possibilidades de análise a respeito de novas relações que reinventam o espaço da política, ainda que por meio de sua negação. A retração ou a transformação do espaço da política, enquanto expressão das dificuldades de convivência num mundo de diferenças, constitui um objeto de investigação historiográfica que remete às incertezas sobre a ação e a eficácia das políticas públicas no capitalismo em relação à promoção do universalismo de direitos contraposta aos movimentos reativos que pretendem a retomada de valores nacionais e a segurança individual, em meio a questões como a chamada globalização, as novas relações tempo/espaço impactadas pela instantaneidade, a descorporificação do trabalho e as relações de poder desterritorializadas, o que significa a necessidade de evitar a redução da democracia à disputa eleitoral e favorecer políticas culturais que promovam a diferença sem reificar as desigualdades (Canclini, 1998, p. 157). Processos que aparecem, a um só tempo, enquanto condição e resultado das novas sociabilidades.

As interdependências que emprestam sentido às relações sociais configuram as formas reguladas de compromisso e partilha de horizontes sociais em conflito, intermediando a produção e recepção dos códigos e práticas políticas por conta das experiências em diversos âmbitos de sociabilidades e de associações constituídas, afirmando o pessoal como fenômeno político (Harvey, 2004, p. 245), enquanto construtor de expectativas sociais. Tais processos geram espaços sociais que têm sido alvo da pesquisa acadêmica, pois deixam registros em empresas, sindicatos, instituições, entidades assistenciais, nas relações entre os grupos e classes sociais e o Estado, nas mídias que acompanham o cotidiano urbano, bem como nos discursos e nas memórias que dão acesso a rituais de sociabilidade, entre grupos, classes, gêneros, etnias, dentre outros. Por outro lado, nessa compreensão das relações entre agentes sociais e construção de narrativas próprias está a intenção de atentar para aquelas práticas que jogam com os sistemas instituídos, num jogo de parecer ser, por meio de táticas, simulações ou de relações de reciprocidade, nas quais o que pode sugerir submissão e legitimação automática são, antes, manobras, astúcias cotidianas para sobreviver às relações de força desiguais, *driblando* as relações contratuais e manipulando representações, utilizando as regras do *outro* como meios satisfatórios para a ação (Certeau, 1994, p. 97-103). Temáticas advindas de estudos sobre grupos populares urbanos, bem como outras coletividades submetidas à opressão e à discriminação social, cada vez mais atentam

para essas sociabilidades fluidas que inventam espaços de autonomia ali onde parece só haver controle e disciplina. Este tem sido inclusive um importante manancial de contribuições já consolidadas na produção historiográfica recente no Brasil acerca das culturas políticas e dos imaginários populares, muito mais ricos e complexos do que supunha uma visão centrada exclusivamente na imposição assimétrica de relações de poder.

A abordagem de uma história que se volta para o tempo presente comporta um olhar sobre o impacto das sociabilidades contemporâneas nos processos de constituição de culturas políticas, seja através de pesquisas no âmbito da chamada história pública, na redefinição do papel do Estado, na reestruturação do mundo do trabalho, nas segregações sociais que repõem estratégias de poder, nas políticas de gestão da população, envolvendo a infância e a adolescência, assim como as políticas sociais; nas relações de gênero, nas relações entre as classes sociais, nos processos de escolarização e disciplinarização, nos apelos contemporâneos à etnicidade, no estudo de populações afrodescendentes; nas transformações das noções de cidadania e participação coletiva, nos símbolos e rituais da política contemporânea e suas trajetórias, na ampliação da esfera das intimidades, das políticas do corpo, nas intervenções do mercado capitalista sobre as aspirações e utopias sociais, nos processo de afirmação do individualismo, do consumismo e das diferenças e especificidades de grupos e indivíduos, nas culturas urbanas e nas fraturas e fragmentações do espaço público e da vida civil. Este conjunto de possibilidades pressupõe interpelar o presente buscando expressões que ligam as dimensões pessoais e coletivas, o que é próprio da configuração do campo político.

Pode-se sugerir, sem pretender uma definição que limite seus alcances ainda por serem explorados, que uma história do tempo presente está plenamente envolvida por aquilo que Boaventura Sousa Santos aponta como parte fundamental de nossas vivências em um tempo marcado por “perguntas fortes e respostas fracas” (2009, p. 452). Cada vez mais somos confrontados com temas e problemáticas que superam nossa capacidade de propor respostas e, principalmente, alternativas. A historiografia então passa a encarar seus limites e suas dificuldades diante de problemas que parecem insondáveis e passa a ser ela própria uma expressão das contradições próprias a viver em um tempo que exige cada vez mais um esforço de “consciência histórica” (Rüsen, 2001). A historiografia não pode se furtar aos debates em torno de uma consciência histórica que diz respeito a sociedades marcadas pelas profundas assimetrias de poder. Tais questionamentos começam a sugerir o que Walter Mignolo

(2008) denomina de “desobediência epistêmica”, aquela atenta a uma geopolítica do conhecimento e ciente da necessidade “aprender a desaprender” certos modos dominantes da historiografia herdados de tradições eurocêtricas. Este é um desafio com implicações ainda mais abrangentes, pois envolve questionar a própria estrutura do tempo histórico e discutir outras lógicas de exercício do poder e de relações políticas.

Referências

- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- BARTHES, Roland. O efeito de real. In: GENETTE, Gérard et al. **Literatura e semiologia: pesquisas semiológicas**. Petrópolis: Vozes, 1972, pp. 35-44.
- BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BERNSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François (dir.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. pp. 349-364.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- BORGES, Vavy Pacheco. História e Política: laços permanentes. In: **Revista Brasileira de História**, v. 12, n. 23-24, São Paulo, p. 7-18, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa, Portugal: Difel, 1989.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2000.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1998.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**, 1: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. **A História cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.
- CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado (investigações de antropologia política)**. Porto: Afrontamento, 1979.
- FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Tempo e Argumento**, v. 9, n. 20, Florianópolis, p. 5-74, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GRUZINSKI, Serge. O historiador, o macaco e a centaura: a “história cultural” no novo milênio. In: **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, São Paulo, p. 321-342, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HAROCHE, Claudine. A convivialidade face ao político. In: BRESCINANI, Maria Stella; SAMARA, Eni de Mesquita; LEWKOWICZ, Ieda. **Jogos da política**: imagens, representações e práticas. São Paulo: Marco Zero, 1992, pp. 115-125.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). **História**: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. pp. 180-196.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, vol. 5, n. 10, Rio de Janeiro, p. 134-146, 1992.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre a história. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC, 2014.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. In: **Revista de Estudos Históricos**, v. 13, n. 24, Rio de Janeiro, p. 227-250, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

MAFFESOLI, Michel. **A transfiguração do político**: a tribalização do mundo. Porto Alegre: Sulina, 1997.

MIGUEL, Luís Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. In: **Lua Nova**, n. 55-56, São Paulo, p. 155-184, 2002.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. In: **Cadernos de Letras da UFF–Dossiê**: Literatura, língua e identidade, v. 34, Niterói, p. 287-324, 2008.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, pp. 181-188.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **A máquina da memória**: o tempo presente entre a história e o jornalismo. Bauru: Edusc, 2009.

RÉMOND, René. Uma História presente. In: _____ (org.). **Por uma História política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, pp. 13-36.

RÉMOND, René. O retorno do político. In: CHAUVEAU, Agnes; TÉTARD, Philippe. **Questões para a História do tempo presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999, pp. 51-60.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, Rio de Janeiro, p. 434-444, 2010.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Campinas: Papirus, 1997.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma História conceitual do político (nota de trabalho). In: **Revista Brasileira de História**, v. 15, n. 30, São Paulo, p 9-22, 1995.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: a história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da UnB, 2001.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um ocidente não ocidentalista?: a filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal. In: SANTOS, Boaventura Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 445-486.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

HISTÓRIA E PENTECOSTALISMO¹

André Dionei Fonseca

Donald E. Miller e Tetsunao Yamamori, pesquisadores da Universidade do Sul da Califórnia, publicaram, em 2007, *Global pentecostalism*, um livro que tinha como finalidade compreender o fenômeno religioso pentecostal em sua dimensão mundial. Para dar conta dessa ousada proposta, os autores percorreram, durante quatro anos, mais de 20 países com o objetivo de estabelecer um painel geral da influência do pentecostalismo na África, Ásia, América Latina e Europa. O que interessa destacar aqui é que, diante de toda essa diversidade intercontinental, eles abriram o primeiro capítulo da obra, intitulado, em português, “Pentecostalismo global: uma força emergente”, com a descrição da experiência de observação da “Marcha para Jesus”, realizada em São Paulo, evento que reúne diferentes denominações, mas que tem nos pentecostais uma força determinante. Miller e Yamamori descreveram a Marcha como uma festividade multiétnica, na qual se encontravam numerosas famílias com crianças, idosos e jovens, todos caracterizados com roupas e bandanas que destacavam o nome de Jesus. O frenesi da multidão toda paramentada que tomava as ruas levou os pesquisadores estrangeiros a um inevitável comparativo: o ato fazia lembrar os festejos de carnaval (Miller; Yamamori, 2007, p. 15-16).

Essa escolha ilustra muito bem a importância do Brasil no cenário da fé pentecostal do planeta. Das periferias às classes empresariais, o pentecostalismo espalhou-se, superando a imagem tradicional do “crente” como indivíduo exclusivamente inserido nas baixas camadas sociais, com pouca instrução escolar, que vivia sob um rígido esquema disciplinar e em um esforço diário para se afastar das coisas do “mundo”. A nova cara do pentecostalismo revela um tipo de fiel que, em geral, quer integrar-se à sociedade, quer influenciar a esfera pública, que se preocupa muito mais com o bem-estar na vida “terrena” do que com as garantias de salvação no além. Ou seja, o pentecostal não pode mais ser facilmente identificado a partir de estereótipos que foram definidores dessa comunidade de fé por muitas décadas do século passado.

O que fica claro, portanto, é que estamos tratando de um movimento religioso que chegou à segunda década do século XXI buscando, cada vez

¹ Este capítulo retoma, com acréscimos e atualizações, algumas questões relacionadas com a escrita da história do pentecostalismo discutidas em outras publicações (Fonseca; Farias, 2007; Fonseca, 2009, 2015).

mais, adequar-se às novas demandas da sociedade e que, gradativamente, vem aumentando sua influência econômica e social em áreas consideradas estratégicas, como o mercado editorial, fonográfico, radiofônico, televisivo e a rede mundial de computadores.

A política é um caso à parte nessa corrida à esfera pública, pois, como afirmaram os sociólogos Reginaldo Prandi e Renan Santos (2017, p. 188), já é finda a era “na qual era lugar-comum dizer que crente não se metia em política”. Inserindo-se paulatinamente no palco da disputa político-partidária, desde o período da Constituinte os pentecostais passaram a buscar, eleição após eleição, nos planos municipal, estadual e federal, eleger o maior número de representantes para as casas legislativas e, quando possível, para o Executivo. E, além de toda a mobilização para o aumento de influência pelo sufrágio de seus representantes diretos, as igrejas pentecostais têm emprestado desabrido apoio a candidatos a prefeituras, governo de estados e, sobretudo, para a Presidência da República. E, quando não cortejam, são cortejadas, pois, com o crescente número de adeptos, essas igrejas são sempre elementos de destaque no cálculo eleitoral dos candidatos, o que aumenta o arco de influência da liderança dessas instituições nas instâncias de poder.

No contexto de elaboração da Carta Magna de 1988 e nos anos que se seguiram, a lógica do “irmão vota em irmão” teve como justificativa, segundo Ricardo Mariano (2010, 2011), a luta em defesa de valores morais e contra inimigos preferenciais — católicos, homossexuais, “macumbeiros” e feministas. Como resultado dessa bem calculada desprivatização do movimento pentecostal, temos, entre outras implicações, um efeito daninho para o princípio constitucional de laicidade do Estado, uma vez que a junção do poder de mobilização de um grande contingente de pessoas (eleitores) ao aparelhamento midiático e à força econômica acaba por dar à liderança dessas igrejas uma “situação legal privilegiada”, como dizia o sociólogo Antônio Flávio Pierucci (1997).

Exemplos dessa imissão da religião nas coisas de Estado, nos últimos anos, temos aos montes; para evitar uma remissão exaustiva, basta recordar o apoio e, em muitos casos, o protagonismo de políticos pentecostais na formulação de projetos que ferem princípios axiológicos da Constituição, como o “Escola sem Partido”, tão debatido nas casas de lei municipais, estaduais e na Câmara Federal.

O que é surpreendente é que todo esse poderio foi estruturado, praticamente, no decorrer de três décadas, já que, até os anos 1980, salvaguardadas algumas poucas iniciativas, as igrejas pentecostais reforçavam o alheamento

social de seus fiéis, lastreados na ideia matricial de que tudo que pertencia ao “mundo” era ilusório e fugaz, o que, por extensão, tornava educação, cultura e política aspectos de menor importância, quando não totalmente ignorados. Em poucos anos, toda essa lógica foi invertida, e um novo jeito de ser pentecostal surgiu no país, ainda que com exemplares de resistências ao “antigo” modelo, como é o caso exclamativo da Congregação Cristã do Brasil.

Diante dessas mudanças, que se processaram em ritmo frenético, pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, como história, sociologia, antropologia, ciências sociais, ciências da religião e, até mesmo, educação, linguística, geografia, psicologia, administração e comunicação, passaram a concentrar esforços em compreender, já no olho do torvelinho, as múltiplas facetas desse complexo processo de transfiguração das bases identitárias do pentecostalismo, que, parafraseando Andrew Walls (1996), mexeu com o centro de gravidade do cristianismo no Brasil.

No que se refere ao campo da história, não há como não reconhecer que, por se tratar de um movimento centenário, houve alguma morosidade na percepção de que o pentecostalismo merecia maior atenção, pois foi somente a partir da segunda metade da década de 1990, quando esse segmento religioso já era considerado o único capaz de confrontar a “cultura católico-brasileira” (Sanchis, 1994), que os historiadores começaram a demonstrar, progressivamente, interesse pelas igrejas pentecostais.

Essa atenção tardia foi objeto de críticas por parte de estudiosos de outras áreas que se interessavam pelo tema, mas que se sentiam desamparados pela falta de estudos históricos acadêmicos. Foi o que expressou Paul Freston em um texto de meados da década de 1990, no qual, ironicamente, ele, na condição de sociólogo, buscava apresentar uma “Breve história do pentecostalismo brasileiro” (Freston, 1994). Para o autor, a escassez de estudos históricos era inadmissível, considerando-se a relevância e a dinamicidade das igrejas pentecostais no campo religioso do país. Em seu entender, havia mesmo uma “negligência acadêmica de dimensão histórica” que prejudicava todo o esforço interdisciplinar de compreensão do movimento. Em seus termos:

[...] o pentecostalismo brasileiro já tem 80 anos e talvez 13 milhões de adeptos, mas ainda não conta sequer com uma história acadêmica. Isso prejudica a sociologia do fenômeno, pois, como diz Joachim Wach, sem o trabalho do historiador o sociólogo fica desamparado [...] os bons estudos sincrônicos já produzidos não nos permite captar o movimento. (Freston, 1994, p. 67)

O autor reforçou seu argumento lembrando que, das 400 páginas do livro *História documental do protestantismo no Brasil* (Reily, 1984), apenas 17

foram destinadas aos pentecostais; que sobre a Assembleia de Deus, a maior igreja desse segmento, não havia, em termos históricos, nada além das informações sobre os episódios de fundação; e que, nos mais importantes trabalhos de sociologia do Brasil, quase sempre a perspectiva histórica não era tratada com profundidade. E arrematava: “em consequência, a sociologia desse vasto fenômeno é prejudicada. O pentecostalismo é aprisionado numa jaula atemporal, e não se percebe quando a jaula está ficando pequena para o tigre” (Freston, 1994, p. 68).

O ponto de vista de Freston, embora pareça algo pessimista, tinha vários fatores a endossá-lo. Como já foi dito, o crescimento demográfico dos pentecostais e o aumento de sua influência na sociedade brasileira foram fenômenos ocorridos nas últimas décadas do século passado. Todavia, em meados do século XX, estudiosos como Emilio Willems (1967), Christian Lalive d'Épinay (1970), Cândido Procópio Ferreira de Camargo (1973), Beatriz Muniz de Souza (1969) e Émile-G. Léonard (1952a, 1952b) já estavam atentos ao desenvolvimento das igrejas pentecostais no Brasil, enquanto os historiadores demonstravam pouco ou nenhum interesse pelo assunto.

Talvez o esforço mais detido de sistematização histórica das igrejas pentecostais, anterior aos anos 1990, esteja no pouco divulgado livro do teólogo Walter Jacob Hollenweger, originalmente publicado em alemão, no ano 1969, e vertido para o inglês, em 1972. O que mais chama atenção no estudo de Hollenweger (1972) é o esforço do autor em elaborar um detalhado painel histórico do pentecostalismo brasileiro, pois, ainda que sua pesquisa tivesse pretensões geográficas bem ousadas, que incluíam os Estados Unidos, países europeus, asiáticos, africanos e latino-americanos, o autor dedicou três capítulos da obra para discorrer sobre a formação e o desenvolvimento das igrejas pentecostais no Brasil. Nesses capítulos, Hollenweger deu ênfase ao que chamou “iluminismo autóctone”², em referência às primeiras práticas evangélicas com acento “místico” exercidas por Miguel Vieira Ferreira e José Manuel da Conceição, seguindo-se à análise das duas principais representantes do pentecostalismo à época em nosso país: a Assembleia de Deus (AD) e a Congregação Cristã no Brasil (CCB) (Hollenweger, 1972, p. 75-110).

Sem a perspectiva histórica acadêmica, por muitas décadas o monopólio da escrita da história do pentecostalismo ficou nas mãos das próprias igrejas, especialmente a AD, que sempre se mostrou muito mais interessada do que a CCB pelo apontamento de sua história. A preocupação da AD com a memória

² Hollenweger (1972) toma de empréstimo o termo “iluminismo”, usado pelo sociólogo Émile-G. Léonard (1952a, 1952b), no sentido de “misticismo” ou “iluminação interior”.

institucional remonta às décadas de 1950 e 1960, período em que foi lançado o livro *História das Assembléias de Deus no Brasil*, de autoria de Emílio Conde (1960), e publicadas inúmeras matérias históricas no jornal *Mensageiro da Paz* e na revista *A Seara*. Há ainda uma edição de 1959 da biografia de Daniel Berg, que contém relatos do trabalho evangelístico desse missionário sueco cofundador da AD no Brasil. O livro narra uma série de fatos que marcaram os primeiros trabalhos de evangelização no Brasil, bem como detalhes de sua vida, desde a infância na Suécia, passando por seu contato com o pentecostalismo norte-americano, até sua chegada ao Brasil (Berg, 1959). Nessa mesma concepção, a editora oficial assembleiana, a Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), publicou, em 1973, o livro *Diário do pioneiro* (Vingren, 1973), com narrativas das experiências de Gunnar Vingren, companheiro de evangelização de Daniel Berg, em texto que foi organizado por Ivar Vingren, filho de Gunnar, a partir de originais deixados pelo missionário.

É desnecessário dizer que esse modelo de escrita, de fundo hagiográfico, primava pela busca de determinações históricas que favorecessem a construção de uma “identidade assembleiana”, por isso a lógica que marcava essa história institucional era a do louvor às origens e da constante seleção de elementos históricos que confirmassem a predestinação divina do pentecostalismo assembleiano no Brasil como portador da “verdadeira” mensagem que havia sido revelada aos homens escolhidos por Deus. Não obstante o fato de essas publicações institucionais serem extremamente importantes para os historiadores do pentecostalismo, pela facilidade de acesso e pelo que trazem em suas entrelinhas de fragmentos históricos reveladores (Fonseca, 2009), sem a mediação de estudos acadêmicos, por muito tempo esses livros foram o porto seguro dos pesquisadores de outras áreas, que se viam à deriva diante das indeterminações históricas do movimento pentecostal.

As razões para essa demora dos historiadores de ofício em perceber essa lacuna são muito complexas para serem tratadas no escopo deste texto, pois tal empreendimento abarcaria, entre outras questões, uma profunda discussão historiográfica sobre as opções teóricas e metodológicas que guiavam os estudos históricos em nosso país entre as décadas de 1950 e o final da década de 1970, isto é, em uma conjuntura em que nem sempre as pesquisas sobre as religiões eram tidas como importantes.

Cabe destacar, no entanto, que, a partir dos anos 1990, houve no Brasil uma significativa alteração no panorama das pesquisas históricas, sobretudo por dois aspectos. Primeiro, o início de um processo de criação e fortaleci-

mento de programas de pós-graduação em história, que se estenderia até os anos 2000, o que não só contribuiu para o aumento no número de teses e dissertações como também para a diversificação temática. Segundo, que esse crescimento na oferta de programas *stricto sensu* ocorreu em um momento de transformações no modo de se escrever história em nosso país, muito pela influência da chamada “Nova História”, uma designação um tanto genérica, que inclui, segundo Ronaldo Vainfas, a “história das mentalidades”, ligada aos *Annales* dos anos 1970, a “história cultural italiana”, sob influência de Carlo Ginzburg ou Giovanni Levi, uma historiografia influenciada por Roger Chartier, também ligada à tradição dos *Annales*, e, por fim, a historiografia sociocultural britânica, galvanizada na figura de E. P. Thompson (Vainfas, 2009, p. 217-218).

As pesquisas históricas sobre as religiões beneficiaram-se grandemente do alargamento teórico-metodológico aberto por esses diferentes, mas, em muitos elementos, convergentes, modos de escrita da história. Com isso, conforme constatou Ivan Aparecido Manoel, a história das religiões firmou-se, nas últimas décadas do século XX, na academia brasileira, tendo como resultado “a redação de monografias, dissertações, teses, livros e artigos, bem como a criação da ABRH [Associação Brasileira de História das Religiões]” (Manoel, 2006, p. 11-12).

É exatamente sob o empuxo dessa onda que os historiadores voltaram seu tino analítico às instituições pentecostais. Mas, como houve demora de pelo menos meio século, o trabalho havia se avolumado, e as questões que desafiavam os pesquisadores eram múltiplas e complexas, exigindo firme amparo teórico e instrumentos metodológicos abrangentes e diversificados. Além disso, nesse contexto, os pentecostais ganhavam a cena social, como já foi mencionado, situação que impunha uma demanda social sobre questões que só poderiam ser devidamente aclaradas por meio de um olhar histórico profissional. Nada a estranhar nesse caso, pois uma atribuição central da ciência histórica está no compromisso de responder a esse tipo de demanda que toma o historiador de assalto no tempo presente. Daí por que, ao se referir à emergência da história do tempo presente, Jean Rioux ter dito que ela “nasceu [...] bem mais de uma impaciência social do que de um imperativo historiográfico” (Rioux, 1999, p. 46).

Como relatou Fernand Braudel, nos últimos 10 anos de sua vida, Lucien Febvre dizia, reiteradamente, que a história era “ciência do passado, ciência do presente” (Braudel, 1965, p. 17). Também para Marc Bloch as indaga-

ções do presente eram muito relevantes, uma vez que os historiadores, em sua compreensão, vão ao passado a partir de problemáticas de seu tempo. Bloch sintetiza essa questão de forma categórica em seu clássico *Apologia* da história, com as seguintes palavras: “a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente” (Bloch, 2001, p. 65).

Conforme François Dosse, a “reintrodução da história no presente” foi um dos principais aspectos inovadores dos *Annales* sob a direção de Marc Bloch e Lucien Febvre, um pensamento do fazer histórico que permitiu que a revista *Annales* publicasse artigos que tratavam de processos vigentes na década de 1930, como sobre Franklin Delano Roosevelt e sua política do *New Deal* ou a coletivização de terras na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (Dosse, 2012, p. 8). Como explicou Ciro Flamarion Cardoso, essa história, vista ao mesmo tempo como “ciência do passado” e “ciência do presente”, a que se chama “história-problema”,

[...] é uma iluminação do presente, uma forma de consciência que permite ao historiador — homem de seu tempo —, bem como aos seus contemporâneos a que se dirige, uma compreensão melhor das lutas de hoje, ao mesmo tempo que o conhecimento do presente é condição sine qua non da cognoscibilidade de outros períodos históricos. (Cardoso, 2011, p. 8)

Esse “despertar” da história, diretamente influenciado pelos espaços de pesquisa que surgiram, pelas novas possibilidades de abordagem, mas, sobretudo, pela súbita emergência dos pentecostais na cena pública, em poucas décadas alterou significativamente a literatura especializada sobre o tema. Prescindindo de uma exaustiva recensão dos trabalhos elaborados nessa nova conjuntura, podemos afirmar com segurança que em três décadas o número de pesquisas acadêmicas na área de história sobre o pentecostalismo, sob os mais diferentes enfoques e realidades, teve um expressivo incremento.

Não se pode dizer, contudo, que já temos um painel de pesquisa que seja satisfatório para compreender isso que chamamos, geralmente sem mais especificações, de “movimento pentecostal”. O problema é que o pentecostalismo é um objeto evanescente, que “acontece” enquanto é pesquisado, de modo que suas transformações e reinvenções desafiam constantemente os que querem entendê-lo. A própria designação “pentecostal” é um exemplo dessa situação, pois nela está abrigada uma diversidade de pequeninas, pequenas, médias e grandes instituições que, em conjunto, tornam-se praticamente impossíveis de serem recenseadas. Para complicar ainda mais a situação, as igrejas pentecostais são fortemente marcadas por cisões que, na maioria dos casos,

levam à fundação de uma nova igreja que, decomposta por qualquer outro desentendimento, resulta em outro templo. Daí a diversidade de nomes assumidos por essas novatas, em não poucos casos, como se sabe, bem excêntricos.

As grandes também não estão a salvo dessas partições, com a diferença de que desse tipo de divórcio podem surgir igrejas que já nascem com médio porte ou mesmo agigantadas. Há ainda os grupos com práticas pentecostais albergados em instituições tradicionais que pouco têm de identificação com esse tipo de “religião do espírito”, mas que acabam por tolerá-los, emprestando-lhes seu prestígio e inserção social em troca do poder de atração de fiéis que exercem. É o caso exemplar da Renovação Carismática Católica (RCC), um arranjo consentido pela cúpula católica por ser a única resposta efetiva da Igreja ao pentecostalismo evangélico. A coisa fica ainda mais complexa se considerarmos as aquisições de igrejas menores pelas maiores. Esse tipo de transação financeira — o termo deve ser entendido aqui em seu sentido literal — dá-se quando igrejas que ainda estão se estabelecendo são compradas por aquelas mais bem-sucedidas no “mercado”, uma transação quase sempre muito rentável para as que são engolidas e para as que engolem, nisso que podemos chamar uma fagocitose econômica.

O quadro de pesquisas atual também está longe de confrontar a inquietante e insólita animação de grupos ligados ao pentecostalismo na esfera pública, algo que alcançou proporções assustadoras no debate político atual. Lembremos, por exemplo, a importância da bancada evangélica, na qual os pentecostais têm presença marcante, no desfecho do golpe parlamentar de 2016 e na aprovação da nefanda reforma trabalhista levada a cabo pelo governo de Michel de Temer. Ou ainda o protagonismo desse grupo religioso no pleito presidencial de outubro de 2018 e na influência exercida na composição do atual governo, que chegou, até mesmo, a recuar da escolha de um ministro da Educação pela grita das forças políticas pentecostais e a nomear uma pastora pentecostal para a estranha pasta da Mulher, Família e Direitos Humanos.

Note-se a complexidade que temos aí: um segmento religioso muito disforme nas práticas religiosas, marcado por renhidas disputas, mas que é bastante homogêneo quando o assunto em questão é a regulação da vida alheia (da concepção à morte), o controle dos currículos das escolas públicas, a defesa do heteropatriarcado ou de benefícios fiscais para as igrejas etc.

Premidos por tais circunstâncias, os pesquisadores da área de história vemo-nos diante da já citada “impaciência social” referida por Jean-Pierre

Rioux (1999, p. 46), uma vez que a perplexidade deve dar lugar, nesses casos, aos esforços de reflexão que estejam assentados em bases teóricas e metodológicas seguras, capazes de demonstrar os estratos históricos que nos encaminham para tal estado de coisas.

A primeira dificuldade nessa empreitada, como já mencionamos, está justamente na abrangente definição do termo pentecostal, uma classificação que já é desafiadora para a realidade brasileira e que se torna desconcertante se considerarmos que esse modo de crença já alcançou quase todas as nações do planeta. De acordo com Luís de Castro Campos Junior (1995, p. 20), as igrejas pentecostais são consideradas “evangélicas” porque integram o grupo religioso formado pelas denominações cristãs nascidas e descendentes da Reforma Protestante. Há, no entanto, uma subdivisão entre as instituições evangélicas. De um lado, estão as igrejas chamadas “protestantes históricas” (Luterana, Metodista, Presbiteriana, Congregacional, Anglicana e Batista) e, de outro, as igrejas pentecostais (Cristã do Brasil, Assembleia de Deus, Evangelho Quadrangular, O Brasil Para Cristo, Deus É Amor, Universal do Reino de Deus, entre outras). Deve-se notar, ainda, que as instituições pentecostais diferenciam-se das protestantes históricas por fundamentarem suas mensagens nos livros de Joel 2:28 e Atos 2, dando ênfase aos dons de língua (glossolalia), cura, discernimento de espírito e profecia. Vale destacar a definição do pesquisador Ari Pedro Oro (1996, p. 19-20), para quem:

Evangélico é um termo genérico que cobre o conjunto das igrejas protestantes, isto em razão da importância atribuída ao Evangelho. O campo evangélico histórico é formado pelas tradicionais denominações resultantes da Reforma protestante iniciada na Alemanha por Martinho Lutero em 1517. As principais são as luteranas, calvinista, batistas, presbiteriana, anglicana e metodista. O campo evangélico pentecostal é composto pelas igrejas resultantes do movimento pentecostal, derivado especialmente do metodismo, e que iniciou nos Estados Unidos em 1906.

Para Allan Anderson, o termo “pentecostalismo” serve para englobar uma ampla variedade de igrejas espalhadas pelo mundo que guardam alguma “familiaridade”, o que não significa que tenham “algo em comum”, mas, sim, que há reservas de semelhança, que nesse caso é o protagonismo do “Espírito Santo”. Mesmo com a dificuldade de categorização do pentecostalismo, destaca Anderson, pesquisadores de diferentes disciplinas procuraram elaborar critérios de classificação, ainda que a diversidade desse modo de fé, com inúmeros movimentos independentes, carismáticos e neocarismáticos, impeça uma classificação abrangente (Anderson, 2010, p. 15).

Mas o próprio Anderson (2010) arrisca-se na busca de categorias capazes de contribuir para uma melhor compreensão do pentecostalismo em

sua face global. Ele começa por estabelecer o que, em seu entendimento, a despeito de todas as diferenças significativas que atravessam os milhares de denominações e movimentos espalhados pelo mundo, poderiam ser elementos característicos dos pentecostais: o “caráter”, a “teologia” e o “ethos”. E é a partir desse princípio que o autor propõe uma “taxonomia” do pentecostalismo global, que o divide em pelo menos quatro tipos sobrepostos, permitindo, na visão de Anderson, que sejam respeitadas as características próprias e as familiaridades compartilhadas pelos grupos a partir de fatores históricos, teológicos e culturais. São eles: 1. *Pentecostais clássicos* [*Classical pentecostals*], que engloba as denominações originárias do reavivamento do início do século XX nos Estados Unidos; 2. *Antigas igrejas independentes e espiritualistas* [*Older independent and spirit churches*], no qual estão igrejas da China, da Índia e da África subsaariana, que, mesmo tendo uma relação histórica com os “pentecostais clássicos”, nem sempre apresentam uma teologia definida, nem mesmo se identificam como pentecostais, ainda que tenham práticas religiosas de cura, oração e dons espirituais próprias do pentecostalismo; 3. *Carismáticos de igrejas antigas* [*Older church charismatics*], que inclui carismáticos católicos, anglicanos e protestantes; 4. *Igrejas neopentecostais e neocarismáticas* [*Neo-pentecostal and neo-charismatic churches*], que integra as igrejas neopentecostais e neocarismáticas, influenciadas tanto pelo pentecostalismo clássico quanto pelo movimento carismático (Anderson, 2010, p. 17-20).

Não é possível, nos limites deste capítulo, aprofundar os elementos dessa abrangente classificação de Anderson, mas o próprio autor reconhece que a complexidade da conformação social do pentecostalismo não comporta modelos classificatórios que se querem definitivos e totalizantes. Nos termos do autor:

Nos estudos multidisciplinares do pentecostalismo global, uma ampla taxonomia deve usar a analogia por semelhança para incluir suas ligações históricas e suas bases teológicas e sociológicas. O pentecostalismo continua a renovar-se e revitalizar-se em novas e incontáveis formas de expressão. A partir dessa perspectiva, ele não é um movimento de origem diferenciada na América ou em qualquer outro lugar, ou um movimento baseado em uma teologia específica. Em vez disso, ele representa uma série de movimentos que emergiram ao longo de vários anos e de diversos conceitos e eventos formadores. Na busca de uma definição funcional do *pentecostalismo*, precisamos reconhecer que tal definição pode mostrar-se inatingível e, ao mesmo tempo, que ela sempre depende dos paradigmas e critérios do indivíduo que tenta encontrá-la³. (Anderson, 2010, p. 27)

³ No original: “In the multidisciplinary study of global Pentecostalism, a broad taxonomy must use the family resemblance analogy to include its historical links and its theological and sociological foci. Pentecostalism continues to renew and reinvigorate itself in countless new forms of expression. Seen from this perspective, it is not a movement that has a distinct beginning in America or anywhere else, or a movement based on a particular theology; it is instead a series of movements that emerged after several years and several different

Mesmo que seja possível, com alguma disposição, alinhar a plethora de denominações pentecostais do Brasil à elástica categorização de Allan Anderson, temos cá nossas classificações específicas. Antes de apresentar a mais utilizada pelos pesquisadores brasileiros, no entanto, é importante recordar que o surgimento do pentecostalismo em nosso país tem como marco a data de fundação da CCB, criada pelo italiano Luigi Francescon, em 1910, e da AD, que iniciou suas atividades em 1911 por iniciativa de dois missionários suecos, Daniel Berg e Gunnar Adolf Vingren. Em meados do século passado, quando essas duas pioneiras já eram a prova de que esse tipo de protestantismo “reavivado” era totalmente viável em terras que se acreditava serem de monopólio do catolicismo, outras igrejas foram se instalando, tendência que se consolidou nas décadas de 1970 e 1980, com o surgimento de inúmeras denominações.

Confrontados por essa realidade, alguns especialistas, notadamente os sociólogos, propuseram uma divisão histórico-institucional do pentecostalismo. A mais recorrente é a das “três ondas”: 1. *Pentecostalismo clássico*, representado pela CCB (1910) e pela AD (1911); 2. *Deuterpentecostalismo*, a partir da década de 1950, com a criação da Igreja do Evangelho Quadrangular (1951) e, em seguida, das igrejas O Brasil Para Cristo (1955) e Deus É Amor (1962), além de outras de menor porte; e 3. *Neopentecostalismo*, a partir da metade dos anos 1970, com a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (1976), Universal do Reino de Deus (1977), Internacional da Graça de Deus (1980) e Renascer em Cristo (1986) (Mariano, 1999, p. 32; Freston, 1994).

Aqui, cabe uma importante observação. Certamente, essa divisão pode ser útil ao se considerar a diversidade de igrejas que se autodenominam pentecostais. Como afirma Paul Freston (1994, p. 71): “a vantagem dessa maneira de colocar ordem no campo pentecostal é que ressalta [...] a versatilidade do pentecostalismo e sua evolução ao longo dos anos e, ao mesmo tempo, as marcas que cada igreja carrega da época em que nasceu”. Entretanto, não se pode desconsiderar que as diferentes estratégias dessas igrejas, diante da intensificação da concorrência no campo religioso, resultaram em especificidades que, em maior ou menor grau, tornam muito difícil um enquadramento denominacional rígido (Fonseca, 2015).

Para ilustrar essa questão, podemos citar o caso da AD, igreja alocada no “pentecostalismo clássico”, mas que, no curso do século XX, passou por inú-

formative ideas and events. In seeking a working definition of Pentecostalism we need to acknowledge that such a definition might prove elusive and always depends on the paradigms and criteria of the individual attempting to make it.”

meras mudanças que a aproximaram das igrejas *deuteropentecostais* e mesmo das *neopentecostais*, a exemplo da revisão de normas de usos e costumes (trajes, maquiagens, corte de cabelo, utilização de certas tecnologias), das flagrantes mudanças nos ritos litúrgicos dos cultos (como a flexibilização da tradicional execução dos hinos da Harpa Cristã) e da organização dos templos (separação das fileiras por sexo, presença do presbitério na retaguarda dos púlpitos etc.).

Temos aí, nesse ligeiro exemplo, uma amostra das particularidades que tornam o estudo desse segmento religioso tão desafiador quanto necessário. No caso específico da história, além da dificuldade inerente à complexa morfologia das instituições que estão na moldura do pentecostalismo, devemos acrescentar certa dificuldade de acesso às fontes, que, a depender da denominação escolhida, pode ser maior ou menor. Não que esse problema seja mero sintoma de um objeto de estudo que está imerso no tempo presente, pois, como sentenciou François Dosse (2012, p. 16): “não podemos afirmar que a História do tempo presente carece de arquivos, pelo contrário, eles são superabundantes (os testemunhos, as imagens, as entrevistas, a imprensa, a literatura científica não acessada pelo grande público e os arquivos privados)”.

As dificuldades estão, desse modo, ligadas à dinâmica do movimento pentecostal, e não à temporalidade que o engloba. O próprio sociólogo Paul Freston reconheceu que um dos motivos para a falta de trabalhos acadêmicos de história sobre os pentecostais era a relativa escassez de fontes escritas. Segundo Freston, os pentecostais rejeitam as interpretações das “ciências do homem” lançadas sobre suas instituições e dificultam, por isso, o acesso a fontes e arquivos (Freston, 1994). Embora Freston não tenha dado detalhes sobre essa dificuldade, é notório o fato de as igrejas pentecostais não terem tido, ao longo do século XX, uma preocupação com a preservação de seus arquivos, sobretudo nas igrejas locais. No que se refere aos documentos internos (como atas, relatórios, correspondências, por exemplo), geralmente eles estão centralizados nas chamadas “igrejas-sede”, comumente sedes regionais, senão nacionais. Abre-se aí um duplo problema: escassez de fontes para estudos de instituições em âmbito regional e concentração de documentos em determinadas “sedes”, cujo acesso é muito dificultado. No caso dos materiais impressos, as igrejas pentecostais não costumam ter bibliotecas para o uso dos membros, não havendo preocupação com o acondicionamento das publicações de anos anteriores.

Há, contudo, outros canais que permitem uma análise histórica das igrejas pentecostais. Excetuando-se a CCB, as demais denominações pente-

costais publicaram milhares de revistas, jornais, panfletos, livros, entre outros materiais impressos. Em muitos casos, esses materiais podem ser encontrados em arquivos públicos, a exemplo da Biblioteca Nacional, além, é claro, da possibilidade, mesmo com certa dificuldade, de se conseguir consultar os exemplares nos arquivos das próprias editoras.

Já os livros publicados por essas igrejas são especialmente importantes como fonte histórica por serem de fácil acesso — uma vez que estão disponíveis para compra em diversas lojas virtuais — e por conterem informações históricas valiosíssimas. Cabe ao pesquisador estar atento a como utilizá-los, sabendo filtrar as informações históricas sem se deixar levar pelos exacerbados louvores das origens que comumente estão estampados nas páginas desse tipo de material (Fonseca, 2009).

A história oral também é uma grande aliada dos historiadores do pentecostalismo, principalmente quando se tem o interesse de realizar uma pesquisa voltada às práticas culturais dos fiéis, como, para mencionar apenas um exemplo, a recepção das mensagens e regras impostas pelas igrejas. A relevância desse tipo de abordagem está na possibilidade de o pesquisador ir além de uma história das instituições religiosas, buscando, como defende Karina Bellotti, ultrapassar os muros físicos e simbólicos das igrejas para concentrar esforços na compreensão da historicidade das crenças a partir de questionamentos como: *“quem as pratica? Por quê? Em que contexto? Sempre foi assim? Quais as relações de força presentes no campo religioso?”* (Bellotti, 2011, p. 30, grifo do original).

Não se quer dizer, com isso, que esse tipo de pesquisa não tenha lá suas implicações. Evidentemente, há igrejas em que essa abordagem é bem mais complicada, como é o caso da CCB e da Igreja Deus É Amor, cuja liderança e corpo de membros mostram-se bastante resistentes a qualquer forma de entrevistas, mesmo quando lhes é garantido anonimato. Esse é um sério impedimento, aliás, para o avanço das pesquisas sobre essas duas igrejas, pois elas unem dois aspectos complicadores de primeira ordem à pesquisa acadêmica: têm baixíssima produção de impressos e uma antipatia a qualquer aproximação investigativa que lhes pareça uma intromissão nos assuntos internos.

Outra grande aliada do historiador do pentecostalismo é a internet, considerando-se, logicamente, todas as precauções que devemos ter ao utilizar esse poderoso instrumento de pesquisa, conforme bem o demonstrou Célia Tavares (2012). Praticamente todas as grandes igrejas pentecostais têm *sites* nos quais se podem encontrar um grande número de informações sobre a or-

ganização ministerial e, em alguns casos, até mesmo documentos históricos. É o caso da CCB, uma igreja que não publica nenhum tipo de revista ou jornal e que, tradicionalmente, não permite o acesso a documentos históricos, mas que em seu *site* oficial apresenta uma série de textos sobre sua estrutura organizacional, sobre sua história, chegando até a disponibilizar cópias originais de cartas escritas pelo fundador, Luigi Francescon.

Não se pode deixar de mencionar que a própria lógica concorrencial do campo religioso brasileiro, nos últimos anos, tem incentivado certa mudança de postura em relação à preservação do patrimônio histórico-cultural de algumas igrejas como forma de reafirmação identitária. O caso do Centro de Estudos do Movimento Pentecostal (Cemp) tipifica muito bem essa mudança de concepção. Criado em setembro de 2009 por iniciativa da CPAD, o Cemp é responsável pela guarda, conservação e catalogação de um riquíssimo acervo histórico, que reúne fotos, material audiovisual, documentos e um completíssimo acervo de periódicos da igreja. Mas o maior destaque do acervo e principal chamariz de pesquisadores é a hemeroteca do Cemp. Nela, encontram-se milhares de páginas que registram a centenária história da AD no Brasil em periódicos de grande peso histórico, como o jornal *Mensageiro da Paz*, fundado em 1930, e as revistas *Lições Bíblicas*, *A Seara*, *O Obreiro*, *Jovem Cristão* e *Círculo de Oração*.

Embora não seja aberto ao público, o Centro, que está localizado na cidade do Rio de Janeiro, no bairro Bangu, permite a visita de pesquisadores acadêmicos sem dificuldades, bastando apenas que o interessado faça o agendamento eletrônico pelo *site* da CPAD. A equipe, formada pela bibliotecária Vera Garcez e pela historiadora Flavianne Vaz, sob liderança do pastor Isael de Araujo, além de um exemplar trabalho de conservação e catalogação de todo o acervo, contribui efetivamente com os visitantes, dando-lhes apoio na consulta dos materiais e até mesmo dicas a partir da temática que interessa ao consulente.

Centros de estudos do movimento pentecostal são bem numerosos nos Estados Unidos, como é o caso do International Pentecostal Holiness Church Archives and Research Center e do United Pentecostal Church Historical Center; na Europa, há o Swedish Pentecostal Research and Information Center e o Centre for Pentecostal and Charismatic Studies. Há também iniciativas semelhantes na Ásia, com o Asia Pacific Theological Seminary, e, na África, o Centre for Pentecostal and Charismatic Studies. Na América Latina, ainda são escassas essas iniciativas e, no caso do Cemp, mesmo que haja uma

autodefinição de “centro de estudos do movimento pentecostal”, trata-se, na verdade, de um “centro de estudos da igreja Assembleia de Deus”, pois seu foco principal é a salvaguarda de materiais e promoção histórica da igreja.

Ficamos, com isso, desassistidos no que poderia ser um espaço interdenominacional de apoio à pesquisa do pentecostalismo no Brasil, um projeto que, pelo destaque dessa filiação religiosa em diversas instâncias da teia social de nosso país, mostra-se como algo que não pode deixar de ser considerado.

Se o Cemp, pelas limitações institucionais do próprio projeto que o instituiu, não responde à demanda de estudo do pentecostalismo de forma mais abrangente, como ocorre em centros internacionais congêneres, há de se destacar que a publicação do *Dicionário do movimento pentecostal* (Araujo, 2007) pela CPAD representou um importante passo no sentido de nos aproximar, no plano editorial, da realidade de grandes centros de produção de estudos do pentecostalismo. Isso porque nos Estados Unidos, desde 1988, já circulava o *Dictionary of pentecostal and charismatic movements* (Burgess; McGee; Alexander, 1988), que, no ano 2002, ganhou ampliada edição com o *The new international dictionary of pentecostal and charismatic movements* (Burgess; Maas, 2002), versão que alcançou mil entradas, acompanhadas de ilustrações e instrumentos de referência cruzada de consulta a terminologias, personalidades e países. Mas é exatamente nessa preocupação de ter uma amplitude mundial que está o ponto mais frágil da obra, uma vez que, na impossibilidade de aprofundamento das características domésticas do pentecostalismo em cada país, escapam-lhe detalhes muito importantes, como é o caso do verbete que, em poucas páginas, trata do pentecostalismo no Brasil.

O *Dicionário do movimento pentecostal*, de Isael de Araujo, preenche essa lacuna, pois as igrejas e os principais personagens do pentecostalismo brasileiro, se não puderam ser tratados todos com profundidade, foram inventariados de modo muito mais completo em seus mil verbetes temperados com imagens históricas, o que o coloca como obra de consulta obrigatória para os interessados no tema em nosso país. Uma ressalva importante é que o dicionário da CPAD, ao contrário de seu coirmão norte-americano, mantém intacto o cacoete apologético tão característico da memorialística assembleiana, o que é de se lamentar em uma publicação dessa natureza. Mesmo assim, presta serviço relevante, pois logra reunir em suas quase mil páginas um lauto repertório de informações que, sem o duro trabalho de Isael de Araujo e colaboradores, não estaria à mão de modo tão sistematizado.

Enfim, como demonstramos neste texto, o estudo do movimento pentecostal assoma ao horizonte dos historiadores como um objeto desafiador.

Primeiro, porque sua historicidade é marcada pelo voluntarismo de uma liderança pioneira que acreditava agir alicerçada na “iluminação” divina, o que lhes dava, por consequência, liberdade interpretativa para a formulação de doutrinas e normas de usos e costumes. Assim, mesmo que alguns elementos estruturantes do pentecostalismo fossem mantidos, as igrejas criadas sob a égide do Pentecoste assumiram, no curso histórico do século XX, características tão distintas que chega a ser difícil estabelecer uma organização sociológica ou histórica capaz de abarcá-las todas em um gradiente classificatório. Segundo, que o sobressalto de muitos segmentos da sociedade diante da visibilidade dos pentecostais no campo religioso e da crescente influência que vêm exercendo na esfera pública, cujo paroxismo é a inserção na política, tem gerado uma demanda social cada vez maior por estudos acadêmicos que possam vir a estabelecer alguma lógica diante de um fenômeno tão descentralizado, multiforme, heterogêneo, mas, quando visto em conjunto, tão exitoso na defesa de suas pautas comuns.

Estudar o pentecostalismo na área de história é, por isso tudo, encarar os desafios de um objeto heteróclito, fugidio, esquivo, porque imerso no plasma das disputas sociais e dos interesses do presente histórico no qual se insere o pesquisador. Daí as dificuldades com as fontes, as cancelas dos arquivos, as negativas de entrevistas e a memorialística renitente. Todavia, não há como fugir dessa incumbência diante da moldura social e política dessas últimas décadas no Brasil e no mundo, em que movimentos reacionários e neoconservadores, muito irmanados a expressivas parcelas do pentecostalismo, colocam-nos diante de uma conjuntura com diversas características do que Hannah Arendt (2017) chamou de “tempos sombrios”. Diante disso, uma possível omissão dos historiadores não será vista apenas pela perspectiva de uma lacuna histórica — que por si só seria lamentável —, mas, sim, como uma imperdoável negligência perpetrada justamente em um momento em que, para emprestar os termos da própria Arendt, precisamos tanto de indivíduos dispostos a trazer “alguma iluminação” em uma conjuntura “em que o âmbito público se obscureceu”.

Referências

ANDERSON, Allan. Varieties, taxonomies and definitions. In: _____; BERGUNDER, Michael; DROOGERS, André; LAAN, Cornelis van der (Ed.). **Studying global pentecostalism: theories and methods**. Berkeley, CA: University of California Press, 2010. p. 13-29.

ARAUJO, Isael de. **Dicionário do movimento pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2007.

ARENDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BELLOTTI, Karina Kosicki. **História das religiões**: conceitos e debates na era contemporânea. *História: Questões e Debates*, v. 55, p. 13-42, 2011.

BERG, Daniel. **Enviado por Deus**: memórias de Daniel Berg. São Paulo: Gráfica São José, 1959.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRAUDEL, Fernand. História e sociologia. *Revista de História*, São Paulo: FFLCH-USP, v. 16, n. 30, p. 11-31, 1965.

BURGESS, Stanley M.; MAAS, Eduard M. van der (Ed.). **The new international dictionary of pentecostal and charismatic movements**. Grand Rapids: Zondervan, 2002.

_____; MCGEE, Gary B.; ALEXANDER, Patrick H. **Dictionary of pentecostal and charismatic movements**. Grand Rapids: Zondervan, 1988.

CAMARGO, Cândido Procópio F. de (Org.). **Católicos, protestantes, espíritas**. Petrópolis: Vozes, 1973.

CAMPOS JR., Luís de Castro. **Pentecostalismo**: sentidos da palavra divina. São Paulo: Ática, 1995.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. In: VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 1-22.

CONDE, Emílio. **História das Assembléias de Deus no Brasil**. Rio de Janeiro: CPAD, 1960.

D'ÉPINAY, Christian Lalive. **O refúgio das massas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. *Revista Tempo e Argumento*, v. 4, n. 1, p. 5-23, 2012.

FONSECA, André Dioneu. O exemplo do pentecostalismo. In: MARIN, Jérri Roberto; ROIZ, Diogo (Org.). **Métodos e técnicas da pesquisa histórica**. 1. ed. Dourados: EDUFGD, 2015. v. 1, p. 109-120.

_____. Os impressos institucionais como fonte de estudo do pentecostalismo: uma análise a partir do livro História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, UFGD, v. 3, p. 1-20, 2009.

_____; FARIAS, Marilene Nascimento de. História do pentecostalismo: histórias em construção. **Ensaio de História**, Franca, v. 1-2, p. 25-36, 2007.

FRESTON, Paul. Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto. **Nem anjos nem demônios**: uma interpretação sociológica do pentecostalismo. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 67-159.

HOLLENWEGER, Walter Jacob. **The pentecostals**: the charismatic movement in the churches. Minneapolis: Augsburg Pub. House, 1972.

LÉONARD, Émile-G. L'illuminisme dans un protestantisme de constitution récente (Brésil) (premier article). **Revue de l'Histoire des Religions**, t. 141, p. 26-83, n. 1, 1952a.

_____. L'illuminisme dans un protestantisme de constitution récente (Brésil) (second et dernier article). **Revue de l'Histoire des Religions**, t. 141, n. 2, p. 145-201, 1952b.

MANOEL, Ivan Aparecido. Prefácio. In: FREITAS, Noinora M. B. (Org.). **História das religiões**: desafios, problemas e avanços teóricos, metodológicos e historiográficos. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 2006.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v. 11, p. 238-258, 2011.

_____. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo do Brasil. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. Pentecostais e política no Brasil: do apolitismo ao ativismo corporativista. In: SANTOS, Hermílio (Org.). **Debates pertinentes**: para entender a sociedade contemporânea. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 112-138.

MILLER, Donald E.; YAMAMORI, Tetsunao. **Global pentecostalism**: the new face of Christian social engagement. Berkeley, CA: University of California Press, 2007.

ORO, Ari Pedro. **Avanço pentecostal e reação católica**. Petrópolis: Vozes, 1996.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Interesses religiosos dos sociólogos da religião. In: ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos Alberto (Org.). **Globalização e religião**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 249-262.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. **Tempo Social**, v. 29, n. 2, p. 187-213, 2017.

REILY, Duncan A. **História documental do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Aste, 1984.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente?. In: CHAUVEAU,

Agnes; TÉTART, Philippe (Org.). **Questões para a história do presente**. Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru: Edusc, 1999. p. 39-50.

SANCHIS, Pierre. O repto pentecostal à cultura católico-brasileira. In: ANTONIAZZI, Alberto. **Nem anjos nem demônios**: uma interpretação sociológica do pentecostalismo. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 67-159.

SOUZA, Beatriz Muniz de. **A experiência da salvação**: pentecostais em São Paulo. São Paulo: Duas Cidades, 1969.

TAVARES, Célia Cristina da Silva. História e informática. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Novos domínios da história**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2012. p. 301-317.

VAINFAS, Ronaldo. História cultural e historiografia brasileira. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 217-235, jan./jun. 2009.

VINGREN, Ivar. **Diário do pioneiro**. Rio de Janeiro: CPAD, 1973.

WALLS, Andrew F. **The missionary movement in christian history**: studies in the transmission of faith. Maryknoll, NY: Orbis, 1996.

WILLEMS, Emilio. **Followers of the new faith culture change and rise of protestantism in Brazil and Chile**. Nashville: Vanderbilt University Press, 1967.

MEMÓRIA E ESQUECIMENTO

Marcos Montysuma

Introdução

Neste texto discutimos facetas relativas à *memória*, na tortuosa medida (nem tão justa, mas acentuadamente desproporcional) do que seria seu verso da moeda, o *esquecimento*. Pensamos alinhar aqui pequeníssimos aspectos da antiga, ampla, profunda e complexa discussão que envolve memória, que vem desde os povos antigos. Aqui recorreremos a alguns exemplos, que vislumbramos para pontuar a você as facetas presentes nas discussões da memória... e do esquecimento como constructo político e social. E para tal tomamos algumas referências de nossos dias.

Quando escrevemos a história tomamos como referência a memória, que ocorre como um lastro através do qual nos guiamos. A memória posta a serviço da escrita da história é um fragmento do que aconteceu, do que foi. E através da qual problematizamos os acontecimentos e damos forma explicando *como, o que, onde, quando e por que* do acontecido. Logo a memória é tomada como fragmento do passado. Porém, de acordo com a área de conhecimento também ocorrem outras tantas referências de memória, conforme proposto por Le Goff (2007, p. 419-476), no texto *Memória*. Mas salientamos aqui, também as discussões relativas ao entendimento de memória como a capacidade ou esforço que as pessoas têm de lembrar através do indiciário, fragmentário retirando o essencial para solucionar as situações de tudo aquilo que compõe suas experiências. Interpretamos que em certo sentido, memória como fragmento do que foi construído no plano social e memória como capacidade de discutir as experiências subjetivas, pelos teores guardados na mente se fundem.

Este fenômeno ocorre quando elevamos as alegorias dos conteúdos através dos quais as sociedades se representam. Assim se distinguem por haver projetando os elementos essenciais, que foram tomados para forjar uma cultura, uma identidade. Dar vasão aos conteúdos dos acontecimentos, e dentro destes os assuntos, temas ou questões ultrapassa o campo das ideias e toma forma na vida ordinária. Tal fenômeno ocorre através da comunicação. Para

isso as sociedades desenvolveram amplo leque de instrumentos, para facilitar a transmissão das ideias comunicando em palavras o que é essencial. Para tal opera a memória.

A divinização da memória e do esquecimento

A memória desempenhava papel tão importante para os gregos, que a divinizaram inserindo-a no cotidiano social sob imperativo da deusa Mnemósine. Esta era filha de Urano e Gaia. Mnemósine, com Zeus, foi mãe de nove musas: Calíope – Poesia épica; Clio – História; Erato – Poesia Romântica; Euterpe – Música; Melpômene – Tragédia; Polimnía – Hinos; Terpsícore – Danças; Tália – Comédia; Urânea – Astronomia. As musas desempenhavam o papel de intermediárias entre os humanos, em suas relações sociais e a deusa Mnemósine. As pessoas, de acordo com o ofício - ou que a situação assim exigisse - recorriam àquela musa específica exortando sua proteção ou amparo visando obter sucesso em determinada empreitada. Mnemósine como deusa que habita o Olimpo é inacessível aos humanos. O seu papel de divindade não consta rebaixar-se misturando-se com mortais, para atender diretamente seus pedidos. As musas - sendo semideusas - podiam transitar entre deuses e mortais sem percalços, na função de elevar e dar respostas aos pedidos humanos.

Quando exercitamos a poesia ou a música perceberemos que nelas temos *métodos* ou uma *natureza* específica para guardar conteúdos que nunca esquecemos. Esse método no caso da poesia é a rima. A rima permite guardar toda uma história sem que jamais esqueçamos. Um verso puxa o outro, uma estrofe separa os temas, e a repetição, quando há, funciona como passagem que prepara para o ato seguinte e assim sucessivamente.

A música opera da mesma forma. Queremos antes dizer que há a *métrica*, que consiste na divisão de uma linha musical em compassos. Estes podem ser fortes ou fracos. Assim ocorre a medição do ritmo das unidades. Toda a divisão exercitada através das notas, sob uma dada lógica entoa a canção, que faz com que não esqueçamos o que deve ser executado. A melodia e/ou seus versos ficam guardados na mente do músico e dos ouvintes, que evocam quando necessário e assim executa-se uma peça musical.

A história que elabora o conteúdo discursivo, que problematiza os acontecimentos (principalmente a história elaborada a partir de Tucídides, como abordado por Pires (2009, p. 93-125), que inscreve o primado de cientifici-

dade, por criar originalmente um discurso do método) torna o passado vivificado no presente, para que as pessoas não esqueçam o que são, de onde vêm e o que podem fazer a partir daí. A história tomada nestes termos é um apelo, é um brado contra o esquecimento do que fora a sociedade.

O esquecimento - tomado como divindade pelos gregos (também conhecido dos romanos) é poderoso e perigoso para as sociedades - atua sob imperativo do rio Lete. É o rio que corre nos Campos Elísios, no mundo inferior governado por Hades. Podemos falar mesmo em mundo dos mortos. O Lete tem capacidades divinais de provocar o esquecimento nos humanos. O ser uma vez banhado, ou que beba suas águas, antes do nascimento, esquece os conteúdos da vida passada, que não deveriam vir à tona quando encarnado.

Quando problematizamos a escrita da história é porque procuramos compreender determinados desfechos, que ao nosso ver não parecem coerentes ou não foram devidamente explicados. Isso não ocorre, necessariamente, por falta de capacidade interpretativa de quem o faz, mas porque em muitos casos preponderam os silêncios, os *apagamentos*, os esquecimentos da memória.

A memória pela natureza de sua constituição, e de sua função na sociedade, não é suficiente para dar cabo explicando o fenômeno como um todo, porque não cabe a ela tal tarefa. Interpretamos que através da pesquisa confrontamos a memória, entendida como fragmento do passado. E através da crítica a ela damos o passo seguinte – esse passo seguinte consiste no que hoje chamamos de escrita da história. Atento às facetas que permeiam memória na relação com a história, o filósofo Paolo Rossi pronunciou-se nos seguintes termos:

A historiografia não coincide com a espontaneidade da memória individual e coletiva: é uma forma de conhecimento que deve “passar pelo crivo da crítica” os aportes da memória. Toda via, entre história e memória ocorre uma relação estreita, porque a história se nutre da memória(...) (Rossi, 2010, p 205)

A memória - dita coletiva - é construída social e culturalmente, em disputas, nem sempre as mais saudáveis, resguardando identidades, compromissos, sentidos de pertencimento entre contemporâneos ou pertencentes a um dado lugar. Expressa o lado vitorioso, o vencedor. Mas não um vencedor convencional, que diz o que e como deve ser ou ficar dali para frente. Pelo contrário, ocorre uma dinâmica social. Dados setores em refregas das mais variadas naturezas, findam por forjar os elementos que sustentam a construção da chamada identidade. Porque do enfretamento com o outro vão eliminando não só as diferenças, as dissonâncias, os conteúdos de discórdia, mas também

os contrários. Vem, desse contexto, o império dos esquecimentos do passado. Vêm os tabus temáticos, os temas malditos que não se podem mencionar em público, sob risco de criminalização, tortura e morte nos casos mais graves. O questionamento destes silêncios projeta a possibilidade de novos debates para as questões dadas como encerradas.

Na escrita da história, quando evocamos a deusa Mnemósine, em realidade buscamos os significados de seu papel de agente que atualiza o passado, na luta contra o esquecimento, para nos distanciarmos do vórtice avassalador e autoritário do Lete. Porque este, por sua natureza, conforma vastos e incomensuráveis conteúdos sob seus domínios, *reduzindo* cada temática, problema, acontecimento à ideia que “isto está encerrado”, “isto não interessa”, ditando que impera ali o silêncio, a negação... o esquecimento. Quando buscamos pela memória voltando nosso olhar para o passado, tudo o mais que foi dado por perdido, apagado, esquecido, é questionado e vivificado. Tudo o mais é posto sob *suspeição* perante a força avassaladora que ela concentra. Como tal carrega grande capacidade em projetar a partir de poucos fragmentos aquilo que foi, mas não está dado. Necessita ser esclarecido. Esses fragmentos exercem o papel de encorajar aos inquietos para persistirem nas suas buscas, para decodificar e destruir o esquecimento em sua supremacia.

A discussão exercitada através da escrita da história é possível porque uma réstia do que foi fez-se memória, preservando dado conteúdo, por onde é possível problematizar todo um passado apontando outros devires. A memória é, portanto, a vitória contra o esquecimento. Mas será uma vitória efêmera porque é memória, e por ser memória está sempre sob ameaça de sucumbir no Lete, como ocorrera com os demais conteúdos nela inscritos. O passado torna-se memória por carregar, por vezes, uma ínfima parte, uma tênue lembrança dos acontecimentos vivenciados pelos sujeitos. A memória não retrata de modo pleno o conteúdo englobado do passado. O acontecido poderia ser tomado no exemplo do iceberg vagando ao mar. E desse bloco de gelo teríamos apenas uma visão parcial de sua diminuta e quase imperceptível ponta. A essa diminuta ponta chamemos por memória, ao passo que todo o resto submerso do iceberg tomemos por esquecimento. Essa dinâmica é essencial para compreendermos que a tudo que identificamos e apontamos por e como sendo memória, não comporta em si a plenitude do que foi, senão uma memória, um fragmento, um semblante através do qual podemos discutir um acontecimento, uma questão, uma passagem da história.

Memória e esquecimento I

A discussão relativa à memória e ao esquecimento pulsa nas sociedades sob as mais variadas formas. Ocupa lugar *silencioso* no cotidiano e na cultura sem que percebamos. A memória e o esquecimento foram banalizados quando ocuparam o imaginário, sob o mais diversificado aparato na vida ordinária das pessoas através da linguagem. São palavras que designam nossas ações, atitudes, coisas, funções, situações dentre outros aspectos que nos constroem como sujeitos sociais.

Atento ao uso das palavras, suas designações, sentidos, funções, não por acaso, o linguista alemão Weinrich (2001), na obra “LETE – Arte e crítica do esquecimento”, discute de modo sensível e minucioso o esquecimento como sendo uma construção cultural. Consiste na criação de palavras que carregam os sentidos, entendimentos daquilo que se quer afirmar e instituir em relação ao esquecimento. Esse pressuposto ocorre em todas as línguas ocidentais. O teórico inicia sua tese tomando como referência primeira o latim, “*que se tornou direta ou indiretamente o critério para muitas línguas europeias e também para o uso das ciências.*” (Weinrich, 2001, p. 17). Estende sua análise da nomenclatura do esquecimento às outras línguas como francês, espanhol, português, alemão, inglês, grego.

Esse estudioso mostra quando ocorre a consagração de um verbo ativo; quando este vira depoente; quando funciona como substantivo; quando toma a forma de uma locução verbal; quando o sentido de esquecer irrompe sob a forma de uma frase; quando ocorre a construção ou inserção das metáforas; ou os casos em que o esquecimento toma sentido (mais rebuscado) na forma de lei (anistia) nas sociedades. Em todos os casos a função que desempenha, o fim que se busca diz respeito ou é relativo ao apagamento, encobrimento, aniquilamento, eliminação de vestígios, esquecimento.

Weinrich, depois de dissertar a respeito do papel que as palavras cumprem na significação do que se enuncia, desenvolve todo um rico aparato argumentativo utilizando a literatura ocidental para dar forma ao conteúdo que fora construído na linguagem, dando vazão aos significados que remetem ao esquecimento. Através de meticulosa viagem literária pontua todo um trabalho no campo na linguagem, ao qual as sociedades recorrem criando palavras com sentidos, que são expressos através de literatos, filósofos, pensadores na disputada tessitura de significados e sentidos, que vão construindo e praticando o esquecimento. No plano das ideias ocorre a arquitetura, a concepção, a

criação imagética que mais tarde materializa-se em ação. O esquecimento é uma arte através da qual as sociedades se expressam e se constroem. A literatura é o mecanismo através do qual o aparato do esquecimento é exercitado e comunicado, de modo que as pessoas nem percebem que seu papel é muito mais ativo do que supõem.

Memória e esquecimento II

Outra referência que recorreremos para discutir a dinâmica memória e esquecimento consiste no filme “Viva – a vida é uma festa”¹. É ambientado no México. Toma a festa do Dia dos Mortos como foco central. O enredo é carregado por uma alegoria, uma ambivalente presença das pessoas mortas, através do culto efetuado por suas famílias, por ocasião das festividades em referência aos parentes falecidos. Vida e morte são entrelaçadas na festividade. A história se desenrola através de um roteiro, que embora não pronuncie abertamente o nosso problema central, gira em torno das disputas entre a memória e o esquecimento, dos que deixaram o mundo dos vivos. É a luta para que os entes falecidos se mantenham presentes no seio de suas famílias. Essa presença lhes garante uma vida perene no outro mundo.

Em resumo, dentre outras coisas, a história trata do sonho do pequeno Miguel Rivera em ser um grande violonista - mas este não contava com o apoio da família. Sem que ele inicialmente saiba, os passos, em vida, de seu tetravô Hector Rivera eram no mundo da música. O enredo se passa mostrando a luta de Miguel, que interagindo entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos, busca reabilitar seu tetravô Hector nas comemorações do culto do dia dos mortos, no seio de sua família. E no desenlace da peleja entre aqueles dois mundos seria recompensado para tornar-se violonista e cantor.

Os mundos se fundem quando Miguel - encantando pela música - chega ao Mausoléu do famoso violonista Hernesto de la Cruz, para reverenciá-lo. Ao ver um violão ali depositado como parte das oferendas ao músico, não resiste e começa a tocá-lo. Sob um passe de mágica, sem que perceba, transmuta para o mundo dos mortos. Nele vai efetuar descobertas importantes, que proporcionam uma facilidade para melhor compreender a situação que vivia em família. Por exemplo, toma conhecimento da verdadeira face de seu antepassado, o tetravô Hector Rivera. Este seria um músico talentoso que

¹ VIVA - a vida é uma festa. Criação: Pixar animation Studios; Distribuição: Walt Disney Studios Motion Pictures. Direção Lee Unkrich; Codireção: Adrian Molina; Produção: Darla K. Anderson; Produção Executiva: John Lasseter; Roteiro: Adrian Molina/Jason Katz/Matthew Aldrin. USA. 2017.

fazia par com Hernesto de la Cruz. Toma um choque de realidade quando descobre, por experiência própria, as questões de caráter do Sr. De la Cruz. Este, perseguindo sua fama, assassinara Hector, quando ele desiste da parceria musical visando retornar ao seio de sua família, para cuidar da esposa e da filha, ainda bebê, Inês. A esposa, embora fosse grande cantora e sem saber do ocorrido, abomina Hector Rivera sumido no mundo, relegando-o ao esquecimento e junto condena a música no seio de sua família, passando a se dedicar à confecção de sapatos, cujo ofício chega à geração de Miguel através de seus pais. Mas isso é contra seus sentimentos, porque ele é apaixonado pela música e não sente a menor aptidão pela vida de sapateiro que impregnava seu cotidiano.

Miguel faz outra descoberta também essencial na sua busca para tornar-se um violonista. É no momento quando ele está transpondo o portão do mundo dos vivos ao mundo dos mortos. Ali, naquela espécie de alfândega do além, ele constata que ocorre um controle, em que cada ser busca liberar sua passagem entre os dois mundos, por ocasião da festividade anual aos mortos, que consiste em passar sem percalços para comparecer às festividades. É a oportunidade em que o agente alfandegário transcendental observa se aquela alma, em forma de caveira animada, conta (na terra) com uma fotografia sua exposta nas lembranças da família, homenageando-a. Mausoléus, sepulturas, cômodas, altares, estantes, prateleiras são ornamentados com fotografias, flores, objetos pessoais em memória à pessoa falecida. Essa é a senha para que aquele morto possa comparecer em alma, aos festejos terrenos. Miguel observa que um morto, em particular tem problemas para passar, porque não conta com sua fotografia entre as homenagens de sua família. Este era seu tetravô Hector Rivera. Ele não fora somente praguejado pela esposa Amélia Rivera, ela também se encarrega de rasgar eliminando sua imagem da fotografia ao seu lado, junto com a pequena filha Inês.

A atitude da esposa marcará a vida pós-morte de Hector, para todo o sempre. Porque implicará no seu desaparecimento também do mundo dos mortos. Ser um morto não cultuado implica no eterno desaparecimento. Neste caso, não ocorrerá o esquecimento físico somente através de sua morte. Ocorrerá também o desaparecimento nesse outro mundo. Na medida em que o último ser que conviveu com aquela pessoa deixar de homenageá-la nas festividades anuais dos mortos, e/ou como no caso deixar de lembrar-se dela, esquecê-la, esta irá esmaecendo e desaparecendo também no mundo dos mortos. Será esquecida e apagada para sempre.

Através da narrativa discutida no filme, apagar, esquecer, desaparecer tem um duplo sentido: por morte deixando o mundo físico e por apagar a alma no mundo dos espíritos. Observamos que no caso de Hector o esquecimento é iniciado através de um ato objetivo quando a fotografia é dilacerada extirpando sua imagem do conjunto da família. Apagar é consequência de um esquecimento provocado por uma imagem não visualizada, que não chancela ao morto o reconhecimento que um dia houvera sua vida na terra, por falta de uma prova de sua existência e a decorrente falta de homenagens de seus descendentes. Quando a pessoa morta for esquecida pela última pessoa com quem conviveu - ou pela morte daquela - ela também desaparecerá no mundo dos mortos. Sua alma desaparecerá, no caso, a caveira animada se esvaírá. Quando Miguel compreende as leis que levam ao esquecimento para sempre de seu tetravô, ele próprio já está também condenado a não retornar para o mundo dos vivos. Seu corpo já está assumindo a forma de caveira animada e assim não poderia mais retornar para viver sua plena vida, na terra. Não corrigir a situação do desaparecimento eterno do tetravô representaria uma grande perda para todos. Por isso efetua uma corrida contra o tempo, mas é também uma corrida para convencer sua tetravó Amélia a compreender a situação de seu esposo e perdoá-lo, para que sua memória possa ser reabilitada na terra, através da sua filha Inês, bisavó de Miguel, que ainda está viva.

Porém, para que o plano de Miguel surtisse efeito, era essencial reabilitar Hector Rivera expondo sua fotografia nas festividades do dia dos mortos. Contra tal imperativo havia a determinação, quase que divina, dada a influência política obtida pela fama musical, em vida, do famoso Ernesto de la Cruz, que tudo fazia para impedir que a memória de Hector Rivera fosse reabilitada. Em tal hipótese, De la Cruz seria desmascarado (como de fato foi), e sua imagem ficaria manchada, por vir ao conhecimento de todos, as circunstâncias com que executara o assassinado de seu grande parceiro musical, por um motivo torpe. Ernesto não tem dúvida quanto à importância da fotografia como memória para eternizar Hector. E sentindo-se ameaçado pelos propósitos de Miguel profere a seguinte frase “*Você acha que eu vou permitir que ele volte para o mundo dos vivos com a sua foto e mantenha sua memória viva?*”². A fotografia aqui é tomada como útil e reconhecida socialmente por sua força como memória. É o registro do fragmento momentâneo, imobilizando, emoldurando a pessoa em existência. E por isso seria justo, sob seus valores éticos e morais envidar todos esforços para impedir que a memória de Hector Rivera fosse reabilitada, no seio de sua família e de sua sociedade. Mas suas expectativas

² CRUZ, Hernesto de la. In Viva – a vida é uma festa. Op cit.

são frustradas graças a capacidade de Miguel, que improvisa num show ao vivo demonstrando que o grande Hector de la Cruz era o assassino de Hector Rivera.

E Miguel com sua grande capacidade de argumentar, ao encontrar sua tetravó Amélia, a convence perdoar o amado proferindo uma frase lapidar “Você tem que perdoar, mas não deveria esquecer.”³ Aqui a linguagem do esquecimento é entrelaçada pelo uso das palavras visando chegar a um determinado fim. *Perdoar* é *esquecer* no plano religioso. Perdoa-se a pessoa, mas não se esquece, no plano da memória subjetiva e até do grupo, o que ela fez no passado.

Ao final do prazo, para permanecer naquele mundo, Miguel retoma a forma em vida. Ao chegar em casa vai direto ter com sua bisavó Inês, que já se encontrava em adiantado estado de senilidade, esquecendo as coisas, abatida. A primeira coisa que faz é executar a canção “Lembre de mim”, que Hector compusera e cantara para ela, antes de seu prematuro desaparecimento. Inês reativa o pai na memória. Este gesto é essencial como mecanismo de memória. Pois lá no mundo dos espíritos sua alma ganha o status de não desaparecer para sempre, como estava prognosticado, pela falta das homenagens em sua memória. Aquele gesto o reabilitara no mundo dos vivos e também no mundo dos mortos. O filme encerra com uma grande comemoração do dia dos mortos, onde o altar contém fotografias de todos os antepassados da família Rivera, além da sua, e da *avozinha* Inês, é claro.

Memória e esquecimento III

Uma outra perspectiva de memória e esquecimento, sem que seja a intenção de seus autores, nos é apresentada através da matéria do portal G1⁴, sob o título “O filme de terror do ano não é uma ficção”. É assinada por Dodô Azevedo, publicada inicialmente no dia 13/03/2019; 11h51. Discute o documentário “Pastor Claudio”. Nele consta o relato do ex-delegado do DOPS⁵ Claudio Guerra. É uma confissão pública, sem meias palavras, por envolver-se diretamente, em todo o *modus operandi*, nas práticas de terrorismo de estado perpetradas por torturadores e matadores profissionais, durante a ditadura

³ RIVERA, Miguel. In Viva – a vida é uma festa. Cit op cit.

⁴<https://g1.globo.com/pop-arte/blog/dodo-azevedo/post/2019/03/13/o-filme-de-terror-do-ano-nao-e-uma-ficcao.ghtml> Por Dodô Azevedo, em 13/03/2019. Acesso em 13/03/2019.

⁵ Podemos encontrar, de acordo com a época ou o Estado, as seguintes designações: DOPS: Delegacia de Ordem Política e Social ou DEOPS: Departamento Estadual de Ordem Política e Social.

civil militar brasileira, no período entre 1964-1985. E diz a matéria do portal G1:

O grande filme de terror do ano não é uma ficção. É um documentário brasileiro no qual um assassino confesso detalha como matava e incinerava os corpos de militantes brasileiros de esquerda a mando da extrema direita, em ligação clandestina com nosso governo federal e setores da elite de nossa sociedade civil.

A fotografia que ilustra a matéria apresenta um homem de perfil, cuja imagem é vazada por um fleche de luz cinematográfica projetando numa parede fotografias de pessoas sumidas, torturadas e assassinadas naquele contexto. Só está tomada já nos provoca a procurar entender os significados ali contidos. Sob as óticas de memória e esquecimento já nos desafiam a pensar a respeito das práticas que orientavam aquele regime político. Os eleitos como seus inimigos não mereciam o tratamento honroso, corporificado no embate político travado no campo das ideias. O diálogo não constava no vocabulário dos senhores do regime. Aqueles militantes políticos não mereciam tratamento respeitoso, que é dispensado ao oponente, que se enfrenta em igualdades de condições, com os mesmos recursos. Pelo contrário, aqueles teriam que ser eliminados plenamente, assassinados. Seus corpos ainda teriam que ser profanados, violentados, sumidos, incinerados em fornos de usinas de cana. Assim seriam esquecidos pela sociedade, esquecidos da/pela história, pela elevação das cinzas às nuvens, para dispersão além, igual a fuligem decorrente do bagaço da cana incinerada.

As ideias, quaisquer que sejam, permanecem vivas sob as mais variadas formas. Por isso, havia e há por parte do regime a preocupação e a prática de negar, afrontar, inverter, mentir a respeito do que era defendido pelo oponente para minar sua resistência, sua moral, seu estado de espírito, desacreditá-lo socialmente. Então, o combate não ocorreu somente no campo das ideias, mas sob outras facetas mais nefastas e repugnáveis. É sob este viés que vamos entender as práticas de eliminação física. Porque assim prevenia-se para apagar o que seriam os vestígios de que um dia houvera aquela pessoa, que defendera determinada ideia.

O documentário é assustador por vários motivos. Mas é surpreendentemente assustador porque o governo, com toda a máquina que dispõe na gerência do Estado, não trata os oponentes políticos com respeito e dignidade devidos. Só isso já mostra a incivilidade, retrógrada e banal violência do regime autoritário. Mostra o quanto o governo atuou no terrorismo de estado conspirando, torturando, eliminando por assassinato e incinerando corpos de cidadãos oponentes políticos, a pretexto torpe.

O filme também denuncia que aquele *modus operandi* não é só do passado. É do nosso tempo presente. E contém tais insígnias, porque aquele sentimento continua vivo em nossa sociedade, em nossos gestores. O sentimento e, portanto, a apologia à eliminação física do oponente político corre vivo entre nós, vide o discurso do candidato vitorioso nas eleições presidenciais de 2019, Jair Messias Bolsonaro, quando promete aos seus eleitores, em comício na cidade de Rio Branco/AC, “fuzilar a petralhada”. Essa não é uma frase de efeito, retirada de um contexto. É uma alusão direta à eliminação física, pois essa é a intenção, a de metralhar, os integrantes do Partido dos Trabalhadores. Pode-se afirmar sem sobra de dúvida que há no Brasil uma cultura de eliminar os contrários pelo assassinato à bala. O registro é da revista EXAME, em 04/09/2018. Vejamos suas palavras:

Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre, hein? Vamos botar esses picaretas para correr do Acre. Já que eles gostam tanto da Venezuela, essa turma tem de ir pra lá. Só que lá não tem nem mortadela, hein, galera. Vão ter de comer é capim mesmo. (Jair Messias Bolsonaro)⁶

E não basta somente fazer esquecer pelo assassinato metralhado. Há em sua promessa outro aspecto, que diz respeito a submeter o *outro*, o oponente político à humilhação de “*ter que comer capim*”. Nessa passagem também ocorre a vontade do candidato, depois investido de presidir a República, em humilhar e abater moralmente seus oponentes, nos mesmos moldes praticados no período ditatorial de 1964-1985, para torná-los menos gente. A sanha não é somente fazer jorrar o sangue dos contrários, é também de fazer humilhar equiparando-os a animais quadrúpedes que se alimentam de capim. Estes, por serem “brutos”, poderiam na sua visão receber todo tipo de tratamento degradante, indigno, que seria natural, na sua condição de não humano.

Mas, retomando o filme, chama atenção um fato peculiar que o Pastor Claudio fala sem sobejos, que diz respeito aos seus motivos para matar, incinerar, sumir com os corpos das pessoas. Vejamos a seguinte passagem:

(...) o matador Claudio Guerra, explica friamente que não cometia os assassinatos por ódio aos militantes de esquerda. Apenas cumpria ordens. Era leal aos mandantes dos crimes. Com isso, recebia em troca, além de bônus salariais depositados em contas clandestinas falsificadas pelos próprios bancos que financiavam seu grupo de extermínio, presentes como casas de praia e fazendas, o que lhe garantiam uma boa vida. Em certo momento, revela o lugar onde os militares escondiam clandestinamente centenas de fuzis de última geração usados para o combate a militantes de esquerda.⁷

⁶ <https://exame.abril.com.br/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre/> Por Janaína Ribeiro, em 3/09/2018. Acesso em 03/04/2019.

⁷ <https://g1.globo.com/pop-arte/blog/dodo-azevedo/post/2019/03/13/o-filme-de-terror-do-ano-nao-e-uma-ficcao.ghtml> Matéria publicada em 13/03/2019 11h51. Por Dodô Azevedo. Acesso em 13/03/2019.

Não há de sua parte a preocupação em esconder nada. Fala abertamente que não matava motivado por ódio de matriz política. Era um *profissional* do Estado, que “*Apenas cumpria ordens*” porque “*era leal aos mandantes*”, seus superiores hierárquicos. Este aspecto expressa conteúdo suficientemente claro, sem retoques, que aquele regime político tinha uma Política de Estado definida de fazer esquecer, eliminar, assassinar seus oponentes. Seus líderes agiam ao arrepio da lei. Não temiam as instituições que deveriam primar pela vida. Estas lhes pertenciam. Tinham nas mãos o controle de uma máquina de morte de seus patrícios indesejáveis. Eram poderosos.

Salta ainda aos olhos, a afirmação de que os assassinos eram financiados por bancos e empresários. Contas correntes clandestinas foram criadas dando-lhes vultuoso suporte financeiro, por onde recebiam polpudos bônus, em complemento salarial. Os próprios bancos as falsificavam. Mas se é verdadeira a frase seguinte, destacamos, “(...) *que financiavam seu grupo de extermínio* (...)”, poderíamos concluir que os mesmos, ou uma seleta e variedade imensurável de empresários e bancos financiariam outros tantos grupos de extermínio, pelo país afora. Fica em aberto declinar nomes de macabro financiamento, posto que não identifica ninguém. Quanto a estes aspectos permanecem dúvidas, esquecimentos.

É muito grave ler notícia abordando um documentário em que um *Agente* do Estado aparece confessando abertamente que empresários e bancos entremearam-se na estrutura do Estado e financiaram atividades de exceção, espúria, crime contra a humanidade. Nos países estáveis e, portanto, saudáveis politicamente, todo funcionário público, prestando serviços ao Estado, obtém seus proventos de um fundo único, o Tesouro Nacional. E deles presta contas perante o fisco, à sociedade. Parece não ser este o caso do Brasil ali narrado.

É aterrorizante ler ainda que o chamado Pastor Claudio “(...) *revela o lugar onde os militares escondiam clandestinamente centenas de fuzis de última geração usados para o combate a militantes de esquerda*.”⁸ Eram/são “*fuzis de última geração*” que não explica a origem. E cujo tráfico de armas era/é efetuado, ao que tudo leva a crer, por gente que tem plena liberdade de ação como funcionário do Estado. As práticas criminosas do contexto relatado no documentário, por algum motivo sugerem haver alguma conexão com assassinatos no nosso presente, quando:

(...) revela que a máquina de extermínio criada durante a ditadura civil militar não parou de funcionar com o fim do regime. Seguiu como máquina de extermínio

⁸ Cit Op Cit

“da bandidagem carioca”, na prática pobres de periferia, e transformou-se, no Rio de Janeiro, em organizações fundadas por militares que com o intuito de prover segurança paralela para empresas e comunidades e a contravenção do jogo do Bicho. Tempo em que as milícias surgiram como organizações fundadas por militares, prometendo prover segurança paralela para empresas e comunidades.⁹

A matéria é clara expressando de forma contundente que a “*máquina de extermínio criada durante a ditadura civil militar não parou de funcionar com o fim do regime*”. A Quimera criada naquele contexto do passado era dali, mas é do nosso tempo presente também. Podemos dizer que perdura no tempo nos atingindo diretamente, no agora. Eram práticas consonantes com aquele período. Mas o texto fala que “*não deixou de funcionar com o fim do regime*”, donde podemos concluir que ganhou vida própria no interior da máquina de Estado e viceja agora, passados quase quarenta anos do fim da ditadura civil militar. Não seria exagerado supor que não houve coincidências quando a Polícia¹⁰ apreendeu 117 fuzis¹¹, no bairro do Meier, no Rio de Janeiro, por ocasião da prisão de milicianos, que segundo conclusões das investigações policiais estariam envolvidos no assassinato da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Silva. Aqueles seriam os tentáculos atuais dos mesmos grupos de extermínio denunciados pelo Pastor Claudio. A máquina de extermínio do passado, criada para combater inimigos políticos, adequou seus serviços aos novos tempos. Seguiu exterminando as populações pobres do Rio de Janeiro. Mas bem podemos encontrar suas ações se ramificando pelo resto do País, conforme menções a São Paulo e Manaus, além do Rio de Janeiro¹².

Outra passagem importante remete ao fato de que “(...) *As denúncias do Pastor Guerra já foram inclusive investigadas e confirmadas pela Polícia Federal, poucos anos atrás. (...)*”. Mas se a Polícia Federal investigou e confirmou, como dito, não parece ter chegado a conclusões que metessem à abertura de inquérito plausível para denunciar criminalmente alguém. Ao que tudo indica, parece ser normal confirmar crimes e não abrir processo penal contra os envolvidos. A sociedade não conhece os argumentos que discutam tais peculiaridades. E na hipótese de alguma pessoa haver sido levada à justiça, por crimes ali denunciados, os motivos do silêncio não são expostos. Inevitavelmente,

⁹ Cit Op Cit

¹⁰ <https://veja.abril.com.br/brasil/117-fuzis-sao-encontrados-em-casa-de-amigo-de-suspeito-de-matar-marielle/> matéria publicada em 12 mar 2019, 20h35. Por Jana Sampaio. Acesso em 04/04/2019.

¹¹ <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2019/03/5626461-base-de-rifle-da-marinha-americana-esta-entre-os-117-fuzis-apreendidos-na-casa-de-amigo-do-pm-reformado-ronnie-lessa.html> Por Lucas Cardoso, em 14/03/2019. Acesso em 06/04/2019.

¹² <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1104200521.htm> Por Mario Hugo Monken e Sergio Torres, em 11/04/20115. Acesso em 06/04/2019; <https://blogdodurango.com.br/fatos-e-datas-historicas/mao-branca-o-matador-de-bandido-em-manaus/> A Notícia de 17/04/1980.

em torno das questões apontadas, podemos interpretar que as não respostas viriam a compor um estranho, horripilante, e indigesto pacto do silêncio.

Os cúmplices de práticas nefastas se acobertam e se protegem. Os senhores do regime gozam de plena liberdade de ação e tudo podem. Não devem satisfações de nenhuma natureza às Instituições, à sociedade, pois são o Estado. Só o sentimento de impunidade ou de pleno domínio do Estado confere à frase do rei Luís XIV “o estado sou eu”, um semblante, que transmite com magnitude uma dada dimensão do poder que estes senhores construíram em torno dele para si. Logo incorporam um direito não divino, nem legal, para assassinar, dar fim aos corpos de suas vítimas.

Conforme apontado na matéria, nada passa longe do controle da “Irmandade”, conforme explícito na seguinte passagem:

Um grupo secreto de empresários e membros de nossa elite que se auto intitulam “A Irmandade”. São eles que, segundo o ex-assassino, financiam todo o vai e vem do poder no país. Em encontros escondidos em, por exemplo, casas de prostituição de luxo, “A Irmandade” decide, até hoje, quem vive e quem morre, quem controla que parte da cidade.¹³

A citação acima sugere uma dimensão do quanto a combinação empresários e milicianos é atuante e quanto eles são envolvidos na vida política, social e econômica do país. Tem poder, é quem “*decide quem vive e quem morre, quem controla que parte da cidade.*”. Temos uma afirmação clara que as cidades não são controladas pelas instituições e organismos de Estado, mas pela “Irmandade”.

Depois do documentário “Pastor Claudio” e da prisão de policiais milicianos do Rio de Janeiro, não pode passar despercebido, sem que as pessoas não relacionem o assassinato da Vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes com a perenidade de ações dos grupos de extermínio desde a época da ditadura civil militar, com o que vem ocorrendo na atualidade. O depoimento do Pastor é apenas uma das pontas do fio de Ariadne, que leva ao grande labirinto autoritário e sua máquina de ceifar vidas. Por isso assassinar a Vereadora não é um ato isolado.

A destruição da placa da rua Marielle Franco, na região central da cidade do Rio de Janeiro, por um candidato¹⁴ a deputado estadual nas eleições de 2019, ocorre dentro do contexto de tolerância, conivência com atitudes,

¹³ <https://g1.globo.com/pop-arte/blog/dodo-azevedo/post/2019/03/13/o-filme-de-terror-do-ano-nao-e-uma-ficcao.ghml> Por Dodô Azevedo, em 13/03/2019. Acesso em 13/03/2019. Op Cit.

¹⁴ <https://jovempan.uol.com.br/eleicoes-2018/rio-de-janeiro/candidato-que-destruiu-placa-de-marielle-franco-e-o-deputado-estadual-mais-votado-do-rj.html> Por Jovem Pan, em 7/10/2018. Consulta em 07/04/2019; <https://www.distritosa.com.br/filho-de-bolsonaro-defende-a-destruicao-da-placa-de-marielle/> Por Ana Costa, em 04/10/2018. Consulta em 07/04/2019.

pensamentos e simpatias com regimes autoritários, que permeiam a mente de boa parte da sociedade brasileira. Isto ajuda a compreender que determinados setores não suportam conviver com pensamentos dissonantes dos seus. Por isso partem para atitudes extremas. E o assassinato, sumiços e incinerações de corpos, silenciamentos e ameaças de toda ordem não são meras peças ficcionais constantes na literatura. Muito pelo contrário, compõem o cotidiano de todos aqueles que proferem alguma ideia fora dos espectros políticos da direita, ou fora dos interesses das elites econômicas. Estes setores se acham os donos do país e assim pensam que podem determinar quem vive, quem morre. Se acham no direito de decidir quem ganha e quem perde na política e na divisão da economia.

Memória e esquecimento à guisa de considerações finais

Todos os aspectos que discutimos no interior deste texto nem de longe envolvem ou conseguem trazer uma dimensão das múltiplas facetas relativas à memória e ao esquecimento. Por isso nosso texto é fragmentário e limitado, mas nem por isso desnecessário nos dias de hoje.

Para as dimensões desta edição creio que cumpre seu papel. Então aqui julgamos essencial transmitir mais uma preocupação, a de chamar atenção e cuidar com os conteúdos em disputas, que é disso que se trata. Os sentidos das disputas, que presumimos ser apenas no campo discursivo, passam pelo modo como as sociedades encaram memória e esquecimento na vida ordinária.

Memória e esquecimento compõem a vida social desde períodos remotos das sociedades. E por isso percebemos que temos uma cultura do esquecimento. Por isso é essencial percebermos que, dependendo da situação, o esquecimento é total conforme vimos no exemplo do filme “Viva – a vida é uma festa”.

Acima de tudo é essencial compreendermos que a memória não é apenas do passado, mas é o passado que se projeta no presente. E a polissemia de conteúdos reativos ao acontecimento, que foram extirpados, obliterados, no hoje não nos deixam ver a essência do que nos impacta.

Por isso não podemos ignorar os sentidos presentes no assassinato das pessoas em nome de uma ideia política. Mas é essencial não ignorar o relato do matador, Pastor Claudio Guerra. Ele é do passado, mas nos ajuda a compreender o presente. No contexto em que o desenlace dos acontecimentos nos

impacta, convém compreendermos que assassinatos, incineração de corpos ou documentos para apagar vestígios, rasgar a placa da rua Marielle Franco, ainda que só pareçam ser atitudes violentas, grotescas, incivilizadas, elas acima de tudo refletem uma luta em favor do esquecimento, contra a memória.

Nessa perspectiva não basta somente eliminar vidas para que seu papel político seja exitoso, mas é essencial que a sociedade não lembre, não reconheça que aquela pessoa e suas práticas também não existiram.

Referências

AZEVEDO, Dodô. O filme de terror do ano não é uma ficção. In **G1**. 1(1), 2019. Disponível em <<<https://g1.globo.com/pop-arte/blog/dodo-azevedo/post/2019/03/13/o-filme-de-terror-do-ano-nao-e-uma-ficcao.ghtml>>>. Acesso em 13/03/2019.

COSTA, Ana. Filho de Bolsonaro defende a destruição da placa de Marielle. In **Distrito AS** 1(1), 2018. Disponível em <<<https://www.districtosa.com.br/filho-de-bolsonaro-defende-a-destruicao-da-placa-de-marielle/>>>. Acesso em 07/04/2019.

Jovem Pan. Candidato que destruiu placa de Marielle Franco é o deputado mais votado do Rio de Janeiro. In **Jovem Pan** 1(1), 2018. <<<https://jovempan.uol.com.br/eleicoes-2018/rio-de-janeiro/candidato-que-destruiu-placa-de-marielle-franco-e-o-deputado-estadual-mais-votado-do-rj.html>>>. Acesso em 07/04/2019;

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de FERREIRA, Irene; LEITÃO, Bernardo; BORGES, Suzana Ferreira. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2005.

PIRES, F. M. Tucídides: retórica do método, a figura de autoridade e os desvios da memória. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (Orgs.). **Memória (res)sentimento**. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

RIBEIRO, Janaína. “Vamos fuzilar a petralhada”, diz Bolsonaro em campanha no Acre – enquanto discursava em um carro de som, o candidato do PSL imitou um fuzilamento e disse querer “botar estes picaretas pra comer capim na Venezuela”. In **EXAME** 1(1), 2018. <<<https://exame.abril.com.br/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre/>>>. Acesso em 03/04/2019.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. Tradução Nilson Moulin. São Paulo: Editora UNESP. 2010.

WEINRICH, Harald. **LETE. Arte e crítica do esquecimento**. Tradução Lya Luft. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2001.

Filme

UNKRICH, Lee (Direção) Adrian, MOLINA (Codireção) **VIVA - a vida é uma festa.** Criação: Pixar animation Studios; Distribuição: Walt Disney Studios Motion Pictures. Produção: Darla K. Anderson; Produção Executiva: John Lasseter; Roteiro: Adrian Molina/Jason Katz/Matthew Aldrin. USA. 2017

HISTÓRIA E MÍDIA: AS APROPRIAÇÕES DO PASSADO NUMA ESCRITA DE FRONTEIRA

Sônia Meneses

Para este autor, o dia 30 de janeiro de 1933 não é simplesmente a data, à parte isso arbitrária, em que Hitler se tornou chanceler da Alemanha, mas também uma tarde de inverno em Berlim, quando um jovem de quinze anos e sua irmã mais nova voltavam para casa, em Halensee, de suas escolas vizinhas em Wilmerdorf, e em algum ponto do trajeto viram a *manchete. Ainda posso vê-la, como num sonho*. (Hobsbawm, 1996, p. 14)

Começo esse texto por uma lembrança. Quando eu estava na graduação em meados dos anos de 1990, Eric Hobsbawm lançou a Era dos Extremos. Além da narrativa fluida ao estilo de uma boa síntese histórica, uma coisa sempre me chamou atenção na capa do livro da edição brasileira¹: ela parecia trazer o movimento daquele intenso século. Fotografias icônicas representavam o século XX: a grande cabeça de Stalin sendo carregada num caminhão; o líder chinês Mao Tsé-Tung; aviões bombardeando uma cidade, provavelmente na Segunda Guerra; a chegada do homem à lua, o líder indiano Mahatma Gandhi; uma jovem hippie enfrentando soldados com fuzis; a movimentada estrada de uma grande cidade. Imagens que estão na memória de muitos que viveram o século XX e, em certo sentido, ajudaram a construir narrativas históricas do período.

Entre elas, uma chama atenção: uma família composta por pai, mãe e duas crianças pequenas assistem televisão. São as únicas pessoas que podemos chamar de comuns retratadas na capa e, é também, a única cena do cotidiano, daquilo que Certeau chamava de ordinário. Sentadas em sua sala de estar, aquelas pessoas pareciam assistir a história passar aos seus olhos, mediada pelo incrível aparelho que transformou para sempre, as maneiras de apropriação e construção dos acontecimentos no tempo.

A introdução do livro de Hobsbawm é um diálogo do autor com seu tempo: o breve século. Tempo que pode vivenciar quase em sua totalidade, já que nasceu em 1917 e faleceu em 2012. No texto, o autor chamava atenção para os desafios de contar a história em um momento no qual o passado é cada a vez mais premido pelo presente. Assim, Hobsbawm externava sua

¹ A capa do lançamento original trazia a imagem de Charles Chaplin numa cena do filme o Grande Ditador.

preocupação ao constatar que: “quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem” (Hobsbawm, 1996, p. 13). O autor abordava ali um problema fundamental de nosso tempo: o de estabelecer pontes qualitativas entre nosso passado e o presente. Mais do que isso, compreender como nossa sociedade será capaz de gerenciar suas relações com o passado de maneira a não sucumbir às demandas de um presente devorador de experiências, cuja aceleração e o excesso se tornaram os grandes propulsores.

Construir mecanismos de respostas a tais problemas passa também por entender as relações que estabelecemos com o passado e com a história, campo do conhecimento, especialmente quando esse se viu desafiado pelas produções midiáticas que se tornaram poderosos lugares de produção de sentido sobre o passado, dessa maneira, volto para a citação que abre esse texto, a lembrança de Hobsbawm.

No estrato acima, percebemos alguns elementos bastante representativos sobre a constituição de um tipo de cultura histórica efetivada no século XX: aquela que se propaga através dos *medias*. Nesse caso, compreendo-a como arcabouço cultural humano segundo o qual ordenamos formas de compreensão e explicações sobre o tempo e os eventos. De tal modo, vislumbramos nessa breve citação, alguns pontos que projetam questões basilares para compreendermos as relações entre história e mídia.

Aqui irei propor pensarmos essa relação a partir de uma rede, uma conexão de significados que, a meu ver, se torna cada vez mais imbricada no tempo presente. Há, portanto, ao menos três chaves na lembrança de Hobsbawm: um acontecimento monumentalizado na narrativa histórica do século XX: a ascensão de Hitler ao poder, quando se tornou Chanceler da Alemanha em 1933. A mediação desse acontecimento pela manchete de um jornal. Por fim, mas não menos importante, o papel dessa mesma matéria como lugar de memória e fonte histórica. Irei acrescentar um quarto elemento a esse rol, que para mim também é bastante salutar, embora não esteja diretamente no texto: a narrativa produzida por aquele veículo sobre o acontecimento.

Dito de uma forma mais clara, temos, portanto, 4 elementos fundamentais para pensarmos as relações entre história e mídia: a captura do acontecimento numa rede de significações, no momento de sua insurgência; a mediação desse acontecimento pelos canais de comunicação e uma audiência que tem acesso a eles; a materialidade do objeto midiático como artefato da memória e fonte histórica e, a posterior inscrição do acontecimento no tempo

em narrativas de retrospecto formuladas por esses veículos. Tais elementos nos colocam diante de um processo que divido em dois momentos: um primeiro que “escreve” esses acontecimentos na cena pública, tempo equivalente à sua insurgência e seus desdobramentos mais imediato e, um segundo momento, que os “inscreve” em um tempo longo e monumentalizado².

É inegável que no século XX pudemos dar um salto espetacular nas pesquisas históricas ao incluirmos os produtos das mais variadas mídias como objetos de nossas investigações. Ao já clássico uso do jornal, foram acrescidos estudos que consideraram a fotografia, o filme, a televisão, o rádio e, mais recentemente a internet, como rastros essenciais para a problematização do passado. Todavia, até os anos de 1970, parecia haver uma separação muito bem demarcada sobre o papel desses registros e a dimensão teórico epistemológica de tais linguagens. Quero dizer que, a despeito das complexas abordagens desencadeadas por um sem número de historiadores, as perguntas não problematizavam essa produção como o resultado de um conjunto de formuladores de sentidos que interferiam profundamente em suas apropriações e seus modos de dizer o mundo.

Havia outra questão ainda mais inquietante e que foi colocada por Pierre Nora (1995), quando abordou o lugar da mídia na formulação de acontecimentos históricos, naquilo que o autor chamou de “o retorno do fato”, na já clássica coleção “Nova História”, organizada por ele e Jacques Le Goff em meados dos anos de 1970.

O que Nora queria dizer com “O Retorno do Fato”? Estaria o historiador ressuscitando o velho fantasma dos metódicos em sua perseguição pelo fato histórico? Como compreender tal afirmação, em meio a todo processo de problematização da produção do conhecimento histórico, pós-estruturalismo, virada linguística e das questões colocadas por Certeau sobre a Operação Historiográfica, texto escrito na mesma coleção?

Em seu artigo, Pierre Nora nos antecipava um problema que hoje se tornou uma questão basilar para nós historiadores: as interferências dos meios de comunicação, não apenas na produção de acontecimentos, mas também, de conteúdos históricos no cotidiano. Refiro-me, à mediação dessas ocorrências, mas também, a uma “operação midiográfica” que atua tanto na elaboração de acontecimentos, como de conteúdos históricos numa cadeia bastante complexa de significações. Ao operar com categorias temporais de modo narrativo, essa intervenção estabelece, no momento dessas ocorrências, um conjunto de

² Denomino esse processo de Operação Midiográfica. Uma complexa engenharia de produção de acontecimentos e conteúdos históricos elaborados a partir dos meios de comunicação. Cf. Meneses, Sônia. **Operação Midiográfica**: o golpe de 1964 na Folha de São Paulo. São Paulo. Intermeios, 2017.

significados que agregam densidade aos acontecimentos divulgados em suas redes.

Não por acaso, Nora já advertia que: “nenhuma época se viu, como a nossa, viver seu presente como já possuidor de um sentido “histórico” (Nora, 1995, p. 180). Ao acrescentar que, “é aos *mass media* que se deve o aparecimento do monopólio da história. De agora em diante esse monopólio lhes pertence” (Idem. p. 181). O autor vai ainda mais longe ao colocar a condição de existência dos acontecimentos históricos atrelada a esses *mass media*.

Contudo, é importante ressaltar que, o fato de ser divulgado não significa que qualquer acontecimento se torne histórico. Nesse processo de monumentalização, entram em ação uma série de elementos que vão, desde narrativas imediatas que podem ou não ganhar densidade, como também, narrativas de retrospectão e efemérides que os inserirão em um fluxo temporal mais amplo. O historiador francês já chamava atenção para o fato de que: “acontecimentos capitais podem ter lugar sem que se fale deles. É o fato de apreendê-los retrospectivamente [...] que constitui o acontecimento” (Nora, 1996, p. 181). O autor parece nos sugerir dessa forma que, somente quando o acontecimento se torna conhecido e entra em um circuito de comunicação é que ele pode ganhar densidade temporal. De fato, para que seja histórico, é condição que algo se torne conhecido por uma audiência, seja local, nacional ou mundial.

O século XXI levou essa constatação às últimas consequências, quando assistimos em cadeia mundial a produção de um mega-acontecimento³ histórico cuja repercussão, talvez tenha sido mais espetacular que o evento em si; refiro-me à queda do World Trade Center, em 2001, transmitida em tempo real para quase todas as regiões do planeta. O próprio conceito de “tempo real” já nos anuncia um novo tratamento sobre as percepções contemporâneas da temporalidade.

O “está lá”, mesmo que virtualmente, nos submete a fluxos temporais mais amplos e complexos, numa apropriação da realidade densamente marcada pela capacidade de armazenamento e a distribuição da informação em diferentes objetos de mediação. Outra característica desse momento, são os novos produtores de informação que agora já não precisam se vincular a uma empresa, ou um grupo específico, uma vez que cada sujeito, presente no epi-

³ Denomino de mega-acontecimento histórico não por sua abrangência enquanto ocorrência pragmática naquele 11 de setembro de 2001, ou pela quantidade de seus atingidos diretamente com as milhares de mortes, por exemplo. Mas, sobretudo, pela repercussão alcançada e seus efeitos simbólicos e políticos numa cadeia mundial os quais fizeram daquela ocorrência um evento representativo de uma nova configuração das ocorrências históricas na cena pública.

sódio, pode registrar e distribuir sua própria informação. Basta pensarmos que, por causa dos inúmeros registros feitos por pessoas comuns e, através das transmissões televisivas, podemos realizar uma pesquisa sobre a memória do episódio em qualquer um dos países, e não foram poucos, os que transmitiram a cobertura do episódio. Podemos ainda, assisti-lo de diversos ângulos, (re)vê-lo ininterruptamente, outra característica desses novos acontecimentos. Deste modo, há uma possibilidade ilimitada de acessarmos seus rastros através da rede mundial de computadores. Imaginando um mundo hipoteticamente diferente do nosso, sem as milhões de câmeras filmadoras, celulares, rádios, televisões, etc... qual teria sido a dimensão desse acontecimento?

Na produção, divulgação e armazenamento daquela ocorrência temos dois grandes espaços de mediação: a televisão e a internet. Dentro de uma reflexão voltada para o campo da comunicação, podemos dizer que aquele episódio foi forjado entre uma comunicação de massa e outra em rede e ambas se articularam para compor seus vários significados no tempo. Em massa, porque foi mediado pelos canais de televisão numa transmissão verticalizada, centralizada e de pouca interatividade com sua audiência. Em rede porque foi também objeto de uma apropriação fragmentada, horizontalizada em linguagens hibridizadas produzidas pelas milhões de pessoas que filmaram, armazenaram e distribuíram o episódio compartilhado em site, vídeos, blogs, etc.

Além disso, no exato momento do acontecimento, no caso da cobertura televisiva, realizava-se uma narrativa historicizante que já lhe concedia status de ocorrência histórica. Embaralhavam-se ali, os elementos de uma narrativa complexa e densamente produzida. Essa produção nos lembra as reflexões propostas por Paul Ricoeur (1997), ao nos descrever os processos narrativos que capturam o tempo em um círculo hermenêutico de significação. Para o autor o tempo somente pode ser compreendido de modo narrativo, nesse sentido, Ricoeur nos propõem pensá-lo a partir de uma tríplice mimese.

Na primeira delas, nos deparamos com o mundo do acontecimento propriamente dito, é dele que partem as ocorrências, sejam imprevisíveis ou não, é o mundo de sua insurgência, de sua acontecência e no qual nos deparamos com três elementos: estruturais, simbólicos e temporais. O mundo que antecede o evento e sua narrativa, é uma parte muito importante em sua própria tessitura, dizia Ricoeur (1997). Por sua vez é rico também em narrativas e ações, fazendo com que meios de comunicação e sua audiência estejam imersos em um conjunto de relações que permitem a cada membro envolvido nessa rede, ter uma competência de apropriação prática sobre a ocorrência.

No segundo momento, acessamos o mundo em uma narrativa de retrospectiva, por assim dizer. O acontecimento perde sua condição de acontecimento e passa a uma existência linguística monumentalizada. No caso de uma produção midiática, são as formulações que se sobrepõem às ocorrências propriamente ditas. Elaboram-se sobre elas, significados diversos que concedem aos acontecimentos sentidos superficiais e duradouros. Uma história que é contada, um “como se” que se realiza de modo narrativo. Numa terceira fase, o acontecimento volta ao mundo e nele intervém. Não mais como a acontecimento insurgente, mas como representância. Artefato cultural, objeto de intensas disputas.

Para voltar ao exemplo de nosso mega-acontecimento, talvez tenhamos que começar a pensar um novo estatuto histórico para os acontecimentos considerando esta rede de conexões que os inserem entre a história e os meios de comunicação. Uma produção de fronteira que se realiza entre esses dois campos. Se Nora, nos idos anos de 1970, estava preocupado com a interferências dos *mass media* nessa produção do acontecimento que, segundo ele, “fizeram, da história uma agressão e tornaram o acontecimento monstruoso” (Nora, 1996, p. 183), o que pensar de um momento em que se disputa, não apenas a formulação simbólica desses acontecimentos, mas a própria escrita deles no tempo a partir de uma historiografia midiática?

Historiografia midiática – uma escrita de fronteira

Entre a virada do século XX para o século XXI, assistimos a uma profunda transformação no processo de produção, difusão e recepção da informação. Não há como negar, que a ampliação do consumo de tecnologias de armazenamento e produção de conteúdos ressignificou as maneiras pelas quais os registros sobre os processos humanos passaram a se realizar. Além da ampliação desses recursos, que colocou nas mãos das pessoas comuns, em um único aparelho, a possibilidade gigantesca de produção e armazenamento de informação, a exemplo dos celulares multifuncionais, temos ainda a expansão da internet como canal de convergência midiática extremamente complexa.

O sociólogo Manuel Castells afirma que estamos vivendo uma profunda revolução no processo de comunicação humana, posto que, vivenciamos: “a formação de um hipertexto e uma metalinguagem que, pela primeira vez na história, integra no mesmo sistema as modalidades escrita, oral, e audiovisual da comunicação humana” (Castells, 2018, p. 414). Para o autor, esse

novo sistema de comunicação se difunde através de um complexo processo de descentralização da informação, em oposição aos sistemas que antes concentravam enormes audiências em seus canais, como a televisão. Estaríamos vivenciando a era de uma cultura da “virtualidade real” que, segundo Castells (2018, p. 455) seria:

Um sistema em que a própria realidade (ou seja, a experiência simbólica/material das pessoas) é inteiramente captada, totalmente imersa em uma composição de imagens virtuais no mundo do faz de conta, no qual as aparências não apenas se encontram na tela comunicadora da experiência, mas se transformam na experiência.

Da mesma forma, Cardoso (2009), argumenta que assistimos à passagem de uma sociedade de comunicação de massa, para uma constituída em redes de compartilhamentos, na qual uma das características é o processo de auto-comunicação. Nesse sentido, essas questões me parecem fundamentais para pensarmos também a própria produção histórica dentro desse sistema de auto-comunicação e metalinguagens.

A partir das questões acima, proponho pensar a produção das narrativas de retrospectão formuladas nesse sistema comunicacional em rede ou, que têm por base, o arcabouço teórico-metodológico vinculado a ele. Essas narrativas, grosso modo, são de dois tipos: Efeméricas e Historiográfico-midiáticas. Destaca-se ainda que, há um terceiro tipo de produção que não irei abordar aqui, em virtude de suas especificidades, mas que tem um enorme apelo entre amplas audiências e redes de utilizadores que chamarei de “realístico-ficcionais”, nas quais o passado é o objeto na composição de épocas, personagens, sociedades ou biografias tão comuns em novelas, minisséries, filmes, entre outros.

Denomino narrativas efeméricas aquelas produzidas pelos veículos de comunicação, que tiveram uma conexão direta com a produção de notícias e acontecimentos, anteriormente narrados, e que serão novamente objetos de apropriação em suas produções. Refiro-me às constantes (re)inscrições dos acontecimentos em páginas de jornais, canais de televisão, rádios e sites que trazem a reflexão dessas ocorrências, ou processos passados, a cada novo ciclo temporal. Essas inscrições atualizam, ressignificam, reinterpretam esses episódios a partir do lugar dos veículos de comunicação no tempo e das redes de interesses, jogos de poder e controle nos quais eles se inserem.

Sobre isso, investiguei o Golpe de 1964 a partir da produção de um grupo de mídia, o Grupo Folha, desde o momento de sua insurgência na cena pública, até os constantes retornos do episódio em efemérides (de 10, 20, 30,

40 anos). A partir da análise desses ciclos narrativos, pude constatar como o Grupo, cujo carro chefe é o Jornal Folha de São Paulo, progressivamente, modificou sua abordagem sobre o acontecimento. Passando de um tratamento laudatório e de alinhamento político ao mesmo, visto em seus primeiros anos como ocorrência fundamental e necessária para, posteriormente, requalificá-lo como golpe e ditadura, evento a ser superado.

Esse tipo de escrita tem um papel fundamental na inscrição e na monumentalização dos acontecimentos no tempo, uma vez que ajuda esses episódios a transporem a mera efemeridade temporal, na qual todos são escritos ao serem projetados na cena pública, para tornarem-se artefatos de disputa cultural, política e social nas redes comunicacionais nas quais são trabalhados.

O segundo tipo, são as narrativas historiográfico-midiáticas. São obras que têm forte vinculação com o campo comunicacional, mas que geralmente são autônomas em relação a um grupo específico. São historiográfico-midiáticas na medida em que propõem ser uma pesquisa ou síntese de um tema histórico específico. Comumente, realizam algum esforço de elaboração teórico-metodológica sobre o assunto, ou acontecimento abordado. Podem se apresentar em formatos de livros ou artigos em revistas destinadas ao tratamento da história. É uma escrita histórica com base no campo da comunicação, mas que pode agregar elementos da própria historiografia convencional. Na maioria das vezes, realizada por jornalistas ou outros profissionais, essas obras se utilizam dos pressupostos do campo jornalístico, principalmente, na concepção de suas questões, no tratamento de fontes e produção textual.

Muitos historiadores realizam duras críticas a essas produções, é o caso de Jurandir Malerba que vê um verdadeiro embate entre os chamados “historiadores acadêmicos e não acadêmicos” na disputa de narrativas históricas no tempo presente. Para ele, nos últimos anos, parece haver um recorrente ataque à historiografia profissional e aos historiadores, bastante diferente do que ocorria até os anos de 1980 e 1990, quando, para Malerba esses autores, “escreveram uma espécie de “jornalismo de época” de qualidade, na melhor acepção do termo “história popular” (2014, p. 33). Já a mais recente, que se inscreve a partir dos anos 2000, é, para o autor, uma produção anedótica, de linguagem coloquial e bastante romanesca. Sendo ainda, sem aprofundamento crítico e com utilizações pouco ortodoxas da própria historiografia convencional. Para ele, o que realizam não são pesquisas históricas empíricas, mas sim, uma narrativa histórica “ancorada, basicamente, na historiografia corrente e em cronistas de época” (Malerba, 2014, p. 36), assim, essas obras teriam pouco valor histórico, e não contribuiriam para a reflexão mais consistente.

A despeito dos argumentos do autor, há que se ressaltar, que estamos diante de uma produção específica de história e, dificilmente, ela atenderia às exigências dos historiadores, exatamente, porque foi pensada fora de nossa oficina historiográfica e, na visão de alguns historiadores seria apenas um bom “jornalismo de época”. Todavia, sabemos que os argumentos de obras pouco reflexivas ou que reúnem sínteses históricas podem ser aplicadas a muitas obras dos próprios historiadores.

A questão não me parece residir tanto nos problemas de estruturação dessas obras em termos dos cânones historiográficos, mas, principalmente, entender que novos cânones elas ensejam. Aqui sugiro que estamos diante de uma escrita de fronteira que articula elementos dos dois campos, fazendo surgir um produto muito marcado pelo nosso tempo. Nesse sentido, novamente, as questões colocadas por Castells trazem luz ao tema, na medida em que nos incitam a pensar sobre as apropriações de nossa realidade atual, a partir de uma polissemia narrativa que tornou esse processo muito mais complexo, pois:

É precisamente devido a sua diversificação, multimodalidade e versatilidade que o novo sistema é capaz de abarcar e integrar todas as formas de expressão, bem como, diversidade de interesses, valores e imaginação inclusive expressão de interesses sociais. Mas o preço a ser pago pela inclusão no sistema é a adaptação a sua lógica, a sua linguagem, a seus pontos de entrada e decodificação. (Castells, 2018, p. 457)

Essa constatação nos solicita compreender como o passado é projetado nesses veículos e, como essas narrativas de fronteira conseguem operar com diferentes formuladores de sentidos históricos. Se a produção historiográfica tradicional deve ser percebida a partir de um jogo complexo de conjunções e conformações que modelam e submetem o texto, a produção midiática também.

É certo que nos últimos anos, uma parte dessa produção assumiu um cunho fortemente conservador e até reacionário, esse talvez seja um dos problemas mais graves que enfrentamos no tempo presente. Temos de um lado, uma produção que avança velozmente no processo de tradução e interpretação do passado, realizando uma escrita nas margens dos dois campos e, de outro lado, a constatação de que parte dela vem se tornando um projeto de deslegitimação da historiografia tradicional e dos historiadores.

Deste modo, dizer apenas que elas efetivam narrativas próximas daquelas realizadas no século XIX, ou ainda, que elegem jogos entre vilões e mocinhos, heróis e mitos em narrativas lineares, não responde algumas questões

fundamentais, tais como: por que, em pleno século XXI, uma narrativa histórica nesses moldes demanda tanta procura? Como a produção historiográfica profissional tem sido apropriada? Em que medida ela consegue atingir a um grande público? O que o leitor comum busca, quando busca história? Essas questões nos conduzem a um problema pouco considerado no campo da história, mas muito familiar ao campo comunicacional: a recepção. Nesse caso, a recepção de conteúdos históricos.

Poucos trabalhos foram realizados com a preocupação de entender como as obras históricas são apropriadas por uma certa audiência. Utilizo propositalmente um conceito da comunicação para provocar uma reflexão com a história, pois, possivelmente, pensar a recepção histórica nos dê indícios sobre o grande sucesso dessas historiografias midiáticas, ao mesmo tempo em que, pode nos mostrar caminhos para pensarmos a divulgação histórica de nossas obras.

Chartier, a partir de sua história da leitura, pode ser considerado um precursor na compreensão desses processos, embora, tenha caminhado por temporalidades mais recuadas, ao tentar capturar os rastros da leitura e de seus leitores no tempo. Ainda em fins dos anos de 1990, o autor nos faz uma provocação interessante ao analisar o papel do crítico e sua atuação na leitura e julgamento do texto lido, o que nos dá indícios para o momento que vivemos:

O papel do crítico é ao mesmo tempo reduzido e ampliado. Ampliado na medida em que todo mundo pode torna-se um crítico. Este foi o sonho das Luzes e, talvez, o do fim do século XVII: por que todo leitor não poderia ser considerado capaz de criticar as obras, fora das instituições, das academias, dos sábios? (Chartier, 1998, p.17)

Embora seja de fins dos anos de 1990, a obra “A aventura do livro, do leitor ao navegador” (Chartier, 1998) traz questões bastante pertinentes para nossos dias, sobretudo, em sua advertência:

Isto quer dizer que é preciso ligar, uns com os outros, as perspectivas ou processos tradicionalmente separados. O historiador deve poder vincular em um mesmo projeto de estudo da produção, da transmissão e da apropriação dos textos. O que quer dizer manejar ao mesmo tempo a crítica textual, a história do livro e, mais além, do impresso e do escrito, e a história do público e da recepção. (Chartier, 1998, p. 17)

O conceito de recepção deve ser considerado por nós na medida em que, o domínio de conteúdos históricos deixou de figurar como um privilégio de acadêmicos, pesquisadores, professores no ensino formal, para se tornar um objeto de apropriação cultural amplo através das várias mídias, uma vez que, falar sobre história nos bares, nas festas, nas redes sociais tornaram-se

práticas comuns em nossos dias. Uma apropriação cuja característica é uma leitura fragmentada que, por sua vez, torna-se uma nova produção.

Para a comunicação, esse processo de apropriação e “auto-comunicação” talvez figure como a maior novidade do nosso tempo. Tais elementos, podem ser compreendidos como uma apropriação ordinária da história; um processo que não temos controle, que caminha fluido e disperso nos mais variados lugares. Dessa forma, o livro de história hoje tanto pode ser lido em um celular, transformado em um programa no Youtube, ou um áudio de podcast. Há, portanto, uma complexificação da relação de leitores e internautas muito mais difícil de demarcarmos.

Constatações incomodas, mas que hoje se tornaram basilares para entendermos a grande demanda de obras históricas em nosso cotidiano. De repente, descobrimos que as pessoas buscam avidamente se informar sobre o passado. A despeito das corretas preocupações de Hobsbawm sobre a dificuldade dos jovens se conectarem com o passado, percebe-se, em sentido inverso, uma estranha sede de conteúdos históricos que atualmente se realiza também pela intervenção dos novos leitores. Se a convergência digital e a conexão ininterrupta são hoje uma realidade em nosso cotidiano, por outro lado, percebe-se que ainda predomina uma alta concentração e controle dos grandes conglomerados de mídias sobre a distribuição de notícias. Embora a ideia de Web 2.0 tenha produzido uma revolução na recepção e atuação de leitores e consumidores desses produtos, ainda é muito forte a influência desses veículos na condução de produção de sentidos e representações sobre os acontecimentos a exemplo dos episódios aqui tratados.

Os desafios éticos em uma escrita de fronteira: algumas considerações finais

Gostaria de tocar em um último ponto sobre essa escrita, que diz respeito aos aspectos éticos e da responsabilidade sobre os conteúdos produzidos. Se por um lado, ressaltai a necessidade de compreendermos esse fenômeno de escrita histórica, numa rede complexa de formuladores de sentido, como algo do tempo presente, chamo atenção que, nos últimos anos, temos assistido uma inflexão importante nessa produção, que se configura numa certa voga negacionista.

Ao longo dos séculos XIX e XX, progressivamente, foram se estabelecendo os cânones teórico-metodológicos da produção contemporânea do co-

nhecimento histórico. Embora esses tenham sofrido transformações ao longo das décadas, pode-se dizer, que o campo da pesquisa histórica se profissionalizou justamente porque se organizou em torno de elementos, que foram capazes de construir um saber e um lugar dessa produção. Lembrando as questões colocadas por Foucault, todo saber se constitui também a partir de um lugar de poder. Um “poder dizer” que, por sua vez, organiza os parâmetros éticos e políticos desse conhecimento.

Micheal de Certeau ressaltava como esses elementos se adequaram a um conjunto de expectativas e procedimentos vinculados à própria sociedade na qual funciona a oficina historiográfica, seu lugar social. Para o autor, a escrita historiográfica está “submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões que lhes serão propostas, se organizam” (Certeau, 2002, p. 67); portanto, clivagens que ajudaram a organizar esse saber, ao mesmo tempo em que os condicionaram.

O autor nos chama atenção também sobre como o corpo técnico desses especialistas da história, no caso os historiadores, se encarregou de gerenciar procedimentos, fontes, conclusões e resultados da pesquisa histórica. Na verdade, o autor ressalta que o papel do perito, em muitos momentos, tornava-se mais destacado que o conhecimento produzido.

Destarte, teríamos esse lugar de produção e um perito a falar que “se inscreve e é inscrito numa ordem comum onde a especialização tem valor de iniciação enquanto regra e prática hierarquizante da economia produtivista” (Certeau, 1998, p. 67). Pode-se dizer que temos um lugar de responsabilidade sobre essa produção. Um lugar que constrange esse saber e, que é o mesmo que o legitima a partir de um conjunto de procedimentos. Falo aqui de uma produção que, além de atender as demandas sociais, políticas ou culturais de uma dada sociedade, também precisa se organizar em um conjunto de procedimentos claros, principalmente, para que sejam respeitados os aspectos éticos dessa produção.

Mas quando esse conhecimento já não está circunscrito a um grupo ou campo específico? Quando falamos em uma produção fronteira, quais são seus balizadores? Essas são questões inquietantes sobre a produção dessa escrita midiática da história, porque, muitas vezes as distinções entre informação, conhecimento, opinião, memória e história não estão claras e até se confundem em muitos momentos. A horizontalidade sob a qual são tratados esses conceitos tem servido como poderoso deflagrador político na cena pública,

outro problema tem sido os constantes ataques à autoridade do historiador, bem como, a legitimidade do saber histórico historiográfico convencional.

Tais questionamentos sobre a historiografia fogem de seus pressupostos teórico-metodológicos para se situarem exclusivamente nos potenciais usos políticos dessas obras. Sob o argumento de confrontar conhecimento verdadeiro versus conhecimento ideologizado, vem se estabelecendo uma verdadeira guerra de versões sobre determinados temas da historiografia nacional, como o último regime ditatorial e outros conteúdos sensíveis.

Sempre nos deparamos com distintas versões e formas de contar os processos e acontecimentos históricos, contudo, o aumento de obras de cunho negacionista pode ser considerado com o resultado da própria disputa do conceito de “verdade” evocado no cotidiano. Nesse caso, a ideia de verdade e, como ela funciona nessa historiografia midiática precisa ser investigada, especialmente, quando constatamos uma relação corrosiva de conceitos na qual, os usos do passado são submetidos a preconceitos e interesses políticos que se apresentam como se fossem “a verdade” desse passado.

Visto dessa forma, o conceito “verdade” tornou-se artifício retórico desconectado de referentes, como se, o pronunciamento do mesmo fosse suficiente para contrapor toda e qualquer formulação científica do pensamento, pelo simples fato de ser dito.

Aqui, nos deparamos com as implicações de uma história que se volta totalmente para a disputa política em detrimento da reflexão crítica. Se não há clareza quanto aos procedimentos de análise, trabalho com fontes e conclusões realizadas nessas obras, criamos graves problemas sobre os usos do passado que podem servir em processo de manipulação de conteúdos, teorias conspiratórias e perpetuação de preconceitos, especificamente, quando as fronteiras entre argumento científico historiográfico e opinião também não estão claras. Como destaca, Dunker (2017, p. 40), “temos uma inversão sem contradição e, portanto, uma subjetividade que pensa com dificuldade sua própria temporalidade [...] ou sendo seu próprio processo de transmissão educativa percebido como manipulação e apossamento”.

Essa apropriação, que se manifesta pelo abuso da história e da memória, realiza uma bricolagem, por vezes mal-intencionada da competência historiadora nos usos de obras, fontes e argumentos, para construir as informações que invertem totalmente os processos de reflexão do campo da história e são divulgadas ao grande público, como valores de uma nova “verdade”. Por outro lado, é um projeto de desqualificação do historiador e do professor de

história, cujo papel tem sido diariamente atacado seja através da palavra ou da violência direta a qual muitos têm sido submetidos nos últimos anos. Nesse universo a espetacularização da imagem, do gesto e da fala são mecanismos que tendem a se sobrepor ao conhecimento sistematizado numa clara substituição da forma pelo conteúdo.

Estamos diante de um grande desafio de compreensão sobre essa nova produção de história e, sobretudo, de entendimento acerca de seus cânones, se é que eles existem. Mas deve preocupar-nos, sobretudo, os desafios éticos para uma produção histórica de fronteira; uma tarefa que, possivelmente, só poderá ser realizada em diálogo entre os dois campos, nos quais ela se realiza. A construção de uma sociedade em rede, de partilha ilimitada de registros e informações, solicita que comecemos a considerar as dimensões do passado sob novas óticas, e sem dúvida, pensar a responsabilidade sobre a produção de conteúdos históricos, torna-se um problema fundamental para nossos dias, sobretudo, quando percebemos que as leituras do passado têm atuado diretamente nos processos de significação e cidadania do tempo presente.

Referências

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 2018

CHARTIER, Roger. **A Aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo, Editora UNESP. 1998.

DUNKER, Chistian. Subjetividade em tempo de pós-verdade. In: **Ética e Pós-Verdade**. Porto Alegre/São Paulo. Dubinense. 2017.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo, Cia das letras 1996.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio, 2006.

_____. **Estratos do tempo: Estudos sobre história**. Rio de Janeiro, ED.PUC-Rio. 2014.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. In: **Revista de História da Historiografia**; Ouro Preto; n. 15, agosto 2014, p. 27-50.

MENESES, Sônia. **A Operação Midiográfica – A folha de São Paulo e o Golpe de 1964**. São Paulo, Intermeios, 2017.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Campinas: Papirus, 1997.

CAMINHOS E PERSPECTIVAS RECENTES DA HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO NO BRASIL (2000-2018)

Paulo Cruz Terra

Se os balanços sobre a História Social do Trabalho no Brasil e no mundo, na década de 1990, eram unânimes em afirmar o declínio na produção sobre o tema, aqueles que trataram da década seguinte afirmaram uma renovação, inclusive nas questões abordadas. No caso do Brasil, os anos 2000 foram marcados pela criação do GT-Mundos do Trabalho (GT-MT), ligado a ANPUH, e que reúne historiadoras e historiadores ligados ao tema. O objetivo do presente capítulo é justamente analisar algumas características da produção recente da História Social do Trabalho no país, mais especificamente no período de 2000 a 2018. Um esclarecimento se faz necessário: não se trata de fazer um levantamento extensivo de toda a produção nacional, mas sim apontar alguns caminhos e também possíveis perspectivas futuras, focando principalmente a produção apresentada no âmbito do GT-MT.

As mudanças na historiografia e o GT Mundos do Trabalho

A História Social do Trabalho produzida no Brasil passou por importantes transformações desde a década de 1980, no sentido de novos temas, abordagens e fontes (Batalha, 1998). Observa-se um deslocamento de uma história do movimento operário para uma história da classe trabalhadora. Até aquele momento eram abordados principalmente as questões da organização e mobilização dos operários, por meio dos partidos, sindicatos e correntes ideológicas, além das greves. A mudança, naquele período, consistiu no interesse por outros aspectos da experiência dos trabalhadores, tais como, por exemplo, o cotidiano, as condições de vida e a cultura operária.

A ampliação verificada naquele momento teve um lado negativo, segundo interpretação de Claudio Batalha, em texto datado de 1998. Se antes esse era um “campo de estudos relativamente bem definido”, passou a “fundir-se (e confundir-se) com outros campos (estudos urbanos, cidadania e política, etc.) e chega ao final dos anos 80 em crise” (Batalha, 1998, p. 154). A crise, que se estendeu pela década seguinte, era constatada pela diminuição do inte-

resse na história operária, verificável pela queda do número de dissertações e teses sobre o tema. Batalha indicou que o contexto internacional foi um dos fatores de impacto, com “a crise da esquerda, agravada pelo desmantelamento do socialismo real” (Batalha, 1998, p. 154).

Em artigo publicado pouco tempo depois, Batalha pintava um cenário bem mais otimista sobre a História Social do Trabalho feita em nosso país. Para o autor, a criação do GT Mundos do Trabalho foi “um passo fundamental para a consolidação de uma instância de discussão e de um espaço institucional para a história do trabalho, até então inexistentes” (Batalha, 2006, p. 16). Em sua avaliação, o GT-MT estava desempenhando um papel relevante ao estimular pesquisas na área.

Como exposto anteriormente, o GT-MT foi criado em 2000, com a oficialização junto à diretoria da Associação Nacional de História (ANPUH). A sua criação está relacionada, segundo Marcel Van Der Linden, a um contexto de expansão dos estudos sobre os trabalhadores no hemisfério sul. Nesse sentido, junto ao caso brasileiro, em 1995 foi fundada a Associação de Historiadores do Trabalho Indianos, e conferências nacionais ocorreram em outros locais, tais como Karachi (1999), Seoul (2001), e Johannesburg (2006) (Linden, 2009, p. 13).

Desde 2003, o GT-MT organiza simpósios específicos sobre a história do trabalho dentro dos Simpósios Nacionais de História (SNH), feitos pela ANPUH. A partir de 2002, o GT realiza bianualmente as Jornadas de História do Trabalho¹ e, desde 2010, elas foram organizadas em conjunto com os Seminários Internacionais Mundos do Trabalho. Já a revista do GT, intitulada *Mundos do Trabalho*, passou a ser publicada em 2009, e tem tido dois números por ano. Será principalmente a partir dos dossiês² desse periódico que eu baseio a análise sobre alguns pontos da historiografia atual sobre o trabalho, embora não utilize somente ele.

No primeiro número da revista, Beatriz Ana Loner, que foi a primeira coordenadora do GT, escreveu na apresentação que a proposta inicial do Grupo, e que ainda o guiava, prezava justamente pela multiplicidade de aborda-

¹ As cidades que sediaram as Jornadas foram: Pelotas, 2002; Florianópolis, 2004; Niterói, 2006; Criciúma, 2008; Florianópolis, 2010; Rio de Janeiro, 2012; Salvador, 2014; Manaus, 2016 e Porto Alegre, 2018.

² A partir do segundo número, publicado também em 2009, a revista passou a ser organizada por dossiês temáticos, embora permanecesse a sessão de artigos livres. Nos 17 dossiês publicados até o momento, foram abordados os seguintes temas: “relações de gênero; mundo urbano; experiências indígenas; mutualismo operário; embates entre trabalhadores e o poder municipal; processos e condições de trabalho; medicina e a saúde dos trabalhadores na América Latina; conflitos em torno do trabalho e da terra; trabalhadores em mineração; trabalhadores e a ditadura militar; biografia; perspectivas em torno da obra de E. P. Thompson; história social do trabalho na Amazônia; e trabalhadores livres no Atlântico oitocentista” (Castellucci; Lacerda; Silva, 2017, p. 5).

gens. Segundo Loner, a proposta possibilitava investigar os mundos do trabalho “a partir de diferentes enfoques, tais como organizações de trabalhadores, cotidianos, relações de gênero, relações interétnicas, processos e tecnologias de trabalho, relações entre trabalho livre e trabalho compulsório, identidades, correntes políticas” (Loner, 2009, p. 6)

O argumento do presente texto é de que a produção atual sobre a história do trabalho tem se revigorado justamente ao apostar na multiplicidade exposta na proposta do GT. Mais ainda, o que tem sido trazido de maior novidade vai justamente no sentido de rever e questionar um certo retrato sobre a história da classe trabalhadora brasileira, que a colocava como sendo formada principalmente pelo trabalhador fabril, homem, branco, geralmente de origem europeia. Outra mudança significativa tem sido a aproximação com a história política, que tem tornado mais complexa a análise da relação dos trabalhadores com o Estado.

Escravizados, pós-abolição e racismo

Uma importante ausência percebida na historiografia do trabalho, no final da década de 1990, foi a figura do trabalhador escravizado. Silvia Hunold Lara apontou que, identificando a história do trabalho com o trabalho livre e assalariado, essa historiografia teria ignorado, apesar de todas as transformações na década de 1980, as experiências e lutas dos trabalhadores negros, cativos ou libertos, antes e depois da abolição (Lara, 1998).

De lá para cá, pude verificar, juntamente com Fabiane Popinigis, através da análise da produção apresentada nas diferentes esferas do GT-MT, que tem crescido o número pesquisadoras e pesquisadores que tem se dedicado a explorar amplamente as formas de manifestação e organização próprias das experiências dos cativos, ex-cativos e seus descendentes, bem como seus impactos na mobilização e organização dos trabalhadores no início do período republicano (Terra; Popinigis, 2019).

Presente desde o primeiro número da revista³, a temática ganhou um dossiê específico. As organizadoras, Beatriz Mamigonian e Fabiane Popinigis, apontaram que as pesquisas ali reunidas exploravam “os sentidos da liberdade e as relações de trabalho estabelecidas por pessoas juridicamente livres, antes

³ No número um da revista está presente o artigo de Marcelo Badaró Mattos em que ele aborda como no Rio de Janeiro, ao longo do século XIX, trabalhadores livres e escravizados “partilharam também formas de organização e de luta, gerando valores e expectativas comuns, que acabariam tendo uma importância central para momentos posteriores do processo de formação da classe” (Mattos, 2009, p. 51).

e depois da abolição da escravidão” (Popinigis; Mamigonian, 2011, p 4). Elas expuseram ainda como os artigos, apesar de abordarem sujeitos livres ou em processo de aquisição da liberdade, exploram a questão da precariedade da liberdade no século XIX, em que havia uma evidente “proximidade entre a liberdade jurídica e as formas de coerção do trabalho” (Popinigis; Mamigonian, 2011, p. 6)

Para esse dossiê, assim como para os próximos que farei referência, pretendo demonstrar um artigo que apresente aspectos inovadores sobre a abordagem tratada. No caso, o texto de Beatriz Mamigonian discorre sobre um tema pouco visitado que consiste nas operações da Marinha Real britânica de apreensão de navios negreiros com destino a Cuba e ao Brasil, sendo que os africanos trazidos a bordo eram transportados para o Caribe britânico como trabalhadores por contrato (Mamigonian, 2011).

Uma outra questão importante levantada pela autora consiste no caso de africanos livres⁴ que haviam passado algum tempo no Brasil e foram atraídos para se mudarem para uma colônia britânica, “onde, como foram informados, o tratamento que receberiam como pessoas livres seria muito diferente daquele que haviam recebido no Brasil” (Mamigonian, 2011, p. 91). As experiências deles, segundo Mamigonian, ainda estão por serem exploradas mais detidamente.

Se existem avanços na investigação da experiência dos trabalhadores negros antes e depois da abolição,⁵ eu e Popinigis apontamos a necessidade de aprofundamento das

pesquisas sobre racialização e, sobretudo, a respeito do impacto do racismo no mercado e nos mundos do trabalho, sobre as relações raciais na organização de partidos e sindicatos e nos movimentos sociais a partir de meados do século XX, temas e períodos em que os cruzamentos referenciais entre classe e raça ainda são pouco abordados na produção mais recente. (Terra; Popinigis, 2019)

Colocar a cor dos indivíduos como elemento fundamental das pesquisas sobre os mundos do trabalho, como apontou Álvaro Pereira do Nascimento (2016), bem como atentar para as relações raciais, é uma maneira de enfrentarmos o racismo presente na academia de forma geral, e no campo da história do trabalho em particular, que, como dito anteriormente, ignorou por muito tempo as trabalhadoras e trabalhadores negros.

⁴ Mamigonian define que “africanos livres” eram aqueles “que tinham sido capturados durante as atividades de repressão ao tráfico ao longo da costa marítima ou apreendidos em terra e emancipados por terem sido recentemente importados” (Mamigonian, 2007, p. 169).

⁵ Alguns exemplos de obras recentes que trouxeram avanços sobre o tema: Cruz (2000); Gomes e Negro (2006 e 2013); e Souza (2015).

Trabalhadores indígenas e o trabalho na Amazônia

Se os trabalhadores negros foram durante um longo período excluídos da produção historiográfica relativa aos mundos do trabalho, também foram os trabalhadores indígenas. Em dossiê da revista *Mundos do Trabalho* sobre o tema, os organizadores expuseram que os artigos reunidos têm em comum o questionamento das abordagens que diminuía a importância dos índios na história do trabalho, seja pela ideia de que eles haviam sido substituídos pela mão de obra escrava africana, ou de que os poucos que sobreviveram, no fim do período colonial, estavam em regiões periféricas que “não faziam muita diferença no ‘progresso econômico’” (Moreira, Jong, Popinigis, 2014, p. 5). Nesse sentido, os textos têm em comum “a valorização dos índios como sujeitos de suas experiências históricas, por mais que estivessem fortemente enquadrados por cenas, processos e sistemas de violência e dominação” (Moreira, Jong, Popinigis, 2014, p. 8).

Exemplo da possibilidade de análise sobre o tema, o artigo de Ayalla Silva investigou o aldeamento São Pedro de Alcântara, instalado na cidade de Ferradas, no Sul da Bahia, em 1814. Apesar da importância do trabalho dos aldeados, Silva apontou que a “narrativa memorialista sobre a região desconhece ou, pior ainda, propositalmente esconde a presença dos índios na formação da economia e sociedade regional” (Silva, 2014, p. 132). A autora objetivou investigar, portanto, “a utilização da mão de obra indígena nos trabalhos da estrada Ilhéus-Vitória, bem como na formação da lavoura do cacau, no Sul da Bahia oitocentista”.

O número de investigações sobre trabalhadores indígenas apresentados no âmbito das esferas do GT-MT tem crescido em pesquisas que tematizam a Amazônia,⁶ bem como por meio de pesquisadores que provêm da região. O Seminário Internacional realizado em Manaus, em 2016, foi o ápice de comunicações sobre a temática,⁷ dando destaque para a profícua produção da história do trabalho produzida na região.⁸

⁶ Sigo a indicação de Adalberto Paz e Lara de Castro de que o termo “Amazônia” - pode ser utilizado para se referir à “área que atualmente corresponde, grosso modo, aos estados que compõem a região Norte do Brasil” (Paz; Castro, 2017).

⁷ No Simpósio realizado em Salvador, em 2014, foram organizadas duas sessões específicas sobre o trabalho na Amazônia, nas quais estiveram presentes comunicações sobre trabalho indígena. Já no evento seguinte, em Manaus, além de duas sessões específicas, foram apresentadas várias comunicações sobre o tema em outras sessões (Terra, Popinigis, 2019).

⁸ Como exemplo do desenvolvimento da história do trabalho, em outubro de 2018 foi aprovado o mestrado acadêmico em História da Universidade Federal do Amapá, e uma das duas linhas é justamente “História Social do Trabalho” e congrega professores que pesquisam o tema e irão promover novas investigações na área. Ver: <http://www.unifap.br/public/index/view/id/10698>, verificado em 02/02/2019.

Gênero e trabalho

Apesar de existirem alguns poucos estudos clássicos sobre a participação das mulheres nos mundos do trabalho no Brasil,⁹ a partir dos anos 2000 tem crescido o número das pesquisas que investem no conceito de gênero.¹⁰ Cristiana Schettini Pereira e Fabiane Popinigis organizaram um dossiê da revista *Mundos do Trabalho* com autoras que utilizaram o conceito de gênero “para problematizar os limites e a abrangência do conceito de classe trabalhadora, que não se expressa e não se esgota apenas em sua organização institucional” e, assim, “complexificar e enriquecer as questões propostas pelos estudos sobre os mundos do trabalho” (Pereira, Popinigis, 2009, p. 6).

A relação entre gênero e trabalho está presente no artigo de Leric Garzone, no referido dossiê, ao discutir como as definições de “trabalho”, “não-trabalho” e “vadiagem” foram acionadas pelos habitantes do Rio de Janeiro no início do século XX. Enquanto os legisladores e comentadores da lei tomavam a “vadiagem masculina” como um padrão, “os policiais que prendiam as ‘vagabundas’ eram instados a debater com essas mulheres e seus defensores critérios relacionados à moralidade e à instabilidade de determinadas ocupações” (Garzone, 2009, p. 66). A autora afirma que nos julgamentos das mulheres presas por vadiagem, a ocupação “manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes” era um ponto fulcral. Testemunhas e policiais “recorriam a argumentos relacionados à honra das acusadas, fazendo referências à sua devassidão moral e ao exercício da prostituição” (Garzone, 2009, p. 69). Garzone pontua que, ao contrário dos casos que envolviam homens, para as mulheres a conduta sexual era um dos critérios para julgá-las.

Os estudos que envolvem a questão de gênero têm sido bastante desenvolvidos nos últimos anos a partir do enfoque no trabalho doméstico.¹¹ Nos simpósios temáticos organizados pelo GT dentro dos Simpósios Nacionais de História da ANPUH, as comunicações sobre o trabalho doméstico apareceram somente em 2009, com três trabalhos, mas estiveram presentes desde então e só aumentaram.

Um panorama recente a respeito dos estudos sobre serviço doméstico foi trazido por Flavia Fernandes Souza, em texto publicado na revista *Mundos do Trabalho*. Ela apontou que todas as pesquisas realizadas até aquele “momento trataram do trabalho doméstico a partir de vivências cotidianas de

⁹ Como exemplo, o estudo de Maria Valéria Junho Pena (1981).

¹⁰ São exemplos da nova produção: Pereira (2006); Fraccaro (2016).

¹¹ Entre os estudos recentes que abordam a questão do trabalho doméstico, podemos citar: Silva (2011); Lima (2015); Souza (2017); Popinigis e Lima (2017); Peçanha (2018).

trabalhadores em cidades brasileiras na segunda metade do século XIX e no decorrer de várias décadas do século XX” (Souza, 2015, p. 288). Alguns autores abordaram grupos específicos do serviço doméstico, como lavadeiras ou amas de leite, e outros descortinaram processos relativos às relações entre os criados de servir, as autoridades públicas e os patrões.

É interessante que se existe a demanda de explorarmos cada vez mais a análise das mulheres nos mundos do trabalho, no caso do serviço doméstico, Souza indicou um cenário diferente. Ela mostrou que os estudos históricos “produzidos sobre o serviço doméstico no Brasil analisaram o assunto por meio de uma associação direta acerca do trabalho doméstico e o trabalho feminino” (Souza, 2015, p. 290).¹²

Embora os estudos que relacionem gênero e trabalho estejam ganhando mais espaço, é necessário ressaltar um grande silêncio ainda presente, propriamente em relação aos trabalhadores e trabalhadoras lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT). O Seminário Internacional do GT, realizado em 2018, foi o primeiro a ter uma sessão de comunicação dedicada ao tema,¹³ bem como foi a primeira vez que a temática foi abordada em uma mesa redonda, em fala de Benito Schmidt. Pesquisadas em outras áreas,¹⁴ ainda são raros os estudos historiográficos que averiguam as relações entre os mundos do trabalho e as diferentes identidades de gênero e orientações sexuais.¹⁵ A História Social do Trabalho tem bastante a ganhar ao questionar a heteronormatividade presente na sua produção, possibilitando, assim, recuperar outras identidades, conflitos, solidariedades e níveis de opressão.

Política e história do trabalho

O Estado geralmente aparecia nas análises de História Social do Trabalho como um elemento de controle e repressão sobre a classe trabalhadora, sendo privilegiadas as abordagens que investigassem a resistência dos traba-

¹² A própria tese da Flavia Fernandes Souza (2017) aborda a participação masculina no serviço doméstico. O tema também foi explorado na tese da Nathalia Batista Peçanha (2018).

¹³ A sessão intitulou-se “Complexificando a interseccionalidade: perspectivas queer sobre o mundo do trabalho”, reuniu as seguintes comunicações: “As lindas toiles de Aymond: o trabalho de transformista nos palcos cariocas (1930 – 1950)”, de Flávia Ribeiro Veras; “Comportamentos desviantes e alegações para expulsão: a homossexualidade nas ‘vilas de malocas’ de Porto Alegre (relatório de Ildo Meneghetti, 1952)”, de Rodrigo de Azevedo Weimer; “Sexualidades desviantes e possibilidades de atuação na prostituição masculina a partir do caso Luísa Felpuda (Porto Alegre, 1980)”, de Tiago Medeiros; e “Complexificando a interseccionalidade: perspectivas queer sobre o mundo do trabalho”, de Benito Bisso Schmidt.

¹⁴ Destaco as pesquisas sobre o tema na área da administração, e cito como exemplos: Garcia e Souza, 2010; Silva, *et al.*, 2013.

¹⁵ Entre os poucos exemplos de textos que tratam da questão, cito o trecho da Nathalia Batista Peçanha (2018), que possui um trecho sobre o tema; e Medeiros (2019).

lhadores diante das ameaças estatais. A partir da década de 1990, no entanto, observa-se o surgimento de estudos que trazem uma visão mais complexa, sendo o Estado varguista e a década de 1950 períodos privilegiados, tendo os mesmos questionado determinadas acepções de um conceito caro à História Política, o populismo. Segundo tais concepções, a instituição da Justiça do Trabalho, o corporativismo sindical e a legislação social e trabalhista têm apenas a função de impor a dominação de classe, “para submeter os trabalhadores de modo absoluto a estruturas de dominações das quais o próprio Estado tornava-se fiador” (Silva; Chalhoub, 2009, p. 34).¹⁶

Se as relações entre os trabalhadores e as leis já têm sido bem exploradas para o pós-1930, tem surgido, a partir dos anos 2000, um contingente cada vez maior de pesquisas que se dedicam a essa relação no período Imperial e na Primeira República. Nesse sentido, os poderes municipais têm ganhado uma centralidade na análise.¹⁷

Organizei, juntamente com Cristiana Schettini Pereira, um dossiê que reuniu artigos dedicados a investigação da relação entre os trabalhadores e o poder municipal. Por um lado, os textos reunidos apontam para uma diversidade de regulamentos e leis municipais que incidiam sobre os trabalhadores e o trabalho. A análise sobre essas leis nos auxilia “a rever a imagem ainda presente na nossa historiografia de que, antes da aprovação das leis trabalhistas, o Estado estava completamente ausente da regulação das relações de trabalho” (Terra; Pereira, 2013, p. 6). A legislação municipal abre, assim, um vasto campo de possibilidades analíticas para repensar periodizações e marcos explicativos para aqueles interessados na história social do trabalho.

A votação das leis, a implementação e a fiscalização das mesmas apontam que o poder municipal não tinha nada de monolítico e uniforme. Pelo contrário, “os conflitos – e, muitas vezes, a negociação – estavam presentes nas relações entre os trabalhadores e os fiscais, entre estes e os diferentes funcionários da municipalidade, e ainda entre o executivo e o legislativo municipal” (Terra; Pereira, 2013, p. 6).

Levando em conta que o poder municipal indicia na organização da vida cotidiana urbana, ele se tornou um importante espaço de lutas por direitos. Indicamos, Pereira e eu, que os “trabalhadores e trabalhadoras tinham suas próprias leituras e expectativas sobre as medidas que buscavam controlar suas atividades, e alguns deles recorreram ao poder municipal com o intuito

¹⁶ A apresentação das abordagens desses trabalhos é feita também em: Silva e Costa (2001); Fortes e Negro (2003).

¹⁷ Exemplos da produção que aborda a relação dos trabalhadores com o poder municipal: Reis (1993); Popinigis (2007); Farias (2012); Terra (2013).

de que este interviesse mais diretamente nos conflitos entre empregados e patrões” (Terra; Pereira, 2013, p. 7). Os textos recentes, alguns reunidos no referido dossiê, mostram como muitos grupos sociais e categorias profissionais tiveram nos regulamentos e leis municipais um importante foco para suas mobilizações e reivindicações. Esses trabalhadores demonstravam suas leituras e reivindicações através de abaixo-assinados, requerimentos e greves.

Tendo como foco o poder municipal, Cristiane Myasaka, em artigo do dossiê mencionado, trouxe um novo olhar para a bibliografia dedicada à análise da reforma urbana de Pereira Passos, no Rio de Janeiro nos anos iniciais do século XX. Ao tratar da cobrança de multas por infrações em Inhaúma, distrito suburbano, a autora mostra que os trabalhadores que moravam no subúrbio, sempre que possível, questionavam as ações do poder municipal, evidenciando os usos políticos da legislação. Assim, esses habitantes “longe de serem vítimas indefesas do amplo processo de reestruturação urbana em curso na capital federal, forjaram maneiras, no âmbito da legalidade, para diminuir seu impacto” (Miyasaka, 2013, p. 99).

O último número da revista publicado até o presente, trouxe também como tema do dossiê a questão da aproximação dos mundos da política e o do trabalho. Os organizadores propuseram que os artigos reunidos tinham em comum “a tentativa de repensar a dinâmica dos direitos e questionar os limites da cidadania e o alcance das lutas sociais travadas nesse âmbito” (Castellucci; Lacerda; Silva, 2017, p. 5).

Exemplo de abordagem proposta no dossiê, o texto de Cláudia Viscardi analisou dois tipos de direito político, o de votar e ser votado, nos momentos das duas primeiras constituições republicanas, a de 1891 e a de 1934. Ela expôs que a “previsão de direitos políticos nas duas primeiras constituições republicanas e as alterações das regras de representação apontam para a ampliação da cidadania política ao longo do período, sobretudo para aqueles que dela estavam excluídos, como as mulheres, os trabalhadores e os indivíduos sem renda declarada” (Viscardi, 2017, p. 61).¹⁸

Primeiramente exploradas para o pós-1930, as interpretações mais multifacetadas sobre as relações entre trabalhadores e Estado vêm ganhando fôlego para o período posterior. Se os estudos sobre o Império e na Primeira República têm mostrado os trabalhadores agindo cotidianamente em relação às diferentes concepções e disputas em torno das leis, mesmo antes da aprovação da legislação trabalhista, falta explorar mais detidamente como essa experiência embasou e esteve conectada com a do período getulista.

¹⁸ A participação dos trabalhadores nas eleições da Primeira República é tema que tem sido estudado em textos recentes da historiografia. Ver, por exemplo, Castellucci (2008).

Compreender o presente e possibilidades futuras

Procurei enfatizar ao longo do presente texto algumas mudanças na produção recente da História Social do Trabalho no Brasil. A escolha em enfocar a análise nas esferas do GT-Mundos do Trabalho, especialmente a revista, justifica-se por esse ser um importante espaço de reunião e discussão sobre esse tema.

Aponte, por um lado, a conexão entre essa vertente historiográfica e a história política, o que tem apontado para uma relação dos trabalhadores com o Estado mais complexa. Por outro, ressaltei o desenvolvimento dos estudos sobre trabalhadores negros, livres ou escravizados, trabalhadores indígenas e trabalhadoras. Batalha, como mencionado anteriormente, havia exposto que a ampliação temática teria levado a perda de contorno da área, já que ela havia se fundido e se confundido com outras áreas (Batalha, 1998).¹⁹ Contudo, podemos afirmar que é justamente o contrário, já que essa ampliação tem sido um dos elementos responsáveis pela renovação da área.

Ocorre no Brasil um processo semelhante ao transcorrido nos EUA. Leon Fink apontou que a saída da crise enfrentada pela história do trabalho naquele país nas décadas de 1980 e 1990 foi partir para as “fronteiras”, que se “referem à até então desocupada periferia do campo” (Fink, 2012, p. 17). Lá foram explorados temas bem semelhantes aos apontados aqui, tais como o emprego doméstico, as relações entre trabalho livre e trabalho escravo, povos indígenas e sistemas de trabalho, mas também questões ainda não muito desenvolvidas pelas bandas de cá, como o trabalho penitenciário. Temos indicação, portanto, que as transformações da historiografia brasileira estão em geral conectadas às mudanças mais amplas no cenário internacional.

A utilização por parte da historiografia do trabalho, tanto no Brasil quanto no cenário internacional, dos conceitos de gênero, raça e etnia tem significado a possibilidade de tornar mais multifacetada a história da classe trabalhadora. Conceitos em evidência hoje em dia, interseccionalidade e con-substancialidade são possibilidades teóricas para pensar a relação entre eles. A discussão sobre interseccionalidade, por exemplo, desenvolveu-se, desde o início da década de 1990, nos países anglo-saxônicos a partir da herança do feminismo negro, como apontou Helena Hirata. A interseccionalidade, segundo a autora, recusa a hierarquização e o enclausuramento “dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça,

¹⁹ Também mencionei anteriormente que, em texto posterior, Batalha faz uma leitura bem diferente, ressaltando, inclusive, a ampliação temática como ganho para a área (Batalha, 2006).

etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual”. Sendo assim, esse enfoque “vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais” (Hirata, 2014, p. 63).

Amplamente frutífero debate tem sido feito dentro do marxismo, e Cinzia Arruzza, por exemplo, fez críticas à ideia de interseccionalidade e consubstancialidade, propondo a “Tese Unitária”. De acordo com essa tese: “a opressão de gênero e a opressão racial não correspondem a dois sistemas autônomos que possuem suas próprias causas particulares: eles passaram a ser uma parte integral da sociedade capitalista através de um longo processo histórico que dissolveu formas de vida social precedentes” (Arruzza, 2015, p. 57). Seja qual escolha teórica for feita, o desafio das pesquisas atuais é ir além da retórica, e tornar efetiva a possibilidade de congregação de gênero, classe e raça nas nossas investigações.

O que poderia explicar o interesse renovado na história do trabalho no nosso país? Alexandre Fortes e John French apontaram que a eleição de Lula, em 2002, foi um ponto chave. Se o Novo Sindicalismo, do final da década de 1970 e da década de 1980, havia impactado a produção acadêmica, a entrada no governo de líderes destacados desse Novo Sindicalismo, entre eles o próprio presidente, também contribuíram para “a proeminência do tema do trabalho nos círculos acadêmicos” (Fortes, French, 2013, p. 23). Após a eleição de Lula, os autores afirmam que novas oportunidades de financiamento foram oferecidas à história do trabalho, tendo alguns membros do GT-MT explorado as possibilidades.

Mais um fator que também pode ter impactado foi o sistema de cotas nas Instituições de Ensino Superior públicas, iniciado nos anos 2000, e tornado lei federal em 2012, que mudou profundamente o perfil dos alunos de graduação nessas instituições. Dados do INEP apontam que entre 2012 e 2015, o número de alunos de escolas públicas ingressantes nas universidades federais saltou de 28.835 para 78.350. Já o número de estudantes que se declararam pretos ou pardos passou de 933.685 para 2.172.634 no mesmo período.²⁰ A mudança no perfil dos estudantes possivelmente impacta na demanda de novos temas a serem tratados nas pesquisas e cursos acadêmicos, e pode ajudar a explicar o crescimento de estudos sobre trabalhadores negros e sobre o trabalho doméstico, por exemplo.

²⁰ “Sancionada há cinco anos, Lei Federal de Cotas muda a cara do ensino superior: ‘Era muito limitado’”, G1, 17/10/2017. Verificada no site: <https://g1.globo.com/bahia/noticia/sancionada-ha-cinco-anos-lei-federal-de-cotas-muda-a-cara-do-ensino-superior-era-muito-limitado.ghtml>, no dia 03/02/2019.

Outro elemento importante é o cenário de crescente precarização das relações de trabalho, não só no Brasil, mas no mundo, agravado pela crise do capitalismo em 2008. No nosso país, o ápice desse processo, pelo menos até o momento, foi a aprovação da contrarreforma da legislação trabalhista do país, em 2017, que significou na prática uma acentuação da exploração sobre os trabalhadores. O cenário de ataques aos direitos dos trabalhadores tem ampliado a discussão sobre o trabalho e pode ter reflexo nos estudos sobre o tema.

As transformações contemporâneas nos mundos do trabalho, principalmente que envolvem a atual precarização do trabalho, estão entre as questões que os historiadores podem se debruçar mais. Temas como pejetização²¹ e uberização²² têm sido amplamente analisados pelos sociólogos e acadêmicos da área do direito, mas receberam pouquíssima atenção dos historiadores²³ e se configuram como importantes possibilidades futuras de pesquisa. Justiça seja feita no sentido que os historiadores têm se dedicado cada vez mais a análise de um desses elementos, propriamente o trabalho análogo à escravidão.²⁴ Ângela de Castro Gomes, por exemplo, propôs que pensar o tema “envolve enfrentar o lado mais dramático de processos sociais como o da precarização das normas legais de proteção ao trabalho e das migrações internas para as cidades ou regiões de fronteira agrícola, entre outros” (Gomes, 2012, p. 168).

Outra possibilidade futura talvez seja explorar as características da História Global do Trabalho (HGT). Essa “área de interesse”, segundo Marcel van der Linden, propõe comparações entre diferentes países e/ou, principalmente, a análise das interações internacionais. Mais um ponto importante é a ampliação do conceito de trabalhador, tendo em vista que, segundo o mesmo autor, no capitalismo há “uma variedade quase infinita de tipos de produtores, e as formas intermediárias entre as diferentes categorias são definidas de formas mais fluidas do que nítidas” (Linden, 2013, p. 30). Sendo assim, a HGT aborda os trabalhadores assalariados, mas também os autônomos, os escravizados, a pequena burguesia, e o lumpemproletariado.

Existe ainda uma certa resistência à adoção da perspectiva da HGT por parte dos historiadores do trabalho no Brasil. Paulo Fontes, Alexandre Fortes e David Mayer expuseram que a historiografia do trabalho do nosso país permanece bastante autocentrada e paroquial. As razões para isso residiriam,

²¹ Alguns exemplos de pesquisas sobre pejetização: Turcado e Rodrigues (2008); Carpes (2011).

²² Entre os trabalhos sobre Uber, pode-se citar como exemplo: Esteves (2015).

²³ Sobre a pejetização, menciono a dissertação de Lucas Santos (2019); e sobre uberização o de Virginia Fontes (2017).

²⁴ Entre os textos sobre o tema, podemos citar como exemplos: Gomes (2012); Scott (2013); Barbosa (2017); Grinberg e Mamigonian (2017).

segundo os autores, em um nacionalismo metodológico resiliente e em um insularismo linguístico, além de uma visão de que HGT constitui mais um projeto acadêmico hegemônico Ocidental, que reforça assimetrias e hierarquias entre o Norte e o Sul (Fontes; Fortes; Mayer, 2018, p. 12-13).

Indico, no entanto, que alguns dos aspectos da HGT já estão presentes, mesmo que timidamente, na produção historiográfica brasileira sem que recebam essa marca, como as conexões internacionais e a abordagem de diferentes relações de trabalho.²⁵ Uma contribuição importante da HGT para a nossa produção, por sua vez, pode residir justamente em uma preocupação maior em conectar os objetos específicos às questões estruturais, suplantando, assim, o que era apontado como um dos problemas recentes dessa área, ou seja, a excessiva delimitação dos objetos e o abandono de perspectivas mais sistêmicas (Batalha, 1998; Fortes, French, 2013).

Termino este texto apontando que o maior desafio para a História Social do Trabalho no país no momento, e para a área de História em geral, é enfrentar os ataques desferidos pelo novo governo. Desde a campanha, o presidente Jair Bolsonaro tem indicado uma perseguição ideológica as esquerdas, bem como elegeu as universidades públicas como um dos principais alvos. Na prática, isso significa a diminuição ainda mais drástica de recursos não só para a manutenção das instituições, como também para a realização das pesquisas, o que provavelmente impactará muito negativamente a produção científica brasileira como um todo. Contudo, espero que ocorra o que muitas pesquisas na nossa área já demonstraram: quanto maior o ataque, maior a resistência.

Referências

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e /ou capitalismo. **Revista Outubro**, n. 23, p. 33-58, 2015.

BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade. Enjeux de la définition juridique de l'esclavage contemporain au Brésil: liberté, dignité et droits constitutionnels. **Brésil(s)**, n. 11, 2017.

BATALHA, Claudio H. M. A Historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In Freitas, Marcos C. de. **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo, Contexto, 1998.

_____. Os desafios atuais da história do trabalho, **Anos 90**, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, 2006

²⁵ As conexões atlânticas estavam, por exemplo, entre as preocupações dos artigos que compuseram o dossiê organizado por Beatriz Mamigonian e Fabiane Popinis (2011).

CASTELLUCCI, Aldrin. **Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República**. Tese de Doutorado. Salvador: UFBA, 2008.

_____; LACERDA, David P.; SILVA, Nauber Gavski da. Apresentação: Cidadania, política e história do trabalho. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 9, n. 18, 2017.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, vol. 14, n. 26, 2009.

COSTA, Hélio da; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. **Tradições negras na formação de um sindicato**: Sociedade de Resistência dos trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. *Afro-Ásia*, n. 24, 2000.

ESTEVES, Luiz Alberto. Uber: o mercado de transporte individual de passageiros — regulação, externalidades e equilíbrio urbano. **Revista de Direito Administrativo**, vol. 270, 2015.

FARIAS, Juliana Barreto. **Mercados minas**: Africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890). Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro/Arquivo Geral da Cidade, 2015.

FINK, Leon. A grande fuga: como um campo sobreviveu a tempos difíceis. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v 32, n. 64, p. 15-25, 2012.

FONTES, Paulo; FORTES, Alexandre; MAYER, David. Brazilian Labour History in Global Context: Some Introductory Notes. **International Review of Social History**, vol. 62 (s25), 2018.

FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Marx e o Marxismo**, vol. 5, n. 8, 2017.

FORTES, A.; FRENCH, J. Sobre encanadores e filósofos: fazendo história do trabalho no Brasil. In: FORTES, A. et al. (Ogs.). **Cruzando Fronteiras – novos olhares sobre a História do Trabalho**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

_____; NEGRO, Antonio Luigi. Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (orgs.). **O Brasil republicano**. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FRACCARO, Glaucia. **Os direitos das mulheres**: organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937). Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2016.

GARCIA, Agnaldo; SOUZA, Eloisio M. de. Sexualidade e trabalho: estudo sobre a discriminação de homossexuais masculinos no setor bancário. **Rev. Adm. Pública**, vol. 44, n.6, 2010.

GARZONI, Leric de Castro. Nas fronteiras do não-trabalho: trabalhadoras pobres e as definições de vadiagem no início do século XX. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 3, n. 6, 2011.

GOMES, Ângela de Castro. Repressão e mudanças no trabalho análogo a de escravo no Brasil: tempo presente e usos do passado. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 32, n. 64, 2012.

GOMES, Flávio dos Santos; NEGRO, Antonio Luigi. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho, pp. 217-240. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, 2006, v. 18, n. 1.

_____. As greves antes da ‘grève’: as paralisações do trabalho feitas por escravos no século XIX. **Ciência e Cultura**, v. 65, n. 2, 2013.

GRINBERG, Keila.; MAMIGONIAN, Beatriz G. Le crime de réduction à l’esclavage d’une personne libre (Brésil, XIXe siècle). **Brésil(s)**, n. 11, 2017.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, vol. 26, n. 1, 2014.

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Projeto História**, São Paulo, v.16, 1998.

LEAL, Davi Avelino. Trabalho, territorialização e conflito pelo uso dos recursos naturais no Rio Madeira /AM (1861 - 1932). **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 9, n. 17, 2017.

LIMA, Henrique Espada. Wages of Intimacy: Domestic Workers Disputing Wages in the Higher Courts of Nineteenth-Century Brazil. **International Labor and Working-Class History**, n. 88, 2015.

LINDEN, Marcel van der. História do trabalho: o velho, o novo e o global, **Revista Mundos do Trabalho**, v. 1, n. 1, janeiro-junho de 2009.

_____. **Trabalhadores do mundo**. Ensaios para uma História Global do Trabalho, Campinas, Edunicamp, 2013.

LONER, Beatriz. Apresentação. **Revista Mundos do Trabalho**. vol. 1, n. 1, 2009.

MAMIGONIAN, Beatriz G. O direito de ser africano livre na década de 1860 ou a lei de 1831 e a questão servil. In: NEDER, Gizlene (org.). **História e Direito**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007, p. 169.

_____. Em nome da liberdade: abolição do tráfico de escravos, o direito e o ramo brasileiro do recrutamento de africanos (Brasil – Caribe britânico, 1830-1850). **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 3, n. 6, 2011.

MEDEIROS, Tiago de. Sexualidades desviantes e possibilidades de atuação na prostituição masculina a partir do caso Luísa Felpuda (Porto Alegre, 1980). In: SPERANZA, Clarice Gontarski; SCHEER, Micaele (Orgs.). **Trabalho, democracia e direitos**, volume 2: mundos do trabalho, identidades e cultura operária. Porto Alegre: Editora Fi, 2019.

MIYASAKA, Cristiane Regina. Na mira dos funcionários municipais: considerações acerca das infrações de postura nos distritos suburbanos do Rio de Janeiro no início do século XX. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 5, n. 9, 2013.

MOREIRA, Vânia Maria Losada; JONG, Ingrid de; POPINIGIS, Fabiane. Introdução: Trabalho, Política e Experiências Indígenas. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 6, n. 12, 2014.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**, v. 29, n. 59, 2016.

NEGRO, Antonio Luigi; CORRÊA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo. Trabalhadores e Ditadura. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 6, n. 11, 2014.

PAZ, Adalberto; CASTRO, Lara de. Trabalho e trabalhadores na história da Amazônia. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 9, n. 17, 2017.

PEÇANHA, Natália Batista. **Precisa-se de uma criada estrangeira ou nacional para todo o serviço de casa**: cotidiano e agências de servidoras/es domésticas/os no mundo do trabalho carioca (1880-1930). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e trabalhadoras**: presença feminina na constituição do sistema fabril. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

PEREIRA, Cristiana Schettini. **Que tenhas teu corpo**: uma história das políticas da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Editora do Arquivo Nacional, 2006.

POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca**: trabalhadores do comércio carioca, 1850-1922. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____; LIMA, Henrique Espada. **Maids, Clerks, and the Shifting Landscape of Labor Relations in Rio de Janeiro, 1830s–1880s**. IRSH, 62, 2017.

_____; MAMIGONIAN, Beatriz G. Apresentação. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 3, n. 6, 2011.

REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. **Revista USP**, n. 18, 1993.

SCOTT, Rebecca. O Trabalho Escravo Contemporâneo e os Usos da História. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 5, n. 9, 2013.

SILVA, Antônia; et al. Sentido do trabalho e diversidade: um estudo com homossexuais masculinos. **Revista ADM.MADE**, vol. 17, n. 2, 2013.

SILVA, Ayalla Oliveira. Territorialização e trabalho: atuação dos aldeados de Fer-radas no processo de ocupação e exploração territorial, no Sul da Bahia (século XIX). **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 6, n. 12, 2014.

SILVA, Cláudio da. **A Precarização da atividade Jornalística e o avanço da Pejotização**. Dissertação de Mestrado. Brasília: UNB, 2014.

SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. **Domésticas criadas entre textos e práticas sociais**: Recife e Salvador (1870-1910). (Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia, 2011).

SOUZA, Flavia Fernandes de. Trabalho doméstico: considerações sobre um tema recente de estudos na História Social do Trabalho no Brasil. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 7, n. 13, 2015.

_____. **Criados, escravos e empregados**: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920). Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2017.

SOUZA, Robério. **Trabalhadores dos trilhos**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2015.

TERRA, Paulo Cruz. **Cidadania e trabalho**: cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906). Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro/Arquivo Geral da Cidade, 2013.

_____; PEREIRA, Cristiana Schettini. Apresentação do dossiê Trabalhadores e Poder Municipal. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 5, n. 9, 2013.

_____; POPINIGIS, Fabiane. Classe e raça na história do trabalho no Brasil (2001-2017). **Estudos Históricos**, v. 32, n. 66, 2019.

TURCADO, Sandra; RODRIGUES, Rosualdo. A Máscara da PJ – Contratar empregados como pessoa jurídica é uma forma de empresas fraudarem as obrigações trabalhistas previstas em lei. **Revista ANAMATRA**, n. 55, 2008.

VISCARDI, Cláudia M. R. Direitos políticos e representação no Brasil Republicano (1891-1934). **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 9, n. 18, 2017.

DIÁLOGOS (IM)PERTINENTES: AS CATEGORIAS GÊNERO, SEXUALIDADE, RAÇA E CLASSE NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Joana Maria Pedro

Idalina Maria Almeida de Freitas

Elias Ferreira Veras

Introdução

O momento que estamos vivendo, de emergência da onda ‘marrom’¹ na Europa e em vários outros países, com governos de direita e antidemocráticos que ascendem ao poder pelo voto e, ao mesmo tempo, com a emergência de um novo feminismo, como vamos pensar novas palavras para refletir o que estamos vivendo? Certamente elas virão, e quais serão? Podemos ainda questionar se este ‘novo feminismo’ é mesmo novo, se é uma nova onda feminista. Vamos continuar chamando de feminismo? Vamos criar novos conceitos? Como a possibilidade de novos feminismos, de novos conceitos são/serão transformados por outros movimentos sociais-epistemológicos, como o de negros e negras, de gays, lésbicas, travestis e transexuais, *queer*²?

É impossível para as pessoas preverem para onde caminha a história como disciplina. O que se consegue fazer, como diz Reinhardt Koselleck (2006) - com base no espaço de experiência - é deduzir como será o futuro - ou como dito, “o horizonte de expectativa”. Pode-se dizer o mesmo sobre as categorias de análise³ que a historiografia vai dar destaque. Contudo, pensar a trajetória de algumas categorias de análise nos ajuda a perceber que o que se mantém é a mudança; esta, sempre estimulada pelas alterações das situações a serem pensadas.

¹ Referência ao uniforme marrom das AS – milícias nazistas dos anos 30. Ver REIS, Daniel Aarão. A onda marrom na Europa. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 20 abr. 2019. Disponível em <https://oglobo.globo.com/opiniaao/a-onda-marrom-na-europa-23610162?fbclid=IwAR3NnWI0HcW6H5xdk2tg0ujO94JnPmhBXQTLxZZI607FrTqHqhsEAe2m0hM>. Acesso em: 22 abr. 2019.

² Como nos indica Veras (2019, p. 35), acerca da perspectiva *queer*, os estudos *queer* têm como principal alvo de crítica a racionalidade moderna e as fronteiras tradicionais de sexo e gênero.

³ Neste artigo, os autores optaram em referenciar as categorias de análise entre aspas, a fim de diferenciar usos e significados de alguns termos recorrentes que, dentro de análise histórica e historiográfica, adquirem significações e conceituações que nos auxiliam na reflexão do campo.

Para pensar a trajetória de categorias de análise como “mulher”, “mulheres”, “gênero”, “feminismo”, “sexualidade”, “homossexualidades” e “intersecção” na historiografia brasileira nos últimos anos, é preciso focalizar, em primeiro lugar, a atuação de movimentos sociais de mulheres, de feministas, de LGBTQ+ e do movimento de mulheres negras. Mas apenas isto não basta. Convém ainda situar os aportes de recursos para pesquisa e a ocupação de lugares na academia que foram dando legitimidade a certos estudos – não sem resistência –, e que permitiram que a historiografia se engajasse em assuntos que até então faziam parte tão somente do vocabulário dos movimentos sociais.

É possível afirmar que uma série de ações definiram esta trajetória, e que colaborações tornaram legítimo pesquisar estas temáticas. Podemos localizar, no Brasil, o início da emergência destas discussões na historiografia já nos anos 1980, no período da redemocratização. Além disso, foi muito importante para a legitimação de investigações neste campo, os aportes de recursos para a pesquisa e o ensino oriundos da Fundação Carlos Chagas (FCC), da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM-PR), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC).

História das mulheres e das relações de gênero: a institucionalização de um novo campo

O papel da Fundação Carlos Chagas na implementação de pesquisas neste campo foi descrito em livro publicado pela editora Annablume em 2004, sob coordenação de Albertina de Oliveira Costa, Angela Maria Martins e Maria Laura Puglisi Barbosa Franco⁴, intitulado *Uma história para contar: a pesquisa na Fundação Carlos Chagas*. Neste livro, é fornecido um panorama da atuação da Fundação Carlos Chagas no estímulo à pesquisa em variados campos. Um destes, é na pesquisa sobre mulher, relações de gênero, direitos reprodutivos, sexualidades e masculinidades. O capítulo escrito por Bila Sorj⁵ (2004), intitulado *Estudos de gênero: a construção de um novo campo de pesquisas no país*, narra a trajetória dos concursos realizados pela Fundação, inicia-

⁴ COSTA, Albertina; MARTINS, Angela; FRANCO, Maria Laura. **Uma história para contar: a pesquisa na Fundação Carlos Chagas**. São Paulo: Annablume, 2004.

⁵ SORJ, Bila. Estudos de gênero: a construção de um novo campo de pesquisas no país. In: COSTA, Albertina; MARTINS, Angela; FRANCO, Maria Laura. **Uma história para contar: a pesquisa na Fundação Carlos Chagas**. São Paulo: Annablume, 2004, p. 119-140.

dos em 1978 e encerrados em 1998. Inicialmente, as pesquisas focalizavam a mulher: versavam sobre a mulher trabalhadora, mas também pesquisas sobre mulheres que se destacaram em diferentes áreas de atuação. Com a ampliação das discussões sobre a diversidade da ‘identidade mulher’, e com a introdução da questão de gênero, a partir de 1990 o próprio concurso mudou de nome para Pesquisas sobre Mulheres e Relações de Gênero.

Entre os anos de 1990 e 2003, a Fundação Carlos Chagas organizou o concurso de pesquisas PRODIR (Programa de Treinamento em Pesquisa sobre Direitos Reprodutivos na América Latina e Caribe), com recursos da Fundação MacArthur. Foi a partir de 1990 que o PRODIR passou a discutir sobre direitos reprodutivos e a focalizar em discussões abordando sexualidades e masculinidades - a partir de discussões sobre HIV/AIDS. No total, desde 1978 até 2003, foram financiados 170 projetos de pesquisa e promovidos inúmeros cursos para as pessoas que recebiam estes financiamentos. Além disso, os resultados destas pesquisas foram amplamente publicados, fornecendo aporte teórico e produção de conhecimento no campo.

Ademais, entre os anos de 1981 a 1988, a Fundação Ford, inicialmente através da Fundação Carlos Chagas, financiou a publicação em São Paulo (SP) do jornal *Mulherio*⁶; e entre 1992 e 1999, no Rio de Janeiro (RJ), da Revista *Estudos Feministas*⁷. Esta última, desde seu início, tem publicado as mais recentes reflexões teóricas do campo, nacionais e estrangeiras, colaborando na circulação de teorias que têm sido apropriadas e criticadas pela historiografia.

Desde 1993, a Universidade de Campinas (UNICAMP), em Campinas (SP), passou a publicar a revista *Cadernos Pagu*, que se mantém neste lugar até os dias de hoje. Este periódico contou com recursos financeiros da Fundação Ford e da Comunidade Europeia, além de aportes advindos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), do CNPq, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e da própria UNICAMP. Esta revista tornou-se também uma referência para a divulgação de pesquisas do campo.

Para o campo historiográfico, também foi importante a legitimação das discussões sobre as categorias “mulher”, “mulheres”, “gênero”, “sexualidade” e “raça”, através da criação de núcleos de estudos nas universidades brasileiras. Data de 1980 a criação do primeiro núcleo dedicado à discussão sobre “mulher”: o Núcleo de Estudos Sobre a Mulher, na Pontifícia Universidade Ca-

⁶ O financiamento da Fundação Ford se manteve até 1988. Entretanto, desde 1984, o periódico não ficou mais sediado na Fundação Carlos Chagas.

⁷ A partir de 1999, a Revista Estudos Feministas passou a ser publicada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), contando com recursos do CNPq e da própria universidade.

tólica de São Paulo (PUC/SP), por iniciativa de Fanny Tabak⁸. Desde então, estes núcleos têm se multiplicado e criado uma grande rede de estudos que se intercomunicam e trocam experiências. Grande parte destes não possuem qualquer apoio financeiro para sua atuação, dependendo sempre de trabalho voluntário; mas obtiveram - e até hoje obtêm - algum apoio institucional na forma de espaço físico, móveis, equipamentos e, principalmente, legitimidade como conhecimento científico. O levantamento (incompleto) destes núcleos tem sido feito em várias áreas e por várias autoras⁹, mostrando como se tornaram numerosos e importantes na formação e fortalecimento do campo.

Outras grandes contribuições, que contaram com disponibilização de recursos para este campo, foram os concursos realizados pela SPM junto com o CNPq a partir de 2005, com recursos voltados à pesquisa, concursos de redação e artigos científicos intitulados *Construindo a Igualdade de Gênero*, voltados para estudantes de ensino médio, graduação e pós-graduação, também organizados pela SPM¹⁰; a SECADI/MEC apoiou a realização de cursos abordando Gênero e Diversidade na Escola, formando diversos especialistas e criando uma grande rede de conhecimento que fortaleceu pesquisas sobre o feminismo, história das mulheres, relações de gênero e sexualidades.

É impossível não mencionar na formação deste campo a organização de um evento iniciado em 1994 na Universidade Federal de Santa Catarina, e que ganhou um crescimento significativo nestes 27 anos de existência, tendo sua última edição sido realizada em 2017. Trata-se do Seminário Internacional Fazendo Gênero. O primeiro Fazendo Gênero¹¹, realizado entre 30 de novembro e 2 de dezembro de 1994, tinha sintomaticamente como título a categoria “Mulher”. Intitulava-se *Fazendo Gênero - Seminário de Estudos sobre a Mulher*, contudo, ao longo de suas edições, acompanhando o crescimento do campo, foi refletindo a mudança das categorias e incorporando novas discussões teóricas.

⁸ PEDRO, Joana Maria. Feminismo e gênero na universidade: trajetórias e tensões da militância. **História, Unisinos**, v. 9, n.3, set.-dez. 2005, p. 170-176.

⁹ Ver CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; FREITAS, Mayanne Julia Tomaz; SILVA, Karina Ingedy Leite. Origens e desafios dos núcleos de estudos de gênero na educação superior no Norte e Nordeste do Brasil. 2015, Florianópolis. **Anais da 37ª Reunião Nacional da ANPED**. Florianópolis: UFSC, 2015; GROSSI, Miriam Pillar. Mapeamento de Grupos e Instituições de Mulheres/de Gênero/ Feministas no Brasil, **Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis: PPGAS/UFSC, n. 5, 1995.

¹⁰ O Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero foi instituído em 2005 pela Secretaria de Política das Mulheres (SPM-PR), no âmbito do Programa Mulher e Ciência, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI); a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC); a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) e a ONU Mulheres. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/premio-construindo-a-igualdade-de-genero-esta-com-inscricoes-abertas/>. Acesso em 24 jun. 2019.

¹¹ Como é usualmente referido.

Se o primeiro evento foi realizado com poucas centenas de participantes, o último, em 2017, contou com 9.396 pessoas inscritas, unindo dois eventos: o 13º Mundos de Mulheres & Seminário Internacional Fazendo Gênero 11¹². Estes eventos têm acompanhado o crescimento e as mudanças no campo, de forma interdisciplinar, e deixado importantes registros – publicações em formato de livros, anais e dossiês em revistas acadêmicas –, desta forma ajudando¹³ a sedimentar o campo.

Ainda na historiografia, várias pesquisadoras realizaram levantamento sobre o que se tem escrito neste campo. Margareth Rago¹⁴, por exemplo, em várias ocasiões, focalizou a história das mulheres e do gênero no interior das mudanças de abordagens historiográficas. Em *As mulheres na historiografia brasileira*, Rago (1995) mostrou as transformações dentro da História das Mulheres iniciada pela abordagem marxista, e depois com a influência de Edward P. Thompson, localizada por ela na História Social. Em seguida, mostra a emergência da história cultural e as mudanças que promoveu, trazendo a categoria “gênero” para o campo de análise.

Em um artigo de 1999, Rago¹⁵ abordou as transformações da abordagem e do uso de fontes na historiografia internacional e brasileira, e incluiu nestas mudanças a história das mulheres e das relações de gênero. Já em 2008, Rago¹⁶ apontou os deslocamentos do olhar historiográfico sobre as mulheres, criticando a trajetória da história social e reivindicando que se busque as transformações das subjetividades, das práticas de si, com inspiração em Michel Foucault.

Maria Izilda Santos de Matos¹⁷ (2013), em texto publicado na revista Mandrágora, intitulado *História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas*, relaciona os impactos das novas abordagens da história com as fontes e a expansão do campo, saindo do eixo Sudeste e espalhando-se pelo país. Mostra como de uma história da ‘Mulher’ trabalhadora, passou-se a discutir a diferença dentro da diferença; e com a

12 Os eventos ocorreram entre os dias 30 de julho e 4 de agosto de 2017, na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis (SC).

13 Sobre o livro publicado no último evento e dados deste, ver http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/informativo/view?TIPO=&ID_INFORMATIVO=73. Acesso em 30 jun. 2019.

14 RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995, p. 81-91.

15 RAGO, Margareth. A “nova historiografia brasileira”. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 11, julho de 1999 p. 73-96.

16 RAGO, Margareth. “Escrever de novo a palavra Mulher”: recontando a história das lutas feministas. In: FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **Historiador e seu tempo**. São Paulo: UNESP; ANPUH, 2008, p. 139-161.

17 MATOS, Maria Izilda. História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. **Mandrágora**, v.19. n. 19, 2013, p. 5-15.

abordagem pós-estruturalista, foi focalizada a categoria “gênero”, enriquecida com discussões sobre sexualidade, homossexualidade e masculinidades.

Da mesma maneira, em 2007, Rachel Soihet e Joana Maria Pedro¹⁸ publicaram o artigo *A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero*, no qual apontam a história da trajetória deste campo no Brasil, mostrando as abordagens, as mudanças de trajetória e a maneira como as categorias “mulher”, “mulheres” e “relações de gênero” têm sido alvo de discussões, apropriações e disputas. Joana Maria Pedro¹⁹ (2008), no capítulo *Historicizando o gênero*, procurou dar historicidade à utilização da categoria gênero na historiografia brasileira, mostrando como questionamentos teóricos estão sempre em aberto e apontam para novas formas de escrever a história.

Interessante notar que são todas narrativas enaltecedoras da luta por legitimidade no campo, por disputas dentro da academia, porém nenhuma destas pesquisadoras focalizou a questão racial, tendo ainda naturalizado a sexualidade heterossexual. As transformações historiográficas que apontam não deram visibilidade a outras pesquisas que já existiam na época e que mostravam a história das mulheres e do feminismo negro. O olhar certamente não estava voltado para esta questão. Tampouco, para a crítica à matriz heterossexual que constitui as normas de gênero, de sexualidade e dos corpos. Neste último caso, lembramos que enquanto as mulheres se faziam protagonistas da escrita da história, reparando uma tradição que as invisibilizava como sujeitos históricos, homossexuais, lésbicas, travestis e transexuais questionavam não apenas a visibilidade estigmatizante que associava suas experiências a patologias, como também sua invisibilidade histórico-social.

O crescimento da História das Mulheres, estudos de gênero e de sexualidade na ANPUH-Brasil

Alguns dados nos mostram uma história de crescimento significativo das discussões sobre história das mulheres, do gênero, do feminismo e da sexualidade. É o que se constata na tabela abaixo, que nos mostra a presença destas temáticas nos Simpósios Nacionais da Associação Nacional de História (ANPUH) desde 2003 até 2019. Este crescimento retrata o apoio que a área

¹⁸ SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300 – 2007.

¹⁹ PEDRO, Joana Maria. Historicizando o gênero. In: FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *Historiador e seu tempo*. São Paulo: UNESP; ANPUH, 2008, p. 163-188.

passou a ter, principalmente a partir de 2005, com os editais e atividades da SPM e, também, o protagonismo das pesquisadoras que se envolveram com a temática.

Tabela 1 - Conferências, Mesas Redondas, Simpósios Temáticos e Minicursos – Encontros da ANPUH.

Ano	Conferência	Mesa Redonda ou Diálogos Contemporâneos ou Discussões Políticas	Simpósios Temáticos	Minicursos
2019	0	3	7	1
2017	1	0	3	3
2015	1	1	4	0
2013	0	0	3	2
2011	1	1	2	2
2009	1	1	3	1
2007	0	0	2	1
2005*	-	-	-	-
2003	0	_*	3***	0

* Não foi encontrado o caderno de programação deste evento.

** Não teve atividades ou não foram colocados no Caderno de Programação.

*** Neste ano havia uma área temática denominada “Gênero, família e infância”; dentro desta área houve 5 simpósios, mas apenas 3 tinham como temática gênero.

Fonte: Cadernos de Programações, disponíveis no sítio eletrônico da ANPUH (<https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais>) e nos sítios dos respectivos Simpósios Nacionais (ano de 2007: <http://snh2007.anpuh.org/#>; ano de 2009: <http://snh2009.anpuh.org/#>; ano de 2011: http://www.snh2011.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=775; ano de 2013: <http://www.snh2013.anpuh.org/>; ano de 2015: <http://www.snh2015.anpuh.org/>; ano de 2017: <https://www.snh2017.anpuh.org/>; ano de 2019: <https://www.snh2019.anpuh.org/>).

Nota: Dados trabalhados pelos autores.

Nas margens: sexualidade e historiografia

A crítica ao androcêntrismo, promovida pelo movimento feminista e pelas pesquisas empreendidas pela História das Mulheres e das Relações de Gênero, a partir da década de 1970, foram fundamentais para a visibilidade das mulheres na História e na historiografia. Como mostrou Joana Maria Pedro²⁰ (2005), as categorias “mulher”, “mulheres”, “gênero” e “sexo” foram instrumentalizadas pela política-epistemologia feminista na (des) construção dessa (in)visibilidade.

De fato, os estudos de Foucault, especialmente, o primeiro volume da *História da Sexualidade* (Foucault, 2009)²¹, provocaram um significativo im-

²⁰ PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, vol. 24, n.1, p.77-98, 2005.

²¹ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

pacto nas abordagens sobre a sexualidade. Em Foucault, a sexualidade afasta-se da biologia e da psicanálise para ser compreendida como um dispositivo, atravessada por múltiplas tecnologias de saber-poder históricas. Em diálogo com Foucault, Scott²² (1994, p. 11) ensina que os usos e significados do gênero e do sexo “nascem de uma disputa política e são os meios pelos quais as relações de poder – de dominação e de subordinação – são construídas”.

Todavia, a pensar da emergência da compreensão da sexualidade como um problema histórico-historiográfico, a perspectiva feminista das décadas de 1980, por exemplo, partiu da heterossexualidade como referencial para pensar a sexualidade (das mulheres), na qual, “a prática heterossexual é subentendida em torno de esquemas do poder social, como o casamento, a família, a maternidade, a violência, o abuso, a prostituição, dentre outros” (Navarro Swain, 1999, p. 93).

Uma década depois das primeiras críticas feministas ancoradas na categoria “gênero” e dos estudos de Foucault, a teoria *queer* radicalizou o caráter heteronormativo do sexismo, desconstruindo a heterossexualidade compulsória, presente, inclusive, nos primeiros estudos historiográficos sobre as mulheres. É preciso lembrar que essa crítica *queer* foi “antecipada” por Gayle Rubin²³(1993), Monique Wittig²⁴ (2006) e Adrianne Rich²⁵ (2012).

Com o pensamento feminista, a História das Mulheres e das Relações de Gênero, os estudos de Foucault e a emergência da perspectiva *queer*, gênero e sexo ganharam significados históricos e políticos. Tal abordagem foi revolucionária nas ciências humanas, sendo fundamental para a emergência dos estudos sobre as homossexualidades na historiografia, pensada aqui a partir da abordagem de algumas obras inaugurais.

O livro *Além do Carnaval*, do historiador James Green²⁶ (2000), sobre a homossexualidade masculina no Brasil de fins do século XIX ao início dos anos 1980, certamente contribuiu para a legitimação acadêmica da temática no Brasil, transformando-se em bibliografia obrigatória nos trabalhos que se seguiram. À pesquisa de Green, que analisa as experiências homossexuais nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, somam-se pesquisas realizadas em diferentes regiões do Brasil, que buscam destacar a pluralidade das experiências de gays, lésbicas, travestis e transexuais em diferentes contextos.

²² SCOTT, Joan W. Prefácio. **Cadernos Pagu**. Campinas, n.3, 1994, p.11-27.

²³ RUBIN, Gayle. **O Tráfico de Mulheres**: Notas sobre a Economia Política do Sexo. Recife: SOS Corpo, 1993.

²⁴ WITTIG, Monique. **El Pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Madrid: Editorial Egales, 2006.

²⁵ RICH, Adrianne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Bagoas - **Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 27 nov. 2012.

²⁶ GREEN, James. *Além do Carnaval. A homossexualidade masculina*. São Paulo: Editora da UNESP, 2019.

As pesquisas da historiadora Tânia Navarro Swain, que abordam as experiências das mulheres lésbicas a partir de uma perspectiva feminista, indicam que a quase invisibilidade destas na historiografia, observada na bibliografia sobre a produção homossexual nas ciências sociais brasileiras nas décadas de 1980 e 1990²⁷, já não se faz presente.

Travestis, de Elias Ferreira Veras²⁸ (2019), por sua vez, aborda o “universo trans”, especialmente, as experiências travestis no contexto de transformações histórico-subjetivas, que o autor denominou “tempo das perucas” e “tempo dos hormônios-farmacopornográfico”. O livro de Veras lança luz sobre as experiências trans, até então estudadas, sobretudo, no campo da antropologia, questionando o fazer historiográfico heteronormativo, que historicamente excluiu gays, lésbicas, travestis e transexuais da escrita da história.

Outros estudos citados por Veras e Pedro²⁹ (2014) também podem ser destacados. As dissertações *Será que ele é? Sobre quando Lampião da Esquina colocou as Cartas na Mesa*, de Marcio Leopoldo Gomes Bandeira³⁰ (2006); *Assumir-se ou não assumir-se? O Lampião da Esquina e as homossexualidades no Brasil (1978-1981)*, de Paulo Roberto Souto Maior Junior³¹ (2015); *Homossexuais em trânsito: representações, militância e organização política homossexual na Bahia, 1974-1988*, de Ailton José dos Santos Carneiro³² (2017); e as teses *O homossexual respeitável: elaborações, impasses e modo de uma experiência subjetiva*, de Eduardo Moreira Assis³³ (2011) e *Homoerotismo no Brasil contemporâneo: representações, ambiguidades e paradoxos*, de Miguel Rodrigues de Sousa Neto³⁴ (2011), revelam o interesse dos/as historiadores/as pelas experiências homossexuais masculinas, presente nas primeiras pesquisas antropológicas, inclusive na pesquisa de Green.

²⁷ ARNEY, Lance; FERNANDES, Marisa; GREEN, James. Homossexualidade no Brasil: uma bibliografia anotada. *Cad. AEL*, Campinas, v.10, n.18/19, 2003.

²⁸ VERAS, Elias Ferreira. *Travestis: carne, tinta e papel*. Curitiba: Appris, 2019.

²⁹ VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clío: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 6, n.13, p. 90 - 109, set./dez. 2014.

³⁰ BANDEIRA, Marcio. *Será que ele é? Sobre quando Lampião da Esquina colocou as Cartas na Mesa*. 2006. 129 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

³¹ SOUTO MAIOR JR., Paulo. *Assumir-se ou não assumir-se? O Lampião da Esquina e as homossexualidades no Brasil (1978-1981)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

³² CARNEIRO, Ailton. *Homossexuais em Trânsito: Representações, Militância e Organização Política Homossexual na Bahia, 1974-1988*. 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

³³ ASSIS, Eduardo. *O homossexual respeitável*. Elaborações, impasses e modos de uma experiência subjetiva. 2011. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

³⁴ SOUSA NETO, Miguel. *Homoerotismo no Brasil contemporâneo: representações, ambiguidades e paradoxos*. 2011. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

Por sua vez, a dissertação *A metamorfose encarnada: travestismo em Londrina (1970-1980)*, de José Carlos de Araújo Junior³⁵ (2006), *As sexualidades desviantes nas páginas do jornal Diário Catarinense (1986 – 2006)*, de Igor Henrique Lopes de Queiroz³⁶ (2014); *A força de uma palavra: homofobia nas páginas da folha de São Paulo (1986-2011)*, de Maurício Pereira Gomes³⁷ (2014); *(C)elas e elas: desconstruções de normativas de gênero e sexualidades na ala feminina do Presídio Regional de Joinville (2003-2013)*, de Camila Diane Silva³⁸ (2015); e as teses *Lota Macedo Soares e Elizabeth Bishop: amores e desencontros no Rio dos anos 1950-1960*, de Nadia Cristina Nogueira³⁹ (2005); *De Daniele a Chrysóstomo: quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena*, de Rita de Cássia Colaço Rodrigues⁴⁰ (2012); *(Re(des)conectando gênero e religião: Peregrinações e conversões trans* e ex-trans* em narrativas orais e do Facebook*, de Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho⁴¹ (2015); mostram que Clio tem ampliado seu olhar.

Como apontaram Veras e Pedro (2014), esses estudos contribuíram para a pluralização das temáticas abordadas na emergente pesquisa sobre as homossexualidades no Brasil, ampliando e complexificando os horizontes teóricos e metodológicos de um novo campo em construção. Produziram registros históricos sobre a diversificação identitária presente no Brasil nas últimas décadas. São produtos do engajamento de pesquisadoras/es, em sua maioria ligadas/os aos movimentos feministas e aos LGBT, que demonstram que a visibilidade de determinadas temáticas na produção acadêmica, além de uma operação intelectual, é também uma escolha política.

Contudo, ainda que tenham expandido o campo inaugurado pela História das Mulheres e das Relações de Gênero, que tenham problematizado as homossexualidades para além das experiências masculinas e, ainda que, em

³⁵ ARAUJO JUNIOR, José Carlos de. *A Metamorfose Encarnada: Travestimento em Londrina (1970-1980)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

³⁶ QUEIROZ, Igor. *As sexualidades desviantes nas páginas do jornal Diário Catarinense (1986 – 2006)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

³⁷ GOMES, Maurício Pereira. *A força de uma palavra: homofobia nas páginas da Folha de São Paulo (1986-2011)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

³⁸ SILVA, Camila Diane. *(C)elas e elas: desconstruções de normativas de gênero e sexualidades na ala feminina do Presídio Regional de Joinville (2003-2013)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

³⁹ NOGUEIRA, Nadia. *Lota de Macedo Soares e Elizabeth Bishop: amores e desencontros no Rio dos anos 50 e 60*. 2005. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

⁴⁰ RODRIGUES, Rita de Cássia. *De Daniele a Chrysóstomo: quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena*. 2012. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

⁴¹ MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg. *(Re(des)conectando gênero e religião - peregrinações e conversões trans* e ex-trans* em narrativas orais e do Facebook*. 2015. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

certos momentos, “sexualidade” e “classe” se cruzem em *Além do carnaval*, e “sexualidade” e “gênero” estejam imbricados em *Travestis*, “raça” é uma categoria ausente em grande parte da abordagem dessas obras e, de modo geral, dos estudos sobre as homossexualidades no Brasil.

Entre o dito e o não dito: pesquisas históricas na construção de políticas emancipatórias

Muitas pesquisas históricas realizadas ao longo das décadas de 1980, 1990 e 2000, pontuaram em suas narrativas, cruzadas por meio das suas fontes, as categorias como “gênero”, “raça”, “classe”, “sexualidade” e até mesmo “geração”, sobretudo, na esteira dos estudos sobre mulher, gênero, escravidão e pós-abolição. Estes estudos construíram um caleidoscópio útil para entender o campo da história na produção de conhecimento, assim como sua função na transformação social.

A obra *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*, da historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias⁴², publicado em sua segunda edição no ano de 1995, trouxe importante contribuição para o conhecimento das experiências de mulheres de classes oprimidas (*forras, livres e escravas*), no processo de urbanização da cidade de São Paulo em fins do século XVIII. A autora analisa o cotidiano dessas mulheres, entrelaçadas pelas categorias de “gênero”, “raça” e “classe”, esmiuçando o implícito, demarcando a presença ostensiva nas ruas da cidade, em detrimento das esferas políticas e administrativas, o que não diminuía sua importância nos papéis que desempenhavam. Por trabalhar, prioritariamente, com fontes escritas, reflete “que não existem causas perdidas na história, e o que parece secundário, numa dada conjuntura, pode revelar-se decisivo em outras” (Silva Dias, 1995, p. 14).

A coletânea *Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-emancipação*, organizada pelas historiadoras Giovana Xavier, Juliana Barreto Farias e Flávio Gomes⁴³, publicada em 2012, dentro do já consolidado campo dos estudos sobre escravidão, apresenta novas temáticas por meio da experiência de mulheres negras, reunindo artigos de 20 especialistas, que abordam os entrelaçamentos de mulheres negras “caminhando com elas e por meio delas” (Gomes *et al.*, 2012, p. 8) em diferentes regiões.

⁴² SILVA DIAS, Maria Odila. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

⁴³ GOMES, Flávio; FARIAS, Juliana Barreto; XAVIER, Giovana (orgs.). *Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012.

O recente trabalho de Camillia Cowling⁴⁴ (2018), *Concebendo a Liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*, promove um aprendizado em torno da comparação entre os processos de escravidão e liberdade em Cuba e no Brasil, percorrendo as trajetórias de mulheres negras, dedicando-se ainda às análises específicas de como os processos de maternidade e luta pela liberdade no seio escravista nessas duas sociedades podem ser interpretadas a partir das relações de “gênero”, “raça”, “classe” e “geração”.

A autora nos leva a pensar acerca de como sob os mesmos contextos de escravização e pós-emancipação, homens e mulheres forjaram, a partir das noções de masculinidades e feminilidades, batalhas legais, agências, cidadania, e como esses entrelaçamentos pavimentaram os caminhos e os significados da liberdade. Destacamos também estudos pioneiros de outras historiadoras, como Magali Engel, Martha Abreu, Cecília Moreira, Júnia Furtado, Selma Pantoja, Sheila de Castro Faria, Maria Izilda Santos de Matos, Joana Pedro, Rachel Soihet, Margareth Rago, dentre outras.

Por meio de fontes, métodos, experiências e contextos distintos, as trajetórias de mulheres negras foram percebidas nesses trabalhos a partir das categorias de “raça”, “classe”, “gênero”, “sexualidade” e “geração”, incorporando as histórias das tensões sociais que implicam a reconstrução da organização de sobrevivência de grupos marginalizados do poder e do próprio processo histórico-historiográfico.

Como vimos a partir desse recorte - marcado por uma amostragem que não corresponde à totalidade dos estudos produzidos no Brasil – percebemos a utilização de categorias que já não são tão novas em nosso ofício. Realizando um exercício de aproximação com o conceito de interseccionalidade, seria interessante perceber como alguns desses trabalhos historiográficos trazem uma perspectiva semelhante, ainda que não empregue tal termo.

No tocante às experiências dos sujeitos analisadas à luz da história social, as categorias não se dão ‘tal qual o nascer do sol’, impondo-se mais um desafio para a totalidade de harmonia das diversas categorias necessárias para compreensão dos sujeitos em seus tempos e espaços. Nas fontes históricas, sobretudo aquelas que são compreendidas a partir do método nominativo, é possível ‘farejar’ os fragmentos, muito embora no quebra-cabeça dessa leitura e análise, algumas nuances de determinadas experiências sobreponham outras. Tais categorias estão dispostas, sendo a maneira de olhá-las o que define seus graus de importância.

⁴⁴ COWLING, Camillia. **Concebendo a Liberdade**. Mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro. Campinas: Ed. da Unicamp, 2018.

Segundo Patrícia Hill Collins⁴⁵ (2017), o movimento feminista negro nos Estados Unidos em meados das décadas de 1960 e 1970, adotou perspectivas de classe, raça e gênero como úteis para análise das relações de poder. Essas ideias chegaram ao âmbito acadêmico, realinhadas como interseccionalidade, implicando legitimações acadêmicas e buscando atingir políticas emancipatórias contemporâneas.

Para Collins⁴⁶, as principais obras de mulheres negras afro-americanas, que estabeleceram as bases para o que veio a ser conhecido como interseccionalidade, incluem *Civil Wars*, de June Jordan (1981); o clássico *Sister Outsider*, de Audre Lorde (1984); e o inovador *Mulheres, Raça e Classe*, de Angela Davis (1981).

Mulheres, Raça e Classe, da filósofa Angela Davis⁴⁷, publicado originalmente em 1981 e recentemente traduzido para o português, é considerado por muitos/as a obra-tradução do conceito de interseccionalidade. Davis expõem do ponto de vista histórico, experiências de mulheres negras escravizadas, apresentando de forma aprofundada essas trajetórias articuladas a outros grupos de mulheres e homens. A autora discute o trabalho compulsório como chave para compreensão dos outros contornos do movimento sufragista, no tocante à participação das mulheres negras no processo de emancipação, processos de educação e os significados da maternidade.

Nesse sentido, a construção da interseccionalidade ofereceu um termo guarda-chuva reconhecível, tornando o campo compreensível nas normas acadêmicas de autoria, propriedade e descoberta. Uma vez nomeada, ao longo dos anos 1990 e início de 2000, a interseccionalidade como projeto de conhecimento se expandiu na academia, ganhando afinidades em muitos campos de estudo orientados às políticas públicas tais como o jurídico, estudos sobre saúde pública, os campos das ciências sociais tão diversos como a sociologia, a psicologia, a economia e a ciência política. No início do século 21, os estudos caracterizaram-se por um crescimento explosivo de interesse na ideia de interseccionalidade nos planos políticos e sociais⁴⁸.

Para o campo do conhecimento histórico, o conceito de interseccionalidade não é desenvolvido como tal, em grande medida, devido à produção historiográfica demandar por temporalidades que estão diretamente intrínsecas ao método histórico de fazer pesquisa. No entanto, não como uma “prestação

⁴⁵ COLLINS, Patrícia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 6-17, jan.-jun. 2017.

⁴⁶ COLLINS, 2017, p. 9.

⁴⁷ DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2018.

⁴⁸ COLLINS, 2017.

de contas”, mas percebendo referenciais de trabalhos acadêmicos, em grande medida já influenciados pelos estudos feministas e de gênero; não pela obrigatoriedade de abarcar as experiências dos sujeitos históricos em todas as esferas das suas experiências, mas acreditando na possibilidade de complexificar tais experiências no tempo; e, reconhecendo que categorias como raça, classe, gênero, sexualidade, dentre outras, não nascem na academia descoladas dos seus contextos de gênese, mas se conectam na produção de conhecimento, potencializando as dimensões para as lutas por liberdade e justiça social, pensar, ou melhor, continuar o diálogo (im) pertinente com (e por meio) (d)as categorias gênero, sexualidade, raça e classe faz-se, ou melhor, continua fazendo-se urgente nos estudos históricos. É impossível para as pessoas preverem para onde caminha a história como disciplina. Contudo, pensar a trajetória de algumas categorias de análise nos ajuda a perceber que o que se mantém é a mudança; esta, sempre estimulada pelas alterações das situações a serem pensadas.

Referências

ARAUJO JUNIOR, José Carlos de. **A Metamorfose Encarnada:** Travestimento em Londrina (1970-1980). 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

ARNEY, Lance; FERNANDES, Marisa; GREEN, James. Homossexualidade no Brasil: uma bibliografia anotada. **Cad. AEL**, Campinas, v.10, n.18/19, 2003.

ASSIS, Eduardo. **O homossexual respeitável.** Elaboraões, impasses e modos de uma experiência subjetiva. 2011. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

BANDEIRA, Marcio. **Será que ele é? Sobre quando Lampião da Esquina colocou as Cartas na Mesa.** 2006. 129 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

CARNEIRO, Ailton. **Homossexuais em Trânsito:** Representações, Militância e Organização Política Homossexual na Bahia, 1974-1988. 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; FREITAS, Mayanne Julia Tomaz; SILVA, Karina Ingredy Leite. Origens e desafios dos núcleos de estudos de gênero na educação superior no Norte e Nordeste do Brasil. 2015, Florianópolis. **Anais da 37ª Reunião Nacional da ANPED.** Florianópolis: UFSC, 2015.

COLLINS, Patrícia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 6-17, jan.-jun. 2017.

COSTA, Albertina; MARTINS, Angela; FRANCO, Maria Laura. **Uma história para contar**: a pesquisa na Fundação Carlos Chagas. São Paulo: Annablume, 2004.

COWLING, Camillia. **Concebendo a Liberdade**. Mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro, Graal, 2009.

GOMES, Flávio; FARIAS, Juliana Barreto; XAVIER, Giovana (orgs.). **Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.

GOMES, Maurício Pereira. **A força de uma palavra**: homofobia nas páginas da Folha de São Paulo (1986-2011). 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

GREEN, James. Além do Carnaval. **A homossexualidade masculina**. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

GROSSI, Miriam Pillar. Mapeamento de Grupos e Instituições de Mulheres/de Gênero/ Feministas no Brasil, **Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis: PPGAS/UFSC, n. 5, 1995.

KOSELLECK, Reinhart. **‘Espaço de Experiência’ e ‘horizonte de expectativas’**: duas categorias históricas. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado - Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 305-327.

MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg. **(Re/des)conectando gênero e religião - peregrinações e conversões trans* e ex-trans* em narrativas orais e do Facebook**. 2015. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MATOS, Maria Izilda Santos de. História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. **Mandrágora**, v.19. n. 19, 2013, p. 5-15.

NAVARRO SWAIN, Tânia. Feminismo e lesbianismo: a identidade em questão. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 12, 1999, p. 109-120.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, 2000, p. 9-41.

NOGUEIRA, Nadia. **Lota de Macedo Soares e Elizabeth Bishop**: amores e desencontros no Rio dos anos 50 e 60. 2005. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

PEDRO, Joana Maria. A “nova historiografia brasileira”. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 11, jul. 1999, p. 73-96.

PEDRO, Joana Maria. Feminismo e gênero na universidade: trajetórias e tensões da militância. **História**, Unisinos, v. 9, n.3, set.-dez. 2005, p. 170-176.

PEDRO, Joana Maria. Historicizando o gênero. In: FERREIRA, Antônio Celso, BEZERRA, Holien Gonçalves e LUCA, Tania Regina de (orgs.). **Historiador e seu tempo**. São Paulo: UNESP; ANPUH, 2008, p. 163-188.

PEDRO, Joana Maria. “Escrever de novo a palavra Mulher”: recontando a história das lutas feministas. In: FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **Historiador e seu tempo**. São Paulo: UNESP; ANPUH, 2008, p. 139-161.

QUEIROZ, Igor. **As sexualidades desviantes nas páginas do jornal Diário Catarinense (1986 – 2006)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995, p. 81-91.

RAGO, Margareth. A “nova historiografia brasileira”. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 11, julho de 1999 p. 73-96.

RAGO, Margareth. “Escrever de novo a palavra Mulher”: recontando a história das lutas feministas. In: FERREIRA, Antônio Celso, BEZERRA, Holien Gonçalves e LUCA, Tania Regina de (orgs.). **Historiador e seu tempo**. São Paulo: UNESP; ANPUH, 2008, p. 139-161.

REIS, Daniel Aarão. A onda marrom na Europa. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 20 abr. 2019. Disponível em <https://oglobo.globo.com/opinia0/a-onda-marrom-na-europa-23610162?fbclid=IwAR3NnWl0HcW6H5xdk2tg0ujO94JnPmhBXQTIxZXI607FtTqHqhsEAe2m0hM>. Acesso em: 22 abr. 2019.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 27 nov. 2012.

RODRIGUES, Rita de Cássia. **De Daniele a Chrysóstomo**: quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena. 2012. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

RUBIN, Gayle. O Tráfico de Mulheres: Notas sobre a Economia Política do Sexo. Recife: SOS Corpo, 1993.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul/dez., 1990.

SCOTT, Joan W. Prefácio. **Cadernos Pagu**. Campinas, n.3, 1994, p.11-27.

SILVA, Camila Diane. **(C)elas e elas**: desconstruções de normativas de gênero e sexualidades na ala feminina do Presídio Regional de Joinville (2003-2013). 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SILVA DIAS, Maria Odila Leite. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 54, 2007, p. 281-300.

SORJ, Bila. Estudos de gênero: a construção de um novo campo de pesquisas no país. In. COSTA, Albertina de Oliveira; MARTINS, Angela Maria; FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Uma história para contar**: a pesquisa na Fundação Carlos Chagas. São Paulo: Annablume, 2004, p. 119-140.

SOUSA NETO, Miguel. **Homoerotismo no Brasil contemporâneo**: representações, ambiguidades e paradoxos. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

SOUTO MAIOR Jr., Paulo. **Assumir-se ou não assumir-se? O Lampião da Esquina e as homossexualidades no Brasil (1978-1981)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

VERAS, Elias Ferreira. **Carne, tinta e papel**: A emergência do sujeito travesti público midiático em Fortaleza (CE), no tempo dos hormônios/farmacoporno-gráfico. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

VERAS, Elias Ferreira. **Travestis**: carne, tinta e papel. Curitiba: Appris, 2019.

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n.13, p. 90 - 109, set./dez. 2014.

WITTIG, Monique. **El Pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Madrid: Editorial Egales, 2006.

HISTÓRIA INDÍGENA: TEORIAS, FONTES E MÉTODOS EM PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR¹

Maria Regina Celestino de Almeida

Introdução

Desde as últimas décadas, a história indígena tem se renovado significativamente a partir de pesquisas histórico-antropológicas que nos permitem repensar não apenas as trajetórias de vários povos indígenas no Brasil, como também vários temas da nossa história (Monteiro, 2001; Almeida, 2017). O diálogo cada vez maior entre historiadores e antropólogos que articulam métodos, fontes e proposições teóricas das duas disciplinas tem propiciado compreensões mais amplas e complexas sobre as relações de contato entre os índios e as sociedades envolvidas. Sem desconsiderar a violência que caracterizou essas relações, desde o período colonial até os nossos dias, as pesquisas atuais tendem a centrar o foco de análise sobre os povos indígenas, buscando compreender as transformações étnicas e culturais por eles vivenciadas, considerando suas atuações e interesses próprios, continuamente transformados na dinâmica de suas relações.

Nessa perspectiva, visões preconceituosas, estereotipadas e simplistas que tanto contribuíram para construir e consolidar a ideia equivocada do desaparecimento de inúmeros povos indígenas no Brasil vão sendo desmontadas. Vários desses povos ressurgem, hoje, através dos movimentos de etnogênese, evidenciando que não desapareceram de fato (Oliveira, 1999). Ao invés disso, foram invisibilizados por discursos políticos e intelectuais coerentes com as políticas indigenistas e as proposições teóricas da História e da Antropologia predominantes no século XIX e em boa parte do XX (Guimarães, 1988; Kodama, 2009; Almeida, 2012a; Monteiro, 2001).

Ao se tornarem cada vez mais visíveis nos cenários políticos e acadêmicos do país, afirmando suas identidades indígenas, muitos desses povos desafiam os antigos discursos que os consideravam extintos e estimulam novas pesquisas e interpretações a respeito de suas trajetórias em períodos anteriores. São os movimentos sociais que, nas palavras de Thompson (1981), irrompem

¹ Este texto inclui alguns trechos das seguintes publicações: Almeida, 2012a, 2013b, 2007).

pelos gabinetes obrigando os intelectuais a repensarem teorias e conceitos para dar conta de explicá-los.

Esta tem sido a prática de historiadores e antropólogos que dialogam, complexificam análises e articulam passado e presente em abordagens interdisciplinares que conjugam os instrumentais teóricos, conceituais e metodológicos de suas disciplinas para analisar diferentes tipos de fontes. Com isso, revelam a complexidade das interações entre sociedades indígenas e não indígenas, nas quais indivíduos e grupos étnicos e sociais diversos circulavam e ainda circulam entre fronteiras (espaciais e classificatórias) fluidas e porosas, interagindo e influenciando-se mutuamente. Nesses processos, transformavam e transformam suas culturas, histórias e identidades.

Este capítulo vai abordar algumas dessas proposições teórico-metodológicas que têm presidido as pesquisas mais recentes sobre a história dos povos indígenas no Brasil, com foco sobre suas culturas, identidades étnicas e atuações políticas; incluindo uma breve reflexão sobre alguns desafios e controvérsias que envolvem as análises interdisciplinares.

História Cultural e Culturas Históricas: diálogos interdisciplinares

A ideia de que as culturas são produtos históricos, dinâmicos e flexíveis que continuamente se transformam através da experiência dos agentes sociais em contato (Thompson, 1981; Mintz, 2010; Hill, 1988, 1996) é essencial para um novo olhar sobre as relações de alteridade entre povos cultural e etnicamente distintos e sobre os chamados processos de aculturação e mestiçagem. Entender que as tradições e culturas indígenas não são estáticas, mas constroem-se e reconstroem-se continuamente em situações históricas definidas permite compreender que as mudanças culturais vivenciadas pelos grupos indígenas inseridos em sociedades envolventes não necessariamente os conduzem à extinção enquanto etnia diferenciada, nem tampouco significam apenas perdas. Sem minimizar os imensos prejuízos causados aos povos nativos da América pela conquista e colonização, as pesquisas atuais têm revelado sua imensa capacidade para adaptarem-se e reagirem de forma criativa às situações mais violentas (Hill, 1996). Apesar das incalculáveis perdas resultantes de situações de contato, os índios passaram a ser vistos como sujeitos dos seus processos de mudança, através dos quais incorporavam e incorporam novas

práticas culturais e políticas habilmente utilizadas no enfrentamento de novos desafios.

Essas concepções fundamentam as pesquisas atuais e resultam, em grande parte, do estreitamento do diálogo entre História e Antropologia. De acordo com Ginzburg (1981), isso se deu quando os antropólogos, percebendo que seus objetos de estudo não eram imutáveis e estáticos, passaram a se interessar pelos processos de mudança social; e os historiadores, pelos aspectos culturais, valorizando comportamentos, crenças e cotidianos dos homens comuns. Foi, principalmente, nas décadas de 70 e 80 do século passado, sobretudo no campo da história cultural, que a antropologia e a história se aproximaram mais intensamente no sentido de compartilhar temas, fontes e métodos comuns de investigação.

Para os historiadores foi fundamental incorporar as compreensões antropológicas sobre cultura, tanto no sentido dado por Malinowski (1931), como “artefatos herdados, bens, processos técnicos, idéias, hábitos e valores”; como por Geertz (1973), enquanto “dimensões simbólicas da ação social” (apud Burke, 2000, p. 246). A preocupação em procurar compreender o significado dos objetos, comportamentos e mentalidades, levando em conta as diferenças culturais entre os agentes em contato foi uma importante contribuição da antropologia para a história (Davis, 1981, p. 267). A observação minuciosa de processos vivos de interação social e a interpretação de comportamentos simbólicos, compreendendo-os como partes de um sistema social que se combinam, foram exercícios que, incorporados pelos historiadores, levou-os a valorizar o cotidiano e a agência de atores antes negligenciados.

Dentre esses novos atores encontram-se os índios, os africanos e seus descendentes que, por muito tempo, foram vistos por historiadores apenas como mão-de-obra e/ou vítimas passivas de sistemas opressores que não lhes davam margem de ação; e por antropólogos e/ou folcloristas como portadores de culturas tradicionais prestes a desaparecer. Sob o olhar histórico-antropológico, esses povos se tornaram agentes históricos, cujas ações devem ser levadas em conta para a compreensão dos processos estudados.

A partir dessas concepções, multiplicam-se pesquisas interdisciplinares de antropólogos e historiadores que ampliam cada vez mais o diálogo e reforçam a ideia da historicidade da cultura. Sobre isso, cabe citar o trabalho de E. P. Thompson (1981) que, valorizando o cultural, associou-o ao conceito de classe e consciência de classes, demonstrando como se formam conjuntamente no processo histórico, em um fazer-se contínuo no qual a ação humana e os

condicionamentos se combinam. Cultura para o autor é um produto histórico e dinâmico que deve ser apreendido no processo histórico, no qual homens e mulheres vivem suas experiências (Thompson, 1981, p. 182).

Nessa mesma linha de pensamento, os antropólogos Sidney Mintz e Eric Wolf também enfatizaram o dinamismo, a variabilidade e a historicidade da cultura (Mintz, 2010). Destacaram a importância de se perceber que um sistema cultural apresenta variabilidade no que se refere às intenções, consequências e significados dos atos escolhidos pelos indivíduos. Os homens agem e se relacionam, conforme seus lugares sociais e seus objetivos, daí a importância de se estabelecer o entrosamento dinâmico entre o social e o cultural. Superestimar as limitações das estruturas culturais e sociais é negligenciar as possibilidades de ação humana que fluem delas ou através delas. Se, na maior parte das vezes, os homens agem de acordo com padrões sociais, estes não são malhas de ferro, havendo sempre possibilidades de escolhas e alternativas, que variam de grupo para grupo, conforme as condições (Mintz, 2010).

A compreensão da cultura como produto histórico, dinâmico e flexível formada pela articulação contínua entre tradições e novas experiências dos homens permite perceber as mudanças culturais não apenas como perda ou esvaziamento de uma cultura dita autêntica, mas em termos do seu dinamismo, mesmo em situações de intensa violência. Neste sentido, o conceito de aculturação também se altera e, ao invés de ser entendido como oposição à resistência cultural, torna-se parte dela, na medida em que a incorporação de novas práticas culturais pode ser interpretada como estratégia de adaptação e/ou resistência para amenizar perdas e construir novas possibilidades de ação (Gruzinski, 2001). Se, no início dos anos 70, a ideia de aculturação já era questionada e complexificada (Wachtel, 1988), em nossos dias, ela tem sido quase descartada, diante da tendência atual dos estudos interdisciplinares em priorizar as idéias de circulação, apropriação e ressignificação cultural bem mais coerentes, deve-se convir, com a perspectiva de pensar o dinamismo das culturas. A preocupação atual é valorizar não apenas as atuações de povos e indivíduos antes marginalizados, mas também os interesses e possíveis significados por eles atribuídos às mudanças experimentadas. Além disso, o conceito de tradição também tem sido repensado, prevalecendo, hoje, o pressuposto de que ela sempre se modifica ao ser transmitida, conforme a compreensão do receptor (Burke, 2000). Isso implica em valorizar mais a apropriação do que a transmissão e reconhecer a historicidade dos mitos e tradições, continuamente reelaborados para responder aos desafios do presente (Hill, 1988).

O diálogo com a Antropologia no âmbito da história política também traz contribuições importantes para a compreensão das ações políticas e culturais dos indígenas em situações de contato. A incorporação das ideias de pacto, negociação e cultura política para pensar sobre as relações de poder desconstrói a ideia de oposição rígida entre dominadores e dominados, abrindo novas possibilidades interpretativas para compreender as ações políticas de grupos subalternos, levando em conta suas características culturais (Gomes, 2005; Kuschnir e Carneiro, 1999). Leituras antropológicas das relações de poder buscam significados distintos para acordos e estratégias comuns entre grupos cultural, social e etnicamente diversos. Análises interdisciplinares buscam entender as atuações políticas de atores individuais e coletivos, segundo seus próprios códigos culturais, privilegiando-se suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências e suas sensibilidades (Bernstein, 1998).

A partir dessas concepções, pode-se perceber como muitos povos indígenas do Brasil, antes considerados “aculturados” e “dominados”, na verdade, nunca chegaram a se anular enquanto agentes históricos e políticos. Inseriram-se nas sociedades coloniais e pós-coloniais, misturaram-se com diversos grupos étnicos e sociais e incorporaram novas práticas culturais e políticas que souberam utilizar para obter possíveis ganhos. Pesquisas em diferentes tempos e espaços no Brasil revelam como muitos índios assumiram, grosso modo, as culturas políticas do Antigo Regime, do Império brasileiro e dos vários governos republicanos (Monteiro, 1994; Almeida, 2013a; Garcia, 2009; Silva, 2005; Sampaio, 2012; Xavier, 2018; Dantas, 2018; Moreira, 2017; Garfield, 2011; Silva, 2014; Oliveira, 2016, entre outros). Participaram e ainda participam intensamente de suas instituições, valendo-se de suas regras e códigos, conforme os respectivos tempos e legislações, para alcançar seus próprios objetivos continuamente modificados pela dinâmica de suas relações. Perderam muito, não resta dúvida, mas nem por isso deixaram de agir.

Os estudos sobre práticas missionárias e religiosidades indígenas em diferentes temporalidades e espaços têm sido amplamente renovados a partir dessas abordagens. Os diferentes significados atribuídos às instituições e às práticas do catolicismo pelos diferentes agentes em contato têm sido identificados nas mais variadas fontes, revelando seu duplo papel como instrumento de dominação, mas também de resistência e de reconstrução sociocultural e identitário para grupos subalternos, como índios, africanos e seus descendentes na América (Oliveira, 2008; Soares, 2000; Pompa, 2003; Carvalho Jr, 2016).

A tendência das pesquisas atuais é priorizar as próprias formas de compreensão e uso da religiosidade por parte dos conversos (Pompa, 2003; Carvalho Jr, 2016; Monteiro, 2006). Para isso, historiadores e antropólogos recorrem a conhecimentos sobre as culturas ameríndias que, devidamente contextualizadas em relação aos grupos estudados, lançam luzes sobre os possíveis significados atribuídos às novas práticas. Mais do que identificar persistências e mudanças culturais, os estudos recentes tentam desvendar seus possíveis significados para os diferentes atores. Esquemas mentais diversos para se entender o mundo e as coisas levam a diferentes compreensões de uma mesma realidade ou evento. Fundamental, portanto, é tentar perceber como os atores vivem as mudanças o que conduz à retomada das questões colocadas por Mintz (2010) sobre os diferentes significados que as mesmas ações podem comportar, conforme o lugar social dos indivíduos. Como demonstrou Pompa, ao buscar equivalências nos universos religiosos dos povos que pretendiam catequizar utilizando designações locais para transmitir concepções religiosas cristãs, os missionários davam-lhes instrumentos para assimilarem os ensinamentos à sua própria maneira (Pompa, 2003; Vainfas, 1995). Em *O Mármore e a Murta*, Viveiros de Castro (1992) analisou muito bem a inconsistência típica dos Tupinambás. Comportamento ambíguo para os portugueses, disse o autor, porém condizente com as características culturais daqueles índios, bastante abertos e receptivos aos outros e aos novos elementos culturais que eram absorvidos por eles, no entanto, ao seu próprio modo (Viveiros de Castro, 1992, p. 26).

Cabe ainda lembrar com Sider (1994) que, ao se tratar de grupos étnicos em posição subalterna, cultura deve ser entendida como luta constante para não compartilhar significados. Estudos recentes sobre mitos e tradições dos povos indígenas da atualidade em posição subalterna nas sociedades envolvidas revelam que reelaborar suas tradições, articulando-as com elementos novos e atribuindo-lhes significados compatíveis com as situações vividas no presente, constitui para eles uma necessidade de sobrevivência e de fortalecimento da auto-estima do próprio grupo (Hill, 1996).

Muitos índios, sem dúvida, tornaram-se cristãos e participaram intensamente dos sacramentos, festas, instituições e rituais cristãos, atribuindo-lhes, com certeza, significados próprios. No desafio de desvendá-los, pesquisas recentes têm se debruçado sobre grupos específicos, procurando identificar, além de suas características culturais pré-contato (quando possível), suas trajetórias e as dinâmicas de suas relações como fatores fundamentais para a com-

preensão dos sentidos atribuídos às novas práticas assumidas. Cabe ressaltar que as situações do presente constituem importante referencial para as reelaborações de tradições e mitos, como têm demonstrado inúmeras pesquisas.

Etnicidade, grupos étnicos e política: processos de etnogênese na América

Tal como a cultura, a identidade já não é vista como fixa, única e imutável. Compreendida como construção histórica, seu caráter plural, dinâmico e flexível tem sido evidenciado em inúmeros estudos sobre reelaborações identitárias de povos e indivíduos indígenas em diferentes espaços e temporalidades no Brasil e na América. Identidades, categorias e classificações étnicas têm sido problematizadas e repensadas a partir das novas tendências teóricas aqui apresentadas. Entendidas como categorias históricas construídas nos processos de interação entre grupos étnicos e sociais diversos, elas também se revestem de diferentes significados conforme os tempos, os espaços e os agentes em contato. Isso é válido tanto para as categorias amplas e genéricas (tais como índios, mestiços, pardos, caboclos, etc), como para os etnônimos mais específicos referentes às identidades dos povos nativos da América.

Com base nos trabalhos de Max Weber (1994) e, mais recentemente, de Fredrick Barth (2000) e Abner Cohen (1978), os estudos atuais sobre etnicidade já não consideram a cultura e muito menos as relações consanguíneas como elementos definidores de grupo étnico. Ao invés disso, priorizam suas dimensões políticas e históricas. Nos anos de 1920, Weber já alertava para o papel da ação política comum como elemento de formação e manutenção do sentimento de comunhão étnica. Barth, no final dos anos de 1960, bastante influenciado pelas idéias do primeiro, enfatizava que as distinções étnicas não dependem da ausência de interação social, nem tampouco são destruídas por processos de mudança e aculturação. Valorizava também a ação política, o caráter organizacional e o sentimento subjetivo de pertencimento ao grupo como fatores essenciais nos processos de sua formação. A auto-atribuição e atribuição por outros foi um fator especialmente enfatizado pelo autor para pensar sobre as fronteiras entre os grupos étnicos e os critérios de inclusão e exclusão. Afinal, os membros individualmente podiam circular, disse ele, porém os grupos se mantinham, enquanto se sentiam distintos dos demais (Barth, 2000).

Mais do que propiciar a criação dos grupos étnicos, a cultura pode ser por eles criada, como afirmou Weber (1994). A partir dele, muitos autores têm discutido os limites e as dificuldades de se considerar a cultura como elemento chave para definir grupos étnicos; limites esses que se aplicam principalmente a grupos, cujo longo e intenso processo de contato propiciou tantas misturas e mudanças que fica difícil detectar traços culturais distintivos entre eles e os demais grupos com os quais interagem. Manuela Carneiro da Cunha afirmou que, em situações de intenso contato, a cultura adquire uma nova função, e “[...] tende ao mesmo tempo a se acentuar, tornando-se mais visível, e a se simplificar e enrijecer, reduzindo-se a um número menor de traços que se tornam diacríticos” (Carneiro da Cunha, 1987, p. 99). Estes são os sinais distintivos que, segundo a autora, podem ser escolhidos ou até inventados com a função de estabelecer o contraste com os demais grupos, de forma a afirmar a identidade assumida. Sem aprofundar essa discussão, importa ressaltar os limites da identificação de tais sinais quando se trata de grupos nos quais, muitas vezes, eles não podem ser detectados.

É o caso, por exemplo, dos estudos das reconstruções identitárias de vários povos indígenas em diferentes regiões e temporalidades do Brasil e da América. Transformaram-se e misturaram-se tanto, em violentos processos de contato com guerras, migrações, deslocamentos forçados, e interações intensas com as sociedades envolvidas que torna-se muito difícil detectar entre eles sinais de descendência ou manutenção de traços culturais distintivos, inclusive pela limitação das fontes. Não obstante, o sentimento de comunhão étnica que lhes dá coesão pode ser identificado por vários outros fatores, dentre os quais destacam-se a ação política comum e a construção de uma memória coletiva que os unifica e fortalece em busca dos direitos assegurados com base nas identidades étnicas. Nesse sentido, cabe lembrar Cohen (1978), segundo o qual os grupos se fortalecem e se mantêm distintos enquanto se preservam as distinções políticas e econômicas relacionadas às diferenças étnicas.

Movimentos de reafirmação étnica de inúmeros povos indígenas multiplicam-se, hoje, incentivados pelas constituições dos vários países do continente que, reconhecendo a pluralidade étnico-cultural de seus respectivos estados, asseguram-lhes direitos coletivos, sobretudo quanto à terra². Esses movimentos evidenciam ações políticas desses grupos ancoradas em reafirmações de identidades étnicas. Se vários grupos indígenas considerados extintos,

² Tal como ocorreu no Brasil, em 1988, as Constituições de outros países da América também têm assegurado aos povos indígenas, desde as últimas décadas do século passado, o reconhecimento de direitos territoriais, culturais e, em alguns casos, autonomia, direitos de representação especial, jurisdição e administração de justiça por “autoridades tradicionais”. Sobre isso ver: (Giraud, 2007); (Ramos, 2012).

no século XIX, reaparecem hoje, em várias regiões da América, reivindicando direitos, convém considerar que, de fato, eles nunca desapareceram (Oliveira, 1999; Reina, 1997; Quijada, 2000). Foram invisibilizados por concepções políticas, ideológicas e acadêmicas que os viam como assimilados, misturados e dispersos na massa populacional. No nordeste brasileiro, vários deles, reconstroem suas origens a partir dos aldeamentos missionários do século XVIII, o que aponta para a rearticulação identitária e cultural desses povos em meio às intensas interações vivenciadas desde o período colonial (Oliveira, 1999; Almeida, 2013a).

A partir dessas perspectivas, desenvolvem-se, no Brasil e na América, inúmeros estudos de caso sobre as reconstruções culturais e identitárias dos mais variados povos indígenas, em tempos e espaços variados. Etnônimos têm sido problematizados, reconhecendo-se neles considerável dose de invenção, como lembrou Monteiro (2001). Os diversos grupos étnicos foram classificados, desde os primórdios da colonização, conforme os interesses e as compreensões limitadas dos agentes registradores. Isso deu margem a muitas generalizações e equívocos que misturaram, dividiram e criaram muitos grupos. Estes últimos, no entanto, participaram ativamente desse processo, tendo assumido em muitas situações as novas formas de identificação que lhes eram atribuídas.

Os processos de etnificação, entendidos como mudanças culturais e identitárias impostas por situações de contato, têm sido analisados de forma articulada aos chamados processos de etnogênese, isso é, movimentos dos próprios povos indígenas que, em resposta às mais variadas situações de contato e violência, reelaboram práticas e relações culturais, políticas, econômicas e sociais, construindo, para si e para os outros, novas formas de identificação (Boccaro, 2005; Hill, 1996). Identidades dadas ou impostas, portanto, podiam ser incorporadas ou não, conforme possíveis ganhos ou perdas a elas associadas.

De acordo com Sider (1994), os processos de destruição e construção de identidades de povos submetidos a um poder dominante caminham junto com a destruição e a construção de suas histórias. Dentre as diferentes estratégias desenvolvidas por esses grupos para fazer frente à violência com que se deparam, inclui-se a reconstrução de mitos, tradições, memórias, histórias e identidades (Hill, 1988, 1996). Trata-se, segundo Hill (1996), da necessidade de poeticamente construir uma compreensão compartilhada do passado histórico que lhes permita compreender sua presente condição como resultado

de suas próprias maneiras de fazer história. A isso o autor chama de retomada de poder étnico.

Fronteiras e mestiçagens são outros conceitos que têm sido ampliados e complexificados a partir de abordagens interdisciplinares (Boccaro, 2005; Gruzinski, 2001; De Jong e Rodríguez, 2005). Fronteiras físicas e classificações que estabelecem lugares (físicos e sociais) e categorias (sociais e étnicas) nitidamente demarcados para os diversos grupos indígenas são claramente visíveis nas legislações e nas mais variadas fontes históricas. São fronteiras, no entanto, que se tornam fluidas e porosas quando se estreita o olhar sobre os atores com suas intensas interações e idas e vindas entre categorias e espaços demarcados. Aldeias indígenas (missionárias ou não), quilombos, vilas, cidades e sertões foram espaços de múltiplos processos de mestiçagem, nos quais africanos, índios, brancos pobres e mestiços conviviam e se misturavam, rearticulando identidades e culturas.

Foi em meio a variados processos de ressocialização e mestiçagens que os povos indígenas reelaboraram suas identidades. Logo, afirmar a manutenção de suas identidades indígenas, ao longo dos séculos, não significa negar o intenso processo de mestiçagem por eles vivenciado. Além disso, convém considerar que as identidades podem ser plurais e, no caso das populações e indivíduos indígenas, alguns podem ter sido identificados ou assumido a dupla identidade de *índios mestiços*; da mesma forma que podem ter priorizado uma ou outra, conforme a especificidade das situações e dos agentes com os quais atuavam (Cadena, 2005; Wade, 2005; Arruti, 2006). A tendência das pesquisas atuais é de procurar compreender os diferentes processos históricos que podiam levá-los a assumir uma ou outra forma de identificação, considerando seus interesses e culturas continuamente transformados (Arruti, 2006).

Deduz-se daí a importância de historicizar as categorias étnicas e os processos de mestiçagem, na medida em que eles ganham significados específicos conforme as situações, os tempos e os grupos estudados. Se os significados dessas categorias se alteram com o tempo, o mesmo se dá com os interesses das populações que igualmente se transformam, podendo levá-las, portanto, a assumir ou valorizar mais uma ou outra forma de identificação. De acordo com Guillaume Boccaro (2005), as lutas de classificação desenvolvidas em torno dos diferentes grupos ameríndios constituem uma dimensão fundamental da luta social, de classe ou étnica e remetem ao fato de saber o significado de “ser índio” em um momento determinado da história.

Isso implica em considerar os aspectos políticos, econômicos e sociais envolvidos nas formas de classificação étnica. Ao longo do tempo, as catego-

rias classificatórias adquirem significados diversos e as pesquisas atuais buscam identificar seus usos e apropriações, tanto por parte dos agentes registradores, quanto dos registrados. Disputas por classificações étnicas podem ser entendidas, portanto, como disputas políticas e sociais, conforme afirmou Boccara (2005).

Cabe portanto, reafirmar a importância da historicização das categorias étnicas e dos processos de mestiçagem para a compreensão dos significados que os termos adquirem, conforme os tempos, os espaços e os agentes sociais em contato. As identidades são, hoje, entendidas como fluidas, múltiplas e cambiáveis, construídas em meio a complexos processos de apropriações e ressignificações culturais nas experiências entre grupos e indivíduos que interagem.

Os desafios das abordagens interdisciplinares: teorias, fontes e métodos

Ainda que intensifiquem o diálogo, historiadores e antropólogos têm formações teórico-metodológicas próprias às suas disciplinas e no exercício de conjugá-las enfrentam desafios e alguns complexos debates no campo teórico. Sem aprofundá-los, importa apresentar algumas breves reflexões sobre certas problemáticas relevantes no exercício das práticas interdisciplinares.

Sobre a historicidade da cultura, por exemplo, ideia chave para as novas interpretações da história indígena, que tem ganhado força no campo da Antropologia, podem existir diferentes formas de entendê-la. Por vezes, o contexto histórico e as mudanças culturais podem ser compreendidos simplesmente como “estado”, o que implica em desconsiderar, de certa forma, a idéia fundamental de história como processo, tão bem explicitada por Marc Bloch (1965). Ao historiador, segundo ele, não interessa saber o que é, nem como era, mas como o que era passa a ser o que é, ou seja, como uma significação desliza para outra, no complexo jogo das relações sociais.

Pensar a cultura em termos históricos e antropológicos gera um leque de possibilidades e discussões teóricas bastante complexas, incluindo algumas básicas nas ciências sociais. É o caso, por exemplo, da discussão sobre como estabelecer relações entre estruturas sociais (e culturais) e processos históricos; ações autônomas dos homens na História e determinações estruturais; estruturas e evidências empíricas. Essas discussões remetem ao problema epistemológico referente à relação entre o teórico e o empírico na apreensão do real.

De acordo com Mckay (1981-1982, p. 193), o estruturalismo é um elemento complicador na aproximação da Antropologia com a História, pois estabelece a primazia do teorismo a-histórico na apreensão da realidade social. De acordo com o autor, o problema central do estruturalismo é estar continuamente vacilando entre proclamar a complementariedade das análises históricas e estruturais e afirmar sua oposição. Embora Lévi-Strauss tenha considerado o estruturalismo compatível com o materialismo histórico, porque simplesmente complementa a investigação “superestrutural”, é muito difícil, segundo o autor, estabelecer seu status epistemológico: até que ponto, afinal, seriam as estruturas (tais como descobertas por Strauss e tão valorizadas pelos estruturalistas) simples representações teóricas para serem revisadas de acordo com as evidências empíricas? (Mackay, 1981-1982).

Tais questões têm sido enfrentadas por historiadores e antropólogos que procuram valorizar os processos históricos como elementos explicativos e transformadores das culturas dos povos por eles estudados. Dentre eles, Rosaldo (1980) e Sahlins (1990), antropólogos de formação estruturalista, cujos trabalhos têm contribuído para evidenciar a importância de se estabelecer articulações entre as chamadas estruturas culturais e os processos históricos. Rosaldo percebeu a importância da perspectiva histórica nos estudos etnográficos sobre os Ilongot a partir de sua própria vivência entre eles e alertou para a importância de acabar com as dicotomias entre estrutura e processo, padrão cultural e transmissão cultural (Rosaldo, 1980, p. 14). Sahlins também abandonou, em parte, suas concepções estruturalistas, embora, de certa forma, ainda se deixe influenciar por elas, sobretudo se compararmos seu trabalho com o de Rosaldo. Em *Ilhas de História*, o autor evidenciou que a oposição entre estrutura e história e a lógica cultural autônoma não têm sentido diante das transformações. Porém, sua análise aponta para uma preocupação maior em perceber e explicar as estruturas culturais que influenciam as ações dos homens do que o contrário (Sahlins, 1990).

Instigante contribuição a esse debate encontra-se na coletânea coordenada por Jonathan Hill (1988) com o objetivo de repensar a distinção analítica entre mito e história através das narrativas, rituais e oratórias dos índios da América do Sul, para reinterpretar a história do contato. Os vários autores da obra buscam acabar com a idéia de sociedade sem história e questionar dualismos como estrutura/evento e estrutura/processo, procurando perceber como outros grupos lidam com o tempo e como entendem as mudanças. Tal como Rosaldo e Sahlins, buscam repensar a etnografia levando em conta uma participação maior dos atores, mas na difícil tarefa de relacionar estrutura

e processo, os procedimentos teóricos e metodológicos desses pesquisadores variam no amplo leque de suas tendências a valorizar mais ou menos as estruturas ou os processos históricos. Partindo de um mesmo pressuposto, que é a historicidade da cultura, suas diferentes abordagens revelam a complexidade da questão (Hill, 1988, p. 2-17).

Outros desafios se colocam para historiadores e antropólogos no exercício da pesquisa interdisciplinar. Afinal, como bem lembrou Trigger, não se trata simplesmente de uma justaposição de análises sobre um mesmo tema, abordando separadamente elementos antropológicos e históricos em interpretações distintas que não se articulam³. Isso não caracteriza, absolutamente, uma abordagem interdisciplinar. Para tanto, não basta simplesmente ter um conhecimento respeitável da metodologia e dos dados históricos e antropológicos, pois é necessário abordá-los de forma integrada. (Trigger, 1982, p. 1-19). É preciso pensar a história culturalmente e a cultura historicamente. Trata-se de uma arte, como afirma Trigger (1982), pois implica em articulá-las num só movimento de análise através do qual o historiador procura ler as fontes com um olhar antropológico, buscando os significados das ações dos agentes, a partir de suas próprias culturas; e o antropólogo procura entender as culturas dos povos com um olhar histórico entendendo-as como resultado de trajetórias e experiências vivenciadas por esses povos ao longo do tempo.

Cabe destacar o papel fundamental de John Manuel Monteiro (1994, 2001, 2005) nesses debates. Historiador e antropólogo, Monteiro desenvolveu importantes atividades de ensino e pesquisa nas duas áreas, dando contribuição inestimável à renovação dos estudos históricos sobre os índios no Brasil. Com base em sua própria experiência, considerou que a história indígena pode ser pensada em duas dimensões: a história dos índios e os índios na história que, segundo ele, refletem as diferentes formas como antropólogos e historiadores, respectivamente, abordam o tema (Monteiro, 2005). Os primeiros, segundo ele, estariam mais interessados nas trajetórias dos próprios índios e nos significados que eles lhes atribuem; enquanto os historiadores estariam voltados, preferencialmente, para os processos históricos, considerando a agência indígena.

São abordagens, identificadas por Monteiro (2005), quanto aos focos de análise entre especialistas com formações e interesses diversos, porém, como ele próprio considerava, elas podem e devem se articular. Afinal, a história indígena não se dissocia da história colonial, nem da história do Brasil. As tra-

³ Esta foi a tendência inicial da etno-história, no início do século XX, quando sua metodologia limitava-se, para antropólogos e historiadores, ao uso de fontes documentais para falar do passado dos índios (Krech, 1991, p. 347).

jetórias dos índios em contextos históricos e suas próprias compreensões sobre elas são essenciais para o estudo dos processos de formação das sociedades coloniais e pós-coloniais; da mesma forma que contextos históricos definidos são indispensáveis para compreender as diferentes opções e escolhas dos povos indígenas em suas variadas trajetórias. Assim, ainda que antropólogos e historiadores priorizem um ou outro aspecto, a saber, as trajetórias dos próprios índios ou os processos históricos nos quais eles se inserem, o importante é estabelecer as devidas conexões entre eles.

Esta tem sido a prática das abordagens interdisciplinares atuais que têm procurado cruzar e articular informações e interpretações produzidas pelas duas disciplinas, analisando-as sempre num contexto histórico e valorizando a ação e compreensão que os próprios povos ou indivíduos estudados têm sobre suas ações, trajetórias e relações. Para isso, historiadores e antropólogos lançam mão dos mais diversos tipos de fontes das duas disciplinas, questionando-as e problematizando-as a partir de pressupostos teóricos e conceituais renovados por sua crescente interlocução.

Esse exercício, no entanto, envolve alguns outros problemas e limitações, dentre os quais as possibilidades de se incorrer em anacronismos, pelo uso de comparações inadequadas. Dados históricos e etnográficos se revestem de significados em contextos temporais e culturais específicos. Sua utilização para explicar situações semelhantes em contextos diversos pode ser extremamente rica, como tem sido demonstrado por vários autores, porém requer cuidados especiais para se evitar apropriações indevidas. Deve-se lembrar, sobretudo, que as culturas, as etnicidades e os significados das ações humanas e dos objetos são dinâmicos, de forma que projeções de elementos ou situações sociais, históricas ou etno-culturais em tempos diversos devem levar em conta os processos de mudança.

Sobre as fontes, convém lembrar que os registros escritos sobre grupos marginalizados e, sobretudo, sobre os povos ágrafos são, grosso modo, além de lacunares, filtrados por concepções etnocêntricas, preconceituosas e equivocadas. É, portanto, tarefa do investigador problematizar seus conteúdos e identificar diferentes significados que objetos, classificações étnicas, qualificações e comportamentos podem comportar para os diferentes agentes sociais, conforme tempos, espaços e as dinâmicas de suas relações. Isso tem sido feito por vários pesquisadores que, lendo nas entrelinhas dos documentos, identificam contradições, questionam afirmativas e procuram entendê-las à luz dos pressupostos teóricos aqui apresentados e dos contextos históricos nos quais os registros foram produzidos.

Considerações finais

Antonio Sergio (1981, p. 1) comparou o ofício do historiador ao de um artífice, que une as pérolas através do fio invisível transformando-as num colar. Mantendo a metáfora, acredito que a escassez de pérolas, longe de inviabilizar o colar, pode e deve levar o artífice a aprimorar o seu fio, combinando ali outros tipos de pedras, de forma a fazer surgir uma jóia apreciável. Em temas para os quais dispomos de evidências empíricas escassas e lacunares, como é o caso da história indígena, torna-se necessário aprimorar o fio condutor e combinar, ali, outras pedras. É o que tem sido feito, desde os anos 90 do século passado, por historiadores e antropólogos que estreitam diálogos, buscam os mais diversos tipos de fontes e analisam seus conteúdos à luz de abordagens interdisciplinares. Com isso, aprimoram o fio condutor de suas análises e descobrem novas pedras que, trabalhadas à luz dos pressupostos teórico-metodológicos aqui apresentados e de abordagens comparativas bem contextualizadas, os levam às significativas revisões historiográficas que têm caracterizado a história indígena das últimas décadas.

Apesar dos avanços, no entanto, os desafios são grandes. Enfrentá-los com a ampliação das pesquisas interdisciplinares e comparativas é um caminho promissor que vem sendo percorrido, inclusive, pelos próprios índios. Cada vez mais presentes nas universidades, eles combinam saberes tradicionais e acadêmicos e escrevem suas próprias histórias. Com isso contribuem de forma fundamental para as novas compreensões sobre suas trajetórias, sobre os processos históricos em que se envolvem e, em perspectiva mais ampla, sobre a história do Brasil.

Referências

ALMEIDA, M. Regina Celestino de. História e Antropologia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 151-168, 2012a.

_____. Metamorfoses **Indígenas**: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FGV, 2013a.

_____. Os Índios na História: avanços e desafios das abordagens interdisciplinares. A contribuição de John Monteiro. In: História Social. **Revista dos Pós-Graduandos em História da UNICAMP**. n. 25, p. 19-42. 2013b.

_____. História Indígena na América Latina. Estudos comparativos e interdisciplinares. In: **Clio Arqueológica**. v.1, n. 22, p. 51-60, 2007.

_____. A Atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. In: **Revista Brasileira de História** [online], v.37, n. 75, p. 17-38, 2017.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo**. Antropologia e História do processo de formação quilombola. Bauru, SP: Edusc, 2006.

BARTH, Fredrick. Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In _____.: **O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: ContraCapa, p. 25-67, 2000.

BERNSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (Ed). **Para uma, história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, p. 349-363, 1998.

BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Lisboa: Publicações Europa-América. 1965.

BURKE, Peter. Unidade e Variedade na História Cultural. In _____.: **Variedades da História Cultural**. Tradução: Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 233-267, 2000.

BOCCARA, Guillaume. Mundos Nuevos en las Fronteras del Nuevo Mundo: Relectura de los Procesos Coloniales de Etnogénesis, Etnificación Y Mestizaje em Tiempos de Globalización. In: **Mundo Nuevo Nuevos Mundos**. Paris, 2005. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/426>

CADENA, Marisol de la. Are Mestizos Hybrids? The Conceptual Politics of Andean Identities. In: **Journal of Latin American Studies**. v. 37, p. 259-284, 2005.

CARVALHO JR, Almir Diniz de. **Índios Cristãos**. Poder, Magia e Religião na Amazônia Colonial. Curitiba: CRV, 2016.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Antropologia do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COEHN, Abner. Organizações Invisíveis: alguns estudos de caso In: _____.: **Homem Bidimensional**. A antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, p. 115-147, 1978.

DANTAS, Mariana Albuquerque. **Dimensões da Participação Política Indígena**. Estado nacional e revoltas em Pernambuco e Alagoas, 1817-1848. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.

DAVIS, Natalie. Anthropology and History in the 1980s. The Possibilities of the Past. In: **The Journal of Interdisciplinary History**. v. XII, n.2, p. 267-274, 1981.

DE JONG, Ingrid e RODRÍGUEZ, Lorena. Introducción. In: **Memoria Americana**. Buenos Aires, n.13, p. 7-19, 2005.

GARCIA, Elisa. **As diversas formas de ser índio**: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

GARFIELD, Seth. **A luta indígena no coração do Brasil**. Política Indigenista. A Marcha para o Oeste e os Índios Xavante (1937-1988). São Paulo: UNESP, 2011.

GEERTZ, Clifford. **The Interpretation of Cultures**. Nova York: Basic Books, 1973.

GINZBURG, Carlo. Anthropology and History in the 1980s: A Comment. In: **The Journal of Interdisciplinary History**. v. XII, n. 2, p. 277-278, 1981.

GIRAUDO, Laura (org.). **Ciudadanía y derechos indígenas en América Latina**: poblaciones, estados y orden internacional. Cuadernos y Debates. Madri: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, n.179, p. 59-81, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel, BICALHO, M. Fernanda, GOUVÊA, M de Fátima S. (org.), **Culturas Políticas – ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad. p. 21-44, 2005.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, n.1, p. 5-27, 1988.

GRUZINSKI, Serge. **O Pensamento Mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HILL, Jonathan (org.) **Rethinking Hystory and Myth. Urbana**: University of Illinois Press, 1988.

_____. (org.). **History, Power and Identity**. Ethnogenesis in the Americas, 1492-1992. Iowa City: University of Iowa Press. 1996.

KODAMA, Kaori. **Os Índios no Império do Brasil**. A etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; São Paulo: EDUSP, 2009.

KRECH, Shepard. The State of Ethnohistory In: **Annual Review of Anthropology**, v. 20, p. 345-375, 1991.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 227-50, 1999.

MALINOWSKI, Bronislaw. Culture. In: **Encyclopaedia of the Social Sciences**. v.4, reed Nova York, p. 621-45, [1931] 1948.

MACKAY, Ian. History, Anthropology, and the concept of culture In: **Labour/Le travailleur**, n. 8 e 9 p. 185-24, 1981/1982.

MINTZ, Sidney W. Cultura: uma visão antropológica. Tradução: James Emanuel de Albuquerque. In: **Tempo**. v. 14, n. 28, Niterói, p. 223-237, 2010.

MONTEIRO, John Manuel. Tupis, Tapuias e Historiadores. Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese (Livre Docência em Antropologia). Campinas: UNICAMP, 2001.

_____. Negros da Terra. **Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. A História dos Índios na América do Sul: convergências e divergências disciplinares. **Comunicação apresentada no Seminário de Estudos de Antropologia e História Ameríndia**. Porto Alegre, PUCRS, 2005.

MONTEIRO, Paula (org.). **Deus na Aldeia**. Missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Globo, 2006.

MOREIRA, Vânia M. Losada. **Espírito Santo Indígena**. Conquista, trabalho territorialidade e autogoverno dos índios, 1798-1860. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2017.

OLIVEIRA, Anderson J.M. **Devoção Negra**: santos pretos e catequese no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Quartet, 2008.

OLIVEIRA, João Pacheco de. (org.). **A Viagem de Volta**. Etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

_____. **O Nascimento do Brasil e Outros Ensaio**s. Pacificação, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

POMPA, Cristina. Religião como Tradução. **Missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil Colonial** Bauru/SP: EDUSC, 2003.

QUIJADA, Mónica. Introdução; El Paradigma de la Homogeneidad. In: QUIJADA, Mónica; BERNAND, Carmen; SCHNEIDER, Arnd. **Homogeneidad y nación con um estudio de caso**: Argentina, Siglos XIX y XX. Madrid: CSIC, p. 7-57, 2000.

RAMOS, Alcida Rita (org.). **Constituições Nacionais e Povos Indígenas**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

REINA, Leticia (org.). **La reindianización de América**, siglo XIX. México: Siglo Veintiuno, 1997.

ROSALDO, Renato. **Ilongot headhunting 1883-1974**. California: Stanford University Press, 1980.

SAHLINS, Marshal. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SAMPAIO, Patrícia Melo. **Espelhos Partidos**. Etnia, Legislação e Desigualdade na Colônia. Manaus: EDUA, 2012.

SERGIO, Antonio. **Breve Interpretação da História de Portugal**. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

SIDER, Gerald. Identity as History. Ethnohistory, Ethnogenesis and Ethnocide in the Southeastern United States In: **Identities Global Studies in Culture and Power**.v.1 (1), p.109-122, 1994.

SILVA, Edson. Xukuru. **Memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988**. Recife: UFPE, 2014.

SILVA, Isabelle B. Peixoto da. **Vilas de Índios no Ceará Grande**. Dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino. Campinas/SP: Pontes Editores, 2005.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da Cor**. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

THOMPSON, E. P. **Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TRIGGER, Bruce G. Ethnohistory: Problems and Perspectives In: **Ethnohistory**. Texas, n 29 (1), p. 1-19, 1982.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios**. Catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O Mármore e a Murta: sobre a inconstância da alma selvagem. In: **Revista de Antropologia**, v.35, p. 21-74, 1992.

XAVIER, Maico Oliveira. **Extintos no discurso oficial, vivos no cenário social**. Os índios do Ceará no período do império do Brasil – trabalho, terras e identidades indígenas em questão. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2018.

WACHTEL, Nathan. A Aculturação In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (org.) História: **Novos Problemas**. Rio de Janeiro: F. Alves, p. 113-129, 1988.

WADE, Peter. Rethinking Mestizaje: Ideology and Lived Experience. In: **Journal of Latin American Studies**, v. 37, p. 239-257, 2005.

WEBER, Max. Relações Comunitárias Étnicas. In: **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, p. 267-277, 1994.

ENTRE FLECHAS, LANÇAS E BORDUNAS: O PROTAGONISMO INDÍGENA NA AMAZÔNIA ONTEM E HOJE

Eduardo Gomes da Silva Filho

Considerações iniciais

Falar sobre história indígena, sobretudo na Amazônia, é adentrar numa seara muito densa, desde o período das sociedades complexas, até ao que se convencionou chamar de história indígena do tempo presente. Acerca da primeira questão que levanto, referente às sociedades complexas, temos como referência neste campo de investigação, o Prof. Dr. Agenor Sarraf Pacheco, da Universidade Federal do Pará. Em seus estudos ele investiga aspectos da cultura e representação marajoara, partindo de um profícuo diálogo com a Antropologia e a Arqueologia, passando pela análise das narrativas de viajantes e da etnologia destes povos.

Já a trajetória do início da história colonial até o tempo presente, no que concerne à história indígena no Brasil, nos abre uma série de possibilidades de análises, além de oportunizar historiadores, antropólogos e etnólogos a tentar ressignificar o protagonismo e a resistência de vários grupos étnicos amazônidas.

Urge salientar, o papel da *Nova História Indígena* neste contexto, evidenciando desde movimentos etnopolíticos, até práticas ritualísticas e cosmológicas como estratégias de organização e resistência indígena. É a partir desse pano de fundo, que professores e pesquisadores debruçaram-se com maior afinco sobre a temática. Entre eles, podemos destacar o importante papel da Antropóloga portuguesa Manuela Carneiro da Cunha, que em meados de 1992, organizou uma verdadeira obra prima para a análise da história indígena brasileira chamada: *História dos índios no Brasil*.

O texto nos fornece elementos que evidenciam o surgimento das civilizações ameríndias, assim como suas relações com os colonizadores. Além disso, explicita os principais fatores da população indígena nessa época, trazendo à tona também ações relacionadas às políticas indígenas e levantando questões sobre o trabalho escravo. Outra virtude da obra, é nos instigar a repensar a

forma de se fazer etnografia, tendo em vista as várias nuances que envolveram e ainda envolvem, este complexo processo.

Portanto, a leitura deste texto, visa possibilitar ao leitor uma série de reflexões e análises verticalizadas sobre o protagonismo e a resistência indígena na Amazônia brasileira, mas sem se descuidar em descortinar um cenário mais amplo, onde a problemática está inserida.

De escravizados a protagonistas: lideranças indígenas na Amazônia Colonial Portuguesa

Quando falamos em escravidão indígena na Amazônia, geralmente nos vem à tona uma série de questões, muitas delas ligadas à historiografia mais tradicional, que rememora o período da chegada dos Jesuítas.

A esse respeito, peço-lhes licença para apresentar-lhes parcialmente um trecho de um capítulo em uma obra da qual fui coautor, juntamente com o professor Amaury Pio chamada: *Uma viagem pela História da Amazônia*, no capítulo denominado: Uma questão de Poder: *Líderes indígenas e missionários nos aldeamentos jesuítas do século XVII*, também assinado em coautoria pelo professor Fernando Roque Fernandes. Nele, deixamos claro como ocorreu a chegada dos missionários jesuítas à Amazônia Portuguesa.

Os Jesuítas chegaram à região em 1607 e, mesmo sendo expulsos por duas vezes da Amazônia portuguesa (1661 e 1684), não desistiram de seus projetos de missão. De acordo com Moreira Neto, a presença dos jesuítas na Amazônia passaria a ser constante a partir de 1637, quando o padre jesuíta Luís Figueira, vindo do Maranhão, chegaria a Belém e daria início ao trabalho missionário, “percorrendo o Tocantins, o Pacajá e o Baixo Xingu”. (Silva Filho; Fernandes, 2016, p. 57)

Contudo, não podemos deixar de externar neste texto, a importante presença dos *índios principais*, uma categoria que recebia mercê da Coroa Portuguesa e exercia um papel de liderança muito forte no jogo de organização, resistência e alianças entre índios e não-índios na época.

Na obra *Ouro Vermelho: A conquista dos índios brasileiros*, John Hemming (2007), já explicitara parte dessa relação na região nordeste do Brasil, com advento da participação em diversos conflitos e negociações dos chamados índios principais das etnias tupinambá, potiguar e holandeses, pelas participações nesses episódios, foi agraciado com a patente de Capitão Mor e Governador dos Índios de Pernambuco.

Um exemplo importante desta assertiva, vem da análise feita pelo Prof. Dr. Almir Diniz de Carvalho Júnior, em sua Tese de Doutorado defendida no

Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp em 2005, denominada: *Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769)*. Nela, o autor se debruçou com propriedade sobre essa questão, na medida em que esclarece que índios de diversas etnias solicitavam tal honraria à Coroa Portuguesa reivindicando bravura.

Outrossim, Fernando Fernandes nos faz um alerta importante, em sua Dissertação de Mestrado, “É provável também, que o jogo de interesses não estivesse relacionado somente às alianças em prol da defesa das possessões da Coroa ou das articulações com o Governador que legitimava, na Colônia, os casos de guerra” (Fernandes, 2015, p. 68). Tal hipótese nos levou a analisar outras possibilidades, nos conduzindo a caminhos que explicitaram formas de organização, protagonismo, resistência e autodeterminação desses povos.

Um dos índios principais mais importantes da época foi Antônio da Costa Marapião, que conseguiu obter Provisão Régia Oficial da Coroa Portuguesa. A esse respeito o professor Fernando Roque Fernandes comenta.

Quando o índio Principal Antônio da Costa Marapirão se dirigiu à Corte de Lisboa para requerer do Rei D. João IV, o hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo, no ano de 1648, o parecer do Conselho Ultramarino em relação às suas solicitações girou em torno dos aspectos já mencionados, os quais foram: a concessão de um vestido com o destaque do Hábito de Cristo; uma Provisão Régia para que fosse oficialmente considerado Principal sobre a Aldeia de Cojupe, no Estado do Maranhão, para ele e seus descendentes, junto à patente de Principal “de toda a Nação Tabajara” e, por fim, mais um vestido para que fosse “luzido diante de seus naturais, pois vai a [ia da] Real presença de Vossa Majestade porque será [seria] de grande utilidade [...] animar o gentio do sertão a que desça e se empregue no serviço de Vossa Majestade”. (Fernandes, 2015, p. 87)

Corroborando com esse entendimento, e acrescentando mais uma liderança a este *hall*, o Prof. Dr. Rafael Ale Rocha, da Universidade Estadual do Amazonas (UEA), nos chama a atenção também para a figura do índio Alexandre de Sousa, outro principal a receber Provisão Régia da Coroa Portuguesa, juntamente com Marapião, que também acabou logrando o título de Capitão Mor da nação Tabajara.

Em relação aos índios do Estado do Maranhão Grão-Pará, pelo menos dois líderes indígenas, Antônio da Costa Marapião e Alexandre de Sousa, tentaram adquirir ou conseguiram obter de fato a provisão régia de oficial. Também procuraram lograr, com o aval da monarquia, essas provisões a seus descendentes. Esses dois chefes, como pretendemos mostrar, receberam essas condecorações porque atuaram a favor dos portugueses na conquista ou defesa do Estado. Uma petição atribuída ao chefe indígena D. Antônio da Costa Marapião, discutida no Conselho Ultramarino em 1648, afirmava que o pai do índio, Marcos da Costa, possuía o hábito de Cristo e exerceu “de propriedade” o posto de “principal da nação tabajara”. Essa petição requiritava a Marapião a “propriedade” do cargo de principal da

nação tabajara e o hábito de Cristo com tença a ser paga pelos “direitos reais” do Maranhão ou do Pará (AHU Maranhão, cx. 3, doc. 268; AHU, cód. 82, f. 187 v. e segs.; e STUDART, 1908: 177-79). [...]. Uma consulta do Conselho Ultramarino, de 1662, indicava que Antônio da Costa também obteve a provisão, não sabemos se concedida por um governador ou pelo rei, de capitão mor da nação tabajara. (Rocha, 2015, p. 13-14)

Especificamente na Amazônia, a Prof^a Dr^a. Patrícia Melo Sampaio, do Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), nos indica a presença de outras importantes lideranças indígenas na região de Mariuá (atual Barcelos).

[...] sede da recém-criada Capitania de São José do Rio Negro, no noroeste da região amazônica. Foi articulada pelo governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, e contou com a presença de importantes lideranças indígenas: os Principais Cucuí, Emu, Biturá, Manacaçari e Aduana. (Sampaio, 2011, p. 01)

Essas lideranças tinham um alto poder de articulação, evidenciadas a partir de estratégias estabelecidas que fortaleciam os seus papéis, tanto à frente do seu povo, quanto junto à Coroa Portuguesa. Sampaio ainda problematiza Almeida (2006), no tocante à importância do papel dessas lideranças dentro do regime colonial.

No entanto, um dos maiores símbolos da resistência indígena no século XVIII na Amazônia, é sem dúvida alguma Ajuricaba, líder da tribo dos índios Manaós, ferrenho defensor do seu território contra os constantes ataques dos portugueses, antes aliados. A esse respeito, John Monteiro (1999), nos ajudou a entender os reflexos deste processo de resistência no tempo presente, quando ele alega que há uma crescente visibilidade dos índios nos últimos anos na sociedade brasileira, porém, aprendemos desde pequeno que o índio é uma coisa do passado. O autor ainda critica os manuais e livros de história atuais, que destacam apenas o papel do colonizador e representa o índio, apenas como elemento auxiliar às pretensões lusas.

A resistência indígena na Cabanagem

Segundo Carlos de Araújo Moreira Neto (1988), uma significativa parcela dos cabanos, era composta por índios destribalizados chamados *tapuios*, muitos dos quais viviam em condições análogas à escravidão na época. De acordo com o Prof. Dr. Márcio Couto, da Universidade Federal do Pará (UFPA), “Além dos tapuios, muitos outros grupos indígenas se envolveram

diretamente no conflito, tanto ao lado dos cabanos quanto ao lado das tropas legalistas” (COUTO, 2013, p. 134).¹

Já em relação aos indígenas ditos como aldeados, dois grupos se destacavam, de um lado os Mura, habitantes da região do médio Amazonas, do outro lado os Mawé, líderes de importantes levantes em Parintins e em Tupinambarana. Seu líder era o destemido cacique Manoel Marques, responsável pela morte de mais de 30 soldados do destacamento militar, dominando assim o vilarejo local para os cabanos.²

Acerca da cabanagem e, conseqüentemente, da participação indígena, um texto de Leandro Mahalem de Lima, Pesquisador do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo (USP), nos esclarece como se deu parte do início do conflito em meados de 1835 na cidade de Belém.

No dia sete de janeiro de 1835, grupos de índios, tapuios e mestiços, vinculados às tropas comandadas por líderes do Partido Filantrópico, invadiram Belém, a capital do Grão-Pará e venceram nos combates as forças legalistas. Dois dias depois, Bernardo Lobo de Souza, o presidente da província, e inúmeros outros representantes da legalidade seriam mortos ou expulsos da capital pelos grupos rebelados. Era o início, ou o ápice, das contendas e lutas que se desenrolariam por toda a calha amazônica e o baixo curso de seus afluentes até meados de 1840, e que posteriormente passariam a ser reconhecidas, em sua totalidade, como a Cabanagem. (Lima, 2004, p. 1)

Já segundo o historiador Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro “A Cabanagem não deve ser entendida como um movimento episódico, sendo antes um processo de múltiplas tensões que encerram percursos, demandas, ideários e objetivos distintos” (Pinheiro, 2009, p. 01). Luís Balkar nos fez refletir com essa fala, quando evidencia o clima de tensão, além de abrir um leque de outras possibilidades. Nesse sentido, o historiador prossegue com o seu entendimento:

[...] percorrendo trajetórias diferenciadas, arrastando-se por temporalidades múltiplas, tais tensões imbricam-se num dado momento, produzindo ações e reações de grande impacto no conjunto da sociedade do Grão-Pará. Por entendê-la dessa forma é que se tem evitado esboçar uma cronologia estabelecida a partir de fatos

¹ Numa relação de presos, levados para o navio-prisão Defensora, em 1837, pode-se ter uma amostra dessa participação. Dos 299 presos, 91 eram tapuios (indígenas não aldeados) e treze eram indígenas; os mestiços com sangue indígena (cafusos e mamelucos) eram 63. Esses dados demonstram que 73% dos revolucionários presos eram indígenas ou descendentes de indígenas. Os outros segmentos eram bem menos expressivos: 36 mulatos, dez negros e dezesseis brancos. Cf. <http://www.terrabrasileira.com.br/indigena/contatos2/154indigen.html> Acesso em: 20/04/19, às 18h:20min.

² Em Tupinambarana e Andirá os revoltosos foram liderados pelo cacique Crispim Leão. Incendiaram esta última vila, obrigando os moradores a se refugiarem em Óbidos. No combate, o cacique foi morto a bala. Em 1840, quando 980 cabanos se renderam em Luzéa, todos portavam apenas arcos e flechas. Idem, <http://www.terrabrasileira.com.br/indigena/contatos2/154indigen.html> . 20/04/19, às 18h:40min.

isolados, dando preferência a análise dos processos que consubstanciavam cada uma dessas tensões. (Idem, p. 01)

De acordo com Domingos Antonio Raiol (1970), a cabanagem foi responsável por cerca de 30 mil mortes, mas não há dados específicos que comprovem de fato o quantitativo de indígenas mortos no conflito. Contudo, a Profª Drª Magda Ricci, da Universidade Federal do Pará (UFPA), nos chama a atenção para um detalhe muito importante:

Como consequência, o grosso da população revolucionária, como os negros, os índios e os mestiços, possuía limites ainda maiores de consciência política, estando confinados aos ditames da sociedade liberal brasileira, do capitalismo, ou mesmo do escravismo. (Ricci, 2007, p. 11)

A afirmação feita acima, explicita o teor revolucionário da participação indígena no movimento cabano, inclusive demonstrando muito bem uma qualidade dos grupos étnicos envolvidos, no caso em questão, a consciência política, fato outrora negado pelo viés da historiografia eurocêntrica, que sempre fez questão de tentar deslegitimar os movimentos de resistência de organização indígenas.

É notório que ao longo das últimas décadas, esse interesse mudou de figura, principalmente a partir da intensificação do diálogo com a Antropologia. A esse respeito, John Manuel Monteiro comenta:

Entre antropólogos, no entanto, tem surgido um renovado interesse pela história indígena. Renovado, pois, não se trata apenas de preencher as lacunas e omissões legadas pelos historiadores e antropólogos de gerações anteriores, como também envolve a discussão crítica das formas pelas quais o passado indígena tem sido abordado desde os tempos coloniais. (Monteiro, 1995, p. 221)

Partindo da premissa acima, podemos inferir que esse diálogo entre a História e a Antropologia, têm um papel fundamental no processo tanto de análise/investigação, quanto na ressignificação da presença desses índios na nossa história, sobretudo em movimentos tão importantes quanto a cabanagem.

Correrias e índios na Amazônia

Os conflitos existentes entre índios e não-índios na Amazônia vêm desde tempos imemoriais, pautados quase sempre em disputas por terras, tentativas de domínio e relações de poder. Porém, isso se acentua ao longo do tempo. Procuramos trazer aqui alguns exemplos pontuais, que possam suscitar no

leitor algumas reflexões, sem necessariamente nos apegar a uma ordem cronológica dos fatos.

Partindo deste pressuposto, trago-lhes um exemplo dado pelo Antropólogo João Pacheco de Oliveira, que fez uma análise sobre a mão de obra indígena entre os séculos XIX e XX na Amazônia, tendo como pano de fundo a extração do látex.

Até o início do ciclo da borracha, que no Amazonas ocorreu entre 1870 e 1911, o índio ainda era maioria. Antes do último lustro do século XIX a atividade seringaísta não apresentava grandes rupturas em relação ao modo de colonização vigente desde os alvares do século XVII, com as expedições para coleta de “drogas do sertão”. Embora alguns autores (Moreira Neto, 1988) atribuam principalmente à política assimilacionista do Diretório dos índios a transformação da população autóctone de maioria em minoria, isto não é de maneira alguma correto. Os cenários apresentados pelos viajantes, com os seus relatos e paisagens, mostram a predominância da presença indígena, o que o censo de 1872 veio a ratificar. Inclusive o índio continuou a ser a mão de obra básica nos primeiros seringais no Baixo Amazonas. A extraordinária expansão da atividade de extração da borracha pelo vale amazônico, ocorrida no final da década de 1870, foi sustentada pela demanda crescente e pelos altos preços do produto no mercado internacional. Todo o processo foi comandado de Londres e Nova York por agentes financeiros, que estabeleceram seus representantes em Belém e Manaus, cujas casas exportadoras controlavam uma miríade de rede de créditos, que se estendiam aos mais distantes seringais do Madeira, do Purus e do Alto Amazonas. (Oliveira, 2010, p. 37)

A participação indígena como elemento que representava parte da força de trabalho nos seringais, é um objeto de estudo que ainda requer uma pesquisa e análise mais adensadas, porém, sabe-se que em muitos casos, o clima de tensão tomou conta de várias regiões, onde os interesses de seringueiros e latifundiários, entraram em rota de coalisão com os índios. A esse respeito, João Pacheco de Oliveira nos adverte:

Para esta nova modalidade econômica o indígena foi apenas um empecilho, a ser tratado (paradoxalmente) como um invasor, um perigoso intruso a ser expulso para bem longe. O seu extermínio, através de expedições punitivas chamadas de **correrias**, representava de fato uma solução mais corriqueira para o problema. Foi através da capilaridade dessa imensa rede de créditos que comandava um enorme exército de homens, que os índios bravos que habitavam na Amazônia - e que constituíam a maioria daqueles 800 mil estimados - tiveram as suas terras atravessadas pelas estradas de seringa e invadidas por colocações de seringueiros. (Oliveira, 2010, p. 38). **Grifo meu.**

Outrossim, essas disputas não se resumiram apenas à questão dos seringais, nem tampouco exclusivamente a uma elite gomífera, os índios também praticavam correrias, e isso é evidenciado num dos trabalhos do Prof. Dr. Márcio Couto Henrique, quando o mesmo afirma que:

As “correrias” dos Uaimirys (sic) faziam parte do calendário das autoridades da freguesia de Moura, que as esperavam com temor todos os anos, na época da vazante

dos rios. Estes índios procuravam deixar clara sua disposição contrária ao contato, recusando até mesmo os brindes que lhes eram deixados no meio da floresta. Outros grupos indígenas não apenas recusavam a catequese, mas atacavam sempre que podiam os aldeamentos dos capuchinhos, matando ou dispersando índios de outras etnias. (Henrique, 2013, p. 140)

O povo Waimiri-Atroari sempre foi considerado guerreiro, a defesa dos seus territórios além de se configurar como práticas de resistências frente aos avanços do grande capital,³ também evidencia formas de organização e resistência. A respeito desse grupo étnico, Alípio Bandeira 2009, comentou:

Não se sabe com certeza a proveniência dos índios que habitam atualmente o rio Jauapery. Ignora-se também o seu número e até o nome genérico que lhes deve caber. Barbosa Rodrigues⁴ chamou-os de Crichanás, sem de nenhum modo justificar semelhante denominação; Richard Payer, de Jauapery e Uaimiry; Georg-Hübner, de Jauapery, Paravary, Atruahy, Amparo, Suare e Kabinaro. O grupo com quem travei relações em 1911 apresentou-se como sendo Atruahy. Na verdade, porém, a razão parece estar do lado da gente de Moura, segundo a qual pertencem esses índios à grande nação Uaimiry, dividida nos vários ramos que trazem os nomes citados e outros desconhecidos, que moram nas cabeceiras do rio. (Bandeira, 2009, p. 27-28)

Contudo, ao investigar mais profundamente a partir de uma pesquisa desenvolvida por mim ainda nos idos do Mestrado, baseado em mapas que foram elaborados por Maiká Schwade, no Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia (NEPECAB), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), que serviram tanto para a sua Dissertação de Mestrado, defendida na própria UFAM em 2012, quanto para evidenciar e problematizar a diminuição proposital deste território, sobretudo a partir do período da Ditadura civil-militar no Brasil, deste a instauração deste regime de exceção, que perdurou entre 1964 e 1985, até outros Decretos governamentais compulsórios, que diminuíssem ainda mais o território desse povo⁵.

Além disso, tal material, foi utilizado no Relatório Estadual da Verdade do Amazonas, publicado no ano de 2012, e que serviu de subsídio para a publicação do Relatório da Comissão Nacional da Verdade em 2014.

A partir daí, pude constatar com maior clareza a real dimensão do território tradicional deste povo – habitantes da região do rio Jauapery –, por volta do século XIX e início do século XX, além de adentrar na questão do desmembramento territorial proposital, feitos pelos seguintes Decretos:

³ A esse respeito Cf. HEBETE, Jean (Org.). **O cerco está se fechando**: O impacto do grande capital na Amazônia. Petrópolis: Ed. Vozes / NAEA / Fase, 1991.

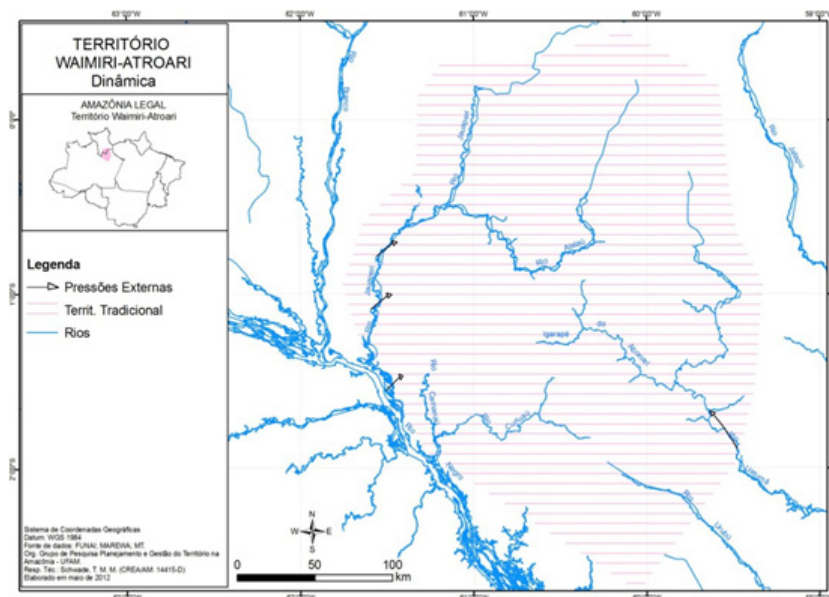
⁴ Cf. RODRIGUES, João Barbosa. **Rio Jauapery**: Pacificação dos Crichanás. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

⁵ Cf. SCHWADE, Tiago Maiká Müller. Reordenamento Territorial e Conflitos Agrários em Presidente Figueiredo – Amazonas. Dissertação de Mestrado. PPGCASA/UFAM: Manaus, 2012, 116 p.

- a) Decreto nº 68.907, de 13 de julho de 1971, que criou a reserva indígena Waimiri- Atroari, reduzindo a 1/5 o território indígena;
- b) Decreto nº 86.630 de 23 de novembro de 1981, que reduziu suas terras em cerca de 526.800 ha, como sugere o mapa abaixo;
- c) Decreto nº 97.837, que homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Waimiri-Atroari de 16 de junho de 1989.

Como vimos acima, o fatiamento deste território foi proposital, para atender demandas da mineração e de setores governamentais aparelhados pelo Estado, como a própria Funai e diversas empreiteiras. Abaixo podemos observar como era o território indígena antes da “mutilação” e, conseqüentemente, no período das correrias, como aponta Monte (1992).

Figura 1 - Território tradicionalmente ocupado pelos Waimiri-Atroari no final do Século XIX e início do século XX



Fonte: Organização Maiká Schwade, NEPECAB/UFAM, 2012.

Ainda a respeito das correrias, elas também foram utilizadas como instrumento de dominação contra os índios, como sugere Ernesto Martinez Rodriguez (2016). No seu trabalho, Ernesto se debruçou nos conflitos entre índios e seringueiros, no que hoje representa a região do Acre, principalmente por causa do látex, extraído das seringueiras. Entre as diversas etnias que habitavam a região, o autor na sequência nos dá um exemplo do conflito entre

índios e não-índios, que explicita as tensões provocadas por esses encontros fortuitos:

Estas duas narrativas que envolvem a etnia Apurinã e Kaxinawá, apresentam comportamentos muito semelhantes entre os dos dois grupos indígenas no que se refere a sua aproximação com o colonizador não índio, podendo também ser espelhados nas leituras realizadas de outros grupos indígenas da região de Tarauacá e entre os vales do Purus e Juruá. Sem dúvida que o contato entre as duas raças foi violento, máximo quando a raça “civilizada” partiu para cima dos índios com intenção de subjugar-lá, através da força das armas, das doenças e do trabalho compulsório, as Correrias utilizadas como forma violenta de obter o controle sobre determinadas áreas de interesse econômico para a indústria da borracha, madeireira e implantação agropecuária no Acre. (Rodríguez, 2016, p. 47)

Analisando o exemplo acima, podemos inferir que esses embates nas regiões dos seringais entre índios e seringalistas eram frequentes, contudo, muitas vezes a forma como isso é descrito ou representado, mascara a resistência indígena frente a esses processos de exploração. O papel do índio na história vai muito além de um simples coadjuvante, pois em vários momentos da nossa história pudemos observar ações que evidenciaram, e ainda evidenciam, o protagonismo indígena de forma legítima, explícita e independente. A seguir, veremos como diversas lideranças indígenas vêm contribuindo nas mais diversas áreas, para ratificar o lugar do índio na história.

O lugar do índio é onde ele quiser: o papel das lideranças indígenas contemporâneas

Nas últimas décadas, diversas lideranças indígenas vêm se destacando no cenário nacional, seja por conta das suas atuações na política, música, arte ou legitimamente pela luta pelos seus direitos constitucionais. Nomes como Mário Juruna, da etnia Xavante de Mato Grosso, que despontou no cenário político brasileiro na década de 1980 e que denunciou os abusos que os indígenas do Brasil estavam sofrendo no Tribunal Russel na Holanda⁶ ou do Caci-que Chicão, índio da etnia Xukuru, de Pesqueira (PE), assassinado por causa de conflitos agrários, representam muito bem essas novas lideranças indígenas emergentes, e ajudaram a reescrever parte da nova história.

Todavia, pretendo me debruçar por ora, sobre algumas outras lideranças amazônidas, que também representam com inspiração, luta e autodeterminação o espírito do protagonismo do povo indígena desta região⁷. Iniciarei

⁶ A esse respeito Cf. SILVA FILHO, 2015, p. 96.

⁷ Apesar de optar em evidenciar lideranças indígenas da Amazônia, muitas outras lideranças têm apresentado ações significativas nos cenários local, nacional e internacional, nomes como Ailton Krenak, Caci-que Raoni,

abordando parte da trajetória de Davi Kopenawa, xamã e liderança do povo da Terra Indígena Yanomami, localizada no estado de Roraima. Sua luta em defesa dos direitos do povo Yanomami é reconhecida no Brasil e no exterior, principalmente pelo seu engajamento no processo demarcação dessa Terra Indígena (TI) em 1992 e da batalha contra a invasão do garimpo.

Figura 2 - Davi Kopenawa



Fonte: Sesai | Ministério da Saúde

Por causa da sua atuação, Kopenawa recebeu diversos prêmios, entre eles podemos destacar: o prêmio ambiental Global 500 da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1999, também foi condecorado com a Ordem do Rio Branco ao grau de Cavaleiro em Brasília, pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Sua história pode ser evidenciada a partir de vários momentos, muitos deles marcantes, tanto para ele, quanto para o seu povo. Trabalhou para a Funai como intérprete, perdeu quase toda sua família por causa de duas epidemias de sarampo e gripe, adquiridas a partir de contatos com membros do antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e com missionários da Missão Evangélica Novas Tribos do Brasil. É fundador da *Hutukara*, uma associação que defende a causa indígena do povo Yanomami. Publicou em parceria com o Etnólogo Francês Bruce Albert, o livro *A Queda do Céu – Palavras de um xamã Yanomami*, trata-se de um manifesto cosmopolítico contra a destruição da floresta amazônica, a partir de um testemunho autobiográfico. Sobre essa experiência Bruce Albert descreve:

Sônia Guajajara e Tuíra Kaiapó, se destacam nesse contexto.

Num momento crítico de sua vida e da existência de seu povo, Davi Kopenawa resolveu, em função de meu envolvimento intelectual e político junto aos Yanomami, confiar-me suas palavras. Pediu-me que as pusesse por escrito para que encontrassem um caminho e um público longe da floresta. Desejava desse modo não apenas denunciar as ameaças que sofrem os Yanomami e a Amazônia, mas também, como xamã, lançar um apelo contra o perigo que a voracidade desenfreada do “Povo da Mercadoria” faz pesar sobre o futuro do mundo humano e não humano. (Kopenawa; Albert, 2015, p. 51)

Essa narrativa demonstra a relação intrínseca de confiança entre ambos, além de externar a vontade do xamã de registrar amiúde a saga de luta e resistência do seu povo. A esse respeito Kopenawa comenta, “[...]Gostaria que os brancos parassem de pensar que nossa floresta é morta e que ela foi posta lá à toa”. (Kopenawa; Albert, 2015, p. 65).

As palavras do xamã trazem à baila sua preocupação com a floresta, além de demonstrar um senso de responsabilidade, a partir da sua sensibilidade e liderança, exercidas pelo seu papel líder etnopolítico.

Já no campo da educação, entre as gratas surpresas da atualidade, que acabaram se tornando uma realidade, destacamos a figura do professor e escritor Daniel Munduruku, natural da cidade de Belém do Pará, indígena desta mesma etnia que carrega em seu sobrenome, Doutor em educação pela USP e autor de diversos livros voltados à educação, com ênfase na Literatura infantil. Também possui um pós-doutorado em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), é Diretor presidente do Instituto UKA - Casa dos Saberes Ancestrais.

Entre seus principais prêmios e ações podemos destacar: Comendador da Ordem do Mérito Cultural da Presidência da República, Membro Fundador da Academia de Letras de Lorena, Prêmio Jabuti, Prêmio da Academia Brasileira de Letras, o Prêmio Érico Vanucci Mendes (outorgado pelo CNPq); Prêmio Tolerância (outorgado pela UNESCO), foi também ganhador do Prêmio da Fundação Bunge pelo conjunto de sua obra e atuação cultural, em 2018.

Segundo Daniel Munduruku, “a palavra índio remonta a preconceitos - por exemplo, a ideia de que o indígena é selvagem e um ser do passado - além de “esconder toda a diversidade dos povos indígenas”. (Munduruku, 2019. Trecho da entrevista concedida à BBC News Brasil, em 19 de abril de 2019).

Figura 3 – Daniel Munduruku



Fonte: Sesc/SP.

Ainda no campo da educação, outro proeminente representante é o Prof. Dr. Gersem José dos Santos Luciano, mais conhecido como Gersem Baniwa, por pertencer a essa etnia⁸. Em entrevista concedida à Professora Maria Aparecida Bergamaschi da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Gersem Baniwa conta um pouco da sua trajetória e atuação.

O meu primeiro contato com a escola foi com missionários, com a escola colonizadora, propriamente dita: era uma escola para educar, civilizar e domesticar os índios numa época em que o objetivo da escola para os índios era isso: pacificar para integrar. A escola era para domesticar a nova geração de indígenas para se tornarem pessoas e cidadãos obedientes às imposições do Estado. Por outro lado, tive a oportunidade de frequentar, do ponto de vista colonial, boas escolas que são as escolas salesianas. A região do Alto Rio Negro sempre teve forte presença dos missionários salesianos com suas escolas, e isso me permitiu estudar até o Ensino Médio nessas escolas. São escolas muito boas, do ponto de vista da escola tradicional branca. Depois, a segunda experiência foi com a discussão e experimentação de tentativas de mudança dessa escola tradicional colonial para uma escola que pudesse principalmente reconhecer, respeitar e valorizar os conhecimentos, as tradições, os valores e os conhecimentos indígenas. [...] A outra experiência foi no campo da política pública, ainda muito cedo. Assim que terminei a Graduação na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), atuei 3 anos como secretário de Educação do município de São Gabriel da Cachoeira (AM), entre 1997 e 1999. [...] Os 4 anos na Secretaria de Educação foram fundamentais para os compromissos posteriores. Nós mudamos totalmente a diretriz política do município, que era um município comum, com leis seguindo as diretrizes e as políticas nacionais, sem nenhuma diferenciação para os povos indígenas, que representam 90% da população do município. Durante os 4 anos à frente da Secretaria de Educação do município, conseguimos mudar todo o arcabouço legal para possibilitar a construção de escolas diferenciadas. Escolas que não proibissem mais as línguas e que

⁸ É Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB), Baniwa, nascido na aldeia Yaquirana, no Alto Rio Negro, Amazonas. Professor indígena, integrou o Conselho Nacional de Educação (CNE) e esteve à frente da Coordenação da Educação Escolar Indígena, no Ministério da Educação (Secad/MEC).

passassem a valorizar os conhecimentos indígenas. Começou-se a discutir material didático específico nas línguas indígenas, isso numa época em que, mesmo na academia, esse tema era muito pouco discutido. Pouca gente se dedicava a esses temas e não tinha literatura: nossa missão era uma espécie de aventura. (Bergamaschi, 2012, p. 127-128)

O papel exercido por Gersem Baniwa não só na academia e na política, mas sobretudo na sociedade e na divulgação da história, memória e cultura indígena, tem um papel extremamente relevante para esses povos, pois descortina uma série de questões que além de agregar, também evidenciam a cultura, os costumes, as tradições, a língua, entre outras nuances dos povos da floresta.

Figura 4 – Gersem Baniwa



Fonte: Acervo do Fundo Brasil, 2017

A presença feminina na história indígena também está muito bem representada na música e na política atualmente. No cenário musical, temos o talento da cantora Djüena Tikuna, indígena desta etnia, que foi a primeira mulher indígena a lançar um disco em língua materna no Teatro Amazonas denominado *Tchautchiane*.⁹ A artista foi a primeira indígena da Amazônia brasileira indicada ao prêmio “*Indigenous Music Awards*”, cidade de Winnipeg, no Canadá.

Ela é ativista declarada dos direitos indígenas, apoia de forma incondicional a demarcação de terras, luta contra toda a forma de preconceito e valo-

⁹ O nome Djüena significa “a onça que pula no rio”. Ela nasceu na Aldeia Umariçu II, da etnia Tikuna — daí o sobrenome —, no município de Tabatinga (AM). Até os 10 de anos de idade, falava apenas a língua tikuna. Cf. <https://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2017/10/djuena-tikuna-primeira-mulher-indigena-lancar-disco-no-teatro-amazonas.html>. Acesso em: 01/05/19, às 23h:06min.

riza seus costumes e tradições. Outra representante que enche de orgulho os índios da etnia Wapichana em Roraima, é a Advogada e Deputada Federal Joênia Batista de Carvalho, popularmente conhecida como Joênia Wapichana.

Cursou sua graduação em Direito na Universidade Federal de Roraima (UFRR) e o Mestrado na Universidade do Arizona nos Estados Unidos. Entre suas principais causas, podemos destacar sua participação à frente da demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, que foi alvo de um embate histórico entre índios e arrozeiros, resolvido só através da ação do Supremo Tribunal Federal (STF). Ela atuou também por muitos anos junto ao Conselho Indígena de Roraima (CIR), além de ser a primeira presidente da Comissão de Direitos dos Povos indígenas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Recentemente, ela ganhou o Prêmio de Direitos Humanos, concedido pela Organização da Nações Unidas (ONU), em 2018.

Em síntese essas mulheres representam uma nova geração cheia de competência e talento, cada uma na sua área de atuação, mas que acabam convergindo para causas extremamente importantes, principalmente no que diz respeito à diversidade, cultura, política, artes, música, e, acima de tudo, resistência!

Portanto, ao falarmos dessas mulheres, não é exagero, compará-las às antigas Amazonas, mulheres guerreiras e destemidas, que não fugiam à luta. Contudo, o papel que elas exercem na atualidade - metáforas à parte - é imprescindível para os anseios dos povos indígenas da Amazônia brasileira.

A verossimilhança entre as ações realizadas por esses personagens que foram por mim citados, perpassam as fronteiras das representações étnicas, políticas ou culturais, imbricando-se em prol de uma causa coletiva, a do povo indígena.

Figura 5 – Djuena Tikuna



Fonte: Jorna A Crítica, Manaus, 2018.

Figura 6 – Joênia Wapichana



Fonte: BBC News Brasil, 2018.

Considerações finais

Procurei no texto evidenciar as diferentes formas de resistência e protagonismo indígena na Amazônia brasileira, a partir das minhas impressões e experiências de um historiador/etnólogo, mas apoiando-me, por vezes em aportes teóricos pertinentes à construção da engenharia do texto.

Num primeiro momento, procurei desconstruir a imagem da representação do indígena no período colonial como um elemento teoricamente subserviente à Coroa Portuguesa, demonstrando suas estratégias e formas de organização e resistência, inclusive com o recebimento de mercês da própria Coroa, tornando-lhes “principais”.

Outro ponto abordado no texto foi o papel dos índios na Cabanagem, que demonstraram um alto poder de articulação com o restante dos chamados cabanos, na Província do Grão-Pará e em parte do Amazonas.

Por outro lado, também me debrucei sobre a questão das correrias, tanto pró, quanto contra os índios, evidenciando no caso dos índios Waimiri-Atroari sua resistência frente ao avanço dos grandes projetos de desenvolvimento em seu território tradicionalmente ocupado, além de externar o outro lado dessas correrias, com a questão dos embates entre índios e seringalistas pela extração do látex das seringueiras no Acre.

Por último, apresentei algumas lideranças indígenas contemporâneas, destacando seus papéis em diversas áreas do conhecimento, além das suas contribuições, no que se convencionou chamar de “História Indígena do Tempo Presente”.

Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. De Araribóia a Martim Afonso: lideranças indígenas, mestiçagem étnico-culturais e hierarquias sociais na colônia. In: VAINFAS, Ronaldo, SANTOS, Georgina. NEVES, Guilherme (Orgs). **Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX**. Niterói: Ed.UFF, 2006.

BANDEIRA, Alípio. **Jauapery. Séries Grandes Temas em pequeno Formato**. Manaus: EDUA, 2009.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Entrevista: Gersem José dos Santos Luciano – Gersem Baniwa. II Fórum Internacional da Temática Indígena. **Revista História Hoje**, v. 1, no 2, p. 127-148 – 2012.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. **Índios cristãos**: a conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769). Tese de Doutorado defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: [s.n], 2005.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FERNANDES, Fernando Roque. **O teatro da guerra**: índios principais na conquista do Maranhão (1637 – 1667). Dissertação de Mestrado defendida no Instituto de Ciências Humanas e Letras do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2015.

HEBETE, Jean (Org.). **O cerco está se fechando**: O impacto do grande capital na Amazônia. Petrópolis: Ed. Vozes / NAEA / Fase, 1991.

HEMMING, John. **Ouro Vermelho**: A conquista dos índios brasileiros / John Hemming; Tradução de Eugênio Marcondes de Moura. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. p. 420.

HENRIQUE, Márcio Couto. A perspectiva indígena das missões religiosas na Amazônia (Século XIX). **Revista História Social**, v. I, p. 133-156, 2013.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**. Palavras de um xamã Yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, 729 p.

LIMA, Leandro Mahalem de. Presenças indígenas na Cabanagem. Proposta metodológica para a compreensão de suas participações diferenciadas. **Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História**. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004.

MONTE, Paulo Pinto. **Etno-história Waimiri-Atroari (1663-1962)**. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Universidade de São Paulo. São Paulo: PUC, 1992.

MONTEIRO, John Manuel. Armas e Armadilhas: História e resistência dos índios. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A outra margem do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 237-249.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. (ORGs). **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 221-226.

MOREIRA NETO, Carlos Araújo. **Índios da Amazônia**: de maioria a minoria (1750-1850). Petrópolis: Vozes, 1988.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. O Ensaio Geral da Cabanagem: Manaus, 1832. **ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História** – Fortaleza, 2009.

RODRIGUEZ, Ernesto Martinez. **Correrias: Índios, Caucheiros e Seringueiros** (Acre 1942/1983). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, 2016, 128 p.

RAIOL, Domingos Antonio. **Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**. 2ª edição, Belém, Universidade Federal do Pará, 1970, vol. 3, p. 1000 (1ª edição 1865-1891).

RAMINELLI, Ronald. Honras e malogros: trajetória da família Camarão 1630-1730. In: VAINFAS, Ronaldo e MONTEIRO, Rodrigo. **Império de várias faces**. Relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna. São Paulo: Alameda, 2009.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Revista Tempo**, v.11, n.22. Niterói 2007.

ROCHA, Rafael Ale. Oficiais de Ordenança e Oficiais Indígenas no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1644-1684). In: **XXVIII Simpósio Nacional de História**, Florianópolis-SC, 2015, p. 1-16.

OLIVEIRA, João Pacheco. **Narrativas e Imagens sobre povos indígenas e Amazônia**: numa perspectiva processual da fronteira. INDIANA 27, págs. 19-46, Ibero-Amerikanisches Institut, Berlin, 2010.

RODRIGUES, João Barbosa. **Rio Jauapery**: Pacificação dos Crichanás. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

SAMPAIO, Patrícia Melo. “Aleivosos e rebeldes”: Lideranças indígenas no Rio Negro, século XVIII. Trabalho Apresentado no Simpósio Temático “Os Índios e o Atlântico”, **XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH**, São Paulo, 17 a 22 de julho de 2011.

SCHWADE, Tiago Maiká Müller. **Reordenamento Territorial e Conflitos Agrários em Presidente Figueiredo – Amazonas**. Dissertação de Mestrado. PPGCASA/UFAM: Manaus, 2012, 116 p.

SILVA FILHO, Eduardo Gomes da; FERNANDES, Fernando Roque. Uma questão de poder: Líderes indígenas e missionários nos aldeamentos jesuítas do século XVII. In: SILVA FILHO, Eduardo Gomes da; JUNIOR, Amaury Oliveira Pio. **Uma Viagem pela História da Amazônia**. 1ª Edição, Manaus, Premium Editora, 2016, p. 55-74.

SILVA FILHO, Eduardo Gomes da. **Projetos Desenvolvimentistas na Amazônia e a Resistência dos Waimiri-Atroari, 1964-2014**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas, 2015.

Sítios consultados

<http://www.terrabrasileira.com.br/indigena/contatos2/154indigen.html> Acesso em: 20/04/19, às 18h:20min.

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47971962> Acesso em: 01/05/19, às 22h:22min.

<https://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2017/10/djuena-tikuna-primeira-mulher-indigena-lancar-disco-no-teatro-amazonas.html> Acesso em: 01/05/19, às 23h:06min.

A HISTÓRIA INDÍGENA NO ENSINO DE HISTÓRIA: PRINCÍPIOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS¹

Mauro Cezar Coelho

A história ensinada tem sido objeto de intensas discussões neste início de século. A despeito da importância atribuída às disciplinas que compõem os instrumentos de avaliação da Educação Básica,² é a história que tem experimentado mudanças significativas. Não se trata, apenas, da inclusão de conteúdos, mas do debate sobre a pertinência e a legitimidade da perspectiva que tem orientado a história ensinada e a proposição de alternativas que a substituam. É o que ocorre com a inclusão da temática indígena no trato da história do Brasil, tal como proposto pela Lei N. 11.645/2008 (Brasil, 2008). Por meio dela, a legislação prevê uma inflexão na perspectiva desde a qual a trajetória e a memória históricas são percebidas. Esse processo tem suscitado intensa discussão. Meu objetivo a seguir é refletir sobre os princípios de tais mudanças, os desafios que impõem ao sistema educacional e as perspectivas que guardam para a melhoria das condições de oferta da Educação Básica.

Princípios

A história ensinada tem sido objeto de discussão desde a sua conformação como disciplina, no século XIX. Ela não viveu ou vive, em função disso, uma situação singular. Todas as disciplinas são objeto de debates. Em grande parte dos casos, a controvérsia gira em torno dos conteúdos a serem ministrados e da contribuição de cada um deles para os processos de formação estabelecidos no currículo. A história vivencia tal condição de modo específico.

A cultura escolar vem atribuindo à história ensinada a função de difundir e promover valores – morais e éticos. Esta é uma tradição cultivada desde a

¹ No presente texto, sistematizo algumas considerações resultantes das pesquisas que venho produzindo sobre a temática indígena na Educação, publicados solitariamente ou em parceria com outros pesquisadores, como Wilma de Nazaré Baía Coelho, Helenice Aparecida Bastos Rocha e Fernando Roque Fernandes. Agradeço aos três pelo privilégio da parceria. Os posicionamentos que defendo aqui, não obstante, são de minha inteira responsabilidade.

² A Educação Básica é objeto de avaliações periódicas, as quais compõem o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica). Atualmente, a Prova Brasil avalia o desempenho dos estudantes no domínio da Língua Portuguesa e de Matemática. Para maiores informações sobre o SAEB, consultar a página do Ministério da Educação (<http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb>). Para um panorama crítico do sistema, ver Carnoy, 2015; Bueno; Mascia; Scaransi, 2016; DickeL, 2016.

constituição do Colégio Pedro II e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instituições comprometidas com a construção de uma narrativa que forjassem, a um só tempo, unidade e identidade. À história cumpriria indicação de nossa origem e projeção de nosso futuro, apontando os princípios ordenadores de nossa identidade e de nossas noções de certo e errado na vida pública.³

Desde então, a história ensinada tem sido vinculada à formação para a cidadania. Em nossa trajetória como país e como nação, a cidadania tem sido vivenciada de modo distinto, se levarmos em conta tanto os diferentes períodos quanto os diversos extratos sociais. A formação para a cidadania, portanto, é credora de um contexto que ultrapassa as definições legais. Ela incorpora as noções vigentes acerca de questões relativas à compreensão do que conforma a sociedade, expressando suas hierarquias e seus critérios de inclusão e exclusão.⁴

A narrativa sobre nossa formação e sobre a constituição do povo brasileiro participa da construção da noção de cidadania e de seus desdobramentos. Ela concorre para as definições do que é ser brasileiro e das hierarquias que nos conformam. Pois, desde o evento das duas instituições que deram gênese à narrativa que nos vem orientando, conformou-se uma versão para a nossa origem e para o desenho de nossa identidade que tem a exclusão como marca. Ela assume a Europa em dupla acepção – como lugar da origem e como perspectiva (Cunha, 1992). Isso fica particularmente claro se considerarmos as narrativas expressas em livros didáticos, publicados desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [LDB] (Brasil, 1996).

Nelas, a Europa é percebida como origem de nossa trajetória. É lá que se desenrolam os processos que demarcam o percurso histórico que a narrativa didática opera. É ela que engendra eventos cujos desdobramentos afetam e alteram vidas em todos os pontos do globo e protagoniza os fatos que dão origem a nossa experiência nacional, conformando a gênese de nossa história, conduzindo os momentos fundadores do país e da nação: a expansão ultramarina, o *descobrimento*, a primeira missa, a expedição de Martin Afonso, a expulsão dos franceses etc. É, pois, a Europa, também, que orienta a perspectiva a partir da qual a narrativa didática assume sentido. São europeus os processos com desdobramentos na vida *nacional* – é o interesse comercial no mercado atlântico o que explica o tráfico negreiro, é o Iluminismo o que explica a Inconfidência Mineira e são os interesses ingleses que promovem tanto a Independência quanto o fim da Escravidão, entre outros eventos (Coelho, 2009; idem, 2010).

³ Sobre este ponto, ver, entre outros diversos autores, Mattos, 1990, p. 23-33; Guimarães, 2011.

⁴ Para uma análise das noções de cidadania no Brasil, ver Santos, 1987.

Em uma narrativa assim pensada e construída, outros agentes e espaços tem lugar limitado. Indígenas, negros e mestiços, assim como África e América, assumem papéis secundários e função inconsequente nas tramas. A narrativa histórica didática exclui esses elementos, ao não reconhecer o seu protagonismo ou sua importância na conformação dos processos históricos vividos no Brasil. Tão logo a narrativa didática passa a tratar do Brasil independente, a mesma perspectiva orienta a abordagem dispensada a trabalhadores urbanos e rurais, minorias étnicas, negros e pardos, mulheres e todos aqueles que não se confundem com as elites – predominantemente branca e masculina (Coelho; Coelho, 2013; idem, 2015).

Em que pesem os avanços promovidos pelos processos de avaliação de livros didáticos – importantes e decisivos para uma significativa melhoria da qualidade das obras didáticas em história⁵ - foi necessária uma movimentação da sociedade civil para que outras perspectivas constituíssem a narrativa didática (Pereira, 2011; Rocha; Silva, 2013). As leis 10.639/03 e 11.645/08 propõem o redimensionamento dos princípios que tem norteado a memória sobre a nossa formação, por meio, sobretudo, da crítica à perspectiva histórica que a orienta (Coelho, 2014; Coelho; Coelho, 2014).

Mais que a inclusão da história da África e da Cultura Afro-brasileira e da história dos Povos Indígenas, tal legislação propõe o redimensionamento da Memória e a alteração da orientação do currículo da história ensinada, de modo a estender a outros agentes e espaços agência, protagonismo e relevância. Isso significa não apenas a revisão do modo como a trajetória histórica nacional é percebida, mas o reconhecimento de que essa mesma trajetória está submetida a diferentes orientações que não exclusivamente a matriz europeia.

Resultante da movimentação da sociedade civil, especialmente dos movimentos indígenas e negros, a legislação em questão tem por objetivo o reconhecimento da importância de tais agentes nos processos que vem conformando a sociedade brasileira. No que diz respeito à memória e à história nacionais, ela se volta contra o paradigma da exclusão – uma postura na abordagem de processos históricos nacionais que prima pela valorização das ações das elites e, conseqüentemente, pela supressão ou minimização da atuação dos demais agentes.⁶

Ensinar história indígena na Escola não significa, pois, apenas, fazer referência aos indígenas, mas, sim, a assunção de outras perspectivas, o aban-

⁵ Sobre o Programa Nacional do Livro Didático e os processos de avaliação, ver Miranda; Luca, 2004; Ferreira; Franco, 2008.

⁶ Para uma reflexão sobre o caráter excludente da produção historiográfica, ver Rios; Mattos, 2004; Lessa, 2008; Chaloub; Silva, 2009.

dono do eurocentrismo e a extensão do conceito de agente histórico para os demais sujeitos que compõem a trajetória histórica brasileira que não somente as elites. É por meio de transformação desses princípios em práticas educativas que a história indígena pode flexionar a história ensinada, fazendo-a assumir sua vocação contemporânea: a promoção de uma cultura do respeito à diferença, do convívio democrático e do compromisso com a construção de uma sociedade fraterna, na qual os conflitos sejam enfrentados com respeito e não resolvidos por meio da violência.

Desafios

Os princípios que informam a inclusão da história Indígena no currículo escolar e o modo como eles flexionam a história ensinada encaminham alguns desafios para os envolvidos em sua consecução. Como disciplina, a história está vinculada à cultura escolar, ao currículo estabelecido e ao sistema educacional no qual está inserida. A reflexão sobre como ela incorpora os princípios subjacentes à inclusão da história Indígena na Educação Básica demanda, assim, a consideração dessas outras dimensões que se articulam à disciplina, a informam e lhe atribuem sentido. Destacarei a seguir duas delas – a formação docente e o livro didático. A opção por ambas não é aleatória.

O livro didático é o mais importante recurso didático disponível na educação pública. Ele é distribuído gratuitamente para todos os alunos das escolas públicas do país – logo, é o recurso universal, posto ser virtualmente acessível a todos os agentes que compõem o sistema educacional. Esse mesmo livro didático é objeto de uma avaliação, realizada por comissão de especialistas, reunindo professores da Educação Básica e pesquisadores do campo da Educação e do Ensino. Por razões diversas, esse mesmo livro didático assume duas funções importantes: é um suporte de formação continuada, posto ser acompanhado de volumes voltados para o professor, indicando procedimentos, sugerindo abordagens e propondo encaminhamentos; é o currículo de fato, uma vez que em muitos sistemas escolares é a sequência de conteúdos proposta pelo livro o que ordena e organiza a dinâmica escolar.

O professor é a figura central no engendramento de processos de ensino e aprendizagem. Por meio do acionamento de competências diversas, ele dá existência ao saber escolar, conduzindo estudantes da Educação Básica no trato com o conteúdo formal e, sobretudo, com os saberes que a Escola promove. Para tanto, ele aciona os conhecimentos apreendidos ao longo do processo

de formação. É nos cursos de licenciatura em história que são (ou deveriam ser) construídas competências a serem exercidas em sala de aula.

Refletir sobre a literatura didática e sobre os processos de formação de professores possibilita-nos sopesar as formas pelas quais a história indígena é incorporada em duas dimensões importantes do trabalho docente – aquela que o constitui, por meio da formação inicial, e aquela que participa de sua prática, como um dos recursos mais importantes a que tem acesso. Por meio de tais dimensões, é possível considerar, ainda, como a história ensinada é assumida pelos cursos de graduação em história (licenciaturas em sua maioria) que, ao final e ao cabo, formam tanto professores como autores de livros didáticos.

Começamos pelo Livro Didático. Desde a década passada, o livro didático vive transformações significativas, no que diz respeito à abordagem dispensada aos povos indígenas. No século passado, via de regra, o espaço que lhes era destinado era restrito. Ao considerarmos a produção da década de 1990, verificamos que, na maior parte dos casos, as referências aos indígenas estavam presentes nos capítulos referentes às civilizações Astecas, Incas e Maias. No que tange aos povos indígenas habitantes do território que viria a se constituir como Brasil, as menções compunham os capítulos iniciais da colonização e desapareciam tão logo a escravidão africana ganhava a cena das narrativas. Nos anos 2000, uma mudança significativa tem início, em função das demandas pela inclusão de novos agentes (Coelho, 2009).

Os livros didáticos de história editados neste período passaram a dispensar maior atenção aos povos indígenas. A maior mudança se verifica em relação aos indígenas habitantes do território brasileiro. Em lugar de menções esparsas em capítulos destinados à narrativa da colonização da América, as edições passaram a reservar unidades inteiras dedicadas ao desvendamento dos povos que habitavam as terras ocupadas pelo que viria a ser a América Portuguesa. Isso não significou, no entanto, uma diferença na abordagem. Nas narrativas didáticas, os povos indígenas permanecem restritos aos temas relativos ao passado colonial, com menções esparsas e superficiais quando inseridos na trama de eventos ocorridos nos séculos XIX, XX e XXI. Da mesma forma, o modo pelo qual os povos indígenas são referidos não sofreu alteração significativa: eles continuam sendo retratados como agentes secundários, sem relevância no desenvolver da narrativa histórica oferecida, em função da desconsideração de um dos atributos fundamentais dos agentes históricos – agência (Coelho, 2013).

Perceber os povos indígenas como agentes históricos plenos exige o reconhecimento de sua agência – a compreensão de que as ações dos indígenas concorreram para o desenrolar de nossa trajetória da mesma forma que as ações de outros sujeitos. Isso significa estender aos povos indígenas uma premissa disciplinar construída ao longo do século XIX e consolidada no século seguinte: são as ações dos homens que dão significado ao tempo. Resulta dessa compreensão uma das máximas repetidas à exaustão em epígrafes, livros didáticos e aulas de história: “A história é estudo do homem no tempo” (Bloch, 1997, p. 55).⁷ É a agência humana que flexiona o tempo, atribuindo-lhe sentido. É a ação humana que constrói, altera ou elimina, promovendo mudanças e desenhando o novo (por mais antigo que pareça!).

Ao consideramos a produção didática da última década – essa mesma que promoveu a ampliação do espaço destinado aos povos indígenas, reservando-lhes capítulos, imagens, descrevendo seus modos de vida e apontando sua diversidade – percebemos que o aumento do espaço não significou uma mudança na abordagem. Nas narrativas construídas mesmo após a promulgação da Lei 11.645/08, os povos indígenas são mantidos como *pacientes* da história. Isso pode ser percebido na forma como os povos indígenas são tratados pelas narrativas relativas ao período anterior à Conquista e à colonização portuguesa. No primeiro caso, as narrativas buscam descrever os povos indígenas. Ainda que destaquem a diversidade dos povos que habitavam as terras baixas do espaço que hoje denominamos de América do Sul, as narrativas ressaltam o que lhes era comum. Assim, são abordados os modos de vida – moradia, subsistência, guerras e práticas religiosas – sem qualquer perspectiva temporal; ou seja, os povos indígenas são descritos como elementos estáticos, que não promoveram qualquer mudança no tempo. As narrativas estabelecem um relato pautado no passado simples (viviam, moravam, cultivavam, guerreavam etc.), no qual a história está ausente – é um tempo *parado*, sem alterações ou mudanças. No segundo caso, as narrativas sofrem uma inflexão significativa. Os europeus chegam e trazem consigo mudanças. O tempo passa a ser medido em função das ações dos agentes europeus – eles conquistam, constroem, edificam, mobilizam, descobrem, trabalham, progridem etc. Os povos indígenas continuam sendo descritos – sofrem, trabalham e morrem. Suas ações não flexionam o tempo – conforme a narrativa encaminhada, eles não participam, senão como objeto da ação europeia, do processo de gênese da sociedade que um dia iria se conformar no Brasil (Coelho; Rocha, 2018).

⁷ Premissa análoga e formulada anteriormente está presente na reflexão de Karl Marx (Marx, 1983, p. 24-25).

Quando consideramos a formação de professores de história, situação análoga é encontrada. Até o início deste século, as temáticas relativas à Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) não contavam com disciplinas específicas nos currículos de formação e, tampouco, compunham as ementas das disciplinas. Temas relativos à história da África eram abordados, de modo pontual, nas disciplinas voltadas para colonização do espaço americano, em função do tráfico de escravos africanos e do comércio interatlântico. A cultura afro-brasileira não era objeto de discussão sistemática, nos processos de formação (Coelho, 2005; Oliva, 2006). No que tange à história Indígena, nem o tema era enfrentado conceitualmente, nem os povos indígenas conformavam as preocupações das disciplinas voltadas para a história do Brasil.

Foi a promulgação das leis nº 10.639/03 e 11.645/08 que provocaram a emergência de disciplinas como história da África, história Indígena e do Indigenismo e história da Cultura Afro-brasileira em cursos de formação de professores de história (Valentini, 2018). Nos últimos quinze anos, diversos cursos de licenciatura reformularam seus currículos com vistas à inclusão de disciplinas correlatas, com o objetivo de adequarem-se às exigências legais, nos processos de avaliação do Ensino Superior instituído pelo SINAES (BRASIL, 2004).⁸ Não obstante, verifica-se procedimento similar ao verificado na narrativa didática: a inclusão de temáticas sem a devida reorientação da perspectiva que organiza os currículos.

O escopo dos cursos de licenciatura permanece sendo a matriz europeia. Isso fica particularmente claro se considerarmos as disciplinas definidas pelo corpo docente dos cursos analisados. As licenciaturas obedecem a diretrizes nacionais que definem princípios norteadores da formação docente, a carga horária mínima dos cursos e algumas disciplinas obrigatórias. Neste último caso, as diretrizes estabelecidas desde 2001 legislam sobre 1.000 horas dos cursos, definindo que 400 horas sejam destinadas ao Estágio Supervisionado, 400 horas reservadas para a Prática como Componente Curricular e 200 horas cumpridas em atividades acadêmicas de livre escolha do aluno, em acordo com o perfil de formação. Decorre daí que da carga horária mínima obrigatória (2.800 horas, conforme a diretriz ainda em vigor [CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO [CNE], 2001; idem, 2002]), os corpos docentes dos cursos definem, pelo menos, 1.800 horas. Pois, quando investigamos como tal carga horária é distribuída, constatamos que as mudanças não alteram o escopo da formação.

⁸ Para uma análise do SINAES, ver, entre outros autores: de Lacerda Peixoto, 2015; Oliveira; Piconez, 2017; Teixeira Roberto Junior; Rios, 2017.

Em pesquisa recente, realizada em parceria com Wilma de Nazaré Baía Coelho, analisou-se o modo pelo qual a EREER é incorporada pelos currículos de formação de professores de história. Os resultados demonstram que a inclusão de disciplinas como história Indígena e do Indigenismo, de *per si*, não promove a apropriação dos princípios que fundamentam a Lei 11.645/08. Nos casos analisados, a maior parte da carga horária está voltada para o manuseio de uma perspectiva histórica pautada na periodização quadripartite, tendo a Europa como espaço privilegiado da discussão.⁹

A seguir apresento alguns dados relativos aos cursos de licenciatura de dez instituições, analisados naquela pesquisa. Eles dizem respeito às disciplinas que compõem o projeto político de curso. Por meio delas, perscrutamos a relação entre os saberes historiográficos e os saberes para a docência e, também, o enfoque dado à EREER. Assim, as disciplinas existentes nas grades curriculares foram classificadas, utilizando-se as seguintes categorias: a) Propedêuticas: disciplinas de natureza instrumental; b) Historiográficas: disciplinas relativas ao saber historiográfico concernente a períodos [Antiguidade, Idade Média etc.] ou espaços [história do Brasil, história da América etc.]; c) Teóricas: disciplinas voltadas para o percurso da disciplina e a evolução dos procedimentos metodológicos [Teorias, Metodologias etc.]; d) Disciplinas relacionadas à satisfação do disposto no artigo 26 da LDB: disciplinas que objetivam dar conta da inclusão dos conteúdos expressos na legislação [**história da África, história Indígena, Cultura Afro-Brasileira**]; e) Patrimônio: disciplinas voltadas para a manutenção e preservação do patrimônio histórico; f) Formação Docente: disciplinas relacionadas aos saberes docentes [Didáticas, Metodologias do Ensino etc.]; g) Interdisciplinaridade: disciplinas relativas a outras áreas das ciências humanas; h) Monografia: disciplinas de elaboração do trabalho de conclusão de curso; i) Prática como Componente Curricular [PCC] (CNE, 2005, p 3); j) Estágio Supervisionado; k) Optativas: disciplinas escolhidas ou eleitas pelos alunos; l) Atividades Acadêmico Científico-Culturais: atividades acadêmicas que devem abarcar 200 horas de carga horária efetiva, conforme a legislação pertinente (CNE, 2002b).

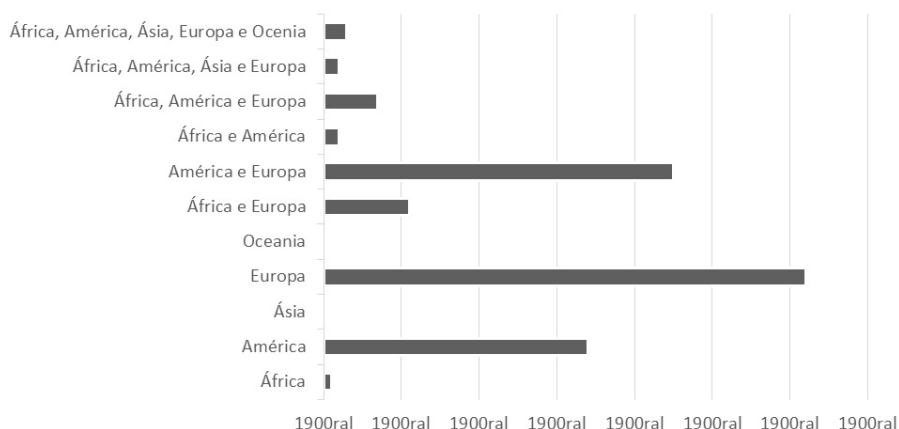
⁹ A seguir apresento algumas conclusões decorrentes de estudo realizado sobre dez cursos de licenciatura em história, oferecidos por universidades federais, em dez estados do país. Os resultados completos estão disponíveis em Coelho; Coelho, 2018.

Tabela 1 - CATEGORIZAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA DOS CURSOS (percentual)

Categorias	Instituições									
	UNIFAP	UFC	UFG	UFMT	UFMG	UFPR	UFPI	UFRJ	UFRR	UFSC
Propedêuticas	1,75	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Historiográficas	32,46	32,01	36,45	35,26	23,53	31,42	28,53	30,76	29,88	27,8
Teóricas	10,53	13,71	13,68	14,32	17,11	15,2	12,3	5,77	10,68	10,7
Artigo 26/LDB	3,51	2,29	7,98	2,2	2,14	2,03	3,93	0	0	2,14
Patrimônio	1,75	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Formação docente	8,77	9,14	13,68	12,48	8,56	18,24	17,7	13,46	8,54	11,59
Interdisciplinaridade	3,51	-	2,28	12,12	-	2,03	1,97	9,62	2,14	-
Monografia	3,51	-	-	3,67	-	7,09	3,93	11,54	5,34	5,35
PCC	12,28	13,71	-	1,59	4,28	-	-	-	14,23	8,73
Estágio Supervisionado	12,28	14,29	14,25	12,24	22,99	7,09	13,28	9,62	15,66	14,44
Optativas	3,51	7,71	4,56	-	13,9	10,14	11,8	19,23	6,41	12,12
Atividades	6,14	7,14	7,12	6,12	7,49	6,76	6,56	-	7,12	7,13

Fonte: Coelho; Coelho, 2018.

A tabela evidencia que as disciplinas de caráter historiográfico são as que tem maior espaço nos currículos ofertados. Tais disciplinas voltam-se, principalmente, para o estudo dos processos ocorridos na Europa, compreendendo a maior parte do currículo de disciplinas historiográficas. Os processos lá ocorridos abarcam as disciplinas voltadas para a compreensão da Antiguidade, da Idade Média, da Idade Moderna e da Idade Contemporânea. Mas, não só. Tais disciplinas, em todos os cursos estudados, conformam a estrutura a partir da qual as demais disciplinas ganham sentido. Isso fica ainda mais evidente quando consideramos a topografia das disciplinas. Ao analisarmos as ementas das disciplinas, buscamos identificar os espaços tratados e as perspectivas presentes nas abordagens. Para tanto, foram levados em consideração os assuntos tratados, a lógica de compreensão do processo histórico e a bibliografia básica.

Gráfico 1 - Topografia das disciplinas.

Fonte: Coelho; Coelho, 2018.

O gráfico aponta que a Europa é o espaço presente em quase todas as disciplinas. Ela ocupa os espaços relativos às disciplinas da lógica quadripartite (Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea), mas também conforma outras disciplinas, como as relativas à história da África, da América, do Brasil e Indígena: os eventos europeus são assumidos como fatores determinantes dos processos ocorridos nesses outros espaços. A Europa figura como agente histórico principal da história operada por tais formações.

Ela permanece percebida como o epicentro desde onde a história assume sentido e gera inteligibilidade. A análise apontou que mesmo em disciplinas voltadas para outros espaços que não o europeu, a perspectiva de que se parte não é a nativa, mas a europeia. O que se pretende, em boa parte dos casos, não é perceber a história da África, da América ou dos povos indígenas, segundo as lógicas nativas, mas a partir das relações que eles estabelecem com a Europa.

Os percursos curriculares dos cursos de formação de professores de História sugerem, ainda, que o enfrentamento das questões propostas pela introdução da história Indígena no currículo da Educação Básica será alcançado por meio de uma formação centrada, apenas, no domínio da historiografia relativa aos povos indígenas. Quando consideramos as questões concernentes à formação de professores, além de percebermos a [ir]relevância que lhes é dispensada nos cursos de licenciatura em história, notamos a falta de nexo entre as discussões relativas à docência e o trato com a historiografia e com os processos da pesquisa histórica. As disciplinas voltadas para a formação docente ocupam, em média, 12,22% da carga horária dos cursos. Dentre tais

disciplinas, não se verifica a discussão das questões relativas à ERER (CNE, 2004b; idem, 2004) e o que significa abordar a crítica à memória histórica construída desde o século XIX, com vistas à promoção de uma cidadania pautada no respeito à diferença.

As análises que tenho realizado sobre os livros didáticos e sobre os processos de formação docente apontam que o enfrentamento das questões propostas pelas leis que alteram o currículo de história do Brasil – particularmente a inclusão da temática indígena – têm sido tratadas de modo pontual, sem que os desafios por elas proposto sejam devidamente enfrentados (Coelho, 2009; idem, 2010; idem 2013). A estratégia adotada pela literatura didática e pelos cursos de formação de professores têm sido a mera inclusão de referências aos povos indígenas.

Parte-se do pressuposto de que assim agindo, uns e outros cumprem com os princípios estabelecidos pela legislação e satisfazem uma demanda da sociedade civil organizada, especialmente dos povos indígenas, e alteram um vício da produção historiográfica – o paradigma da exclusão. Ocorre que uma análise detida sobre ambas as dimensões da história ensinada na escola aponta para a forma pela qual os povos indígenas são percebidos. Em que pese os avanços ocorridos na produção historiográfica, especialmente a partir da emergência de um campo de pesquisa relativo à história indígena, o que se verifica, via de regra, é a manutenção dos paradigmas estabelecidos para o trato da história do Brasil ainda no século XIX – a exclusão permanece a tônica.

No que se refere aos livros didáticos, o aumento de referências aos povos indígenas não tem significado a reversão da perspectiva segundo a qual a história só tem sentido desde a Europa da função atribuída aos povos indígenas. No que tange aos processos de formação de professores de história, não apenas a história europeia permanece como polo estruturador do currículo, mas as questões didático-pedagógicas se mantêm como fatores acessórios do ofício. Todavia, ensinar história e, por meio dela, valores democráticos, requer mais que o domínio de conteúdos historiográficos – exige o domínio de competências didático-pedagógicas que especificam o papel do professor. Conforme apontam os dados supracitados, essa não tem sido uma preocupação dos cursos de formação de professores de história.

Perspectivas

Está claro, pois, que o trato da história indígena na história ensinada demanda mais que a inclusão de referências aos povos indígenas. Ele não se configura, simplesmente, como um desdobramento da ampliação da noção de sujeito, experimentada pela área de história desde os anos 1960. A inserção da história indígena na história ensinada decorre de um movimento da sociedade civil organizada, especialmente dos povos indígenas, em prol de uma revisão da perspectiva que tem orientando tanto a memória histórica nacional quanto a historiografia que trata da trajetória brasileira.

Tais ressalvas são importantes, pois dimensionam o sentido da legislação que insere a temática indígena na Educação Básica. Senão vejamos. Os povos indígenas compõem a narrativa sobre a fundação do Brasil, já no século XIX (Guimarães, 1988.). Desde a formulação dos primeiros manuais didáticos, ainda naquele século, eles estão presentes nos conteúdos ensinados nas escolas sobre o que configura a história do Brasil. Participam, juntamente com os dois outros elementos fundadores (o *branco* e o *negro*), daquilo que denominamos de “mito das três raças” (Da Matta, pp. 58-85). No entanto, não têm sido percebidos como agentes determinantes dos processos nos quais contam como personagens. Eles, suas ações e sua cultura não são apropriados como fatores decisivos, determinantes ou concorrentes para a trajetória percorrida pela nação. Nesse sentido, podemos afirmar que eles participam da narrativa, mas não da história ensinada.

O movimento disciplinar em direção a novas abordagens, considerando sujeitos antes tidos por irrelevantes, também não promoveu mudanças nessa história. Presente nas discussões do campo desde os anos 1960 e definitivamente incorporada às pesquisas desenvolvidas no Brasil a partir dos anos 1980, a abertura para novos problemas, abordagens, documentos e sujeitos (Le Goff; Nora, 1984; idem, 1986; idem, 1988) não alcançou a história ensinada – seja se levarmos em conta a literatura didática, seja se sopesarmos a formação oferecida aos historiadores (cujo maior campo de trabalho é a Educação Básica) – senão após a imposição legal decorrente da ação de movimentos sociais.

A flexão proposta pelas demandas sociais e materializada na Lei nº 11.645/08 não é, então, devedora de processos disciplinares que redimensionaram abordagens, problemas e perspectivas. Ela é resultado de uma crítica à memória história e à perspectiva que lhe é subjacente, encaminhando mais que a inclusão de referências aos povos indígenas, sem o devido redimensionamento.

namento de sua condição de sujeito histórico. Ela determina a revisão dos princípios que operam o ensino da história e sua relação com a formação de cidadãos, implicando em, pelo menos, duas atitudes.

Em primeiro lugar, uma reformulação dos processos de formação de professores de história. Os percursos de formação, como demonstram sobretudo a literatura especializada, centram-se no domínio da historiografia e na pesquisa histórica (Caimi, 2006; Ferreira; Franco, 2008). Ocorre que essas duas dimensões do ofício participam da prática do professor de história, mas não a esgotam. Conhecer os sentidos e as atribuições da disciplina na Educação Básica e sua função social e política é condição *sine qua non* para que a prática docente se dê em acordo com as demandas sociais e as necessidades do tempo. Para tanto, as dimensões didático-pedagógicas relativas ao ensinar e, sobretudo, aprender história devem assumir relevância nos processos de formação.

Saber história é mais que memorizar episódios. Saber história implica no reconhecimento de certos princípios e na aplicação de pressupostos que concorrem para a investigação das ações humanas. O reconhecimento de que a realidade é constituída pelas perspectivas diversas que compõem o todo social, informadas por interesses distintos e, não raro, divergentes, baliza a construção de saber histórico. Decorre daí o pressuposto fundamental da pesquisa histórica – perscrutar nos documentos os interesses e as intenções dos diferentes agentes que compõem a sociedade. Inquirir documentos, relacionar eventos, questionar intenções e construir modelos explicativos são alguns dos procedimentos da pesquisa histórica que, em situação escolar, encaminham aprendizagens importantes sobre as relações sociais e sobre como analisar contextos, reconhecer contradições e estabelecer julgamentos com base em evidências, entre outros aprendizados necessários ao desenvolvimento do raciocínio lógico indutivo e da capacidade de argumentação.

Tais competências contribuem para a crítica da memória. Mas, elas não esgotam os saberes que o docente deve acionar para promovê-la, encaminhando os princípios definidos pela legislação: defesa de valores democráticos, do respeito à diferença e do convívio fraterno na diversidade. Isso demanda a assunção da finalidade dos cursos de licenciatura em história – formar professores que, por meio do domínio do saber histórico, participam do desenvolvimento de crianças, adolescentes e adultos inseridos na Educação Básica. Para tanto, as dimensões do saber docente relativas às questões didáticas e pedagógicas deve assumir a mesma relevância das questões de caráter historiográfico.

Nesse sentido, os princípios presentes nas diretrizes da Educação para as Relações Étnico-Raciais devem ser traduzidos em processos formativos, nos cursos de formação de professores de história. Isso requer que questões como racismo, discriminação, diferença e diversidade sejam enfrentadas de modo concreto e constituam objeto da reflexão dos professores de tais cursos e, conseqüentemente, dos egressos que alcançam o sistema educacional. Refletir sobre o que significa criticar a memória em situação escolar em uma sociedade demarcada pelo racismo é necessidade urgente e essencial para que os princípios da legislação sejam concretizados.

Em segundo lugar, uma reorientação da narrativa didática, presente nos livros didáticos destinados à Educação Básica. Mesmo com a avaliação periódica de livros didáticos, o trato da história do Brasil permanece inalterado: a perspectiva eurocêntrica se mantém incólume, os processos vividos na Europa ocupam parte significativa da narrativa (sugerindo uma vinculação necessária e inevitável entre os processos lá ocorridos e os passados aqui), os povos indígenas ocupam as partes relativas ao período anterior à chegada dos europeus e ao passado colonial sem que, nesses segmentos da narrativa, alcancem a condição de sujeitos estendida aos europeus e seus descendentes. Incorporar os princípios presentes na legislação demanda outra orientação na narrativa.

A mais importante delas diz respeito ao redimensionamento da história do Brasil, com vistas à incorporação de outros sujeitos, além daqueles tradicionalmente valorizados pela narrativa construída desde o século XIX. Isso significa que a abordagem da história do Brasil em situação escolar exige que o princípio da diversidade seja levado em consideração na história ensinada sobre a trajetória histórica brasileira. Isso não resulta no acréscimo de referências aos povos indígenas, foco de nossa reflexão, especialmente nos boxes, caixas e imagens. O que o princípio da legislação e da movimentação da sociedade civil organizada requer é que os povos indígenas sejam considerados em perspectiva histórica.

Para tanto, é necessário não apenas a ampliação do espaço destinado aos povos indígenas e a constatação e relevância de sua diversidade linguística, mas, sobretudo, o reconhecimento de sua condição de sujeito histórico – logo, de agente que, por meio de suas ações, participa da significação do tempo. Considerando os espaços atualmente destinados aos povos indígenas na literatura didática, tal empreendimento demanda três modificações estruturais na história ensinada pela literatura didática.

Inicialmente, o reconhecimento de que a narrativa histórica presente nos livros didáticos guarda perspectivas, assumidas desde os procedimentos

inerentes ao saber histórico, sobre o passado. É fundamental que a história ensinada seja enfrentada, como conhecimento construído a partir de práticas de pesquisa e não como a narrativa do passado (Knauss, 2005). Em seguida, a consideração dos povos indígenas em perspectiva histórica. Daí ser necessário que os livros didáticos superem a abordagem descritiva, quando tratam dos períodos anteriores à Conquista, incorporando os estudos existentes sobre as conformações e movimentações destes povos, desde suas perspectivas. Também é preciso que os povos indígenas sejam considerados como autores de suas trajetórias, problematizando suas alternativas e escolhas. Finalmente, mas não por último, é essencial que a trajetória histórica brasileira abordada pela narrativa didática incorpore a diversidade de agentes, independentemente do processo em discussão. Se a história é o estudo das ações dos homens (e mulheres) no tempo e, também, se todos os homens (e mulheres) agem no tempo, as ações de todos os agentes devem ser consideradas. No que diz respeito aos povos indígenas, resulta desse princípio sua incorporação às discussões relativas ao passado imperial e, sobretudo, republicano, apontando sua importância para a conformação da sociedade brasileira contemporânea, especialmente no que diz respeito a afirmação da ampliação da noção de cidadania desde o final do século passado (Bicalho, 2010; Fernandes; Coelho, 2017; idem, 2018).

Expectativas

Esse é um texto que não alcança conclusão. Não trato, aqui, de um processo passado, vivido e terminado. As questões relativas ao ensino de história são próprias do tempo em que se vive – afetam a vida, escolar inclusive, de todos aqueles inseridos na Educação Básica e participam da visão que constroem sobre o mundo, a sociedade e sobre como agir nela. Assim, pontuei aqui o modo pelo qual a história indígena tem sido encarada pela história ensinada, considerando a legislação, e propus uma reflexão sobre encaminhamentos possíveis para superar os limites constatados, apontando questões a serem enfrentadas pelos historiadores, não importa o seu campo de atuação. Se a história é um saber relevante para os processos de formação de crianças, adolescentes e adultos – e estou certo de que ele é – ele deve participar das demandas do seu tempo, de modo a cumprir suas finalidades sociais e políticas. Para tanto, é fundamental que a dimensão pedagógica conforme a estrutura dos cursos de formação de professores de história. Incorporar os povos indí-

genas (e outros agentes) na história ensinada de forma a superar o paradigma da exclusão é uma demanda e uma imposição de nosso tempo. Isso não se faz por meio do controle sobre a historiografia, mas a partir do domínio de processos psicopedagógicos, pois, esses, por meio da atuação do professor, têm o potencial de transformar a história ensinada em saber emancipatório – não porque conscientiza, mas porque oferece instrumentos para que a empatia se desenvolva, que a crítica floresça e que a autonomia não signifique que rumos diversos resultem em exclusão.

Referências

BICALHO, Poliene S. dos Santos. As assembleias indígenas: o advento do Movimento Indígena no Brasil. **Opsis, Catalão**, v. 10, n. 1, p. 91-114, 2010. Disponível: https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/9553/8474#.WblO_rKG-N0w. Acesso: 24/04/2018.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 09 de janeiro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso: 28/12/2018.

_____. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso: 22/12/2018.

_____. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11645-10-marco-2008-572787-publicacaooriginal-96087-pl.html>. Acessado: 10/04/2018.

BUENO, Luzia; MASCIA, Márcia A. Amador; SCARANSI, Rafaela. Letramentos, gêneros textuais e Prova Brasil: possibilidades de que tipo de desenvolvimento? **DELTA**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 99-117, abr./2016. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/delta/v32n1/0102-4450-delta-32-01-00099.pdf>. Acesso: 21/12/2018.

CAIMI, Flávia Eloisa. Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História. **Tempo**, Niterói, v. 11, n. 21, p. 17-32, 2006. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n21/v11n21a03>. Acesso em: 14/12/2018.

CARNOY, Martin et al. A educação brasileira está melhorando? Evidências do PISA e SAEB. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 45, n. 157, p. 450-485, set./2015. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v45n157/1980-5314-cp-45-157-00450.pdf>. Acesso: 21/12/2018.

CHALOUB, Sidney; SILVA, Fernando T. da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos Arquivo Edgar Leuenroth**, Campinas, v. 14, n. 26, 2009. Disponível: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2558>. Acesso: 14/08/2018.

COELHO, Mauro Cezar. A história, o índio e o livro didático: apontamentos para uma reflexão sobre o saber histórico escolar. In: ROCHA, Helenice A. Bastos; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.). **A história na escola**: autores, livros e leituras. 1ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, pp. 263-280.

_____. As populações indígenas no livro didático ou a construção de um agente histórico ausente. In: COELHO, Wilma de N. Baía; MAGALHÃES, Ana Del Tabor (org.). **Educação para a diversidade**: olhares sobre a educação para as relações étnico-raciais. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010, p. 97-111.

_____. História Indígena - provocações para os historiadores. **História Viva** (São Paulo), v. XI, p. 24-27, 2014.

_____. Moral da história: a representação do índio em livros didáticos. In: SILVA, Marcos (org.). **História**: Que ensino é esse? Campinas: Papirus, 2013, pp. 65-82.

COELHO, Mauro Cezar; COELHO, Wilma de N. Baía. O ensino de história e os desafios da diversidade: a conformação da consciência histórica nos processos de implementação da lei nº 10.639/03. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (org.). **O Ensino de história em questão**: cultura histórica, usos do passado. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, pp. 283-303.

_____. As licenciaturas em história e a lei 10.639/03 - percursos de formação para o trato com a Diferença? **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, e192224, 2018. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v34/1982-6621-edur-34-e192224.pdf>. Acesso: 15/12/2018.

_____. História, historiografia e saber histórico escolar: a educação para as relações étnico-raciais e o saber histórico na literatura didática. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 21, p. 358-379, jul.-dez./2014. Disponível: <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/4306>. Acesso: 28/12/2018.

_____. Baía. 'Jogando verde e colhendo maduro': historiografia e saber histórico escolar no ensino de história da África e da Cultura Afro-Brasileira. **Territórios e Fronteiras (Online)**, Cuiabá, v. 6, p. 92-107, 2013.

COELHO, Mauro Cezar; ROCHA, Helenice A. Bastos. Paradoxos do protagonismo indígena na escrita escolar da história do Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 464-488, jul./set./2018. Disponível: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310252018464/9408>. Acesso: 20/12/2018.

COELHO, Wilma de N. Baía. **A cor ausente**: um estudo sobre a presença do negro na formação de professores - Pará, 1970 1989. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CES 15/2005**. Disponível: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces0015_05.pdf. Acesso em 20/11/2017.

_____. **Parecer CNE/CP 3/2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de história e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>. Acesso: 11/12/2018.

_____. **Parecer CNE/CP 9/2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>. Acesso: 06/12/2018.

_____. **Resolução CNE/CP 1/2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf. Acesso: 04/12/2018.

_____. **Resolução CNE/CP 1/2004b**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de história e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso: 11/12/2018.

_____. **Resolução CNE/CP 2/2002b**. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>. Acesso: 28/12/2017.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992. p. 9-24.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à Antropologia Social. Petrópolis: Vozes, 1981.

DICKEL, Adriana. A avaliação nacional da alfabetização no contexto do Sistema de Avaliação da Educação Básica e do Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa: responsabilização e controle. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 36, n. 99, p. 193-206, ago./2016. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v36n99/1678-7110-ccedes-36-99-00193.pdf>. Acesso: 21/12/2018.

FERNANDES, Fernando Roque; COELHO, Mauro Cezar. “Ame-o ou emancipe-o”: contradições da emancipação nos discursos, práticas e representações dos/ sobre os povos indígenas no Brasil. In: COELHO, Wilma de N. Baía; COELHO, Mauro Cezar (org.). **Debates interdisciplinares sobre diversidade e educação**. São Paulo: Livraria da Física, 2018, pp. 13-46.

_____. Integração e Emancipação: apontamentos para uma reflexão sobre o protagonismo indígena nos anos 70 e 80. In: II Seminário Internacional América Latina: políticas e conflitos contemporâneos, 2017, Belém/PA. **Anais do II Seminário Internacional América Latina: política e conflitos contemporâneos**. Belém/PA: NAEA, 2017. v. 9. p. 4379-4392. Disponível: <http://sialat2017.com/anais-do-sialat-2017/>. Acesso: 24/04/2018.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. Desafios do ensino de história. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, nº 41, 79-93, jan.-jun./2008. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/eh/v21n41/05.pdf>. Acesso: 14/12/2018.

GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. **História e historiografia da nação: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

_____. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

KNAUSS, Paulo. O desafio da ciência: modelos científicos no ensino de História. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 25, n. 67, p. 279-295, set.-dez./2005. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n67/a02v2567.pdf>. Acesso: 03/01/2019.

LACERDA PEIXOTO, Maria do C. de. Políticas de avaliação e regulação na educação superior brasileira: a difícil relação entre expansão, melhoria da qualidade e controle de resultados. **Propuesta educativa (Online)**, Buenos Aires, n. 43, p. 32-45, jun./2015. Disponível: <http://www.scielo.org.ar/pdf/pe/n43/n43a05.pdf>. Acesso: 05/01/2019.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

_____. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984.

LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 237-256, 2008. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a16v2262.pdf>. Acesso: 14/08/2018.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial**. São Paulo: HUCITEC, 1990.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina de. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de história**, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 123-144, 2004.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A história africana nos cursos de formação de professores: panorama, perspectivas e experiências. **Estudos Afro-Asiáticos**, Salvador, Ano 28, nº 1/2/3, p. 187-220, jan.-dez./2006. Disponível: <https://core.ac.uk/download/pdf/33536483.pdf>. Acesso: 20/12/2018.

OLIVEIRA, Édison Trombeta de; PICONEZ, Stela C. Bertholo. Avaliação da educação superior nas modalidades presencial e a distância: análises com base no Conceito Preliminar de Cursos (CPC). **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 22, n. 3, p. 833-851, dez./2017. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v22n3/1982-5765-aval-22-03-00833.pdf>. Acesso: 05/01/2019.

PEREIRA, Amílcar Araújo. A Lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”. **Cadernos de história**, Belo Horizonte, v. 12, n. 17, p. 25-45, jun.-dez./2011. Disponível: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2011v12n17p25>. Acesso: 14/12/2018.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. A pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **TOPOI**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan.-jun./2004. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v5n8/2237-101X-topoi-5-08-00170.pdf>. Acesso: 14/08/2018.

ROCHA, Solange; SILVA, José A. Novaes da. À luz da lei 10.639/03, avanços e desafios: movimentos sociais negros, legislação educacional e experiências pedagógicas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 11, p. 55-82, out./2013. Disponível: <http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/189>. Acesso: 14/12/2018.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

TEIXEIRA ROBERTO JÚNIOR, Paulo; RIOS, Monica P. Gomes. Dez anos de SINAES: um mapeamento de teses e dissertações defendidas no período 2004-2014. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 22, n. 3, p. 793-816, dez./2017. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v22n3/1982-5765-aval-22-03-00793.pdf>. Acesso: 05/01/2019.

VALENTINI, Aline de Alcântara. As histórias e culturas indígenas nos currículos das licenciaturas em história. **Revista Temporis[ação]**, Goiás, v. 18, n. 1, p. 9-34, jan.-jun./2018. Disponível: <http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/6817>. Acesso: 20/12/2018.

O TEMPO PASSADO ENSINADO NO PRESENTE: HISTÓRIA, ENSINO, TEMPO E FORMAÇÃO DOCENTE¹

Erinaldo Cavalcanti

*De fato, o ensino constitui a pedra fundamental
da história como conhecimento.
É indispensável lembrar-se desse dado
para compreender a história da periodização.
(Jacques Le Goff)*

Considerações iniciais

Os profissionais que transitam pelo palco da ciência histórica conhecem bem a metáfora que assevera ser a “História filha do tempo”. Como gênero narrativo das experiências humanas, a História nasceu em uma tensa relação com o tempo. A primeira relação foi de enfrentamento. A filha continua em luta permanente contra o poder tirano do pai, para não ser por ele devorada, pois o tempo pode apagar a história. No entanto, paradoxalmente, são as relações temporais que constroem as condições de possibilidades para a existência da própria história como forma de contar, registrar e relatar as feitura dos homens no tempo. Tempo que, por uma espécie de ironia, tem o poder de causar amnésia e apagar os relatos da experiência humana no próprio tempo.

Ainda em uma relação paradoxal, o tempo é um fator matricial para a construção e definição das práticas de ensino e aprendizagem na ciência histórica. Em cada experiência de tempo se define o que deve ser ensinado nas licenciaturas em História. Nas ditaduras varguista e militar de 1964, por exemplo, a formação licenciada em História atendia diretamente aos interesses dos governos ditatoriais.² Portanto, em cada momento histórico, são definidos quais conteúdos temáticos são estudados, bem como um período de tempo obrigatório em carga horária para quem deseja se formar em História.

No início do século XXI, a Resolução nº 02, de fevereiro de 2002, do Conselho Nacional de Educação/Ministério da Educação (CNE/MEC),

¹ Gostaria de agradecer às críticas e sugestões dos membros pesquisadores do **iTempo** quando o texto foi debatido em nossos encontros.

² Para ampliar as reflexões sobre o ensino de história e suas conexões com os contextos históricos no Brasil, ver MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. O ensino de história no Brasil: contextualização e abordagem historiográfica. História Unisinos, n. 15, v. 1, p. 40-49, 2011.

definia que os cursos de formação de professor da educação básica em nível superior deveriam ter um mínimo de 2.800 horas. Treze anos depois, foi aprovada a Resolução 02 de julho de 2015 definindo que os cursos de licenciatura para formação de professor da educação básica deveriam ter um mínimo de 3.200 horas.

Ou seja, dilatando ou reduzindo, define-se um período de tempo para se fazer um curso de História. Por razões e forças distintas - que não é objeto de estudo no presente texto - define-se um período mínimo e máximo de tempo para se cursar uma licenciatura em História, da mesma forma que se define um tempo para cada disciplina temática a ser cursada. Sabemos como ocorre a divisão do tempo por disciplina dentro das licenciaturas em que atuamos? Como se define a distribuição da carga horária mínima, definida pelo MEC, entre os componentes curriculares obrigatórios dos cursos de formação de professores de História?

Há uma hierarquia perceptível na distribuição do tempo entre os componentes curriculares. Algumas disciplinas recebem carga horária infinitamente superior às outras. As relações de poder praticadas dentro dos departamentos e/ou faculdades definem um tempo para cada temática de estudo a ser ensinada e aprendida. Trata-se de um campo tenso de disputas que institui lugares e representações dentro da ciência histórica. Da mesma forma, a supressão de um tempo para uma determinada temática ser vivenciada durante o período de formação inicial do professor pode significar seu apagamento no tempo.

O tempo, portanto, é um elemento de importância ímpar no processo de formação do professor de História. Mas sabemos como ele é apropriado, distribuído e praticado nas licenciaturas em História? Quais tempos passados são ensinados no presente? Quais tempos são estudados? Quanto de tempo se destina a cada temática de estudo? Quanto tempo é definido para cada disciplina obrigatória nos cursos de licenciatura em História?

É importante ressaltar que a questão não se limita à contagem cronológica do tempo para cada conteúdo estudado. Mas, fundamentalmente, interessa entender quais tempos são estudados em termos de conteúdos e problematizar a divisão e distribuição do tempo entre disciplinas. Essa divisão ocorre de forma tensa, por meio de disputas, de negociações e de enfrentamentos. Portanto, a divisão e a destruição do tempo não é natural nem se limita a uma questão matemática. Pelo contrário. É antes de tudo uma questão política tecida nas relações de poder fabricadas no próprio tempo. Não precisaria de

muitos esforços para se verificar as tensões sobre os usos do tempo em nossos ambientes de trabalho. Tentemos redefinir e alterar o tempo destinado para cada componente curricular. Tentemos diminuir, onde lecionamos, o tempo de uma disciplina na grade curricular. Ou tentemos alterar as temáticas de estudos na distribuição temporal das matrizes curriculares. Tentemos modificar o tempo reservado para cada uma das temáticas. Entraríamos em guerra. Ninguém quer abrir mão do tempo, porque só com ele se garante ocupar um lugar nas relações de poder que definem o que deve ser estudado em cada momento do curso e quanto tempo deve ser destinado a cada tema de estudo.

A permanência ou a retirada de determinada temática interfere nas relações de poder praticadas dentro dos departamentos e/ou faculdades. Da mesma forma, a redução do tempo - por meio da diminuição da carga horária - para cada temática de estudo, tensiona as relações de força entre os pares que estudam, pesquisam e lecionam determinadas áreas temáticas. Mas os usos do tempo não devem se limitar a atender aos interesses meramente acadêmicos, ou aos caprichos das disputas de ego que perfilam a academia. No cotidiano das relações políticas e sociais em que vivemos, na sociedade do presente, quais tempos devem ser estudados e considerados indispensáveis para a formação dos professores de História? Quais tempos interessam aprender e estudar na sociedade dos dias atuais? Parece que, no palco acadêmico da ciência histórica, o chamado tempo presente tem ganhado espaço, visibilidade e tempo.

Nessa dimensão, o presente texto se propõe a fazer uma análise sobre algumas questões que envolvem a História, o tempo, o ensino e a formação docente, compreendidos como campo de disputas e lugar de saber poder. Apresento, inicialmente, algumas análises sobre a chamada história do tempo presente para, em seguida, problematizar sobre quais passados se ensinam no presente do nosso tempo nas licenciaturas em História oferecidas nas universidades federais da Região Norte do Brasil. Por conseguinte, analiso como o tempo é distribuído nas licenciaturas por disciplinas temáticas, permitindo ampliar a reflexão sobre quais passados permanecem e quais não são reconhecidos como válidos nos cursos de licenciatura em História. Para tanto, utilizo as matrizes curriculares das licenciaturas - também chamadas de Projeto Político Pedagógico (PPP) ou Projeto Político Curricular (PPC) - como uma opção para problematizar as questões aqui colocadas.

Algumas palavras sobre o tempo e sobre o presente

Este texto foi construído para compor uma coleção de trabalhos acerca da chamada História do tempo presente; portanto, gostaria de tecer algumas breves palavras sobre o tempo e sobre o presente do tempo. O historiador alemão Reinhart Koselleck, como especialista em assuntos acerca do tempo, defende que precisamos usar metáforas ao falar do tempo (Koselleck, 2014).

A categoria “tempo presente” tem ganhado fama no palco da ciência histórica. Ela aparece com frequência em mesas redondas, conferências, seminários, palestras, encontros acadêmicos, dossiês temáticos em revistas especializadas. Seu uso tem contribuído para agregar um conjunto de especialistas com objetos de pesquisa totalmente distintos, da mesma forma que é distinto o corpus documental mobilizado por esses mesmos especialistas. Uma pesquisa rápida nos currículos lattes dos historiadores, para ficarmos apenas no campo da ciência histórica, que tem se debruçado sobre a chamada história do tempo presente demonstra isso. Entre os pares, é a multiplicidade de abordagens, a diversidade documental e a pluralidade de objetos de investigação que se sobressai.

O vocábulo composto “tempo presente” passou a fazer parte do universo semântico de uma parte dos frequentadores da oficina da História. Se a ampliação do uso da categoria tem conquistado autorização entre as regras do fazer historiográfico, é indispensável, todavia, a manutenção do rigor necessário para que sua fama não naturalize seu uso.

Esse substrato temporal denominado “tempo presente” desafia nossas práticas historiadoras. Ele está entre nós. É evidente que vivemos, afinal, o tempo presente de diferentes formas. Gosto de pensar o tempo presente comparando-o a uma neblina que se encontra a nossa frente: podemos ver a neblina e senti-la até. Mas não podemos segurá-la com as mãos. Não temos esse poder. Assim também parece-me ser o chamado tempo presente. Podemos percebê-lo, descrevê-lo, representá-lo em narrativas, tornando-o feito humano. Podemos senti-lo. Temos vestígios documentais que nos asseguram de forma inteligível sua existência. Acreditamos que fazemos parte dele e que o vivenciamos. Entretanto, se tentássemos apreendê-lo de forma engessada, como se ele coubesse em uma caixa conceitual inflexível, o tempo presente, assim como a neblina, escaparia por entre os dedos e não poderíamos segurá-lo. Nessa dimensão, ao problematizar essas questões, a historiadora Regina Beatriz destaca que “[...] contrariamente às pretensões generalizadoras e na-

turalizações de toda sorte, a denominação ‘tempo presente’ [...] é de difícil apreensão.” (2014, p. 35).

Mas, afinal, o que é história do tempo presente? Como se constitui? Como se configura? Em que se diferencia da história de outros tempos? Quais suas cercanias? Há um início para essa história? Até onde vão seus limites? A história do tempo presente se constrói a partir de objetos específicos de estudos? Ou a partir de uma análise teórico-metodológica distinta? Não há consenso quando se tenta responder essas questões, nem mesmo sobre a própria denominação conceitual. Como apontam Marieta de Moraes Ferreira e Lucília de Almeida Delgado:

[...] no campo especificamente historiográfico a denominação história do tempo presente convive com outras denominações que têm no recorte temporal da contemporaneidade a sua marca. Entre as denominações estão história imediata, história contemporânea, história recente e história atual. (2013, p. 23-24).

Entretanto, a expressão “história do tempo presente” demonstra ter conquistado maior visibilidade entre os pesquisadores que trilham essas veredas, como destacou em outro artigo Marieta de Moraes Ferreira (2000). Se, atualmente, essas discussões se encontram na ordem do dia, o processo de gestação conceitual é antigo. A denominação “história do tempo presente” [Zeitgeschichte] surge na Alemanha com o poeta barroco Sigismund von Birken, em 1657, como ressalta Koselleck (2014).

Na França, por meio do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP), as discussões ganharam densidade e, atualmente, desfrutam de reconhecida legitimidade. E como aponta um dos membros do IHTP que já ocupou a direção desse instituto – Henry Rousso – o próprio conceito foi elaborado a partir de uma tradução alemã, construído também como estratégia para se destacar e diferenciar-se da História Contemporânea experienciada naquele país.

O historiador alemão Reinhart Koselleck, ao analisar as temporalidades constituintes dos tempos, coloca em questão os fundamentos pelos quais poderíamos considerar um determinado objeto como pertencente à dimensão atual do tempo e outro não. Ou seja, onde e como estabelecer os limites para definir o que pertence ou não ao tempo presente. Nesse sentido, ele questiona: “[...] por que a nossa própria história é considerada uma história do tempo presente, mas a história mais antiga não?” (2014, p. 229). Em síntese: “[...] por que agora esta história do tempo presente e não aquela ou já não aquela?” (Koselleck, 2014, p. 115). Essa pergunta nos impõe uma série de questões que, do meu ponto de vista, necessitam ser enfrentadas quando desejamos

navegar pelas correntezas desse tempo intempestivo ou percorrer trilhas em meio a essa neblina, tão densa quanto fugidia.

Essas discussões nos levam, inexoravelmente, a discutir o que é e como é apreendido o *presente*, que precisa ser interpretado de forma polissêmica:

O presente pode significar o ponto de interseção em que o futuro se transforma em passado, aquele ponto de interseção das três dimensões temporais que sempre faz desaparecer o presente. [...] Assim como o presente pode ser dissolvido entre o passado e o futuro, esse extremo mental também pode ser invertido: todo tempo é presente num sentido específico. Pois o futuro ainda não é, e o passado já não é mais. (Koselleck, 2014, p. 231)

Como podemos perceber nas discussões que o historiador levanta, os desafios se amplificam sobremaneira porque o presente ou condensa todas as dimensões temporais ou esvanece no passado ou no futuro, como embate interminável e desaparecimento contínuo do próprio presente. Nesse sentido, pleitear uma história do tempo presente apenas porque se pesquisa a dimensão presente do tempo, sobretudo no que diz respeito aos aspectos cronológicos como forma de distinção de outras histórias, parece não haver muito fundamento quando dialogamos com a concepção de presente defendida por Reinhart Koselleck. Essas questões nos impelem a enfrentar a problemática levantada por esse historiador quando questiona por que agora essa história do tempo presente e não aquela?

Os limites cronológicos pertencentes e definidores da chamada história do tempo presente aparecem como ponto acirrado no debate. Que cronologia usar? Que evento-chave e reconhecido deve ser adotado como marco inicial da história do tempo presente? Nessa dimensão, acredito ser fundamental pensar o presente como noção complexa que permita estabelecer as devidas conexões de nosso pertencimento às múltiplas temporalidades, como ressaltou Guimarães Neto (2014a).

Podemos conjecturar, portanto, por que um determinado objeto de investigação pode ser inserido como pertencente a uma história do tempo presente? Por que essa história? Onde, cronologicamente, pode ser demarcado o limite ou o espaço de distinção que separaria essa história, atribuindo-lhe o epíteto de história do tempo presente? Em que dimensões um dado objeto de estudo pode ser classificado como pertencente à história do tempo presente? E por quê?

François Dosse (2012b), ao discutir algumas questões/problemas ligadas à chamada história do tempo presente, resalta alguns desafios e pontua que houve resistência na oficina da História quanto à inteligibilidade da ca-

tegoria. Dosse destaca, ainda, que os historiadores do tempo presente são impelidos a dialogar com outras áreas, como as de ciência política, geografia, comunicação, antropologia, crítica literária e psicanálise. Para esse estudioso, uma das singularidades que especifica o trabalho da história do tempo presente diz respeito à convivência simultânea entre pesquisador e testemunhas vivas dos objetos estudados. Nessa perspectiva, ele enfatiza que “[...] o fato de ainda existirem testemunhas vivas dos fatos relatados, a transmissão de testemunhos tem um valor matricial” (2012b, pág. 15).

Por esse ângulo de interpretação, a história do tempo presente é uma história vigiada, e as narrativas produzidas nesse campo de produção discursiva sofrem as disputas não apenas dos lugares de enunciação acadêmicos ou, mais recentemente, das redes virtuais de interação. Ela também é vigiada pelos próprios sujeitos sociais que vivenciaram, no cotidiano de suas experiências, os objetos de reflexão da ciência histórica. Por conseguinte, essa vigilância pode criar um campo de forças que tensiona, questiona, impele e reivindica outras narrativas distintas daquelas oferecidas pelo historiador do tempo presente.

Nas discussões acerca da chamada história do tempo presente, há um certo consenso de que pesquisador e objeto pesquisado compartilham da mesma experiência de tempo; são, por assim dizer, contemporâneos. Nas palavras do historiador Roger Chartier (1993):

A história do tempo presente é aquela em que o pesquisador é contemporâneo de seu objeto e divide com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências. Assim a falta de distância, ao invés de um inconveniente, pode ser um instrumento de auxílio importante para um maior entendimento da realidade estudada. (Chartier, 1993 apud Ferreira, 2000, p. 121).

Ou seja, trata-se de uma experiência em que o pesquisador se encontra imerso nas relações temporais do próprio objeto pesquisado. Nessa dimensão, ele pode se deparar com testemunhas vivas de seu objeto, que podem criticar e contestar a análise e a escrita do pesquisador. O historiador Henry Rousso concorda com essa assertiva e a coloca de forma ainda mais específica. Para ele, é o uso da fonte oral uma das principais características – senão a principal – constituidoras e diferenciadoras da história do tempo presente, porque possibilita ao historiador fazer uma reflexão em que ele contará com a voz, a fala de sujeitos que, também como ele, vivenciaram de forma distinta e evidente o objeto investigado. Ou seja, o universo constituinte da fonte oral singulariza o *métier* desse espaço de experimentação historiográfica quando permite um conjunto de relações entre o pesquisador e suas fontes. Relações como o contato com a oralidade, a gestualidade, a sonoridade e todo o universo sim-

bólico emissor de signos, formas e representações fornecidas pelas fontes orais que, igualmente, são vestígios das interpretações que os homens fabricam *no* e acerca *do* tempo.

A questão ainda não está resolvida. Se a chamada história do tempo presente é aquela em que o historiador é contemporâneo ao tempo dos objetos por ele pesquisados, em virtude de compartilhar com os demais atores sociais as mesmas experiências do tempo, essa precisa ser colocada em suspensão para debate. A diversidade documental e, sobretudo, o uso dos relatos de memória, ou seja, das fontes orais, é também colocada como fator de diferenciação e constituição da história do tempo presente. A partir da interpretação apresentada por Dosse e Henry Rousso - e destacada por outros historiadores - seria o uso da fonte oral o elemento que diferenciaria a história do tempo presente.

Entretanto, podemos colocar a questão da seguinte maneira: uma pesquisa que se encarregue de analisar um objeto e cujo recorte temporal seja a dimensão presente do nosso tempo, mas que não faça uso da fonte oral (ou seja, dos testemunhos produzidos pelos relatos de memória) deixaria de ser história do tempo presente mesmo sendo o tempo do objeto pesquisado contemporâneo ao tempo do historiador? Se compreendermos que sim, temos que discordar do historiador francês Henry Rousso, pois, não seria a fonte oral como testemunho vivo que singularizaria esse espaço de experimentação historiográfica. Se defendermos que não, que não se faz necessário o uso dos relatos de memórias das pessoas como “fontes vivas”, precisaria flexibilizar o argumento que defende a necessidade de um evento-chave como marco delimitador.

Se não é o relato de memória, como testemunho vivo, que singulariza a história do tempo presente, as reflexões sobre sua cronologia - em termos de marco inicial - tornam-se bastante flexíveis e até desnecessárias. Ou seja, a história do tempo presente é constituída pelo pertencimento a uma experiência temporal compartilhada entre pesquisador e objeto de estudo. Assim, independente da fonte utilizada e da metodologia adotada, a história do tempo presente é aquela em que o pesquisador é contemporâneo de seu tema de pesquisa. É aquela em que pesquisador e objeto pesquisado compartilham das mesmas categorias e referências históricas que atribuem sentido e significado às experiências pesquisadas/vividas.

Entretanto, o que define nosso pertencimento a uma mesma experiência de tempo? Estar cronologicamente dentro de um mesmo recorte de tempo é suficiente para dele pertencer? Pode-se concordar que um historiador - ao

estudar a exploração e violência nas relações de trabalho, nos dias atuais, na Amazônia - seria contemporâneo ao seu objeto de estudo. O mesmo poderia ser afirmado a um pesquisador que é neto de escravos e pesquisa a escravidão? Como estabelecer, portanto, os laços de pertencimento que definem o ser contemporâneo a um objeto de estudo? Nesse caso hipotético, o pesquisador da escravidão pode não dispor de fontes vivas sobre seu objeto de estudo e não se encontrar vinculado cronologicamente ao mesmo recorte temporal de seu objeto. Todavia, é possível que sua experiência esteja marcada pelo tema de estudo e que, em alguma dimensão, pesquisador e objeto pesquisado compartilhem traços comuns.

Essas questões, a meu ver, precisam ser enfrentadas. Começemos, pois, a questionar a assertiva que defende que a história do tempo presente é aquela em que as *fontes estão vivas* e podem questionar os trabalhos dos historiadores. Por conseguinte, não se pode operar com uma concepção que defenda a necessidade de existência de um marco cronológico fixo, delimitador, pois essa estaria, assim, fadada a deixar de ser história do tempo presente à medida que se distanciasse no tempo.

A questão levantada pelo historiador alemão continua em aberto: por que agora esta história do tempo presente e não aquela ou já não aquela? Sabemos que a História, como campo de produção de saber/poder, respondeu e responde a um conjunto de forças que, em diferentes momentos, permite e legitima uma dada produção, ao passo que proíbe e invalida outra, como nos ensinou Michel de Certeau (2007). Nesses termos, quais tempos passados a ciência histórica tem permitido que sejam ensinados no tempo presente? Quais passados estão autorizados, reconhecidos e legitimados no ensino da História durante o período de formação inicial dos professores no presente do nosso tempo?

Usos do tempo e ensino de História

O que ensinar? Como ensinar? Que passado deve, formalmente, por meio do ensino de História, continuar tecendo as narrativas sobre as histórias dos homens no tempo? Qual ou quais passados devem se fazer presentes em nosso cotidiano na sala de aula? Quais presentes devem ser configurados por meio das leituras dos relatos passados nas aulas de História? Quais futuros deverão ser projetados pelas lentes interpretativas forjadas no presente, a partir das experiências passadas e narradas como objeto de estudo presente na

formação do professor de História? Que passados devem ser narrados e ensinados nas licenciaturas em História, e como devem ser representados?

Compõem nosso material de análise as matrizes curriculares das universidades federais do Amazonas (Ufam), do Acre (Ufac), do Amapá (Unifap), do Pará (UFPA), do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), do Oeste do Pará (Ufopa), de Rondônia (Unir), de Roraima (UFRR) e do Tocantins (UFT). Em termos de quantidade de disciplinas exigidas para conclusão do curso, as matrizes analisadas oferecem entre 45 e 36 componentes curriculares. Ter um número maior de disciplina não significa, evidentemente, que se tenha um tempo maior para o período da formação inicial ou que determinadas temáticas tenham maior extensão temporal em sua execução.

Os cursos de graduação em História obedecem às normativas do CNE/MEC que instituem um mínimo de horas para os cursos de licenciatura em História. Torna-se interessante, portanto, perceber como as matrizes curriculares distribuem essa carga horária em termos de disciplinas por temas e tempo para cada uma delas.

A matriz curricular analisada da Ufam data de 2006 e tem um total de 2.865 horas.³ Na Ufac, o Projeto Curricular Pedagógico do curso, em sua última versão, atualizada em 2013, tem carga horária total de 2.930 horas. A Unifap oferta uma carga horária total de 3.420 horas de acordo com seu Projeto Político Pedagógico de curso de 2007. A UFPA, de acordo com o Projeto Político Pedagógico de 2011, tem uma carga horária total de 3.260. A licenciatura da Unifesspa, por sua vez, tem carga horária total de 3.216, segundo a matriz curricular do curso de 2017. A Unir integraliza seu curso em 3.560 horas, de acordo com o PPC do curso de 2014. Os profissionais formados na UFRR necessitam cumprir um total de 2.810, segundo a matriz do curso de 2012. Para aqueles que se graduam na UFT, é exigido um total de 2.805 horas para concluir a licenciatura em História, segundo o PPC de 2011. A Ufopa, com o mais recente curso de licenciatura criado no Norte, tem uma carga horária total de 3.470 horas. A tabela abaixo ilustra o quadro aqui apresentado.

³ Quando estava realizando a primeira etapa do projeto, não havia nenhum documento disponível no site do departamento de História da UFAM. Entretanto, por meio do contato com a professora Keith, recebi os PDFs dos cursos de licenciatura diurno e noturno.

Instituição	Carga Horária Total (em horas)	Número de Disciplinas
Ufam	2.865	41
Ufac	2.930	39
Unifap	3.420	44
UFPA	3.260	45
Unifesspa	3.216	45
Ufopa	3.470	37
Unir	3.560	32
UFRR	2.810	38
UFT	2.805	36

Fonte: acervo do autor.

A carga horária total dos cursos segue as prescrições normativas do MEC e, como tal, as licenciaturas se aproximam mais ou menos daquilo que é estabelecido pela norma. Entretanto, a distribuição interna do tempo - em termos de carga horária para cada disciplina temática em cada curso - obedece a outras relações de poder. Por esse ângulo de percepção, é importante compreender como os docentes que atuam nas respectivas licenciaturas compreendem o tempo que deve ser destinado a cada componente curricular.

Todas as licenciaturas analisadas na Região Norte oferecem ao menos um componente curricular obrigatório - com tempo mínimo de 60 horas/aulas e, no máximo, de 85 horas, voltado às reflexões sobre o que convencionalmente se compreende por História Antiga. Entretanto, os objetivos, as temáticas específicas e as referências bibliográficas de cada componente curricular denominado “História Antiga”, ou seu equivalente, apresentam certas diferenças entre as matrizes pesquisadas.

Na matriz curricular da UFPA, não há disciplina denominada História Antiga. Entretanto, há um componente curricular obrigatório, com 60 horas, que se direciona aos estudos das experiências do assim denominado mundo antigo (ou antiguidade). Trata-se da disciplina “Formação do pensamento clássico”. Outra diferença, em termos de duração temporal dos componentes curriculares, encontra-se na matriz curricular da Unifap, que oferta duas disciplinas obrigatórias, totalizando uma carga horária de 120 horas. Ou seja, nos cursos de licenciatura ofertados nas universidades federais da Região Norte, para a chamada História Antiga, seja qual for seu significado, é dispensado pelo menos uma carga horária de 60 horas durante a formação docente inicial.

A carga horária de tempo destinada aos estudos sobre as experiências medievais - independente das terminologias que nomeiam as disciplinas - e o

número de disciplinas são os mesmos destinados aos estudos sobre o “mundo antigo”. A diferença encontra-se entre as instituições que ofertam um ou mais componentes para aquela temática. Enquanto a Unifap oferta duas disciplinas para os estudos sobre o mundo antigo, para o mundo medieval é a Ufam que institui 120 horas obrigatórias de estudos para a chamada História Medieval. Sobre as disciplinas e cargas horárias voltadas à História Moderna, a configuração permanece praticamente a mesma. A diferença é a presença de dois componentes curriculares ofertados na Unifesspa, sendo uma disciplina de 68 horas e outra de 34. No total, entre as graduações pesquisadas, encontramos 11 disciplinas sobre o que poderíamos considerar como História Moderna.

A chamada História Contemporânea, independente dos significados a ela atribuídos, parece desfrutar maior simpatia nos cursos de licenciatura da Região Norte. As matrizes curriculares ofertam o dobro de disciplinas para os estudos acerca do que entendem como História Contemporânea. Em todos os cursos de licenciatura pesquisados, há, ao menos, dois componentes curriculares que se dedicam total ou parcialmente aos estudos ligados ao mundo contemporâneo. Sem contabilizar as disciplinas denominadas “História do tempo presente”, que igualmente podem abordar questões ligadas à contemporaneidade do tempo, identificam-se 19 componentes curriculares obrigatórios.

A tabela abaixo representa um quadro geral da oferta de disciplinas entre as temáticas ligadas à chamada História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea.

Instituição	Carga Horária Total (em horas)	Número de disciplinas				
		Total	História Antiga	História Medieval	História Moderna	História Contemporânea
Ufam	2.865	41	1	2	1	2
Ufac	2.930	39	1	1	1	2
Unifap	3.420	44	2	1	2	2
UFPA	3.260	45	1	1	1	3
Unifesspa	3.216	45	1	1	2	2
Ufopa	3.470	37	1	1	1	2
Unir	3.560	32	1	1	1	2
UFRR	2.810	38	1	1	1	2
UFT	2.805	36	1	1	1	2
Total	28.336	357	10	10	11	19

Fonte: acervo do autor.

É perceptível a hierarquia presente na distribuição do tempo entre as disciplinas ligadas às temáticas “contemporâneas” e os demais temas de estudo. Há, nas licenciaturas pesquisadas, praticamente o dobro de tempo para as reflexões ligadas à História Contemporânea. É oportuno ressaltar que essa distribuição do tempo por temas de estudo por meio das disciplinas ocorre dentro das relações estabelecidas nas próprias faculdades. Ou seja, não há normativa que determine quantas horas-aula devem ficar alocadas para cada temática de estudo, nem quantas horas-aula devem ter cada disciplina. Aliás, não há instruções que institua qual componente curricular deve compor o quadro de disciplinas obrigatórias. Esse arranjo é fruto de muitas variáveis e é construído dentro das condições de possibilidades tecidas nas relações de poder que são praticadas em cada faculdade/departamento/universidade.

Considerações finais

As matrizes curriculares são projetos fabricados com lentes interpretativas forjadas nas lutas políticas das experiências temporais. Nesse sentido, não são projetos estáticos. Com ritmos e direções variadas, expressam, revelam e se constituem como uma estratégia política de produzir ciência. Por conseguinte, selecionam, inserem, silenciam, recortam e nomeiam, em diferentes momentos, o que consideram legítimo e indispensável para sua construção.

As matrizes curriculares das licenciaturas em História são, também, projetos políticos por meio dos quais se formam professores, ou seja, são espaços de formação de formadores. Portanto, se reconhecermos que a História como ciência precisa ressignificar-se e repensar suas relações com a sociedade do tempo presente, um dos caminhos possíveis talvez seja analisar as matrizes curriculares e avaliar quais passados devem continuar servindo de instrumento de pesquisa e ensino no presente. Da mesma forma, deve-se repensar o lugar ocupado pelo ensino e, portanto, a formação docente da própria História como lugar central de problematização, como objeto de relevante preocupação na investigação historiográfica.

As matrizes curriculares analisadas, portanto, instituem, delimitam e definem um determinado tempo para cada temática que julgam importante no processo de formação dos futuros professores. Ao passo que também inviabilizam e excluem outras discussões. O tempo destinado para cada disciplina e/ou conteúdo é bastante significativo e demonstra indícios dos valores, interesses e prioridades do corpo docente que atua em cada faculdade. Entre

as disciplinas analisadas, se percebe uma ausência significativa de um tempo destinado às reflexões sobre o ensino de história, sobre o ensino dos próprios conteúdos temáticos. Essa ausência sugere, também, uma determinada forma de interpretar a formação docente do professor de História, demonstrando indícios que para esse profissional, basta ele dominar/conhecer o conteúdo.

Por esse ângulo de percepção, acredito que, antes de defendermos certas assertivas, antes de preconizarmos certos discursos, poderíamos direcionar nossas práticas para as relações de poder que configuram os cursos de graduação em que atuamos. Relações de poder que podem ser redirecionadas para criar estratégias que promovam as condições de experimentar outras possibilidades de “passados presentes” a serem vivenciados como objeto de ensino e investigação durante o período inicial da formação docente.

Seria ilusório acreditar que, depois de formados, atuando em sala de aula, com carga horária extensa e condições de trabalho nem sempre favoráveis, os professores irão transformar os passados aprendidos em objetos de ensino cativantes, envolventes e conectados aos presentes experienciados pelos jovens no cotidiano escolar. Nas licenciaturas pesquisadas, o debate sobre o ensino de história acerca dos passados estudados é praticamente inexistente.

O Ensino ainda continua sendo o caminho legal, formal e institucional por meio do qual a História como disciplina escolar chega a todos os municípios do Brasil onde tenha uma escola com Educação Básica. Como já mencionado, se há a constatação de que a História precisa mudar, é pelo currículo que se deve iniciar, refazendo e ressignificando as matrizes curriculares. Em última instância, é por meio desses documentos produzidos nos departamentos de História que estarão sendo formados os professores e professoras que atuarão no ensino da História em escolas públicas e privadas no Ensino Fundamental, já que, no Ensino Médio, sua prática foi amputada pela Lei nº 13.415. Assim, antes que ocorra o mesmo em toda a Educação Básica, e, por extensão, com os cursos de licenciatura, é aconselhável que fiquemos atentos, dispostos a estabelecer diálogos e promover as mudanças para ampliar as condições de prolongar a vida útil da História no tempo, como área de conhecimento e disciplina escolar.

Referências

ABUD, Katia. Currículos de história e políticas públicas: os programas de história do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, Circe. (Org.). **O saber histórico em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998.

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história? In: GONÇALVES, Márcia de Almeida et al. (Org.). **Qual o valor da História Hoje?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 21 – 39.

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado.** Bauru: São Paulo: EDUSC, 2007.

ALVES, Luís Alberto Marques. Epistemologia e Ensino da História. **Revista História Hoje**, v. 5, nº 9, p. 9-30 – 2016.

ARROYO, Miguel González. **Currículo, território em disputa.** 5ª edição – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: FGV, 2002.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2009.

CAIMI, Flávia Eloisa. O que precisa saber um professor de história? **Revista História & Ensino**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 105-124, 2015.

CAVALCANTI, Erinaldo. Livro didático: produção, possibilidades e desafios para o ensino de História. **Revista História Hoje**, v. 5, nº 9, p. 262-284-2016.

_____. História, ensino de história e livro didático: a formação docente em debate. **Sæculum - Revista de História** vol. 38; João Pessoa, jan./ jun. 2018.

_____. A história encastelada e o ensino encurralado: reflexões sobre a formação docente dos professores de história. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 72, p. 249-267, nov./dez. 2018.

_____. História, livro didático e formação docente: produção, limites e possibilidades. **Antíteses**, v. 11, n. 22, jul/dez, 2018, p. 520-537.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. **A cultura no plural.** Campinas, SP: Papirus, 2012.

DOSSE, François. **A história.** São Paulo: Editora Unesp, 2012a.

_____. História do tempo presente e historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5-22, 2012b.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 94, nº 03, 2000.

_____. **História, tempo presente e história oral.** Topoi, Rio de Janeiro, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes.; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História do tempo presente e ensino de história. **Revista História Hoje**, v.2, n. 4, 2013.

FONSECA, Selva Guimarães. A formação de professores de história no Brasil: perspectivas desafiadoras de nosso tempo. In: ZAMBONI, Ernesta.; FONSECA, Selva Guimarães. (Org.). **Espaço de formação do professor de história**. Campinas, SP: Papirus, 2008.

FREITAS, Gilmar. Reformas educacionais e os currículos nacionais para o ensino de história no Brasil republicano (1931/2019). **Cadernos de História da Educação**, v. 12, n. 1, p. 187-202, 2013.

GOMES, Ângela Maria de Castro.; DE LUCAS, Tânia Regina. O ensino de história e o tempo presente. **Revista História Hoje**, v. 2, n. 4, 2013.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História e escrita do tempo: questões e problemas para a pesquisa histórica. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: FGV, 2014a.

_____. As injunções do tempo presente no relato histórico. Experimentar a contemporaneidade. In: NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos.; SILVA FILHO, Antônio Luiz Macedo. **História e historiografia: perspectivas e abordagens**. Recife: Editora da UFPE, 2014b.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidades: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2014.

_____. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. **A história deve ser dividida em pedaços?** Tradução: Nícia Adam Bonatti – 1ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. O ensino de história no Brasil: contextualização e abordagem historiográfica. **História Unisinos**, n. 15, v. 1, p. 40-49, 2011.

MONTEIRO, Ana Maria. Aulas de história: questões do/no tempo presente. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 58, p. 165-182, 2015.

_____. Formação de professores: entre demandas e projetos. **Revista História Hoje**. Vol. 2, nº 3, p. 19-42, 2013.

_____. Tempo presente e ensino de História: o anacronismo em questão. In: GONÇALVES, Márcia de Almeida et al. (Org.). **Qual o valor da História Hoje?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

MONTEIRO, Ana Maria.; GABRIEL, Carmem Tereza. Currículo de história e narrativa: desafios epistemológicos e apostas políticas. In: MONTEIRO, Ana Maria et al. **Pesquisa em ensino de História: entre desafios epistemológicos e apostas políticas**. Rio de Janeiro, Mauad X; Faperj, 2014.

MONTEIRO, Ana Maria.; GASPARELLO, Arlette Medeiros.; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. (Org.). **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa.; ROCHA, Valdécio Sá. A formação do professor de história e os desafios contemporâneos. **História & Ensino**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 307-324, 2015.

OLIVEIRA, Margarida Dias de.; CAINELLI, Marlene Rosa.; OLIVEIRA, Almir Felix Batista de. **Ensino de História: múltiplos ensinos em múltiplos espaços**. Natal, RN, EdUFRN, 2008.

PEREIRA, Nilton Mullet. A invenção do medievo: narrativas sobre a idade média nos livros didáticos de história. In: ROCHA, Helenice.; REZNIK, Luís.; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. (Org.). **Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro, FGV, 2017.

PEREIRA, Nilton Mullet.; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 113-128, 2008.

RICCI, Cláudia Sapag. Historiografia e ensino de história: saberes e fazeres na sala de aula. In: OLIVEIRA, Margarida Dias de.; CAINELLI, Marlene Rosa.; OLIVEIRA, Almir Felix Batista de. **Ensino de História: múltiplos ensinos em múltiplos espaços**. Natal, RN, EdUFRN, 2008.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica: Teoria da História I – os fundamentos da ciência histórica**. Tradução: Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010.

_____. **História Viva: Teoria da História III – formas e funções do conhecimento histórico**. Tradução: Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010.

ROCHA, Helenice.; REZNIK, Luís.; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. (Org.). **Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro, FGV, 2017.

ROUSSO, Henry. A última catástrofe. **A história, o presente, o contemporâneo**. Rio de Janeiro, FVG, 2016.

_____. Sobre a história do tempo presente. **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 01, n. 01, 2009.

RÜSEN, Jörn. Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora.; BARCA, Isabel.; MARTINS, Estevão de Rezende. (Org.). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Editora da UFPR, 2011.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. (Org.). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Editora da UFPR, 2011.

SILVA, Cristiani Bereta. Formação histórica e narrativas: efeitos de sentido sobre o ensino de história e o espaço escolar no estágio supervisionado. In: ROCHA, Helenice.; MAGALHÃES, Marcelo.; CONTIJO, Rebeca. **Ensino de história em questão: cultura histórica e usos do passado**. Rio de Janeiro, FGV, 2015.

SILVA, Daniel Pinha. O lugar do tempo presente na aula de história: limites e possibilidades. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 99-129, 2017.

SILVA, Marcos.; GUIMARÃES, Selva. **Ensinar História no século XXI: em busca do tempo entendido**. Campinas: Papirus, 2007.

Fontes eletrônicas

Matriz Curricular do curso de História da UFAM. Disponível em: <<http://www.ufam.edu.br/attachments/article/382/curso%20de%20hist%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2016.

Matriz Curricular do curso de História da UFPA. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/historia/projeto%20pedag%C3%B3gico.PDF>>. Acesso: em 30 dez 2016.

Matriz Curricular do curso de História da UFRR. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiOlubCzZnRAhUETJAKHSqPCwIQFgghMAE&url=http%3A%2F%2Fufrr.br%2Fhistoria%2Findex.php%3Foption%3Dcom_phocadownload%26view%3Dcategory%26download%3D50%3Appp-curso-de-historia%26id%3D2%3Aresgimento%26Itemid%3D201&usg=AFQjCNHIoCQW7T4Sc8mJbPxFV58kScGcig&sig2=4z4Wv-OLAGNd-ZNUsxYkmQ&bvm=bv.142059868,d.Y2I. Acesso em: 30 dez. 2016.

Matriz Curricular do curso de História da UFT. Disponível em: <<http://download.uft.edu.br/?d=14edae36-efb0-4382-9da7-d8267c9e5cd9>>. Acesso em: 30 dez. 2016.

Matriz Curricular do curso de História da UNIR. Disponível em: <<http://www.historia.unir.br/uploads/47474747/arquivos/PPC%20-%20Historia%20-%20Licenciatura.pdf>>. Acesso em: 30 dez. /2016.

Matriz Curricular do curso de História da UNIFAP. Disponível em: <<http://www2.unifap.br/historia/files/2013/04/licenciaturahistoria.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2016.

Matriz Curricular do curso de História da Unifesspa. Disponível em: < https://historia-maraba.unifesspa.edu.br/images/editais/PPC_Historia_Completo_Final.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2016.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. M. S. **Entrevista concedida à CAMINE** – Caminho da Educação – Unesp, 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=O9c9OjMzj18>>. Acesso em: fev.2015.

HISTÓRIA: TEMPO PRESENTE, ENSINO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA

Patrícia Rodrigues da Silva

Neste texto, procuro empreender uma reflexão, a partir de uma experiência vivenciada no Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), na Universidade Federal do Amazonas, sobre as contribuições e importância da História do Tempo Presente no processo de ensino e aprendizagem de História, e no processo de formação de professores de História.

A partir da compreensão de que a formação do professor e o ensino de História sejam temas imbricados, busco refletir sobre o papel social do professor de História num momento de tantos retrocessos é a grande questão que nos norteia e desafia.

O texto está organizado em três momentos, a saber: primeiro apresento uma breve reflexão sobre a História do Tempo Presente e sua inserção no espaço acadêmico brasileiro; no segundo momento, apresento algumas reflexões sobre a Didática da História, que possibilitaram a reflexão e a inserção da História do Tempo Presente nas ações do PIBID e; num terceiro momento, apresento algumas reflexões e as atividades realizadas pelo PIBID na escola.

História do Tempo Presente – algumas considerações

Presente nas origens do pensamento histórico - Heródoto e Tucídides escreviam a História no calor dos acontecimentos - a chamada História do tempo presente acabou sendo rechaçada a partir do século XIX, quando os grandes expoentes da Escola Metódica, Langlois e Seignobos, delegam à História, então Ciência, apenas os fatos passados. “Os historiadores de profissão deveriam, portanto, rejeitar os estudos sobre o mundo contemporâneo, uma vez que nesse campo seria impossível afastar os amadores” (Delgado & Ferreira, 2013).

Walter Benjamin (1987) nos anos de 1940, já asseverava que “a História é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de “agoras””. (1987, p. 231). Essa perspectiva chama a atenção para a ideia de que a História, menos que narrar fatos estanques e va-

zios de significação do passado, é plena de sentidos e significados do presente. Dito de outra forma, a História, ainda que trate do passado, o faz impulsionada pelos apelos que o presente impõe ao historiador.

Embora, na trilha do que nos diz W. Benjamin, possamos compreender que a História seria sempre uma História do Tempo Presente, a preocupação com os temas contemporâneos emerge no pós-guerras e se intensifica nas décadas posteriores. Dessa forma, podemos dizer que somente no breve Século XX, como chamou Eric Hobsbawn, a História contemporânea, ou a História do Tempo Presente é retomada efetivamente, uma vez que este século se constituiu de uma enormidade de fatos, eventos, transformações tão rápidas que acabaram por exigir do historiador um olhar mais atento à História a sua volta.

Em vários países do mundo, a História do Tempo Presente vem se consolidando desde o final dos anos de 1970. No Brasil, esta área vem ganhando cada vez mais espaço no âmbito acadêmico nos últimos anos, superação das resistências existentes no interior da academia.

Delgado e Ferreira (2013, p. 20) atribuem esse despertar aos seguintes eventos:

Em 18 de novembro de 2011, foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff a lei que instituiu a Comissão Nacional da Verdade, “com finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período de 1946 a 1988 a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”. A Comissão “traz esperança de que fatos controversos ocorridos durante os anos de chumbo possam ser revisitados e recontados”. Em 18 de novembro de 2011 foi assinada também a Lei de Acesso a Informações Públicas, que acaba com o sigilo eterno de documentos. A Lei de Acesso a Informações objetiva garantir o direito constitucional de acesso dos cidadãos brasileiros às informações, conforme determinado pela Constituição Federal de 1988 e pode permitir a descoberta de arquivos e documentos até então inacessíveis ou desconhecidos.

Ainda segundo as autoras,

Esses dois eventos colocam inúmeros desafios para os historiadores brasileiros, que se dedicam ao estudo da história recente do nosso país. A Lei de Acesso a Informações abre novas possibilidades para a emergência de temas ainda não explorados, funcionando como um estímulo para o reconhecimento e legitimidade da história do tempo presente, assim como permitirá o esclarecimento dos muitos pontos obscuros que a dificuldade de acesso às fontes impedia.

Entendida por Hobsbawn (2005), como a História que corresponde ao tempo de vida do próprio historiador, é este o autor, que também aponta para a ideia de uma “história inacabada” como sendo a característica principal da História do Tempo Presente. Pensar e narrar sobre o “próprio tempo”,

sem dúvida, constitui um grande desafio ao historiador que se propõe à tal empreitada, pois ele não lida apenas com um conjunto de fontes, que meticolosamente seleciona no emaranhado de possibilidades, mas também com suas próprias inserções, sentimentos e impressões, e ainda, deve gerir os usos sociais e instrumentalizações da memória social.

Ao reconhecermos os perigos desse terreno arenoso e olharmos para nossa própria realidade, compreendemos que não podemos nos furtar a urgência de pensar a história de nosso próprio tempo, buscando os sentidos de se fazer, aprender e ensinar História.

Ensino de História e História do Tempo Presente – Consciência Histórica e *Literacia* Histórica: caminhos percorridos pelo PIBID UFAM – História

A última década do século XX foi marcada por mudanças significativas no âmbito do ensino brasileiro de forma geral e, no ensino de História, de forma específica. Fruto de lutas e disputas engendrados ao longo dos anos 1990¹, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) foram lançados em 1997, consoante a Lei de Diretrizes e Bases de 1996.

Entre polêmicas, retrocessos e avanços naquele documento², destacamos a importante conquista da abordagem da História da História do Tempo Presente. De fato, àquela altura, os PCN's de História advogavam que os conteúdos de História deveriam abarcar uma “perspectiva de questionamentos da realidade organizada no presente” (Brasil, 1997, p. 54).

Consolidava-se assim, uma perspectiva de História que partia das questões do presente para problematizar e historicizar os processos vivenciados pelos alunos na educação básica. Possibilitando, portanto, a construção de um ensino de História concretamente significativo para a sociedade.

Entretanto, cabe elucidar ainda, que entre avanços e retrocessos, encontra-se atualmente, em vias de implementação a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)³ para a educação básica (Ensino Fundamental e Médio). Destaca-se aqui o Ensino Médio, documento esse que tem gerado grandes críticas e controvérsias entre especialistas de diversas áreas, dentre elas e não sem razão, a dos professores historiadores.

¹ Sobre esse debate ver o texto: PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Ensino como pesquisa: um novo olhar sobre a História do ensino fundamental – como e porque aprender/ensinar História. História e Perspectivas, Uberlândia, v. 53, p. 37-70, 2015.

² Ver: PEIXOTO, Op. Cit.

³ <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>

A Medida Provisória N. 746 de 2016 sancionada como Lei 13.415 em 16 de fevereiro de 2017⁴, representou um duro golpe na área de História. Dentre os muitos elementos controversos e passíveis de críticas, citamos o art. 3º que estabelece:

§ 3º O ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas”.

“§ 4º Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa (...).

Ao estabelecer apenas três disciplinas como obrigatórias no decurso de todo ensino médio, a lei abre possibilidades para o questionamento acerca da necessidade, importância, sentido e eficácia de um amplo leque de conhecimentos. Especialmente na área das ciências humanas.

Nessa perspectiva, como reafirmar os sentidos e a importância de se estudar História? Como legitimar a disciplina no espaço de formação de professores? Como, nós que trabalhamos com a formação de professores de História, reafirmamos e podemos contribuir na construção da identidade do profissional de História?

Outro aspecto importante a se pensar é que ainda se fazem presentes, se não nos nossos departamentos, mas nas escolas de ensino básico: o perigo da História e da memória única monumentalizada, das verdades absolutizadas e inquestionadas e como nós, professores e alunos dos cursos de História, podemos lidar com isso e contribuir para construção de um ensino de História plural, significativo para a realidade plural de nossos alunos. E como esse ensino pode contribuir na perspectiva tão almejada de formar cidadãos críticos de sua própria realidade, desnaturalizando-a e percebendo como construção cultural e por isso mesmo passível de transformações.

Todas essas questões permeiam, tanto o complexo processo da formação do professor de História como também, e fundamentalmente, os conteúdos e os sentidos de ensinar a disciplina. Nessa perspectiva, compreendo que vida, trabalho e identidade se formam e se conformam mutuamente e a História do Tempo Presente tem um importante papel nesse processo. Pensar essas questões nos leva a refletir necessariamente sobre a função do ensino de História. Por que ensinamos história na escola? O que e como ensinamos essa História?

Podemos considerar que o ensino de História esteja relacionado fundamentalmente à formação da consciência histórica, conforme Jörn Rüsen a de-

⁴ BRASIL. LEI Nº 13.415, de 16 de Fevereiro de 2017. Poder Executivo, Brasília/DF. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm

fine como o “processo mental da consciência histórica pode ser rapidamente descrito como o significar da experiência do tempo interpretando o passado de modo a compreender o presente e antecipar o futuro” (Rüsen, 2009, p. 68).

A consciência histórica, ainda segundo Rüsen, envolveria alguns procedimentos mentais, entre os quais, destaco a orientação da ação humana pela interpretação histórica e a motivação para a ação que uma orientação oferece. Se a função do ensino de História é formar uma consciência histórica, poderíamos a partir daqui formular outra pergunta: qual seria a função da consciência histórica? Suponho que a principal função dela no ensino da História é fornecer ao educando as ferramentas que lhe permitam compreender o passado como uma construção histórica apta a orientá-lo no tempo.

Outro conceito importante nessa perspectiva é “literacia histórica”, elaborado por Peter Lee, refere-se à habilidade para movimentar conceitos sobre História quando interpretação de dada realidade. Mais do que isso – uma competência de leitura e compreensão lingüística – a “literacia histórica” está intimamente ligada à Educação Histórica, como indispensável para que ocorra o desenvolvimento da Consciência Histórica (Barca, 2006; Schmidt, 2009).

Peter Lee utiliza o termo “literacy”, como “alfabetização”, e a palavra “literacia” vem sendo utilizada mais especificamente pelos pesquisadores ligados ao campo da Educação Histórica. Nesse sentido, como explicitado pelo próprio autor, a “literacia histórica” baseia-se nos estudos de Jörn Rüsen sobre a Consciência Histórica, e em suas considerações sobre a função do conhecimento histórico para a “vida prática” enquanto orientador da experiência humana no tempo (Lee, 2006, p. 134).

Jörn Rüsen (2011, p. 58) sustenta que:

(...) A consciência histórica serve como um elemento de orientação chave, dando à vida prática um marco e uma matriz temporais, uma concepção do ‘curso de tempo’ que flui através dos assuntos mundanos da vida diária. Essa concepção funciona como um elemento nas intenções que guiam a atividade humana, nosso ‘curso de ação’. A consciência histórica evoca o passado como um espelho da experiência na qual se reflete a vida presente, e suas características temporais são, do mesmo modo, reveladas.

A consciência histórica é, portanto, o que nos permite, enquanto seres humanos, atribuir sentido e significado ao nosso passado, o qual se reflete no presente, influenciando em nossas escolhas, em nossa experiência e, de modo geral, perpassa a nossa ação naquilo que ele chama de “vida prática”. A forma

como relacionamos a experiência passada, a relação que temos com o presente e o futuro teriam estreita ligação com o tipo de consciência histórica⁵.

Nesse sentido, podemos dizer que a narrativa ganha destaque, pois é através dela que se tem acesso à consciência histórica do sujeito:

(...) Essa competência pode se definir como a habilidade da consciência humana para levar a cabo procedimentos que dão sentido ao passado, fazendo efetiva uma orientação temporal na vida prática presente por meio da recordação da realidade passada. Esta competência geral relativa a ‘dar sentido ao passado’ pode ser definida em termos dos três elementos que constituem juntos uma narração histórica: forma, conteúdo e função. Em relação ao conteúdo, pode-se falar de ‘competência para a experiência histórica’; em relação à forma, de ‘competência para a interpretação histórica’; e em relação à função, de ‘competência para a orientação histórica’. (Rüsen, 2011, p. 59)

A experiência, a interpretação e a orientação, buscam respaldo na consciência histórica do indivíduo. A experiência envolve a capacidade de aprender a olhar o passado diferenciando-o do presente. A interpretação possibilita atribuir significado à experiência e, a orientação, supõe uma capacidade para se utilizar do todo temporal, quando da orientação para a vida.

Para Rüsen, a aprendizagem histórica deve ser direcionada no sentido de levar o educando a desenvolver uma consciência histórica ontogenética, onde o sentido do passado seria, propriamente, a mudança e o argumento de que os tempos mudam. Neste tipo de consciência, a memória histórica representa a “experiência da realidade passada como acontecimentos mutáveis”, e “vê a vida social em toda a abundante complexidade de sua temporalidade absoluta” (Rüsen, 2011, p. 59).

Para o autor, na consciência ontogenética:

O futuro supera, excede efetivamente o passado em seu direito sobre o presente, um presente conceituado como uma intersecção, um nó intensamente temporal, uma transição dinâmica, esta é a forma refinada de uma espécie de pensamento histórico moderno marcado pela categoria de progresso, ainda que tenha sido arrojado por uma dúvida radical pelas intimações da pós-modernidade, pensadas por certo segmento da elite intelectual contemporânea. (Rüsen, 2011, p. 69)

Para Lee, a aprendizagem em história também implica em uma mudança estrutural nesta consciência e, como condição para esta aprendizagem. Ele mostra a importância de apreender as ideias sobre história que trazem os estudantes, mas não só isso: é importante entender com clareza sobre qual, ou quais, os conhecimentos que queremos que o aluno tenha ao final do curso

⁵ Para uma discussão mais aprofundada, ver: RÜSEN, Jörn. O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral. In: SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel e MARTINS, E. R. (Orgs.). Jörn RÜSEN e o Ensino de História. Curitiba. Editora UFPR, 2011.

na disciplina história. Assim, já definindo alguns pressupostos para a literacia histórica, ele considera:

Uma primeira exigência da literacia histórica é que os alunos entendam algo do que seja história, como um “compromisso de indagação” com suas próprias marcas de identificação, algumas idéias características organizadas e um vocabulário de expressões ao qual tenha sido dado significado especializado: ‘passado’, ‘acontecimento’, ‘situação’, ‘evento’, ‘causa’, ‘mudança’ e assim por diante. (Lee, 2006, p. 136)

Para instigar o aluno a raciocinar historicamente, é necessária uma postura questionadora acerca do passado, onde tais conceitos apontados pelo autor – acontecimento, evento, causa, etc. – são importantes para a construção de um conhecimento histórico. Lee aponta que, para isso, os alunos deveriam entender: o conceito de evidência como importante para a possibilidade de um conhecimento histórico; o fato de as explicações históricas serem contingentes e condicionais, ou seja, reconstroem valores, situações e intenções relevantes; a de que as explicações em história não são cópias fiéis do passado, mas, no mínimo, questões relativas ao âmbito do documento em questão (Lee, 2006, p. 136).

Assim, mais importante do que apreender os fatos históricos e conceitos históricos, é atribuir significado ao passado, tendo em vista que esta atribuição de significado ao passado é o próprio conhecimento sobre ele, na medida em que é impossível apreendê-lo em sua totalidade e que as explicações sobre ele são relativas, produzidas sob uma série de fatores que influenciam nas relações de poder que envolvem a produção do conhecimento histórico.

A consciência histórica tem, portanto, uma importantíssima função cultural, que é a de contribuir para a formação da identidade. Assim, ela é expressiva no processo de formação da identidade e é capaz de orientar o indivíduo e a sociedade (esta quando se considera uma consciência histórica coletiva) no tempo.

Refletir sobre a sala de aula e nosso papel de professores como colaboradores/fomentadores da construção dessa consciência histórica nos instiga a pensar: por quais caminhos forma-se essa consciência histórica na sala aula e mais, qual o tipo de consciência histórica forma-se. São considerações que estão coladas e, por serem bastante amplas, faremos a seu respeito, apenas alguns apontamentos gerais que consideremos pertinentes frente à nossa problemática.

Ao fazer essa reflexão no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), do qual participamos no edital 2013-2018,

compreendemos que, era necessário partir de um olhar contextualizado da realidade dos alunos da escola onde desenvolvíamos o projeto.

Reflexões e desdobramentos das ações no PIBID

Pensar historicamente o tempo presente daqueles sujeitos (alunos e comunidade escolar) se mostrou, portanto, fundamental para um ensino de história que fizesse mais sentido, que fosse mais significativo para aqueles alunos e concomitante a isso, que pudesse fomentar nos bolsistas (futuros professores) a construção de sua identidade docente.

Foi nesse contexto que a temática da educação para as relações étnico-raciais foi compreendida como essencial, embora não fosse o foco do sub-projeto de História, estava claro que ela perpassaria fundamentalmente pelas ações que pretendíamos desenvolver.

Breve contextualização da Lei 10.639/2003

Importa esclarecer aqui como a educação para as relações étnico raciais se impuseram como relevantes no cenário nacional brasileiro. Neste sentido, em 9 de janeiro de 2003, a Lei nº 10.639, é sancionada pelo então Presidente Luís Inácio Lula da Silva, e depois tem sua complementariedade em 2008 com a 11.645. Ao longo do ano de 2004, foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secadi). Esta compôs-se de quatro departamentos, sendo um deles o Departamento de Educação para Diversidade e Cidadania (DEDC).

Naquele ano de 2004 foram realizados vários Fóruns Estaduais de Educação e Diversidade Étnico-Racial, os quais foram organizados em parcerias com os Movimentos Sociais Negros, com as Secretarias Estaduais de Educação e com algumas universidades federais. O papel desses fóruns, que respondem diretamente pelas ações do Programa Diversidade na Universidade, foi discutir a implementação dessa lei que tornava obrigatório, nos estabelecimentos de ensinos fundamental e médio, oficiais e particulares, o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileiras, contemplando o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, valorizando a participação do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

Esses estudos deveriam entrar, nos conteúdos de História, Língua Portuguesa e Artes e não formar uma disciplina a parte. Isso significava uma mudança profunda na concepção educacional; não era simplesmente mais conteúdos, mas era a própria maneira de ver História, a artes, a literatura, enfim, era uma nova forma de olhar e compreender a formação da própria sociedade brasileira. Implicava em mais inclusão e diversidade.

As demandas antigas dos Movimentos Negros e organizações contra o racismo estavam sendo enfim ouvidas e atendidas. E isso era um aspecto importante, compreender que as leis não eram uma imposição governamental, mas uma demanda dos movimentos sociais negros que se organizaram há muito tempo desde o pós-abolição. Compreender isso também era importante para percebermos o protagonismo negro na construção de sua própria história. Então, isso implicava em uma mudança de mentalidade importante, implicava, no caso da história, compreendê-la de forma mais plural, valorizar as diferentes experiências e culturas que compõe esse país. Uma História mais inclusiva, que poderia superar o tradicional eurocentrismo que demarcou o ensino de História por tanto tempo. De fato, nos permitiria refletir sobre o nosso processo histórico de forma muito mais próxima e conectada com a nossa realidade que é plural.

A partir dessas reflexões compreendemos que a relevância desse tema passava pela permanência das desigualdades entre negros e não negros na escola em que atuávamos e como isso estava evidenciado no tratamento recebido pelos alunos das diversas autoridades da escola e ainda frente aos questionamentos dos próprios alunos.

Também compreendemos no PIBID, enquanto espaço de formação de professores e suas identidades, que deveríamos nos posicionar frente a um discurso conservador e reacionário que começou a tomar conta de vários espaços sociais e na escola também, um discurso de negação do racismo, construção da ideia de que havia um racismo reverso, forte resistência às ações afirmativas. O Movimento Escola Sem partido é o mais expressivo.

Em nossas reuniões procuramos sempre refletir sobre a importância de nossos posicionamentos e na construção de ações que colaborassem na superação e confrontação dessa consciência Histórica redutora, preconceituosa.

Primeiramente compreendemos que o conceito de cultura deveria ser problematizado e compreendido de forma a fugir da ideia de que cultura se relaciona apenas com as manifestações artísticas e essas acabam sendo muitas vezes esvaziadas seus sentidos políticos.

A cultura foi compreendida por nós a partir de Thompson que insere no debate o conceito de “Experiência” e nos ajuda a perceber a política realizada no cotidiano. O autor nos explica que:

com a ‘experiência’ e ‘cultura’, estamos num ponto de junção de outro tipo. Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem certos praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidade, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral. (Thompson, 1981, p. 189)

A partir dessa perceptiva pudemos refletir juntamente com os discentes que a História se forja no percurso da vida e que todo mundo tem cultura e também tem História. As histórias que cada um carrega e nos conta são dignas de serem aprendidas e conhecidas. Que todos somos sujeitos históricos e temos que refletir sobre nossas realidades compreendendo que os nossos processos históricos mais próximos não são estanques dos grandes processos.

Com essa perspectiva, compreendemos que em História, o conhecimento e a prática investigativa devem estar atrelados, na construção da consciência histórica, como propôs Rüsen. E assim, o despertar para o olhar investigativo do aluno, o entusiasmo, e constitui o processo de construção do conhecimento histórico. Nessa direção concordamos com Schmidt e Garcia (2003, p. 224):

o conhecimento e a prática da investigação estão indissolivelmente ligados à construção do pensamento sócio-histórico. É nesta direção que ele defende a “presença da investigação no método de ensino da História, como um fator imprescindível na formação do pensamento histórico do adolescente”, na medida em que a pesquisa pode despertar o interesse do aluno pelo conhecimento histórico e tornar-se o processo pelo qual ele adquire os princípios que regem a produção deste conhecimento.

A partir dessas reflexões estávamos seguros para desenvolver as atividades/ações com vistas a esses objetivos: contribuir com a formação de consciência Histórica dos alunos, no sentido de contribuir para que eles possam olhar e refletir criticamente sobre sua própria realidade e não apenas cumprissem uma demanda fria do Estado.

A ação em si

As discussões apresentadas anteriormente foram realizadas no âmbito do PIBID e compreendemos que as ações deveriam, portanto, partir da realidade e das questões colocadas na/pela escola, pelos alunos na sala de aula. Nesse contexto, emerge a ideia de realizar a Feira da Consciência Negra na Escola Municipal Carolina Perolina Raimunda Almeida, escola situada no bairro São José na Zona Leste de Manaus.

Compreendemos que a relevância desse tema passava pela permanência das desigualdades entre negros e não negros na escola em que atuávamos e como isso estava evidenciado no tratamento recebido pelos alunos das diversas autoridades da escola e ainda frente aos questionamentos dos próprios alunos. Importa ressaltar que nossa consciência histórica não se forma apenas com as aulas de história, nossas aulas concorrem com espaços não formais, mídia, história oficial.

Era importante também pelo fato de a temática ser questionada em sua importância e mais que questionada, pela resistência sofrida pelo sistema educacional como um todo, mas também e principalmente a ponta do processo, muitos professores ainda sentem muitas dificuldades em trabalhar essas temáticas por conta de um preconceito racial que insiste em permanecer⁶.

Cabe lembrar ainda que a Constituição Federal de 1988 coloca como objetivo superar essa desigualdade, sendo assim, temos que perceber e incriminavelmente convencer muitos pais e mesmo professores, gestores de que essa demanda é supra racial e suprapartidária e que está no cerne de nossa Constituição.

A partir dessas considerações, foram propostas uma série de atividades com os alunos dos oitavos (8o.s) anos. Uma das atividades bastante frutuosas foram as rodas de conversas, conforme pode ser observada nas imagens 1 e 2 logo abaixo, onde os discentes se organizavam em grupos para debater sobre suas ideias e conhecimentos sobre racismo, preconceito, injúria e sobre a situação dos negros no Amazonas. Os bolsistas se propunham a ouvi-los e mediar as conversas.

Todas as atividades foram registradas através de fotografias.

⁶ Em 2012 foi emblemático o caso de um grupo de alunos de uma escola estadual em Manaus, apoiados por pais e pastores que se recusaram a realizar atividades alusivas ao dia da consciência negra, Casa Grande e Senzala. Conferir reportagem: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2012/11/protesto-de-estudantes-gera-crise-etnico-religiosa-no-amazonas-3949564.html>

Figura 1 - Roda de conversa 8°C



Fonte: Fotografia de Wenderson M. Lima

Figura 2 - Roda de conversa 8°C



Fonte: Fotografia de Wenderson M. Lima.

Após as rodas de conversas, alguns conceitos emergiram como problemas. Assim, os bolsistas PIBIDianos realizaram oficinas com os discentes, a fim de possibilitar a reflexão sobre a importância de valorizar a diversidade, os significados de preconceito, racismo (figura 3), bem como oficinas culturais onde os alunos puderam perceber os significados políticos da cultura afro-brasileira. Nesse aspecto, podemos destacar a oficina de turbantes. (figuras 4 e 5).

Figura 3 - Apresentação do tema. 8°C



Fonte: Fotografia de Wenderson Macedo de Lima.

Figura 4 - Oficina de Turbantes. 8ºD



Fonte: Fotografia de Wenderson M. Lima.

Figura 5 - Oficina de Turbantes. 8ºD



Fonte: Fotografia de Wenderson M. Lima.

Pensamos as oficinas culturais como espaço de aprendizagem e reflexão que não pautassem apenas o diferente ou o exótico, mas que possibilitasse aos alunos que olhassem para si e pensassem na importância da representatividade, nas implicações materiais de atitudes discriminatórias e racistas. Tudo isso através, de aulas programadas, filmes que valorizassem a cultura (KIRIKU e a Feiticeira), palestras e manifestações artísticas considerando, não apenas a estética pela estética, mas trazendo em seu bojo os sentidos e significados políticos da capoeira, dos turbantes, da alimentação da linguagem, dos diversos ritmos e músicas.

O trabalho teve seu ponto culminante na realização da feira, propriamente dita. A divulgação foi realizada de sala em sala pela professora de História e pelos bolsistas PIBIDanos, que aproveitaram o mote dos turbantes para despertarem nas diversas turmas da escola (figura 6).

Figura 6 – Divulgando a feira



Fonte: Fotografia de Wenderson Macedo de Lima.

O conjunto de imagens a seguir (figuras 7, 8, 9 e 10) apresentam a Feira da Consciência Negra, realizada em 20 de novembro de 2017, nas salas dos 8o.s anos da Escola Municipal Carolina Perolina Raimunda Almeida e são importantes, porque revelam o resultado de um processo desenvolvido a partir e com os alunos. Suas conclusões e avaliações apareceram nas exposições orais realizadas por eles com entusiasmo, pois, fruto de suas pesquisas, tinham segurança para expor e falar.

Figura 7 – Feira da Consciência Negra – 8B



Fonte: Fotografia de Wenderson M. Lima.

Figura 8 – Feira da Consciência Negra – 8B



Fonte: Fotografia de Wenderson M. Lima.

Figura 9 – Feira da Consciência Negra – 8B



Fonte: Fotografia de Wenderson M. Lima.

Figura 10 – Feira da Consciência Negra – 8B



Fonte: Fotografia de Wenderson M. Lima.

Compreendemos que seja muito necessário fazer um balanço da eficácia dessas ações tanto no âmbito das ações nas escolas quanto no processo de formação de professores e suas identidades. Embora não tenhamos feito, ainda, uma avaliação quantitativa sobre essas ações, as avaliações subjetivas nos dão conta de importantes avanços. São muitos depoimentos dos alunos, e dos bolsistas de iniciação à docência que dão conta de outros olhares, outras formas de ver sua própria realidade e a realidade do outro.

Este contanto com a escola, é essencial para por em prática todos os conceitos que vemos em aulas, é a forma mais concreta de viver com a realidade da docência, e acrescenta muito, pois cada aula é uma nova aprendizagem, uma nova experiência, para que no futuro possamos ter a base do que é ser um professor regente. (Bruno Venâncio Peragine – Outubro 2017)

É gratificante enxergar o empenho dos alunos pondo as expectativas a funcionar e, por mais que eu tenha consciência disso, que o fazer do professor precisa se dar junto com o aluno. (Roberval Nascimento da Silva Junior - Novembro 2017)

Foi bastante produtivo para os alunos e os pibidianos discutirem africanidades dentro da escola. O evento que fizemos levantou questionamentos e resistências por parte de certos professores, mas o nosso compromisso com os estudantes se fez. (...) (Participar do PIBID) foi um salto gigantesco para a minha formação como professor. Pude perceber ao realizar os estágios supervisionados que o PIBID me proporcionou segurança e uma preparação maior como professor dentro da sala de aula. (Wenderson – Maio 2018)

Ao falar sobre sua experiência no PIBID, os futuros docentes nos apontam para a importância do Programa no seu processo de formação e mais que isso, nos mostra que um ensino de História realmente significativo e com sentido pode ser construído na medida em que partimos de olhares do presente, dos problemas que estão localizados no presente dos alunos e, assim, buscamos reflexões que nos permitem construir outros olhares, outras narrativas sobre nosso processo histórico.

A reflexão sobre a construção da identidade na formação de professores de História está intrinsecamente vinculada com a valorização do ensino de História. E esse ensino se mostra socialmente válido e importante na medida em que parte de reflexões próximas à realidade dos alunos. Nesse sentido, a História do Tempo Presente tem muito a contribuir com a construção de um ensino de História que realmente contribua na construção de um cidadão crítico e atuante no seu meio social.

A História do Tempo Presente nas escolas de ensino básico possibilita a percepção de que a História é múltipla e as narrativas únicas são sempre enganadoras. Nesta perspectiva, podemos tomar a fala da escritora nigeriana, Chimamanda Adichie, sobre o que gosta de chamar de “o perigo da história única”. Ela conta de sua experiência de leitura desde a infância. Logo nova, também começou a escrever e foi influenciada pelos livros infantis que lia: escrevia exatamente os tipos de história que ela via nas obras. A escritora diz que todos seus personagens eram brancos e de olhos azuis, brincavam na neve, comiam maçãs e falavam muito sobre o tempo, do quão bom era que o dia estava ensolarado. Isso demonstra, ela diz, o quão vulneráveis somos face a uma história.

Porque tudo o que eu havia lido eram livros em que os personagens eram estrangeiros, fui convencida de que livros naturalmente tinham de ter estrangeiros e ser sobre coisas com as quais eu não poderia me identificar. Mas tudo mudou quando eu descobri livros africanos (...) Tive uma virada na minha percepção sobre literatura. Percebi que pessoas como eu, meninas com pele de cor de chocolate, cujo cabelo crespo não dava pra fazer rabo-de-cavalo, também poderiam existir na literatura⁷.

Daí a importância de se apresentar as múltiplas histórias e como a representatividade é importante na formação de crianças e jovens. Dessa forma, a construção da identidade de professores de História deve dialogar e apresentar a diversidade em seu sentido político e nesse sentido, a História do Tempo Presente se faz fundamental.

Referências

ADICHE, Chimamanda. <http://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg>

BARCA, Isabel. Literacia e Consciência histórica. **Educar**, Curitiba, Especial, p. 93-112, 2006. Editora UFPR.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre História. In: **Obras escolhidas**. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: história. Brasília, 1997.

BRASIL. **LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017**. Poder Executivo, Brasília/DF. Disponível online: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm

DELGADO. Lucília de Almeida Neves e FERREIRA. Marieta de Moraes. História do tempo presente e ensino de História. In: **Revista História Hoje**, v. 2, no 4, p. 19-34 – 2013.

HOBBSAWM, Eric. O Presente como história. In.: HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

LEE, Peter. **Em direção a um conceito de literacia histórica**. **Educar**, Curitiba, Especial, 2006. Editora UFPR. p. 131-150.

PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Ensino como pesquisa: um novo olhar sobre a História do ensino fundamental – como e porque aprender/ensinar História. **História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 53, p. 37-70, 2015.

⁷ <http://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg>

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**: teoria da história/ Jörn Russen: tradução de Estevão Rezende Martins-Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

RÜSEN, Jörn. O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral. In: SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel e MARTINS, E. R. (Orgs.). **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba. Editora UFPR, 2011.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. Literacia histórica, um desafio para o ensino de história no século XXI. **História & Ensino**, Londrina, v. 15 p. 09-22. Ago 2009.

SCHMIDT; M. A.; BARCA, I. Apresentação. In: SCHMIDT; M. A.; BARCA, I. **Aprender história**: perspectivas da educação histórica. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009. p.11-19.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; GARCIA, Tânia Braga. Significados do pensamento de Jörn Rüsen para investigações na área de Educação Histórica. SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel e MARTINS, E. R. (Orgs.). **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba. Editora UFPR, 2011.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou Planetário de Erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltelsir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Barcelona. Paidós, 2000.

Depoimentos

Bruno Venâncio Peragine – Acadêmico do curso de História – UFAM e bolsista PIBID

Roberval Nascimento da Silva Junior - Acadêmico do curso de História – UFAM e bolsista PIBID

Wenderson Macedo de Lima - Acadêmico do curso de História – UFAM e bolsista PIBID

HISTÓRIA AMBIENTAL: DESAFIO DO TEMPO PRESENTE

Eurípedes Antonio Funes

Kenia Sousa Rios

“A natureza avançava nas minhas palavras tipo assim: O dia está frondoso em borboletas. No amanhecer o sol põe glórias no meu olho. O cinzento da tarde me empobrece. E o rio encosta as margens na minha voz. Essa fusão com a natureza tirava de mim a liberdade de pensar. Eu queria que as garças me sonhassem. Eu queria que as palavras me gorjeassem. Então comecei a fazer desenhos verbais de imagens. Me dei bem.” Manoel de Barros

Introdução

A natureza tem sido recuperada como tema pelos historiadores a partir da urgência em repensar nossa relação com o meio ambiente. A preocupação que se volta para a ecologia tem escancarado os olhos dos historiadores para o tempo presente e o assombro diante do que se vê firma um compromisso historiográfico com aquilo que apela Walter Benjamin em sua tese de número IV: “a história é objeto de uma construção, que tem lugar não no tempo vazio e homogêneo, mas no tempo saturado de agoras” (Benjamin, 2013, p. 12). O nosso *agora* mais iminente é a questão ambiental.

Diante do fosso que se colocou entre o humano e o não humano numa evidente imposição da supremacia do homem, a natureza, desde o século XIX tem se apresentado como um lugar de exploração e lucro. No século XXI, essa convicção chegou a um ponto de saturação e desrespeito capaz de colocar em risco toda a vida existente no planeta. Há um programa acelerado para manter os países detentores do grande capital na condição de exploradores, a partir de uma agenda que assegure a ideologia do progresso como a única possível, reprimindo com truculência qualquer leitura da natureza que não conjugue o verbo lucrar. E assim, populações indígenas são violentadas e expulsas de suas terras; quilombolas são vistos como invasores dentro de suas próprias casas; comunidades são exterminadas; populações ribeirinhas sucumbem com a política irresponsável de construção de barragens ao longo do território brasileiro; projetos de irrigação interferem com violência na vida de indivíduos

que vivem às margens de rios e açudes. Pessoas morrem, animais morrem, biomas morrem...

História ambiental: uma crítica ao progresso

A História Ambiental, como campo de estudos, busca compreender a lógica na relação entre os grupos humanos e as comunidades naturais das quais formam parte. Interessa-se por explicar a forma com que as forças naturais, ou antropogênicas tem modificado as paisagens e como estas transformações têm alterado a vida humana. Às vezes nossos olhares não conseguem ver, e nós não conseguimos entender que a natureza transformada expressa cultura. Isto porque nos acostumamos a olhar para as ações humanas como fenômenos emancipados do meio ambiente.

Nossa reflexão parte do diálogo orientado no grupo de estudos História, Memória, Natureza e Cultura do curso de História da Universidade Federal do Ceará. A proposta aqui empreendida é de compartilhar os conceitos e autores que têm norteado nossas pesquisas e debates sobre o tema da natureza/ cultura na história. Trata-se de autores que de um modo ou de outro, inspiram-nos a pensar as relações várias entre os acontecimentos em escala mundial, cotidiana e afinal, qual a nossa responsabilidade e participação em tudo isso.

Walter Benjamin em seu texto sobre as teses sobre a história, destaca que “a concepção de progresso do gênero humano ao longo da história é algo inseparável da concepção de que esta transcorra num tempo homogêneo e vazio. A crítica à concepção desse processo precisa constituir o fundamento da crítica à própria concepção de progresso” (Benjamim, 2016, p. 32). Benjamim, na angústia do seu presente (de perseguição e guerra), arregala os olhos para o futuro e conclama os historiadores a pensar a partir do perigo que assombra o imediato da vida. É sabido que os últimos meses no Brasil tem nos colocado perigos insondáveis e, portanto, o desafio em produzir a crítica e a ação insurgente é a cada segundo uma urgência.

A reflexão da história ambiental assume o desafio lançado por Benjamim e, nessa medida, constitui o fundamento da crítica à noção de progresso como um tempo/ espaço único e absoluto na medida em que substitui o chamado “tempo da natureza” pelo tempo tecnicizado e acelerado. Esse tempo moderno coloca o planeta numa nova ordem que no limite, rejeita tudo aquilo que ameaça a supremacia do grande capital. O tempo do dito progresso passou a

ser definido pelo tempo do ganho e, por isso mesmo, a natureza compreende tão somente o campo de reservas e do excedente para o consumo desenfreado.

Desde o século XIX, quando a teoria do progresso e, portanto, da aceleração da produção, definiu-se como pauta orientadora do tempo, o semiárido, por exemplo, passou a ser identificado como o lugar da natureza inóspita e de difícil trato com a natureza. Nessa medida, o cultivo e o pasto deveriam seguir a lógica da rapidez e curvar-se a máxima já em voga no mundo oitocentista. O tempo deve modernizar-se para sustentar a ordem do modo de produção capitalista. Claro está que essa modernização não aconteceu e não acontece de modo igual para todas as nações e regiões. Cada grupo assume o lugar necessário para garantir o desenvolvimento de uns e o aniquilamento de outros.

Nessa perspectiva, a seca (para citar exemplo estudado no grupo) começa a ser caracterizada como um grande obstáculo da natureza na modernização do sertão. As tragédias climáticas apontariam para o semiárido como território da pobreza e do flagelo, elementos que dificultavam a participação do semiárido no tempo do moderno e do progresso. Nesse sentido, vale pensar a natureza do sertão a partir dos vários discursos e práticas que conformam o jogo de interesses contidos na otimização da produção agrícola e pastoril do Nordeste. E afinal, trazer à tona a produção de uma ideia de natureza cuja motivação está colada nos interesses da riqueza e da vantagem monetária, com pouca ou nenhuma preocupação em garantir a sustentabilidade dos recursos naturais.

Bruno Latour, autor que torna imperativo o olhar para a natureza a partir de suas conexões com a ciência e a política, ressalta que os acontecimentos naturais que tratamos, muitas vezes, como fatos, são na verdade um longo processo de elaboração estabelecido por relações de força concreta. Ou seja, cientistas, técnicos, empresas, políticos, enfim, todos os envolvidos na composição daquilo que no final, é-nos apresentado como dado. Dados, cujo efeito de real, muitas vezes se apresentam por tabelas, gráficos, mapas ou power point. Seguindo a orientação de Latour, cabe a nós, historiadores da História ambiental, tornar visível os elementos dissimuladores da ideia de natureza como um fato natural. Dito de outro modo, trata-se de desnaturalizar a natureza a partir de suas conexões com a ciência e a política (Latour, 2004).

Nessa perspectiva, as pesquisas de História ambiental devem refletir o impacto da noção de natureza construída no século XIX, pois esta orienta-nos a pensar os múltiplos a partir de um único coletivo como se assim fosse possível. Ou, na melhor das hipóteses como diferentes culturas se relacio-

nam com uma natureza única. “Não há senão naturezas-culturas”, diz Latour (Latour, 2004, p.14). E ainda, com Reinhardt Koselleck, entender que as experiências temporais também definem diferentes naturezas. O historiador alemão dá ênfase a uma leitura da natureza a partir das tensões criadas pelo mundo moderno que avalia a relação entre o natural e o cultural a partir da ideia de avançado, novo em detrimento do que chamamos antigo, atrasado e velho (Koselleck, 2006). Concepções introduzidas pelo homem moderno cujo principal objetivo e missão era pensar o tempo numa ordem retilínea, sucessiva, progressiva, considerando refugo tudo o que parecesse torto, curvo, ou seja, praticamente tudo o que é produzido em pequena escala, pela família, pelo popular ou pela tradição oral.

Nesse sentido, nossos estudos têm usado como conceitos fundamentais a relação temporal que o pensamento moderno experimenta a partir do que Reinhardt Koselleck chama de espaço de experiência e horizonte de expectativa (Koselleck, 2006). A partir do século XIX, a natureza assume definitivamente a condição de recurso natural a ser administrado por sugestões científicas. É a gestão da natureza. A ordem natural agora dominada, catalogada, e arquivada deve ser manipulada a serviço do suposto melhoramento da vida. O passado e o futuro começam a fazer parte de uma nova apreciação do modo como a natureza é gestada. E no nordeste brasileiro, a temporalização do discurso desenvolvimentista se apresenta pelos usos e práticas na produção e tecnicização de suas principais atividades comerciais: pecuária, cultura do algodão e extração da carnaúba, e claro, nas formas de combater os danos causados pelas secas frequentes. Os procedimentos técnicos metódicos exigiam, a partir de então, conhecimentos com maior exatidão, com vistas a resultados objetivos.

O futuro era, portanto, um tempo presente e como tal devia orientar as ações do homem com a natureza já que esta deveria ser administrada e disputada por homens da ciência e da técnica em face de conexões diretas com os interesses econômicos e políticos. Desmatar, alisar, planificar, aterrar passam a ser as palavras e ações que garantirão o controle e o futuro da natureza. Tudo deveria estar a serviço da diminuição dos obstáculos que impediam a aceleração, o avanço, e temporalização da natureza a serviço do homem moderno.

De outro lado, cria-se uma situação marginal constituída pelos que observam a natureza a partir de uma experiência distante do lucro e da racionalidade moderna. Ao seu modo, esses grupos excluídos do tempo linear entendem a destruição da natureza na medida em que o lucro se impõe sobre

a vida. E a resistência se apresenta nas formas da tradição ou da religiosidade sem, contudo, ignorar as conquistas advindas das invenções tecnológicas modernas. Como sugere Milton Santos (2013, p.16):

a questão que se colocam os filósofos é a de distinguir entre uma natureza mágica e uma natureza racional. Em termos quantitativos e operacionais, a tarefa certamente é possível. Mas é talvez inútil buscar o momento de uma transição. No fundo, o advento da Ciência Natural ou o triunfo da ciência das máquinas não suprimem, na visão da natureza pelo Homem, a mistura de crenças, mitigadas ou cegas, e esquemas lógicos de interpretação.

Nos estudos sobre a produção de uma ideia de natureza pelos intelectuais nordestinos ou que estiveram no nordeste no final do século XIX, o principal desafio apresentado por eles não era, por exemplo, propor soluções para os problemas climáticos da província, mas sobretudo catalogar as potencialidades naturais com vistas a aumentar as riquezas da nação brasileira e mais do que isso apresentá-las ao continente Europeu nas exposições universais, sobretudo pelo mérito da agricultura (Santos, 2013, p. 22).

As políticas da natureza, planejadas pelos cientistas desde os oitocentos, endossam a vocação agrária do Brasil e desse modo, o progresso brasileiro realizar-se-á fundamentalmente pela força mecânica organizando uma natureza dadivosa cabendo ao homem garantir a gestão dos recursos naturais. Como infere Hermes Reis, “conhecer seus ciclos, trabalhar seus fluxos, canalizar seus produtos” (Reis, 1998, p. 45). O reconhecimento da vocação agrária brasileira nos ajuda a entender por que também a nossa agricultura concentra grandes problemas ambientais. O agronegócio transforma o Brasil num território de concentração de terras, monoculturas e injustiça social, desde a colônia. Como apela Donald Worster “o historiador deve pensar a natureza na sociedade, isto é, natureza e sociedade constituem-se na reciprocidade” (Worster, 1991, p. 22). Ou ainda, realizar uma ecologia política é entender que a natureza não existe de maneira insular. Nas palavras de Bruno Latour “desde a invenção do termo, toda política é definida por sua relação com a natureza, cada traço, cada propriedade, cada função depende da vontade polêmica de limitar, de reformar, de fundar, de encurtar caminhos” (Latour, 2004, p. 21).

Deste modo apresentada, a organização dos estudos ambientais se vale de uma perspectiva necessariamente crítica sobre as várias áreas do conhecimento e/ou do poder que tentam definir a natureza como fato e não como embates históricos. O discurso dos homens da ciência, o uso de seus equipamentos técnicos, a preocupação com o controle dos corpos humanos ou não

humanos sob a égide da escrita se confrontam com narrativas e memórias orais dos grupos subalternos, o que se torna fundamental para os estudos de História ambiental uma vez que nos interessamos pelos que são cotidianamente massacrados (humanos e não humanos) pela ordem estabelecida do Grande Capital.

A tentativa dos estudos tem sido o de quebrar com os silêncios e ir além daquilo que é apresentado como resultado final de pesquisas que ressaltam tão somente os benefícios técnicos e científicos da exploração moderna da natureza. Interessa pôr em debate essas constatações positivadas e saber que são produtos de saberes em disputa permanente. Como diria Latour “a ciência em Ação”. Contar a história submersa nas definições que acreditamos ser da ordem da generosa mãe terra. Equívoco atestado, muitas vezes entre os ativistas da ecologia profunda, quando continuam tornando invisíveis as relações de saber e poder que escalonam o que é a prioridade do mundo natural, ecologicamente sustentável. Tratamos de celebrar o biodiesel sem pensar que a sua produção coloca regiões inteiras sob o julgo da monocultura da mamona. É preciso pensar as várias redes de poder e condições ecológicas que atravessam nossas palavras de ordem bem-intencionadas. É demasiado urgente compreender a rede que junta todos os atores envolvidos na discussão da camada de Ozônio, por exemplo. Desde os cientistas do ozônio, os chefes de estado, os produtores de geladeira e nós que usamos desodorante spray. O CFC (cloro flúor carboneto) e sua produção inclui esse coletivo, entre outros. O historiador precisa refletir a rede, as várias e possíveis conexões entre esses atores, entendendo-os a partir de situações híbridas e concretas. Escolher um resultado a priori, é trair o ofício de investigação a posteriori, estabelecido pela História.

Os estudos de história ambiental nos colocam, a nós historiadores, em diálogo com variados saberes e disciplinas que também disputam um lugar nas políticas da natureza, e dão ao nosso ofício uma sensação de que queremos reencontrar um saber menos esquartejado sobre nós mesmos. Um tempo espaço recheado de múltiplos a partir de um conhecimento que estamos dispostos a reelaborar sempre que sentimos que estamos perdendo a batalha para os poderes visíveis e, sobretudo invisíveis. Sim é preciso fazer história ambiental, pensar as relações do homem entre natureza e cultura é tarefa da História. Como sugere Paulo Henrique Martinez (2006, p. 19).

Acredito que o desafio para a História ambiental, mais que outros, seja precisamente este: abordar as questões ambientais com métodos e instrumentos específicos do ofício do historiador. Ser antes de tudo História. O desafio na aborda-

gem interdisciplinar é constituído, precisamente, pela capacidade de dialogar com outras ciências sem descaracterizar a disciplina de origem. O espírito deve ser de cooperação e não de dissolução disciplinar com perdas explicativas.

Ou seja, o exercício interdisciplinar exige de nós uma segurança maior sobre o nosso ofício. A reflexão Histórica sobre o meio ambiente deve partir do próprio entendimento do Meio Ambiente como uma invenção histórica que ganha força com o fim da segunda guerra mundial. No século XX, a ideia de uma guerra atômica total globalizou a preocupação com o meio ambiente. Nossa preocupação passou a ser com o planeta.

Seres de várias espécies e lugares precisam ser protegidos por todos os saberes. Agora o problema dos elefantes da África, das algas do mar do norte, das florestas amazônicas, da camada de ozônio, do semiárido nordestino, é um problema de todos os que habitamos o planeta terra. As onças, os ursos, os peixes, os macacos, as focas, as baleias não são mais uma natureza selvagem para domar, mas criaturas para proteger do maior inimigo: o homem.

É preciso firmar um compromisso científico com uma natureza que precisa de ajuda, que não é apenas recurso, mas vida. Olhar de modo menos romântico e entender que a natureza não é mais a senhora de todos os desígnios. A terra mãe. É agora quase uma filha em situação de risco diante do humano.

O meio ambiente é, portanto, uma ação humana. Como cultural, será sempre uma nova experiência coletiva e como tal, deve ser refletido pelos historiadores como fato histórico constituído por cientistas, instrumentos, métodos, disputas, instituições, estados, movimentos sociais, grupos étnicos, etc. Afinal, não se trata de estudar o meio ambiente como um dado, um fato científico acabado, mas como é transformado, constituído pela ciência, pela técnica e pelas mais amplas conexões que nos ajudam a pensar a natureza como um fenômeno cultural e político. O que se define quando escolhe-se este ou aquele tipo de cultivo, de semente, de produto, de produção, é um novo tipo de sociedade. Como nos lembra Gilberto Freire não existe a sociedade do açúcar, existe o engenho e a usina. Civilizações significativamente diferentes porque são cultivos e técnicas também diferentes, por isso precisamos estudar a técnica e os interesses econômicos que sustentam a produção e circulação das mercadorias (Freire, 1951).

A história ambiental como atitude política do fazer historiográfico

A história ambiental considera, além do tempo presente, implicações com o futuro e o passado. A história ambiental “deve aparecer como a narrativa que emerge da natureza vencida, de uma dívida ecológica que agora se expressa nos saberes subjugados, que não puderam exprimir sua submissão como consequência do abatimento da natureza. A história ambiental é, pois, a história de histórias não ditas; e não porque a natureza não fala e porque os pobres, os colonizados, os dominados e os vencidos foram calados, mas porque a submissão da natureza foi um processo silencioso, invisível e impensável pelos paradigmas civilizatórios que justificavam a exploração da natureza em nome do progresso e do poder” (Leff, 2011, p. 398). Neste sentido, deve-se transcender

os paradigmas transdisciplinares que colonizaram o campo das relações sociedade-natureza (...), para abordar as inter-relações da complexidade ambiental interrogando o tempo humano a partir das diferentes racionalidades culturais. Isto levaria a história ambiental à necessidade de repensar o tempo para incorporar em seu campo uma *história do ser* (Idem, p. 389).

O principal objetivo da História Ambiental é aprofundar o nosso entendimento de como seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles o afetaram. Onde as duas esferas - natural e cultural - se confrontam, integram, a história ambiental encontra seus temas essenciais. Homem e natureza formam um conjunto indissociável, interdependente, cujos comportamentos refletem-se mutuamente fazendo surgir um variado leque de possibilidades sobre a vida e o viver.

Nesse aspecto, a história ambiental está lavrando o terreno para o reconhecimento de identidades e a formação de atores políticos no marco da globalização econômico-ecológica e dos tempos da sustentabilidade. Estes movimentos sociais vão incorporando na cultura dos povos e arraigando em seus territórios novas formas de ser que, além de expressar a condição existencial do ser humano, requerem novos direitos, reconfiguram novas identidades, abrindo os horizontes da história (Leff, 2011, p. 399).

A história ambiental que põe em relevo os atores sociais e suas subjetividades procura dialogar com metodologias e conceitos que ressalte as várias conexões entre natureza, sociedade e cultura; é também uma História ambiental que reclama o lugar das etnias e o movimento próprio de seus territórios e identidades; de suas relações intersubjetivas e o diálogo intercultural de

saberes; de abordagens para interrogar a memória histórica, a tradição oral e os sentidos existenciais dos sujeitos sociais. Desta maneira, será possível compreender que a natureza é tão plural quanto as culturas com as quais ela se relaciona. Uma história ambiental que parte de um olhar ecológico e produz conhecimento sobre o fluxo desalinhado entre as formas de ser no mundo e suas fronteiras moventes.

É necessário integrar a aparente dicotomia homem/natureza num quadro de referência histórica mais vasto. Trata-se da busca de um tempo histórico mais amplo, mais inclusivo, mais coletivo entre o humano e o não humano. Sobre o tema da natureza predominam abordagens provenientes das ciências exatas, naturais e tecnológicas, nas quais por razões epistêmicas, o foco de atenção se situa nos processos físico-naturais e se presta menos atenção aos processos sociais e políticos a eles vinculados. (Galafassi e Zarilli, 2002)

É preciso diminuir a distância entre as universidades e a vida atingida por crimes ambientais. A universidade deve desempenhar um importante papel de compartilhamento de saber junto à comunidade, não assistencialista/filantrópica, mas, comprometido com os problemas locais/regionais/nacionais e globais, estabelecendo um diálogo de saberes, com sertanejos, quilombolas, indígenas, populações atingidas por barragem, moradores que vivem como rejeitos urbanos. É preciso construir em conjunto com esses sujeitos, soluções reais para o exercício pleno da cidadania seja no campo, na cidade ou na floresta. Precisamos pensar uma agenda para os historiadores do Brasil no século XXI, objetivando a circulação ampla de estudos historiográficos que provocam um compromisso social com o alargamento da justiça ambiental, dos direitos, da cidadania, do direito ao conhecimento no Brasil.

Os historiadores ambientais foram desafiados por movimentos internos ao mundo do conhecimento, “especialmente por importantes mudanças epistemológicas consolidadas no século XX, mas que já estavam em gestação nos séculos anteriores a partir do entendimento do mundo natural e de seu lugar na vida humana”. Duas mudanças merecem particular atenção: 1) a ideia de que a ação humana pode produzir um impacto relevante sobre o mundo natural, inclusive ao ponto de provocar sua degradação; 2) a visão de natureza como uma história, como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo (Leff, 2011, p. 388).¹

¹ Ver DUARTE Regina Horta. História e Biologia: diálogos possíveis, distâncias necessárias. In **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**. Vol. 16 no. 4, Rio de Janeiro, Oct/Dec. 2009. PADUA, José Augusto. As Bases Teóricas da História Ambiental. In: **Estudos Avançados**, 24 (68) São Paulo 2010S. WOSTER, Pádua, WORSTER, Donald. Para Fazer história Ambiental. In **Estudos Históricos**, vol. 4, no. 8, 1991. P. 198-215

A história ambiental apresenta-se hoje como um campo vasto e diversificado de pesquisa. Diferentes aspectos da interação entre sistemas sociais e sistemas naturais são esquadrihados anualmente por milhares de pesquisadores. A produção atual engloba tanto realidades florestais e rurais quanto urbanas e industriais, dialogando com inúmeras questões econômicas, políticas, sociais e culturais.

Dada à magnitude que os problemas ambientais têm assumido em nível mundial, a inclusão da perspectiva do meio ambiente permite repensar temas tradicionalmente tratados pela História, para melhor entender a complexidade da questão relativa à exploração dos recursos naturais, os conflitos ambientais e os crimes “naturais” daí decorrentes.

A partir deste tecido institucional, a História Ambiental sustenta sua pertinência acadêmica e social ao propor um “giro ambiental” em análises históricas. Como campo de estudo busca compreender as lógicas na relação existente entre os grupos humanos e as comunidades naturais das quais formam parte. Quer dizer, se interessa por explicar a forma mediante a qual as forças naturais, ou antropogênicas, tem modificado as paisagens e como estas transformações, por sua vez, tem alterado a vida humana.

Como historiografia transversa, tem a intenção de compreender a formação de espaços vividos, praticados e experimentados por sujeitos subjugados pelo projeto hegemônico do capitalismo e do ultraliberalismo. Sujeitos que experimentam espaços de cruzamentos e de mobilidades pluriétnicas, onde se gestam novas territorialidades, sociedades, identidades e culturas.

História ambiental: a produção de conhecimento interdisciplinar

Depois do que argumentamos até aqui, podemos dizer que levar as questões ambientais para a sala de aula implica em fazer de modo radical a crítica da teoria do progresso. Não se trata de apresentar a linha do tempo em que homens e naturezas se modificam numa escala linear e evolutiva. Trata-se, antes, de construir reflexões sobre uma variedade de tempos e saberes que também se entrelaçam. Ao rejeitar a homogeneidade do tempo e a história humana como a única possível de ser contada, abrimos a possibilidade de conhecer saberes que fogem à lógica da natureza como espaço a serviço do homem e do ganho.

Na medida em que criamos a tarefa de pensar os variados seres existentes na terra, bem como suas articulações em pequena, média e larga escala, possibilitamos que os estudantes reconheçam como legítimas outras formas de conexão entre humanos e não humanos fora da ideia de natureza como “fonte inesgotável” para satisfazer os desejos insaciáveis do grande capital. Trata-se, antes de tudo, de entrelaçar outras formas de convivência com a natureza e com elas aprender a estabelecer uma relação sustentável com o meio ambiente. Por exemplo, territórios indígenas que são constituídos como lugares sagrados, terras quilombolas como espaço de liberdade e ancestralidade, árvores que guardam espíritos, animais, plantas e rios que impõem certos limites à voracidade humana. Com diz Paulo Freire “esse tipo de educação liberta pois não se adapta, antes transforma a realidade, para nela intervir, para recriá-la. É sempre uma educação para a ação” (Freire, 1996, p. 68).

Outro fator importante como condição das pesquisas e do ensino de História ambiental é a ruptura com a perspectiva binária ou dualista. Não apenas como antagonismos entre humano e não humano ou entre natureza e cultura, mas como se organizam numa relação que, embora conflituosa, deve ser entendida como amálgama. Por isso falamos em sistema. Por exemplo, constituir relações entre chuva e as formas de cultivar a terra entre a enxada e o arado. Como afirma Eduardo Viveiros de Castro:

Essas novas imagens da natureza e da sociedade se formam em um contexto histórico marcado pela sinergia entre abordagens estruturais e históricas, por uma tentativa de superação de modelos explicativos monocausais em favor de uma apreensão mais nuançada das relações entre sociedade e natureza. (Castro apud Padua, 2010, p. 93)

A apresentação de uma abordagem menos fatiada dos fatores que organizam a vida é uma das questões apresentadas pelo ensino de história. Fazer pensar de modo mais sistêmico, tentar reagrupar elementos bastante separados pela ciência cartesiana, é uma das missões da História Ambiental. Pensar novamente em rede, como sugere Latour, já citado nesse texto. Por isso vale recorrer a vivências desligadas do tempo único do progresso. Como na experiência contada por Hampatê Bá sobre os ensinamentos dos velhos mestres às crianças no Mali:

Ao fazer uma caminhada pela mata, encontrar um formigueiro dará ao velho mestre a oportunidade de ministrar conhecimentos diversos, de acordo como a natureza dos ouvintes. Ou falará sobre o próprio animal, sobre as leis que governam sua vida e a classe de seres a que pertence, ou dará uma lição de moral às crianças, mostrando-lhe como a vida em comunidade depende da solidariedade e do esquecimento de si mesmo, ou ainda poderá falar sobre conhecimentos mais elevados, se sentir que seus ouvintes poderão compreendê-lo. Qualquer fenômeno observado pode evocar os mistérios da unidade da vida. (Hampatê Ba, 2010, p. 183)

Colocar a aula na estrada, na mata, no rio, no mangue, na montanha, na rua, é dar ao ensino de História Ambiental a condição necessária para a produção do conhecimento ecológico. Ampliando as leituras teóricas e os procedimentos metodológicos, inovando as possibilidades de abordagem e criar, como diz Donald Woster, um novo grupo de historiadores, os ambientais, o que significa

dizer que temos de ir mais fundo, até encontrarmos a própria Terra, entendida como um agente e uma presença na história. Aí descobriremos forças ainda mais fundamentais atuando sobre o tempo. E para apreciar essas forças, devemos de vez enquanto deixar os parlamentos, as salas de parto e as fábricas, abrir todas as portas e vagar pelos campos e florestas, ao ar livre. (Woster, 1991, p. 199)

Produzir reflexão histórica a partir do meio ambiente com a intenção de construir novas sensibilidades ecológicas, por exemplo, pensar não apenas na ingestão do abacate como fruta saudável, mas como é realizada sua cadeia produtiva. Observar diferenças claras entre a produção pelo agronegócio e pela agricultura familiar, pois enquanto a primeira é devastadora a segunda é sustentável e responde pelo consumo regular das populações, sem danos ambientais.

Como sugere Augusto Pádua “o espanto da palavra Natureza está em unificar conceitualmente as incontáveis manifestações de uma realidade extremamente complexa e diversificada, produzindo uma aproximação entre o mais distante e o mais próximo, do Big Bang ao gato de casa” (Padua, 2010, p. 87). Não apenas o conjunto das coisas e movimentos naturais, mas também o caráter e a qualidade essencial de cada coisa, em um sentido ainda mais amplo, a força inerente que dirige o universo (Williams apud Padua, 2010, p. 87). Trata-se de contar uma história que é anterior ao aparecimento do homem, mas que ganha novo sentido na coexistência entre humano e não humano.

Para citar algumas pesquisas...

O ensino da História ambiental, como de resto qualquer ensino de história, não funciona sem o exercício da pesquisa. Desse modo, o lugar do meio ambiente não é vazio ou abstrato. Ele deve aparecer na reflexão histórica a partir de problemas historiográficos concretos como por exemplo, no trabalho de Isabel Parente que, em sua tese de doutorado refletiu sobre a construção da estrada de Ferro de Baturité e suas implicações para a compreensão de um novo tempo no Ceará. A aceleração do tempo, a circulação maior de mercadorias

e os danos ambientais na construção e manutenção do trem entre o final do século XIX e início do século XX. Como sugere Isabel “a ferrovia era a implementação do desenvolvimento técnico ocidental símbolo da modernidade e do progresso, inaugurando um regime em que as “coisas não acontecem mais no tempo mas graças a ele” (Cortez, 2013).

Na dissertação de mestrado de Alberto Rafael, a discussão da temporalização da natureza é enfrentada nas polêmicas discussões acerca dos melhoramentos e avanços tecnológicos no cultivo dos bovinos e suínos. Como acelerar o tempo da pecuária? As inferências dos técnicos e cientistas procuravam definir qual a melhor intervenção na alimentação do gado e nos espaços reduzidos de circulação do bicho. Nessa medida, um curral é tempo pois a técnica define a otimização do tempo. O progresso no século XIX era apresentado a partir de procedimentos técnicos metódicos exigindo conhecimentos com maior exatidão, com vistas a resultados objetivos (Mendes, 2014).

O futuro se coloca como um tempo presente e como tal deve orientar as ações do homem com a natureza já que esta deve ser administrada e disputada por homens da ciência e da técnica em face de conexões diretas com os interesses econômicos e políticos.

Noutro exemplo, Emy Maia (2013) estuda a constituição desse moderno da natureza a partir das varias tentativas de controle e domesticação da água. No estudo de Emy, as obras públicas na cidade de Fortaleza desde o final do século XIX, fazem sumir as águas e as ladeiras da cidade, transformando-a num lugar mais reto, menos líquido e, portanto, mais moderno. As novas configurações do espaço foram buscadas a partir das mudanças nos usos da água: nada de banho em lagoas, lavagem de roupa, pescarias fora das normas, etc. O líquido foi sendo aterrado e controlado para garantir o progresso urbano, traduzido na diminuição da água pelas ruas. Inspirada no estudo de Janes Jorge, diríamos que Emy estudou a água que a cidade perdeu e o novo estilo de vida que teve que encontrar (Jorge, 2006).

Já no semiárido, a tentativa de garantir terra molhada exigiu esforços dos engenheiros na elaboração de proposições sobre a guarda da água pela construção de açudes e poços ou ainda pelo engenhoso projeto que já na primeira metade do XIX se desenhava como uma possibilidade de irrigação das terras cearenses. O estudo de Gabriel Pereira analisa as projeções de canais do rio São Francisco entre 1846 e 1886. No primeiro ano, a proposta em trânsito na Assembleia Provincial do Ceará era a abertura de um canal para comunicar o Rio São Francisco com o Jaguaribe, o que não vingou (Oliveira, 2013).

São exemplos que reelaboram temas já visitados por historiadores, mas que agora recaem sobre os problemas ambientais e ecológicos produzidos por esses acontecimentos. É um redirecionamento de enfoque na perspectiva de estabelecer novas reflexões para o tema da estrada de ferro, da pecuária, da produção do algodão, da escravidão, do abastecimento e constituição da estrutura hidráulica e técnica urbana, etc.

O ensino de História Ambiental tem como imperativo fazer acontecer o deslocamento das ideias e do corpo, mas não em sentido linear, como sugere a teoria do progresso. É antes de tudo um conhecimento que se faz pelos acidentes geográficos, pelas curvas, pela escuridão da mata, pelo segredo que habita o rio, pela chuva, pela água que resiste ao controle, pela resistência dos humanos e não humanos às várias tentativas de destruição do meio ambiente.

Referências

ARAUJO, Hermetes Reis. **Tecnociência e Cultura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre História. In: KOTHE, Flavio R. (org), FERNANDES, Florestan (coord). **Walter Benjamin**. São Paulo: editora Ática, 1977.

BEZERRA, José Nilo. No curso das águas: natureza e cultura nos usos das águas em Aracati Ce. (1830 -1860). In: FUNES, Eurípedes, RIOS, Kenia Sousa, CORTEZ, Ana Isabel, MAIA NETO, Emy Falcão (orgs). **Natureza e Cultura: Capítulos de História Social**. Fortaleza: expressão gráfica e editora, 2013.

BLOCH, Marc. **A terra e seus homens**. São Paulo: editora Edusc, 2011.

CORTEZ, Ana Isabel Parente. Em torno da estrada de ferro de Baturité: a construção de um novo Ceará (1870-1926). In: FUNES, Eurípedes, RIOS, Kenia Sousa, CORTEZ, Ana Isabel, MAIA NETO, Emy Falcão (orgs). **Natureza e Cultura**. Capítulos de História Social. Fortaleza: expressão gráfica e editora, 2013.

FREIRE, Gilberto. **Nordeste**. Barcelona: editora Espase Calpe, 1943.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALAFASSI, Guido P. e ZARILLI, Adrián G. **Ambiente, Sociedade Y Naturaleza – entre la teoría social y la historia**. Buenos Aires: UNQ, 2002.

HAMPATÉ BA. A tradição viva. In: **História Geral da África**. 2ª. edição. Brasília: UNESCO, 2010.

JORGE, Janes. **Tietê, o rio que a cidade perdeu**. São Paulo: editora Alameda, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2006.

LATOUR, Bruno. **Políticas da Natureza**: como fazer ciência na democracia. Bauru/SP: Edusc, 2004.

_____. A Ciência em ação. **Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afóra**. 2 ed. São Paulo: ed. Unesp, 2011.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. Petrópolis: Vozes, 2008.

MAIA NETO, Emy Falcão. A teima das águas: chuvas, riachos e obras públicas em Fortaleza (1810 -1856). In: FUNES, Eurípedes, RIOS, Kenia Sousa, CORTEZ, Ana Isabel, MAIA NETO, Emy Falcão (orgs). **Natureza e Cultura**. Capítulos de História Social. Fortaleza: expressão gráfica e editora, 2013.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História Ambiental no Brasil**. São Paulo: editora Cortez. 2006).

MENDES, Alberto Rafael Ribeiro. Pecuária Semi-Selvagem: ciência, natureza e tempo no Ceará do século XIX. **Anais do IV Seminário Internacional de História e Historiografia**, UFMT, 2014.

OLIVEIRA, Gabriel Pereira de. Um pedaço de rio que não existiu. A transposição do São Francisco em meados do século XIX. In: FUNES, Eurípedes, RIOS, Kenia Sousa, CORTEZ, Ana Isabel, MAIA NETO, Emy Falcão (orgs). **Natureza e Cultura**. Capítulos de História Social. Fortaleza: expressão gráfica e editora, 2013.

PADUA, José Augusto. A Bases Teóricas da História Ambiental. In: **Revista Estudos Avançados**. n.24, 2010.

RIBEIRO E SILVA, Kamillo Karol. No meio do Caminho. Lugares de abrigo nas enchentes do Rio Jaguaribe. CE. (1960, 1974 e 1985). In: FUNES, Eurípedes, RIOS, Kenia Sousa, CORTEZ, Ana Isabel, MAIA NETO, Emy Falcão (orgs). **Natureza e Cultura**. Capítulos de História Social. Fortaleza: expressão gráfica e editora, 2013.

SINDHU, Karuna. A lenda do Bicho do Rio: imaginário e memória do Rio Jaguaribe. In: FUNES, Eurípedes, RIOS, Kenia Sousa, CORTEZ, Ana Isabel, MAIA NETO, Emy Falcão (orgs). **Natureza e Cultura**. Capítulos de História Social. Fortaleza: expressão gráfica e editora, 2013.

SANTOS. Paulo Cesar dos. Instruções e intenções. Ciência e natureza nas instruções de trabalho da comissão científica de 1859 no Ceará. In: FUNES, Eurípedes, RIOS, Kenia Sousa, CORTEZ, Ana Isabel, MAIA NETO, Emy Falcão (orgs). **Natureza e Cultura**. Capítulos de História Social. Fortaleza: expressão gráfica e editora, 2013.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Edusp, 2013.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. In: **Revista Estudo Históricos**. V 4, n.8, 1991.

NAS NARRATIVAS DE DONA MAROCA: POSSIBILIDADES DE INTERSECÇÃO ENTRE GÊNERO, TRABALHO NA HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE–PARINTINS/AMAZONAS (1960-2009)²

Júlio Claudio da Silva

Iraíldes Caldas Torres

Introdução

Como a pesca do camarão expressa a divisão sexual do trabalho e demarca a relação de gênero na comunidade de São Sebastião da Brasília, ao longo da segunda metade do século XX e limiar do século XXI? A partir da análise de entrevistas feitas com colaboradores ligados direta ou indiretamente à pesca do camarão, o presente artigo busca responder esta questão. Pertencente ao perímetro rural, a comunidade de São Sebastião da Brasília situa-se à margem esquerda do rio Amazonas, em frente à cidade de Parintins, estado do Amazonas. Tem como limites o Paraná do Espírito Santo ao norte, o rio Amazonas ao sul, a comunidade de Catispera a leste e São José a oeste (Brasil, 2016). Em São Sebastião da Brasília residem cerca de 35 famílias, que construíram suas casas de palafitas dispersas pelo terreno da comunidade. As atividades socioeconômicas desenvolvidas nas unidades produtivas familiares e comunitárias são organizadas considerando o período da cheia e da vazante.

A atividade pesqueira destaca-se como a principal atividade socioeconômica e cultural para a maioria das famílias em São Sebastião da Brasília, especialmente a pesca do camarão, sendo esta uma das principais referências da comunidade, que possui vários lagos – Treme, Cigana, Rapariga – com grande riqueza piscosa e em crustáceos (Brasil, 2016). A comunidade também desenvolve atividades agrícolas como o cultivo de hortaliças tais como: cebolinha, couve, coentro, tomate, pimenta-de-cheiro, mandioca, milho, feijão, maxixe, melancia, melão, jerimum etc. E criam, para a sua subsistência e venda na cidade de Parintins, galinhas, patos, perus e porcos.

² Este artigo apresenta resultados parciais dos projetos de pesquisa, a saber. Projeto Universal FAPEAM “Entrelaçamento entre gênero, agroecologia e transferência de tecnologia em cinco comunidades do Baixo Amazonas (Parintins e Maués): manejo e produção de alimentos pelas mulheres das florestas e das águas”, coordenado pela professora Iraíldes Caldas Torres.

Projeto “Gênero e trabalho na Comunidade de São Sebastião da Brasília Parintins/AM” desenvolvida por de Júlio Cláudio da Silva, no âmbito do Programa Nacional de Pós-Doutorado, Edital n.º 004/2017–PROPESP/PPGSCA-UFAM, sob supervisão da Professora Iraíldes Caldas Torres.

Além de sua importância socioeconômica, a pesca do camarão também é um demarcador das relações de gêneros, pois é uma atividade que envolve a participação direta de mulheres, que, desde crianças, vivenciam as experiências de pescadoras da várzea. Vale sublinhar que essas mulheres também desempenham atividades ligadas à agricultura familiar tais como o cultivo das hortaliças e ervas medicinais em canteiros suspensos, chamados de jiraus. Sobre esta segunda atividade, Torres (2004) observa que na Amazônia o trabalho feminino – na área rural, na agricultura familiar – é visto como coadjuvante, e as mulheres trabalhadoras são tidas como ajudantes de seus pais, irmãos e maridos. À luz desta análise de Torres, indagamo-nos em que medida, no caso específico da pesca artesanal do camarão na comunidade de São Sebastião da Brasília, é possível identificarmos esta visão de trabalho? Ao menos no caso desta comunidade, são as mulheres quem assumem o protagonismo na pesca do camarão, e, quando os homens da comunidade dela participam, fazem-no no papel de ajudantes.

No período da cheia, mesmo com os estoques pesqueiros limitados, as atividades da pesca continuam a desempenhar papel fundamental na economia doméstica, e a captura se volta para as espécies que não estão no defeso. Como muitas pescadoras e pescadores possuem vínculo com a Colônia Z-17 (Colônia de Pescadores Artesanais de Parintins) e com o Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Artesanais de Parintins – SINDPESCA, estes recebem os benefícios proporcionados pelo seguro-defeso, que representa também importante contribuição financeira para a manutenção do lar no período da cheia (Brasil, 2016).

Portanto, os pescadores e pescadoras da comunidade de São Sebastião da Brasília vivenciam o que Iraildes Caldas Torres definiu como uma realidade socioambiental caracterizada por relações dinâmicas com a terra, a água e os elementos da floresta de igapó (Torres, 2004). É dessa relação de convivência com a várzea que homens e mulheres retiram parte significativa de sua subsistência socioeconômica, principalmente através da pesca do camarão, um marco da cultura e economia local.

No município de Parintins, a pesca é uma atividade econômica mobilizadora de mão de obra dos vários membros das famílias nela envolvidos. Essa atividade garante, em parte ou na totalidade, a subsistência alimentar das respectivas famílias (Chayanov, 1970). Nas comunidades de São Sebastião da Brasília e Catispera, a atividade pesqueira envolve as esposas, filhos e netos. Em geral, o processo de mobilização é marcado pela verticalidade da estrutura

familiar. Contudo, em alguns momentos, a mobilização envolve membros colaterais, incorporando o labor de irmãos, primos e sobrinhos. Neste caso, a parceria com esses membros familiares é retribuída através da partilha do produto ou do recurso obtido.

Neste microcosmo do trabalho, na comunidade de São Sebastião da Brasília, identificamos o protagonismo feminino na relevante atividade pesqueira do camarão. Nesta comunidade o trabalho pesqueiro feminino de camarão não se caracteriza por ser uma atividade acessória ou auxiliar às desempenhadas por maridos, pais ou irmãos. O trabalho pesqueiro feminino de camarão é protagonizado pelas mulheres e assume uma centralidade estratégica no âmbito da obtenção de recursos financeiros, a partir da sua comercialização na sede da cidade de Parintins.

Uma análise comparativa do comércio do camarão e do peixe revela-nos serem esses produtos comercializados na frente da cidade de Parintins pelos próprios moradores, embora uma parte da produção de pescado seja entregue a atravessadores, cabendo a estes comerciantes a prerrogativa de regular os preços das mercadorias. Por outro lado, o comércio do camarão praticado na sede da cidade é feito diretamente pelas mulheres camaroeiras, como elas se definem. Tal condição lhes permite a prerrogativa do controle e da fixação de preços, não ocorridos com os demais produtos pesqueiros. Nesse sentido, a partir da adoção da metodologia da história oral, é possível verificar como a pesca do camarão expressa a divisão sexual do trabalho e demarca a relação de gêneros na comunidade de São Sebastião da Brasília, zona rural do município de Parintins.

Da história oral na Amazônia

Nas últimas nove décadas a disciplina História passou por significativas transformações. Não foi por acaso que os impactos produzidos pela Revista dos Annales, fundada em 1929, foram definidos no clássico de Peter Burke como *A Revolução Francesa da historiografia* (Burke, 1991). Uma das principais contribuições do grupo dos Annales e seus seguidores parece ter sido o estabelecimento de um diálogo constante com outras disciplinas das Ciências Sociais, Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Geografia, Economia, Psicologia, entre outras. A interdisciplinaridade, defendida por Marc Bloch e Lucien Febvre, resultou no alargamento das temáticas da história. Todo e qualquer rastro, derivado da ação humana ao longo do tempo, passou a

receber o estatuto de fonte histórica (Bloch, 2001, Burke, 1991). Na esteira das inovações historiográficas está a adoção de novas fontes, novos problemas e novos objetos da pesquisa histórica. Assim como a incorporação do gênero como categoria analítica (Scott, 1996), da história oral como metodologia de pesquisa (Alberti, 2005) e da história do tempo presente como um recorte da história contemporânea contemplando eventos ocorridos a partir da ascensão do nazismo e da Segunda Guerra Mundial (Motta, 2012, p. 33). Os desdobramentos da Revolução Francesa da Historiografia parecem apontar cada vez mais para a ampliação das possibilidades de pesquisa histórica.

Nesta perspectiva, pretendemos recuperar aspectos da história do trabalho ligados à pesca do camarão na comunidade de São Sebastião da Brasília a partir da trajetória da pescadora e agricultora aposentada Dona Maroca, entre o início de sua atividade pesqueira, provavelmente na década de 1960 e 2009, data da criação da última lei de pesca. Pretendemos verificar como a pesca do camarão expressa a divisão sexual do trabalho e demarca a relação de gênero na comunidade de São Sebastião da Brasília, zona rural do município de Parintins, interior do estado do Amazonas.

Segundo Verena Alberti, a história oral é uma metodologia de pesquisa “e de constituição de fontes para o estudo de eventos ocorridos, mormente após a segunda metade do século XX” (Alberti, 2011, p. 155). Por essa particularidade, é possível afirmar ser a história oral uma metodologia interdisciplinar, pelo uso das ferramentas teóricas de diferentes disciplinas das Ciências Humanas, como a Antropologia, a História, a Literatura, a Sociologia, a Psicologia, entre outras, além de ser aplicável em diversas áreas de conhecimento como a Educação, a Economia, as Engenharias, a Administração, o Serviço Social, o Teatro, a Música, entre outras (Alberti, 2011, p. 164-165).

A história oral é uma metodologia de pesquisa que possibilita o conhecimento e o registro de testemunhos e experiências de múltiplas possibilidades de “formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade” (Alberti, 2011, p. 164). Nesse sentido, parece-nos uma ferramenta útil para os estudos das comunidades amazônicas, seus processos de construção de memória, bem como suas experiências relativas ao trabalho com a pesca de camarão em São Sebastião da Brasília.

Michel Pollak observa ser a memória fruto de um processo de organização, e “a sua organização” se dá “em função das preocupações pessoais e políticas do momento” em que é construída. O ato de lembrar, rememorar, é uma construção, sendo que este processo de organização da memória pode ser consciente ou inconsciente. “O que a memória individual grava, recalca,

exclui, relembra é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização” (Pollak, 1992, p. 5).

Talvez uma das características mais marcantes da história oral seja a de permitir uma tipologia de fonte ou registro bem particular: “o registro de testemunhos e o acesso a ‘histórias dentro da história’ e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado” (Alberti, 2011, p. 155). O testemunho oral, registrado na entrevista, é o ponto central da investigação, e nunca um elemento acessório (Alberti, 2011, p. 171). O uso da narrativa oral permite-nos esclarecer “trajetórias individuais, eventos ou processos”. Muitas vezes, sem a adoção dessa metodologia, estes eventos ou processos não poderiam ser “entendidos ou elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos” (Alberti, 2011, p. 171).

A história oral funciona como um farol capaz de focar a espessa camada na qual estão inseridos homens e mulheres, trabalhadores da base da pirâmide social, registrando suas memórias e experiências sobre o trabalho tal como, no caso deste trabalho, a pesca do camarão. Uma importante crítica feita ao uso das biografias e trajetórias diz respeito ao papel do sujeito e ao lugar do indivíduo no contexto social. Os estudiosos das biografias enfrentam o desafio de não cair em uma história cronológica e pouco problemática.

A prática de apreensão de narrativas, feita através do uso de meios eletrônicos e destinada a recolher testemunhos, promove a análise de processos sociais do presente e facilita o conhecimento do meio imediato. Neste texto, os registros foram analisados visando a compreender os processos de construção de identidades e memórias coletivas. Os limites deste texto não permitem trazer à baila todos os colaboradores da pesquisa que o gerou. Contudo, vale registro de que entre os atores sociais escolhidos para o desenvolvimento da pesquisa estão as mulheres ligadas ao trabalho com o camarão, sua pesca e venda, e as participantes de associações que as acolham, na Comunidade de São Sebastião da Brasília, Parintins/Amazonas.

Relações de gênero e trabalho na Amazônia

Embora existam alguns trabalhos dedicados ou que contemplem as mulheres camaroeiras de São Sebastião da Brasília (Brasil, 2016; Guerreiro, 2013), parece haver certo silêncio, nesses mesmos trabalhos, a respeito das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho naquelas vidas. Como já

salientou Michelle Perrot (2007), “escrever a história das *mulheres*” é retirá-las “do silêncio” no qual estão confinadas. Rachel Soihet e Joana Maria Pedro identificaram uma contribuição fundamental e recíproca entre a história das “mulheres” e o movimento feminista. Para os historiadores sociais, as mulheres eram uma categoria homogênea, biologicamente feminina, com papéis e contextos diferentes, mas com essência comum. As tensões presentes nesses dois campos – a história das “mulheres” e o movimento feminista – combinaram e convergiram para o questionamento da categoria “mulheres” e introduziram a “*diferença*” como um problema a ser analisado. À luz desse processo evidenciam-se as contradições e impossibilidades de se pensar uma identidade comum no interior da categoria “mulheres” (Soihet & Pedro, 2007, p. 287).

Ao mesmo tempo, a oposição das categorias “mulher” e “homem” não é suficiente para explicar a primeira, mas sim as “desigualdades e relações de poder”. Segundo Soihet e Pedro, gênero é uma categoria “tomada de empréstimo à gramática” e que, ao ser apropriada pelas ciências sociais, assume outra conotação e passa a significar “a distinção entre atributos culturais alocados a cada um dos sexos e a dimensão biológica dos seres humanos” (Soihet & Pedro, 2007, p. 288). A principal contribuição resultante na análise de gêneros está em lançar luz sobre a invisibilidade, do ponto de vista analítico, de parte da humanidade: as mulheres. Além disso, seu uso evidencia o “quanto os homens são produtos do meio social, e, portanto, sua condição é variável” (Soihet & Pedro, 2007, p. 288). Joan Scott observa serem as relações de gênero a primeira forma de “significar as relações de poder”, ou ainda, “gênero é um campo primeiro do seio do qual ou por meio do qual o poder é articulado” (Scott, 1996, p. 16).

Alguns estudos sobre o trabalho feminino permitem uma classificação dentro dos parâmetros estabelecidos pelos estudos de gênero. Para Torres (2012), apesar da maior disponibilidade de tempo do trabalho feminino em relação ao dos homens, este permanece invisível para os estudos de economia e da sociologia do trabalho. Segundo Murrieta e Winklerprins (2006), não obstante as incumbências das tarefas domésticas e das relativas às atividades produtivas no espaço público, as mulheres estão passíveis de pressões masculinas.

A obra de Soares & Scherer (2013) destaca como as atividades domésticas femininas não são percebidas como trabalho, por não estarem ligadas à geração de renda. Segundo Almeida (2001), o trabalho feminino no âmbito da pesca não é reconhecido pelo homem como trabalho em si, mas definido

como auxílio ao trabalho masculino. As análises dos autores apontam para a dicotomia entre trabalho doméstico e público (pesca). As hierarquias entre os trabalhos femininos e masculinos são uma das marcas das desigualdades nas relações de gênero das sociedades ocidentais, contudo elas demandam uma investigação à luz das especificidades e experiências concretas na Amazônia.

Assim sendo, parece-nos relevante a investigação em perspectiva interdisciplinar do trabalho feminino na Comunidade de São Sebastião da Brasília, de forma que, a partir do registro das experiências dessas mulheres, é possível verificar em que medida a divisão social do trabalho expressa uma hierarquia nas relações de gênero daquela comunidade.

Das memórias da divisão sexual do trabalho

Dez colaboradores, entre homens e mulheres, compuseram o universo da pesquisa geradora deste texto. Os colaboradores têm como características de seu perfil o fato de terem nascido, morado ou ainda morarem na Comunidade de São Sebastião da Brasília. Entre as mulheres, todas trabalham ou trabalharam com a pesca do camarão. E os homens testemunham aspectos das experiências dessas mulheres com o trabalho da pesca do camarão ou compartilham memória a respeito desta.

O uso da metodologia da história oral permite-nos registrar as experiências desses homens e mulheres com a pesca do camarão e suas memórias sobre as origens dessa atividade pesqueira, do comércio em Parintins e das experiências com a seguridade social. Nos relatos sobre a organização e experiências de trabalho na comunidade de São Sebastião da Brasília, emergem dados e referências, para além das sugeridas ou apresentadas em nosso roteiro de temas³. Os processos de construção de memória dos colaboradores revelam testemunhos e experiências sobre o tempo do cultivo da juta naquela comunidade, assim como as estratégias para a superação das dificuldades relativas a este cultivo, a partir da divisão sexual do trabalho, aquela orientada pelas relações de gênero características de uma sociedade patriarcal.

Peter N. Stearns, em sua obra *História das relações de gênero*, faz um estudo que o remete ao passado mais remoto, com o surgimento das civilizações da Mesopotâmia e do Egito, a fim de historicizar as origens das desigualdades derivadas desta relação. Na fase da humanidade que antecede a formação das civilizações, no momento de surgimento da agricultura, há o “deslocamento

³ Para a realização desta pesquisa adotamos a modalidade história oral temática.

da caça e coleta para a agricultura”. Este processo põe fim, ainda que de modo gradual, ao antigo sistema caracterizado pela “considerável igualdade entre homens e mulheres”. Esta relativa igualdade estava presente na divisão do trabalho. “Na caça e na coleta, ambos os sexos, trabalhando separados, contribuíam com bens econômicos importantes” (Stearns, 2007, p. 34). Neste sentido, é possível afirmarmos serem a “ascensão e o aprofundamento dos sistemas patriarcais de relações de gênero” parte integrante do “leque organizacional característico de civilizações” (ibid.).

Segundo Márcia Alves da Silva (2012, p.12), o conceito de divisão sexual do trabalho está contido no interior das teorias feministas e é central para os estudos dedicados ao trabalho feminino. Sua adoção tem possibilitado a análise articulada das trajetórias de gênero e trabalho. Todavia é preciso ressaltar serem homens e mulheres frutos de uma construção social, e não de um destino biológico inexorável.

Hirata e Kergoat, no artigo “Novas configurações da divisão sexual do trabalho”, apresentam um breve histórico do surgimento do conceito de divisão sexual do trabalho. Segundo as autoras, este conceito foi adotado pela primeira vez pelos etnólogos para nomear o processo de divisão de tarefas entre homens e mulheres. Claude Lévi-Strauss foi um dos principais nomes a adotá-lo em seus estudos explicativos da estruturação das famílias. Contudo, foram as antropólogas feministas que ressemantizaram este conceito, substituindo o seu sentido de complementariedade pelo de relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres (Silva, 2012, p. 2).

A partir dessa nova perspectiva analítica, Kergoat definirá a divisão sexual do trabalho como sendo “a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é adaptada historicamente e a cada sociedade (2003, p. 55-56). É nessa perspectiva analítica, orientada pelo conceito de divisão sexual do trabalho, que buscamos analisar e compreender o ser mulher camareira na comunidade de São Sebastião da Brasília.

Segundo Maria Cristina Maneschy, nas duas décadas subsequentes à promulgação da Constituição de 1988 houve o crescimento da visibilidade, no âmbito social e político, das mulheres atuantes no setor de pesca artesanal. Tal fenômeno se traduz no crescimento do registro de mulheres, na rubrica de pescadoras, nas respectivas entidades de classe. Ao mesmo tempo, a Lei de Pesca permitiu uma definição ampliada desses profissionais, resultando no “reconhecimento das mulheres enquanto agentes produtivos nesse setor, até há pouco visto como formado fundamentalmente por homens” (Maneschy, 2013, p. 1).

A definição do que é a pesca artesanal, a partir da Lei de Pesca de 2009, passou a incluir o “processamento do produto da pesca artesanal”⁴. Nesse sentido, a Lei de Pesca passou a reconhecer como atividades inerentes à pesca artesanal as tarefas realizadas após a captura do pescado (Maneschy, 2013, p. 1). No caso da pesca artesanal do camarão, no entorno da Comunidade de São Sebastião da Brasília, incluem o salgamento e cozimento do pescado para a posterior venda.

A atividade de pesca – captura do pescado – já fazia parte da lei anterior, contemplando, inclusive, as marisqueiras da costa do Nordeste e as pescadoras de camarão da bacia do Amazonas. Não obstante o amparo da lei, as pescadoras não faziam os seus registros profissionais, não possuíam uma atuação expressiva em suas entidades de classe nem estavam presentes nas estatísticas relativas às suas atividades profissionais (Maneschy, 2013, p. 1).

Ainda segundo Maneschy, vários fatores, no âmbito político, social e cultural, contribuíram para este quadro de invisibilidade de mulheres envolvidas com o trabalho da pesca. “Em primeiro lugar, as características da sua inserção na pesca, que tende a se dar de maneira flutuante, ou descontínua; ademais, muitas vezes o fazem para promover diretamente o consumo do lar e, assim, sem passar pelo mercado” (Maneschy, 2013, p. 2). Tendo em vista os registros de memórias, da divisão sexual do trabalho, dos testemunhos e das experiências ligadas à pesca do camarão, por parte das mulheres da Comunidade de São Sebastião da Brasília, duas questões, a saber, emergem. Seria essa assertiva totalmente aplicável às mulheres camaroeiras da Brasília, com suas bancas ao lado do Mercado Municipal de Parintins? Em que medida o lugar das mulheres, na divisão sexual do trabalho, reverbera certo obscurecimento das atividades femininas em função da combinação das atividades “...produtivas e reprodutivas, muitas vezes (...) [praticadas] no mesmo tempo e lugar” (Maneschy, 2013, p. 2)?

Para tentar responder a essas e outras perguntas norteadoras da pesquisa geradora deste artigo, entrevistamos dez colaboradores entre mulheres e homens⁵. As repostas apresentadas por todos os colaboradores, ao longo das entrevistas, remetem de algum modo à divisão sexual do trabalho na Comunidade de São Sebastião da Brasília.

⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2018.

⁵ Antônio Soares Ribeiro Filho, aposentado, 76; Luzia Cândida Silva, pescadora, 59; Maria do Carmo Xavier da Silva, aposentada, 85; Maria do Rosário Anjos Ribeiro, pescadora e agricultora, 59; Maria Gorete Costa Ribeiro, pescadora e agricultora, 45; José das Graças Martins da Silva, aposentada, 68; Maria do Perpétuo Socorro Xavier da Silva, professora, 55; Renato Lopes Conceição, aposentado, 66; Valdo Monteiro Gama (Fadô), aposentado, 65; Marcos da Luz, economista, vereador e presidente da Cooperativa de Pescadores, 58.

As dez entrevistas gravadas, algumas delas inteiramente filmadas, contêm relatos ricos e detalhados de temas que, muitas vezes, fogem parcial ou totalmente aos objetivos da pesquisa. São narrativas instigantes, como a descrição do trabalho com a juta na Comunidade da Brasília, fornecidas pelos senhores Antônio Soares Ribeiro Filho, Renato Lopes Conceição e Valdo Monteiro Gama (Fadô). Uma conclusão preliminar talvez nos leve a pensar serem essas opções por uma narrativa de si, narrativas do trabalho com a juta, reflexo das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho, no seio daquela comunidade. Não obstante o manancial temático contido nessas narrativas, foi preciso identificar um fio a seguir. Referimo-nos ao encadeamento narrativo condutor, similar a uma linha, capaz de guiar-nos por uma rede de relações, temas e memórias presentes no conjunto das referidas entrevistas.

O fio a ser seguido é o relato da mais idosa colaboradora, Dona Maroca. Suas narrativas de si, da juta e da pesca do camarão revelaram-se icônicas da divisão sexual do trabalho, das relações de gênero e das possibilidades de ressignificação deste trabalho e empoderamento daquelas mulheres.

Oralidade, gênero e trabalho nas memórias de Dona Maroca

Maria do Carmo Xavier da Silva, a dona Maroca, foi a pescadora de camarão mais idosa localizada nesta pesquisa. Nascida na boca do Paraná do Ramos em 16 de julho de 1931, na ocasião da entrevista contava oitenta e cinco anos de idade. Casada por duas vezes, foi mãe de doze filhos: José Celone Lopes Conceição (falecido), Renato Lopes Conceição, Maria José Lopes Conceição, Luzia Cândida da Silva Gomes, Maria do Perpétuo Socorro Xavier da Silva, Manuel Evaldo Xavier da Silva, Francisco Edvaldo Xavier da Silva, Sonira das Graças da Silva Batista, Vilma Tânia Xavier da Silva, Edeilson Xavier da Silva, Vivaldo Ribeiro da Silva Filho, Margarete Xavier da Silva. O primeiro casamento “não deu certo”; após separar-se do primeiro marido, casou-se com o segundo, com quem vivia até a ocasião da entrevista⁶.

Indagada sobre sua escolaridade, Dona Maroca responde é “só o primeiro ano”. Na época da sua idade escolar não havia professores disponíveis na Brasília, no Paraná do Espírito Santo, e a sua mãe não dispunha de recursos para transferi-la para a sede do município de Parintins. Por isso, “eu só sei escrever meu nome, ler algumas palavras; isso que eu sei”. Católica, aposentou-se por idade, ao completar sessenta anos. Sua família tem origem na região

⁶ Entrevista com dona Maria do Carmo Xavier da Silva, realizada por Júlio Claudio da Silva, na residência da entrevistada, na cidade de Parintins, no dia 31 de março de 2017.

do lago do Zé Açú, onde teriam nascido a sua avó materna e a sua mãe. Posteriormente a família deslocou-se para a região do Paraná do Espírito Santo.⁷

Dona Maroca chegou à comunidade de São Sebastião da Brasília com o segundo marido. Sua narrativa sobre o fim do primeiro casamento é reveladora de um dos elementos caracterizadores das desigualdades presentes nas relações de gênero, a violência. O primeiro esposo “bebia muito, queria me maltratar, e eu com esses três filhos aí, eu tive que dar o fora de lá. Ele bebia muito e só andava me prometendo morte. Eu não queria morrer ainda, né? Aí eu saí fora”.⁸

Nossa colaboradora não sabe precisar o período em que se mudou para a comunidade de São Sebastião da Brasília com o segundo esposo. Contudo, como a sua primeira filha do segundo casamento, Maria do Perpétuo Socorro Xavier da Silva, nasceu no ano de 1962, provavelmente a mudança se deu na década de 1950. Segundo o seu processo de construção de memória, a sua filha Maria José teria nascido lá: “Deixa eu ver, é, a Maria José, ela com... eu não sei se é cinquenta e três, é uma coisa assim. É a menina que eu tive lá”.⁹

Dona Maria do Carmo Xavier da Silva chegara à Comunidade da Brasília durante o período da juta. Nesta ocasião, o seu trabalho, o do seu marido e o de familiares esteve ligado a este cultivo.¹⁰

Paralelamente ao plantio da juta, dona Maria do Carmo Xavier da Silva, seu marido e o filho mais velho também produziam outros gêneros agrícolas, a saber: “Plantava, assim, macaxeira, melancia, melão. Tudo isso nós plantava com ele”. Segundo o seu relato, esses gêneros eram, basicamente, para a subsistência familiar. O excedente poderia ser vendido: “Não, era nossa despesa, aí já depois de eu pagar tudo o banco, aí eu plantava, nós comia e vendia pra quem fosse comprar. Era assim”.¹¹

O processo de construção de memória de dona Maria do Carmo Xavier da Silva não recupera o período exato do início de sua atividade de pesca do camarão. Contudo localiza-o, aproximadamente, no décimo quinto aniversário de seu filho o início desta atividade pesqueira. “Esse aqui, que era o mais velho, ele estava com uns quinze anos quando nós começamos a pescar o camarão”. Muito provavelmente isto ocorreu na década de 1960.¹²

⁷ Idem.

⁸ Idem.

⁹ Idem. Dado os limites deste artigo optamos por analisar somente as memórias relativas a pesca do camarão na comunidade de São Sebastião da Brasília.

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem.

¹² Idem.

Indagada sobre a origem da pesca do camarão na Comunidade de São Sebastião da Brasília, dona Maria do Carmo Xavier da Silva explica ter sido uma iniciativa de uma parente do seu esposo, Vivaldo Ribeiro da Silva:

Era, era uma prima dele e lá ela começou a pegar os camarão e quando foi um dia ela saiu, pegou um bocado de camarão e veio pra Parintins vender e lá vendeu tudinho; quando ela chegou pra lá, ela espalhou, e aí o pessoal e até eu pelo meio me meti pra pegar camarão pra vender.¹³

Iraildes Caldas Torres já salientou o quanto a “cultura do patriarcado” se caracteriza por privilegiar “o sistema de relações patrimonialistas do tipo pai e filha; marido e mulher; irmão e irmã; senhor e escravo; senhor/animais e demais propriedades” (Torres, 2005, p. 25). Nessa passagem demonstra a perda da pujança do patriarcado e a emergência dos estudos de gênero, e, também, como as assimetrias e desigualdades de gênero são uma expressão das relações de poder e uma construção social. Todavia interessa-nos apreender a reflexão da autora para, a partir dela, percebermos como muitas vezes a memória de homens e mulheres pode estar impregnada dessas referências patriarcais patrimonialistas. No processo de construção de memória, dona Maroca primeiramente atrela a identificação da camaroeira precursora ao nome do senhor Vivaldo Ribeiro da Silva para, posteriormente, conseguir recuperar o seu nome.

A camaroeira pioneira teria sido a senhora Ana Ribeiro, moradora, na época da entrevista, na Vila Amazônia. Segundo dona Maria do Carmo Xavier da Silva, iniciada por Ana Ribeiro, a pesca era escoada para a cidade de Parintins, onde era vendida.

Pra vender aqui na cidade, já pensou de... naquele tempo era três mil-réis que era o frasco do camarão, e quando começou assim, né? Aí foi subindo, foi subindo e hoje tá dez reais o litro. Naquele tempo era mil-réis, era três mil-réis.¹⁴

A nova atividade econômica, a pesca do camarão, preservava a estrutura do trabalho familiar. Em torno de si, dona Maria do Carmo Xavier da Silva reunia um grupo de mulheres constituído por parentes e comadres. “Eu! Eu com minha filha e a Ritinha, minha cunhada, tinha a comadre, tinha ela também. Nós reunia toda aquela turma e ia pescar camarão, lá tinha muita gente”.¹⁵

A pesca de camarão não era uma atividade exclusiva das mulheres, mas estas constituíam a maioria dos que trabalhavam nela: “os homens também iam, mas a maior parte era mulher”.¹⁶ Contudo, o relato de nossa colabora-

¹³ Idem.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem.

dora não deixa clara a lógica da divisão sexual do trabalho estabelecida entre aqueles homens e mulheres. Por que homens e mulheres não se dedicavam à pesca do mesmo produto? Tal divisão guarda alguma relação com o tempo necessário para a realização da pesca do camarão em relação à do peixe? Segundo dona Maria do Carmo Xavier da Silva, essa divisão aconteceu “porque os homens iam pro lago pescar outras coisas, peixes essas coisas, trabalhar também, roçar campo pros outros e assim”.¹⁷

À guisa de conclusão

Em seu estudo sobre a divisão sexual do trabalho, Andréa Siqueira demonstra o caráter hierárquico desta separação: “idealmente, em termos de relação de gênero, o homem é considerado o provedor da família, enquanto a mulher é responsável pelo trabalho doméstico e pelo cuidado com as crianças” (Siqueira, 2006, p. 266-267). Sem vocalizar, exatamente, quais são as balizas demarcadoras das fronteiras da divisão sexual do trabalho masculino e do feminino, dona Maroca reitera o compromisso daquele na composição do orçamento familiar. “Havia porque eles tinham também que ajudar a gente, né? Não era só o camarão, tinha que ajudar a gente pra comprar uma comida, comprar uma roupa pros filhos”. Aparentemente caberia ao homem fornecer uma quantidade maior de recurso financeiro, em relação à mulher.¹⁸

Em função do tempo dispensado para a pesca do camarão, seria esta uma estratégia feminina para poderem dividir-se entre esta atividade e outras? Vários relatos indicam ser a pesca de camarão realizada por elementos do mesmo núcleo familiar ou pela organização de parcerias. Segundo dona Maroca, “então a gente se juntava as mulheradas pra gente pegar camarão, e eles se botavam a pescar o peixe”. Além de demarcar uma divisão sexual do trabalho, em termos práticos a pesca do peixe tem uma função acessória, na medida em que fornece matéria importante para a pesca do camarão, a isca. “Mesmo porque, quando eles chegavam, a gente pegava um pouco daquele peixe pra fazer isca do camarão”.¹⁹

O relato de dona Maria do Carmo Xavier da Silva parece indicar que a divisão sexual do trabalho, estabelecida no momento da pesca do camarão e dos peixes feita nos lagos das cercanias da Comunidade de São Sebastião da Brasília, atravessa o rio Amazonas e instala-se na frente da cidade de Parintins.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Idem.

Referimo-nos à última fase dessas atividades econômicas: o comércio do peixe e do camarão. “Quando eles chegavam do lago, eles vinham vender o peixe, e nós vinha vender o camarão.”²⁰

Segundo dona Maria do Carmo Xavier da Silva, os maridos vinham com suas respectivas esposas vender os seus produtos junto ao Mercado Municipal de Parintins. “Mas todo mundo era junto, cada marido era com mulher lá pra vender; eles vendiam o peixe; terminava, vinha ajudar a mulher terminar de vender o camarão” – o peixe, no interior do mercado, e o camarão, na parte externa. “Tinha aquela rampa? De lá de cima? Lá que a gente vendia os camarão, cada qual tinha sua banca lá”.²¹

A justificativa apresentada por nossa colaboradora para esta divisão espacial, o locus no qual se situam os dois produtos, seria o odor característico do peixe. “Porque eles vendiam o peixe lá, e o peixe bate aquele pitiú, compreendeu? Batia aquele pitiú e pegava no camarão, o camarão tinha que ser livre. É assim que é, mestre!”²²

A história oral nos possibilita registrar as múltiplas possibilidades de organização social do trabalho e dos modos de vida nas comunidades amazônicas. O uso articulado das categorias gênero e divisão sexual do trabalho nos possibilita iluminar analisar os significados da divisão de tarefas e até dos espaços estabelecidas no universo da pesca artesanal e comércio de camarão na comunidade de São Sebastião da Brasília.

Referências

ALBERTI, Verena. Fontes orais: História dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo, Contexto, 2005.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro Jorge Zahar Editor, 2001.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia**: a Escola dos Annales 1929-1989 / São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

BRASIL, João Bosco dos Santos. **Mulheres pescadoras da várzea do município de Parintins – AM**: a pesca do camarão nas comunidades da Brasília e Catispera. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

²⁰ Idem.

²¹ Idem.

²² Idem.

GUERREIRO, Ana Regina Pantoja. **História e memória de mulheres camaro-eiras da comunidade de São Sebastião da Brasília, Parintins – AM**. Programa de Apoio à Iniciação Científica – PAIC. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM. Universidade do Estado do Amazonas – UEA. 2012-2013.

MANESCHY, Maria Cristina. Mulheres na pesca artesanal: trajetórias, identidades e papéis em um porto pesqueiro no litoral do estado do Pará. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Sérvo. (Org.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. 1ed. Niterói: Alternativa, 2013.

MURRIETA, Rui; WINKLERPRINS, Antoinette. “Eu adoro flores!”: gênero, estética e experimentação agrícola em jardins e quintais de mulheres caboclas, Baixo Amazonas, Brasil. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Org.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2007.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Tradução Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1996.

SILVA, Márcia Alves da. Discutindo gênero através do trabalho artesanal. In: **IX Seminário da Pesquisa em Educação da Região Sul/ANPEDSUL**, Caxias do Sul, 2012.

SIQUEIRA, Andréa Dalledone. Mulheres, relações de gênero e tomadas de decisão em unidades domésticas caboclas do estuário amazônico. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter. **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo, Annablume, 2006.

SOARES, Sara Moreira; SCHERER, Elenise. Pescadoras mesmo: seguro-defeso e reconhecimento em comunidades pesqueiras do Lago do Rei no Amazonas. In: SCHERER, Elenise (Org.). **Trabalhadores e trabalhadoras na pesca: ambiente e reconhecimento**. Rio de Janeiro; Garamond, 2013.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**, vol. 27, n. 54, 2007.

STEARNS, Peter N. **História das relações de gênero**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

STONE, Lawrence. Prosopografia. In: **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, junho de 2011.

TORRES, Iraildes Caldas (Org.). **O Ethos das Mulheres da Floresta**. Manaus: Editora Valer/Fapeam, 2012.

_____. **As novas Amazônidas**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.

_____. Noção de trabalho e trabalhadores na Amazônia. **Artigo apresentado no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2004.

AUTORAS E AUTORES

André Dionei Fonseca

Professor Adjunto I de História do Brasil Republicano da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará (PPGE/UFOPA). É integrante Grupo de Estudos do Protestantismo e do Pentecostalismo (GEPP/PUC-SP) e do Centro de Estudos Políticos, Religião e Sociedade (CEPRES/UNIFAP). Integra a Diretoria da Regional Norte da Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR).

Eduardo Gomes da Silva Filho

Professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR), lotado na Escola Agrotécnica-EAgro, Campus Murupu. É licenciado, especialista (FUNESO) e Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), membro da Associação Nacional dos Historiadores - ANPUH, seção Roraima e Coordenador do GT Índios na História, desta mesma regional, líder do Laboratório de Ciências Humanas da Escola Agrotécnica da UFRR. Também é Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia da Escola Agrotécnica da UFRR, representante deste curso junto ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UFRR e Presidente do Núcleo Docente Estruturante-NDE do curso. Concentra suas pesquisas em História Social do Trabalho, Antropologia, Etno-História, povos indígenas, diversidade Étnico-Racial e História do tempo presente. Participa de projetos de ensino, pesquisa e extensão, além de integrar grupos de pesquisa e colaborar como parecerista ad hoc para importantes instituições. É autor de diversos livros e artigos relacionados à História indígena do tempo presente e a História Social do Trabalho.

Elias Ferreira Veras

Professor do Curso de História (Bacharelado e Licenciatura) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), onde também coordena o Grupo de

Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/UFAL/CNPq). Doutor em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Graduado em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Tem experiência na área de História, com ênfase em História da Imprensa e das Relações de Gênero (Homossexualidades, Experiências trans, Queer). Em 2017, publicou o livro “Travestis: carne, tinta e papel” (Editora Prismas).

Erinaldo Vicente Cavalcanti

Professor do Mestrado Interdisciplinar (PDTSA) e professor e coordenador do PPGHIST/Unifesspa (Mestrado Acadêmico). Diretor de Pós-Graduação da Unifesspa e também é membro do Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica - COMFOR, é parecerista de revistas especializadas como a Revista História Hoje (ANPUH-Brasil). Diretor da Associação Brasileira de História Oral - Regional Norte (Biênio 2018/2020). Doutor e Mestre em História pela Linha de Pesquisa Cultura e Memória do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, com Estágio Doutoral (PDSE/Capes) pela Universidad General San Martin em Buenos Aires, Argentina, Licenciado em História pela Universidade de Pernambuco. É autor dos Livros Didáticos: “Pernambuco de Muitas Histórias: História do Estado de Pernambuco” (2012), e “História e Geografia de Pernambuco” (2015) publicados pela Editora Moderna. Também é autor de “Relatos do Medo: a ameaça comunista em Pernambuco - Garanhuns 1958-1964, (EdUFPE, 2012), e autor e organizador de “A história e suas práticas de escritas: relatos de pesquisa”, (EdUFPE, 2013), “A história e suas práticas de escritas: narrativas e documentos” (EdUFPE, 2014); “A história e suas práticas de escritas: leituras do tempo, (EdUFPE, 2016), “História: demandas e desafios do tempo presente - produção acadêmica, ensino de história e formação docente” pela EdUFMA (2018) e “Ditadura militar no Brasil: entre práticas e representações” pelas editoras FGV e EdUFPE (2017). Coordena o grupo de pesquisa Interpretação do Tempo: ensino, memória, narrativa e política (iTempo - CNPq/Unifesspa). Atua principalmente nos seguintes temas: Teoria; Ditadura Militar; Ensino de História, Livro Didático e Formação Docente.

Eurípedes Antônio Funes

Professor Associado do PPGH da Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP), e Pós-Doutor em História pela Universidade de Campinas (UNICAMP). Coordenador do Grupo de Estudos História, Memória, Natureza e Cultura (CNPq); Membro da SOLCHA (Sociedade Latino-americana e Caribenha de História Ambiental).

Idalina Maria Almeida de Freitas

Professora Adjunta na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), Campus dos Malês/ Bahia. Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em 2012, onde foi bolsista FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em 2007, e Graduada em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), em 2004. Tem se dedicado a pesquisas na área de História e Gênero, Diáspora Africana nas Américas e mundo Atlântico.

Iraíldes Caldas Torres

Professora associada da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Doutora em Ciências Sociais/ Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Pós-Doutorado na Université Lumière de Lyon 2, na França. Exerceu o cargo de Diretora da Editora da Universidade Federal do Amazonas (EDUA). É Membro da Academia de Letras do Brasil. É Vice-Presidente da ABEPPA - Associação Brasileira de Escritores e Poetas da PAN- Amazônia. Atualmente exerce o cargo de coordenadora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas.

Joana Maria Pedro

Professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professora do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), em 1992, Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 1979, e Graduada em História pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali), em 1972. Fez pós-doutorado na França, na Université d'Avignon, entre 2001 e 2002. Fez, também, pós-doutorado nos Estados Unidos na Brown University entre julho de 2016 e janeiro de 2017. Foi Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História entre 1993 e 1995. Diretora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas entre 1996 e 2000. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas entre 2008 e 2012. Pró-Reitora de Pós-Graduação entre 2012 e 2016. Presidenta da ANPUH - Associação Nacional de História no período 2017-2019. É também pesquisadora do IEG - Instituto de Estudos de Gênero www.ieg.ufsc.br. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: feminismo, gênero, relações de gênero, história das mulheres, memória, história oral, história do tempo presente e história comparativa.

Júlio Claudio da Silva

Professor Adjunto na Universidade do Estado do Amazonas (UEA), no Centro de Estudos Superiores de Parintins e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui Pós-Doutorado pela Universidade Federal do Amazonas. É pesquisador do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense; do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). É coordenador de grupo de pesquisa, Grupo de Estudos Históricos do Amazonas/UEA e do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado do Amazonas no Centro de Estudos Superiores de Parintins (2014-). Foi Diretor da Seção Regional Norte da Associação Brasileira de História Oral (2014-2016) e Vice-Presidente da Seção Amazonas da Associação Na-

cional de História/ANPUH-AM (2016- 2018) é membro e Coordenador da Seção Norte do GT Nacional Emancipações e Pós Abolição/ANPUH.

Kenia Sousa Rios

Professora do departamento de História e do Programa de pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará (UFC) e coordenadora do grupo de pesquisa História, Memória, Natureza e Cultura (certificado pelo CNPq). Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), PDSE em Estudos da Oralidade - École des Hautes Études en Sciences Sociales (2002), Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1999), Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Ceará (1997). Participou de projetos de extensão na área de museu, ensino de história e História da África. Entre 2011 e 2014, foi bolsista de Coordenação de Área do Programa Institucional de Bolsa de iniciação à docência (PIBID - UFC - História). Atualmente coordena o Programa Educação Tutorial (PET). Tem experiência de pesquisa na área de História, com ênfase em História e Oralidade, atuando principalmente nos seguintes temas: água, memória oral, história do Ceará, cidade e seca.

Marcos Fábio Freire Montysuma

Professor associado III da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em 2003. Pós-doutorado na Universidade Nova de Lisboa, em 2017, Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1990, e Graduado em História pela Universidade Federal do Acre (UFAC), em 1985. Foi presidente da CPA/UFSC. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Regional do Brasil, atuando principalmente em: memória, história oral, história ambiental, gênero e meio ambiente, cultura e meio ambiente, Amazônia. Atua no Programa de Pós-Graduação em História/UFSC e no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas/UFSC. Coordenador do Laboratório de História Oral/DH/CFH/UFSC.

Maria Regina Celestino de Almeida

Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF) e professora visitante do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGH/UNIRIO). Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em 2000, pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/Museu Nacional/UFRJ) em 2005, na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS, Paris), em 2006, e no Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC, Madrid), em 2012. Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em 1990, graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1975. Pesquisadora do CNPq e autora dos livros *Metamorfoses Indígenas- Identidade e Cultura nas Aldeias Coloniais do Rio de Janeiro* (Prêmio Arquivo Nacional, 2001) e *Os Índios na História do Brasil*.

Mauro Cezar Coelho

Professor Associado da Universidade Federal do Pará (UFPA), onde atua na Faculdade de História e no Programa de História Social da Amazônia. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), em 2006, Mestre em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), em 1996, Bacharel em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em 1994. É pesquisador dos campos do Ensino de História e da História Indígena, nos quais vem problematizando o modo pelo qual as temáticas relativas aos povos indígenas são trabalhadas na Educação Básica, com ênfase nos processos de formação docente e na literatura didática. Autor e organizador de diversos livros e artigos científicos.

Patrícia Rodrigues da Silva

Professora Adjunta da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), atuando na graduação e Pós-graduação do Departamento de História. Doutora em História Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em 2011, Mestre em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em 2000, e Graduada em História pela Universidade Federal de Uberlândia

(UFU), em 1998. Tem experiência na área de História Social e Ensino de História e atualmente é coordenadora da área de História do Programa de iniciação à Docência (PIBID) UFAM.

Paulo Cruz Terra

Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Campinas, tendo realizado o mestrado e o doutorado no PPGH da UFF. Sua tese foi premiada, e publicada, pelo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Possui artigos, capítulos e livros organizados que versam sobre as temáticas da história do trabalho, história do Rio de Janeiro e história da cidadania. A partir de setembro de 2019, será bolsista CAPES-Alexander von Humboldt Stiftung, na Universität Bonn, na Alemanha.

Reinaldo Lindolfo Lohn

Professor Associado da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), onde atua no Departamento de História, tanto no curso de graduação em História, quanto no Programa de Pós-Graduação em História, em nível de Mestrado e Doutorado. Atua ainda no Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHistória). Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2002, Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 1997, e graduado em História pela UFSC, em 1993. Realizou estágio pós-doutoral no Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: ditadura militar, redemocratização, culturas urbanas, cultura política e História do tempo presente.

Sônia Maria de Meneses Silva

Professora da Universidade Regional do Cariri (URCA). Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista PQ2 do

CNPQ. Estuda as relações entre história e mídia no tempo presente. Trabalha ainda questões de história pública e os usos do passado no ambiente virtual. É autora do livro “Operação Midiografia – O Golpe de 1964 e a Folha de São Paulo pela editora Intermeios. Organizou, juntamente com Juniele Rabelo de Almeida, o livro História Pública em Debate - Patrimônio, Educação e Mediações do Passado pela editora Letra e Voz, entre outras publicações. Faz parte do corpo docente do Mestrado Profissional em História-ProfHistoria (URCA). É coordenadora institucional do DINTER em História URCA-Universidade Federal Fluminense e do Laboratório de Pesquisas em História Cultural-LAPEHC.

ORGANIZADORES E ORGANIZADORAS

Tiago Siqueira Reis

Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em História Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa. Pesquisador do Grupo de História Global do Trabalho e dos Conflitos Sociais pelo Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa e do Grupo de Trabalho e Orientação (GTO), coordenado pela professora Virgínia Fontes. Membro do conselho editorial da Revista História & Luta de Classes. Estuda a História da saúde pública brasileira contemporânea, História das instituições e das empresas, Estado e poder no Brasil República e História do Tempo Presente.

Carla Monteiro de Souza

Professora na Universidade Federal de Roraima (UFRR), no curso de História e no Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras-PPG-SOF. Mestre e doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com pós-doutorado em Migrações, realizado junto ao Instituto de Geografia e Ordenamento Territorial da Universidade de Lisboa. Atua na área de História do Brasil, da Amazônia e de Roraima, com ênfase em história do tempo presente; história oral, narrativas e memórias; migrações e cidades; história e literaturas.

Monalisa Pavonne Oliveira

Professora na Universidade Federal de Roraima (UFRR). Doutora em História na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em 2016. Pesquisadora Visitante na Universidade de Lisboa (Lisboa/ Portugal), pelo Programa de Doutorado-Sanduiche no Exterior (PDSE), entre 2014 e 2015. Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), em 2010. Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) em 2005. Organizou com Maria Clara Ferreira, o livro Associações religiosas leigas de negros, pardos e brancos nas Minas do Ouro, pela Editora Clio Gestão Cultural, em 2015. Coordenadora do Grupo de

Pesquisa História Colonial e Ensino de História. Colaboradora/ Colunista na Revista Contemporartes Revista Semanal de Difusão Cultural. Professora do Mestrado Profissional em História (ProfHistória)/ UFRR. Dedicar-se a temas relacionados ao Ensino de História e Brasil Colônia.

Américo Alves de Lyra Júnior

Professor Associado da Universidade Federal de Roraima (UFRR), lotado na Coordenação de Relações Internacionais, lecionando as disciplinas Filosofia Política, História Andina e Pan Amazônica, História das Relações Internacionais e História das Relações Internacionais do Brasil. Bacharel e Licenciado em Filosofia, Mestre em História Social e das Ideias, Doutor em Historiografia e História das Ideias, com Pós-Doutorado em Relações Bilaterais e Multilaterais pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em América Latina e Brasil, tem focado estudos e orientações em iniciação científica, graduação e mestrado em temas amazônicos. Tem interesse em pensamento político caribenho e tradição religiosa africana na América Latina e Caribe. Atual Vice-Reitor da UFRR.

REVISORAS

Cátia Monteiro Wankler

Doutora em Teoria da Literatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Mestre em Letras, área de concentração em Literatura Portuguesa, pela Universidade Federal Fluminense e Graduada em Licenciatura em Letras (Português-Literaturas) pela Universidade Federal Fluminense. Professora Titular da Universidade Federal de Roraima, no curso de Letras. Atuou no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRR entre 2010 e 2014 e é Professora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas-PPGICH/UEA. Experiência em pesquisa e produção bibliográfica voltadas para temas que envolvam as relações entre literatura, lugar, história e identidade, tanto em Literatura Portuguesa quanto em Literatura de Roraima, com ênfase na poesia contemporânea. É pesquisadora da CAEL-Cátedra Amazonense de Estudos Literários e da Cultura (CNPq/UEA).

Cleo Amorim Nascimento

Mestre em Letras pela Universidade Federal de Roraima, área de concentração Estudos de Linguagem e Cultura Regional, linha de pesquisa Literatura, Artes e Cultura Regional. Graduação em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Língua Espanhola pela Universidade Estadual de Roraima. Professora Ensino Básico Técnico e Tecnológico do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Ivanilde de Lima Barros

Mestre em Letras pela Universidade Federal de Roraima, área de concentração Estudos de Linguagem e Cultura Regional, linha de pesquisa Literatura, Artes e Cultura Regional. Professora de Língua Portuguesa e Literatura do Ensino Básico Técnico e Tecnológico da UFRR. Desenvolve estudos e trabalhos com interface em História, especialmente sobre memória, identidade e representação social na literatura, bem como trabalhos sobre escrita indígena contemporânea e as negociações identitárias com a tradição. Tem experiência

com formação de professores da Educação Básica na área de metodologia do ensino da língua portuguesa, com ênfase em alfabetização, letramento e linguística; e na área do ensino da Literatura, com ênfase em letramento literário e literatura entre adolescentes e jovens.

Sílvia Helena Freitas Alencar

Mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Roraima, área de concentração Estudos de Linguagem e Cultura Regional, linha de pesquisa Língua e Cultura Regional. Atualmente é professora de Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante da rede pública do estado de Roraima. Tem experiência na área de Linguística, com destaque para as áreas de Linguística do Texto e Linguística Aplicada. No ensino superior, ministrou aulas de língua portuguesa nos cursos de Administração, Agronomia, Enfermagem e Pedagogia.

Sílvia Marques de Almada

Mestrado em Letras pela Universidade Federal de Roraima, área de concentração Estudos de Linguagem e Cultura Regional, linha de pesquisa Literatura, Artes e Cultura Regional, Especialista em Teoria Literária pela Universidade Federal do Pará e Licenciada em Letras pela Universidade Federal do Pará (Português/Inglês). Atualmente é professora de inglês instrumental do Centro Estadual de Educação Profissional Prof. Antônio de Pinho Lima, Boa Vista/RR. É autora do livro “A questão do regionalismo em A mulher do garimpo, de Nenê Macaggi”, publicado pela Editora da UFRR (2017).

Veronica Prudente Costa

Doutora e Mestre em Letras Vernáculas (Literatura Portuguesa e Africanas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Especialização em Literatura Portuguesa (UERJ), Bacharelado e licenciatura em Letras (Português/Literaturas e Inglês/Literaturas) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atuou como Professora Adjunta na Universidade do Estado do Amazonas (UEA) entre 2011 e 2018. Foi Coordenadora Pedagógica do curso de Licenciatura em Língua Inglesa – PARFOR, de 2014 a 2018; Editora Chefe

da Contracorrente: revista de estudos literários e da cultura, de 2015 a 2017. Coordenou o Projeto “Presença Portuguesa na Amazônia”, financiado pelo CNPq de 2015 a 2017 e foi subcoordenadora do Pólo Tefé do PPGICH-Mestrado em Ciências Humanas de 2016 a 2018. Atualmente é Professora Adjunta na Universidade Federal de Roraima (UFRR). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH-UEA).

Larissa Maria de Almeida Guimarães

Antropóloga no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), na Superintendência do IPHAN no Pará (2012 a 2016) e na Superintendência do IPHAN em Roraima (desde 2016), atua na área de Patrimônio Imaterial com desenvolvimento de trabalhos relacionados ao patrimônio cultural brasileiro. Graduada em Ciências Sociais, com ênfase em Antropologia, pela Universidade Federal do Pará, e Mestre em Ciências Sociais, área de habilitação em Antropologia, pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (atual Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia), pela Universidade Federal do Pará.

Organizadores:
Tiago Siqueira Reis
Carla Monteiro de Souza
Monalisa Pavonne Oliveira
Américo Alves de Lyra Júnior



COLEÇÃO HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: VOLUME I

Escrevem neste número:

André Dionei Fonseca • Eduardo Gomes da Silva Filho
Elias Ferreira Veras • Erinaldo Cavalcanti • Eurípedes Funes
Joana Maria Pedro • Júlio Cláudio da Silva
Idalina Maria Almeida de Freitas • Iraildes Caldas Torres
Kenia Sousa Rios • Marcos Montysuma
Maria Regina Celestino de Almeida • Mauro Cezar Coelho
Patrícia Rodrigues da Silva • Paulo Cruz Terra
Reinaldo Lohn • Sônia Maria de Meneses Silva



EDITORA
UFRR

Roraima

2019



ISBN 978852882-1



9 788582 882092